

**80**  
anos

**A HISTÓRIA DO SINDICATO  
DOS BANCÁRIOS  
DE CURITIBA E REGIÃO,  
SUAS LUTAS E CONQUISTAS**







Marcio **Kiellere** Patrícia **Stedile**

organizadores



**A HISTÓRIA DO SINDICATO  
DOS BANCÁRIOS  
DE CURITIBA E REGIÃO,  
SUAS LUTAS E CONQUISTAS**

1º edição

Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região  
2012



**Título: 80 anos:** A história do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, suas lutas e conquistas.

**Organização:** Marcio Kieller e Patrícia Stedile

**Texto:** Patrícia Stedile



Engenharia de Comunicação  
contato@engenha.com.com  
(41) 3527-7727

**Capa:** Fabio Souza e Renata Ortega

**Projeto Gráfico e Diagramação:** Fabio Souza

**Revisão:** Maria Cristina Périgo

**Impressão:** Maxi Gráfica

www.maxigrafica.com.br  
(41) 3025-4400

Stedile, Patrícia; Kieller, Marcio. **80 anos:** A história do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, suas lutas e conquistas. Curitiba, 2012.

**ISBN:** 978-85-65806-00-8

**1º edição**

**Palavras Chave:** Sindicalismo, Comunismo, Negociação Salarial, Greve, Política e Economia.



## Mensagem do presidente

Se hoje somos fortes e atuantes é por que possuímos a capacidade de sonhar, de desenvolver e nos desenvolvermos. Poucas instituições têm o privilégio de avaliar de forma positiva toda a sua caminhada. E nós temos esse privilégio! Cada expressão, cada luta, cada briga, cada afago, cada cortesia, enfim. Há muito pretendíamos resgatar nossa biografia e hoje conseguimos realinhar de forma cronológica as peças da nossa própria história. Para isso lidamos com tudo: apaziguando ânimos, driblando muitas vaidades, desânimos, críticas ácidas, algumas construtivas outras não, mas também observamos muita vontade, garra, perseverança e cumplicidade. Ingredientes necessários para qualquer receita de sucesso.

Hoje temos a certeza de que a história desta entidade está diretamente ligada às mudanças em que a sociedade passou no último século, muitas vezes sendo personagem fundamental no percurso em direção à democratização do país, à igualdade social e de gênero, melhorias na qualidade de vida do trabalhador e autonomia sindical em defesa da categoria. Comprovamos a importante participação do Paraná na conquista de muitos direitos dos bancários. Avanços significativos que perduram até hoje como, por exemplo, a redução da jornada de trabalho para seis horas.

Muitas vezes não tínhamos nem tempo para assimilar as pancadas que recebíamos e já estávamos nas ruas em concentrações em busca do sonho de ver os trabalhadores podendo viver com dignidade. Como em uma época não tão distante, quando fomos vítimas de um governo que fazia valer através da força militar o anonimato e a omissão. Perdemos muito com isso. A sociedade perdeu.

Abrangente e com uma linguagem simples, este livro cativa e possibilita que não apenas as pessoas do mundo sindical ou bancário tenham acesso a esse resgate histórico, ou se interessem por ele, mas todos que tenham contato com este livro certamente terão a oportunidade de conhecer um pouco mais a nossa própria sociedade.

Desejo sim que este livro sirva de instrumento, estímulo, embasamento ou consulta de todos. Desejo ver nossa semente sendo germinada, gerada e produzindo muitos frutos e que nossos filhos e netos possam também beber dessa enorme fonte de conhecimento.

Ao contrário do que possa parecer este projeto não se encerra na última página deste livro. Ele é muito mais amplo, contínuo e permanente. Prevê, por exemplo, o reconhecimento de mais pessoas que nos auxiliaram em toda a nossa jornada nesses 80 anos de lutas. Pessoas que com as suas participações e doações fizeram com que hoje possamos olhar para trás e nos sentirmos orgulhosos de sermos bancários e de podermos contar a nossa história!

**Otávio Dias**

Presidente do Sindicato dos Bancários  
de Curitiba e região - 80 anos







# Sumário Geral

**11**

## **Prefácio**

Marcio Kieller

Capítulo 01  
**Nasce a Luta**

**15**



- 19 O Sindicalismo na Era Vargas
- 20 A criação da IAPB: a primeira grande conquista
- 22 Influências Políticas: PCB e a Coluna Prestes
- 25 O Sindicato durante O Estado Novo
- 29 A Greve Nacional de 1946
- 32 O intervencionismo de Dutra



Capítulo 02

## **As lutas dos bancários na década de 1950**

**37**

- 1950: O Sindicato se reorganiza 39
- 1956 a 1960: O progresso e o movimento sindical bancário 42
- Salário em xeque 46
- Nova formação de luta no Paraná 50
- Expansão bancária acontece e a luta continua 52



Capítulo 03  
**Década de 60 e o  
sindicalismo na ditadura**

**55**



- 57 O período Pré-Golpe
- 57 "A Greve do Ano" de 1961
- 59 Lutas de 1962
- 59 Sindicalistas combatentes
- 64 A Greve de 1963
- 67 Os anos difíceis do Regime Militar
- 69 O Golpe no Paraná
- 70 Tentativa de reverter a situação
- 77 O Ano de 1968
- 77 Aliados dos bancários
- 80 Os bancários em 1968
- 85 A repressão aumenta



Capítulo 04  
**Bancários avançam rumo à  
abertura política**

**95**

- Intervencionismo X Sindicalismo 97
- O período assistencialista 100
- A criação de um novo movimento sindical 101
- O fim da década de 70 104



|  |     |
|--|-----|
| Caminhando para um novo sindicalismo   | 106 |
| A unificação das lutas                 | 109 |
| Nasce a CUT                            | 111 |
| A CUT e a oposição bancária            | 112 |
| Conquistas Sociais                     | 113 |
| Greve de 1985: os bancários podem sim! | 115 |
| 1986: O ano das demissões              | 119 |
| A esquerda avança                      | 122 |
| 1987: um ano de lutas                  | 124 |
| Os últimos anos da ditadura            | 127 |
| As eleições diretas de 1989            | 129 |

Capítulo 05  
**Anos 90: a década  
das perdas reais**

**133**



|     |  |
|-----|--|
| 136 | A Gestão de uma Mulher                                     |
| 136 | Os primeiros anos de 90                                    |
| 140 | 1992: O início da grande mudança                           |
| 143 | Oposição assume o Sindicato                                |
| 148 | Plano Real   |
| 150 | A Realidade de FHC e as lutas dos bancários em 1994 e 1995 |
| 153 | 1996: Sindicato mantém categoria unida                     |
| 157 | A Quebradeira dos Bancos                                   |
| 161 | 1997: Grandes Mobilizações                                 |
| 163 | 1998: Radicalização da política neoliberal                 |
| 168 | 1999: Bancários da rede pública vão à luta                 |



CADERNO ESPECIAL BANESTADO

173



- 179 O ano decisivo
- 186 O leilão
- 188 Demissões
- 190 Mau negócio para o Paraná
- 190 Corrupção



Capítulo 06  
**Bancários no novo milênio**

195

- 2001: Um outro mundo é possível 203
- HSBC espiona Sindicato 208
- A Copel é Nossa! 210
- 2002 marca mudanças históricas 212
- A luta contra as demissões continua 220
- Campanha de 2003 retoma grandes greves 222
- 2004: Aumento Real Já! 226
- A Luta Não Para 234
- Pela isonomia e PLR justa 238
- 2007: Novas conquistas e novos anseios 242
- Sindicato compra nova sede 246



|   |     |
|---|-----|
| 2008: Nova diretoria X Crise Mundial      | 248 |
| 2009: Emprego, renda e direitos           | 255 |
| 2010: Presente político e futuro sindical | 260 |
| A maior greve dos últimos 20 anos         | 267 |
| SEEB: 80 anos fazendo história            | 275 |

**279** Agradecimentos

**281** Fontes Bibliográficas

**283** Fontes Documentais

**285** Lista de Siglas







## Prefácio

O Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região completa 80 anos de existência. E é com enorme prazer que entregamos este dedicado trabalho de pesquisa que começou há quatro anos com o objetivo de conhecer a história do movimento sindical bancário, do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, seus dirigentes, suas lutas e conquistas.

Portanto, não poderíamos deixar de registrar como foram as coisas desde o início.

Tudo começou em 2008, mas especificamente no mês de março, quando uma pequena delegação da corporação do Itaú se reunia, na cidade de Atibaia, interior de São Paulo, para traçar as metas da luta política para aquele ano. Nesse evento, dentre outras atividades, foi feita uma apresentação de uma determinada entidade que completava 50 anos. A menção, inofensiva e sem qualquer importância para alguns, me perturbou de tal maneira que não pude mais deixar de pensar na história de meu próprio Sindicato.

Conversando com a presidente na época, Marisa Stedile, perguntei sobre a fundação do nosso Sindicato e quantos anos iria completar. Resposta que ela rapidamente foi procurar. A primeira iniciativa foi consultar a mais antiga funcionária em atividade na entidade, a quem carinhosamente chamamos de Joce. Ela prontamente nos passou a ata do reconhecimento legal do Sindicato, datada de 30 de março de 1942. Completaríamos 66 anos e este dia não poderia deixar de ser lembrado. Um material comemorativo foi produzido restabelecendo os acontecimentos da entidade.

Então, nos anos seguintes, sempre no mês de março, realizaríamos eventos comemorativos à data de reconhecimento legal do nosso Sindicato – que para nós era a data que presumíamos ser também a de sua fundação. Reunimos antigos dirigentes e esses encontros, entrevistas e debates acabaram por aguçar ainda mais a curiosidade da diretoria.

Contudo, uma coisa era certa: a história do nosso Sindicato precisava ser reorganizada cronologicamente e suas lacunas preenchidas.

Finalmente, em 2009, foi formada uma comissão para coordenar o projeto “Memória e História do Sindicato dos Bancários de Curitiba”. O objetivo era remontar o quebra-cabeça histórico do Sindicato, prejudicado pelos períodos de exceção pelos quais passou. Muitos dos documentos foram extraviados, confiscados e também perdidos pelo tempo.

Essa comissão era inicialmente formada pela ex-presidente do Sindicato Marisa Stedile; Junior Cesar Dias, secretário de Organização; eu, Márcio Kieller, secretário de Formação da gestão 2008/2011; mais duas jornalistas: Renata Ortega e Sirlei Fernandes; além de uma equipe de filmagem vinculada a Quem TV produções. Com a ida da Companhia Marisa para a Central Única dos Trabalhadores – CUT/PR, assumi a coordenação.



nação do projeto. E ampliamos a equipe com os pesquisadores Gustavo Zambona, Lucas Camilo e Josiéli A. Spenassatto. Para análise documental e produção do texto que iria narrar a história dos 80 anos do Sindicato partimos para a contratação da empresa Engenharia de Comunicação, que tem como responsável a jornalista Patricia Stedile.

A pesquisa partiu de livros e revistas comemorativas de diversas entidades. Nos arquivos que se encontravam guardados pelo Sindicato, tivemos acesso a fichas de filiação de diversas décadas. Vasculhamos ainda os arquivos do Ministério Público do Trabalho e Emprego, onde tivemos acesso a documentos importantíssimos e de valor histórico inestimável para o projeto. Os documentos guardados no Arquivo Público, junto ao fundo DOPS, foram fundamentais para levantar informações de antigos militantes do movimento sindical bancário. Muitos arquivos da Federação dos Bancários do Paraná também nos foram úteis para confirmar diversas pesquisas que precisavam de precisão histórica e cronológica.

E foi em 2010 que tivemos uma grande surpresa. Alguns dos documentos obtidos indicavam que a fundação do Sindicato havia sido em 1932 e então foi preciso estender a pesquisa ainda mais para comprovar este fato. No Centro de documentação do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte tivemos informações importantes da década de 30, época desvendada também por uma vasta pesquisa nos jornais, diários oficiais da união e documentos guardados juntos à Biblioteca Pública do Paraná. Chegamos a percorrer dia a dia, ano a ano, década a década os principais jornais do estado em busca de notícias que nos ajudassem nesse novo desafio. Foram mais de dez meses de pesquisa que trouxeram nomes dos primeiros diretores e as lutas travadas pelos bancários nos primeiros anos de vida de sua entidade sindical.

A trajetória do Sindicato começa no dia 6 de julho de 1932. Dez anos antes do que imaginamos, juntamente com o início do governo do presidente Getúlio Vargas, que inaugurou a época de fortalecimento do sentimento nacionalista. Ao modelar as relações do Estado, o novo governo com muita esperteza atrelou os sindicatos à política oficial do Estado, deixando em segundo plano a representatividade política deles, o que era seu grande potencial organizativo, pois as primeiras entidades tinham origens operárias e orientação anarco-socialistas e comunistas. Alguns sindicatos acabaram ganhando contornos assistencialistas, deixando seu verdadeiro objetivo perante as negociações com os patrões. Outros não esmoreceram na representatividade dos seus filiados.

Nossa história passa pelas greves históricas de 1934, 1946 e pela criação da Federação dos Bancários do Estado do Paraná em 1959, fato que mudou a abrangência de atuação do nosso Sindicato. Destacamos os anos difíceis da Ditadura Militar e a participação dos bancários nos movimentos de abertura política no país, com as greves de 1985 e a promoção das Diretas Já. Enumeramos as conquistas do novo sindicalismo bancário da década de 90 com a filiação à CUT e nos entristecemos com a necessidade



de mostrar com clareza em um caderno especial a luta dos bancários e de todo o Paraná para impedir a venda do Banco do Estado do Paraná (Banestado). Mas foi o registro da última década que nos trouxe a alegria e a esperança que faltavam em nossa trajetória para seguirmos conquistando ainda mais.

Neste livro enumeramos de uma forma clara e fiel cada conquista que tivemos ao longo destes 80 anos e abraçamos cada sindicalista, bancário ou militante que contribuiu com esta história com o registro de suas façanhas.

Estabelecemos um ousado projeto de suporte à história, construindo um rico arcabouço de história oral onde foram realizadas perto de 20 entrevistas com dirigentes bancários que atuaram em antigas gestões. Nomes como o de Nillo Izidoro Biazetto, presidente do Sindicato na década 50; Wilson Previde, militante histórico do Partido Comunista Brasileiro, e Cláudio Antônio Ribeiro, dirigente na década de 60, que sofreu as agruras do golpe militar sendo jogado nos porões do DOPS pura e simplesmente por estar dignamente representando os bancários e os cidadãos brasileiros contra as mazelas do período de exceção que se estabeleceu no Brasil.

Também chegamos a reunir um acervo com mais de 10.000 documentos e fotos históricas, que nos ajudaram a elucidar muitas dúvidas sobre os acontecimentos passados.

Antes mesmo de este livro ficar pronto, já degustamos um pouco do conhecimento e das experiências adquiridas por esta pesquisa. Na noite do dia 6/7/2011, em que o Sindicato completou seus 79 anos, tivemos a honra e o prazer de reunir em uma solenidade de comemoração muitos dirigentes e ex-dirigentes. Foi uma esplêndida aula do movimento sindical bancário que nos foi dada nas poucas horas de relatos sobre a atuação que o Sindicato dos Bancários de Curitiba teve e tem até os dias de hoje.

Ao findarmos a cerimônia de festejos do Sindicato no ano passado, demos início à campanha rumo aos 80 anos, que culmina na publicação deste livro. Esperamos que ele sirva de motivação para as gerações vindouras de bancários e para a manutenção de um Sindicato forte e atuante.

Boa leitura.

**Marcio Kieller**

Mestre em Sociologia Política  
pela UFPR e Secretário de  
Políticas Sociais e Sindicais do  
Sindicato dos Bancários de  
Curitiba e Região









Capítulo 1  
**Nasce a luta**







A partir de 1920 as discussões para a criação de entidades que representassem os bancários começam a aflo- rar por todo o país.

Especialmente rural, o Brasil dessa década prosperava à custa da exportação de café. Foi uma época promissora para abertura e instalação de instituições bancárias de outras localidades, como paulistas, gaúchas, e até estrangeiras por todo o Paraná. Os bancos estimulavam as energias produtivas no estado, e financiavam o plantio de café e a exportação de madeira, principais atividades econômicas nesses anos.

Foi em 28 de novembro de 1928 que o Paraná ganhou o Banco do Estado do Paraná (Banestado), que acabaria por transformar-se em um dos maiores bancos do país, com colaboradores importantes na história sindical da Grande Curitiba. Logo nos seus primeiros anos, mantinha três das 182 agências existentes no país, em Paranaguá, Jacarezinho e Cambará (VARGAS, 1996, p. 9)

Nessa época as relações de trabalho entre banqueiros e bancários eram exercidas de forma autoritária e as normas de trabalho eram criadas livremente. Em muitos bancos, em que a exploração prevalecia, era comum a jornada de 12 horas diárias.

O número de descontentes com essas condições de trabalho aumentava e diversas associações representativas da classe foram então criadas. A primeira do país foi a Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo, fundada em 1923, e que na década seguinte tornou-se sindicato. No início de 30, em 17 de janeiro, é fundada a Federação de Bancários do Brasil, que mais tarde se transformaria em Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

Em 1931 foi decretada a Lei 19.770, que deu início à chamada “era sindicalista”, ao criar normas para o reconhecimento sindical e transformar os sindicatos em instituições de direito público.

Essa forte tendência chega a Curitiba em 1932, com a criação do Sindicato dos Funcionários Bancários do Paraná, que em 1934 alterou seu título para Sindicato dos Bancários do Paraná. Uma década depois a entidade passa a ser reconhecida como Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Paraná, nomeado atualmente como Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Curitiba e Região.



### Alguns bancos da década de 30 e 40

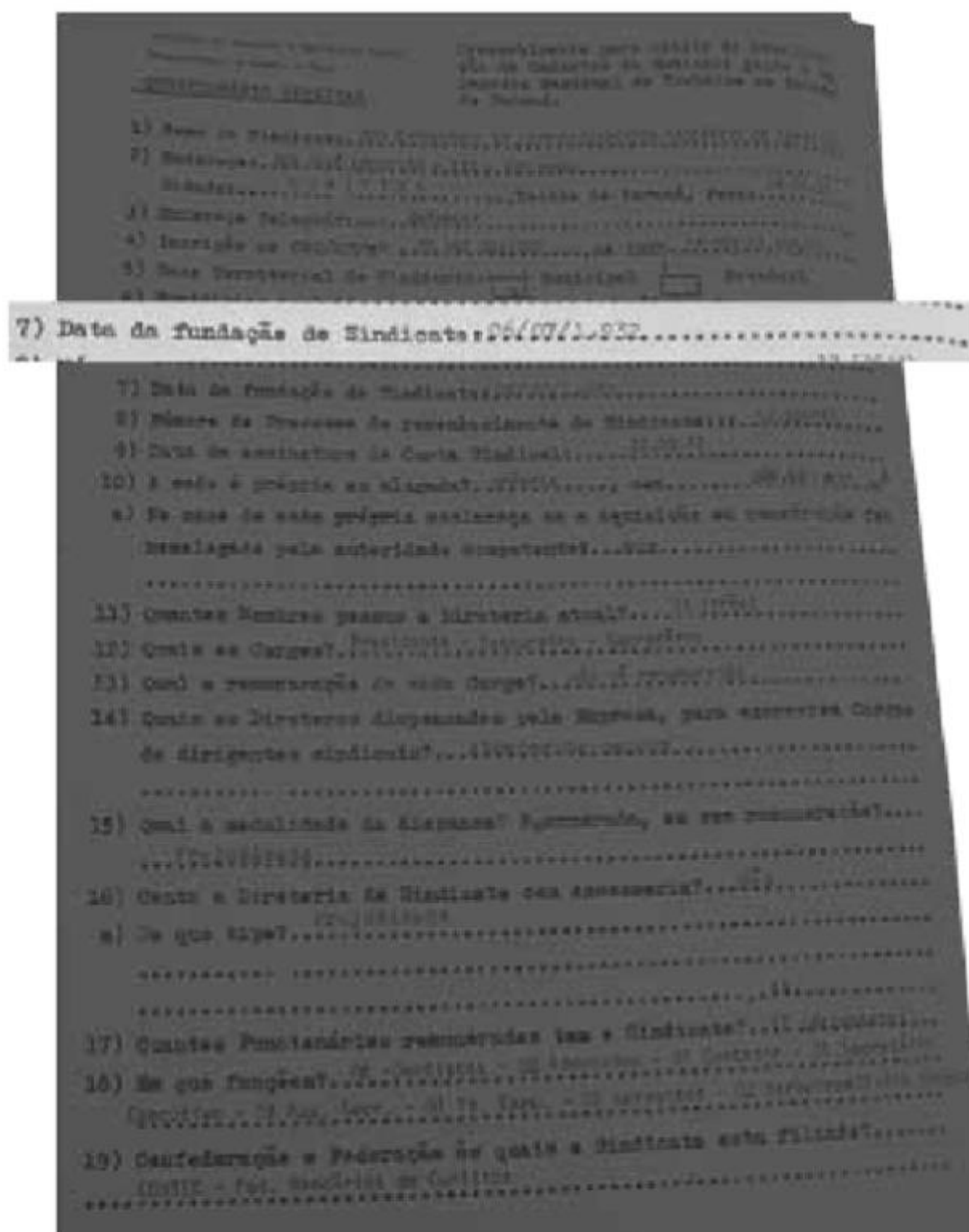
- Banco Allemão Transatlântico
- Banco do Brasil
- Banco do Estado do Paraná
- Banco Francez e Italiano
- Banco Nacional do Comércio
- Bank of London & South America
- Banco de Curitiba
- Banco do Rio Grande do Sul
- Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina
- Banco Mercantil de São Paulo
- Banco Meridional da Produção
- Banco Nacional da Cidade de São Paulo
- Banco Paulista do Comércio
- Banco da Província do Rio Grande do Sul
- Banco de Crédito Real de Minas Gerais
- Banco da Lavoura de Minas Gerais
- Banco Brasileiro de Descontos
- Banco Nacional da Cidade de São Paulo

Fonte: Listas Telefônicas das décadas de 30 e 40



Estão entre os fundadores dessa entidade bancária: Laélio Cunha Malheiros, primeiro presidente (gestão 1932-1933), João Navolar (secretário geral) e Joaquim Tra-mujas (1º secretário). Laélio iria permanecer no Sindicato durante suas primeiras lutas, deixando a presidência da entidade para Humberto Puglielli (1934-1935) e assumindo como secretário geral.

O Sindicato era sediado na Rua XV de Novembro, número 86, 1º andar.



**SYNDICATO DOS FUNCIONARIOS BANCARIOS DO PARANA'**

Conforme vinhamos noticiando realizou-se hontem, na sede do Sindicato dos Funcionarios Bancarios do Paraná, a eleição para a nova directoria, tendo comparecido á reunião 160 associados, inclusive 5 senhoritas.

A chapa victoriosa venceu por 4 votos, recahindo a escolha nos seguintes senhores:

Presidente, Humberto Puglielli; Vice Presidente, Moacyr Lima; Secretario Geral, Laelio Cunha Malheiros; Director do Dep. Assistencia, Pedro B. Martins; Idem, idem Financeiro, João Alfredo Loureiro; Idem Social e Sportivo, José de Barros Pimpão; 1.º Secretario, Weladimer Corrêa; 2.º Secretario, Acrisio M. Costa; 1.º Thesoureiro, Euclides Ludwig; 2.º Thesoureiro, Mario Botteri; Orador, Julio Moacyr Guimarães.

Conselho Fiscal: Walde-mar Brandt, Manoel de Andrade, Bento Cordeiro.

Diário da Tarde  
3/1/1934



## O Sindicalismo na Era Vargas

Essa história começa quando Vargas assume a presidência do Brasil em outubro de 1930, após a crise econômica mundial, originada com a quebra da Bolsa de Nova York em 1929.

No campo político deflagravam os conflitos entre as elites agrárias mineiras, paulistas e cariocas que se revezavam no poder desde 1889, política conhecida como Café-com-Leite. Em 1930 ocorrem eleições para a presidência do país. Era a vez de assumir um político mineiro do Partido Republicano Mineiro (PRM). Porém, o Partido Republicano Paulista (PRP) do presidente Washington Luís indicou um político paulista, Júlio Prestes, à sucessão, rompendo com esse plano. Descontente, o PRM alia-se com políticos da Paraíba e do Rio Grande do Sul (formando a Aliança Liberal – AL) para lançar à presidência o gaúcho Getúlio Vargas.

Júlio Prestes sai vencedor nas eleições de abril de 1930 e os políticos da AL alegam fraude. Liderados por Getúlio Vargas, políticos e militares promovem a Revolução de 1930. As oligarquias paranaenses apoiam fortemente a revolta e saem às ruas em prol do golpe. É o fim da República Velha e o princípio da Era Vargas.

Têm início aí as grandes lutas sindicais dos bancários, com a criação e alterações das diversas leis que o governo de Vargas trouxe como novidade às relações de trabalho.

Logo após assumir a presidência, Vargas criou a Justiça do Trabalho e novos ministérios – como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde –, além de nomear interventores de estados.

Um ano depois, houve a criação da Lei Sindical, reconhecendo os sindicatos, através do decreto 19.770, de 19 de março de 1931. Porém, ao legalizar a abertura dos sindicatos e reconhecer suas convenções coletivas, vinculava-os ao governo. Os sindicatos só funcionavam com autorização do Ministério do Trabalho, sendo aprovadas somente as diretorias confiáveis para o governo e empresários. Era o chamado sindicalismo oficial no Brasil. A partir dessa lei, só tinha direito a férias e outros benefícios quem fosse filiado aos sindicatos oficiais<sup>1</sup> e seguisse a sua constituição.

Muitas foram as entidades que lutaram por liberdade sindical. Manifestações e greves estouraram pelo país e trouxeram como consequência aos trabalhadores muitas outras conquistas: Lei de Férias, descanso semanal remunerado, jornada de oito horas, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, entre outras. Algumas dessas leis já existiam apenas para as categorias de maior peso, como ferroviários e portuários. Nesse momento elas estenderam-se a todos os trabalhadores (STEINKE, 2010).

Foi nessa época que o Sindicato dos Bancários do Paraná participou ativamente da criação da Federação Sindical dos Trabalhadores do Paraná, que reunia diversas categorias<sup>2</sup> do

<sup>1</sup> Artigo 1º da Lei 19.770/31

<sup>2</sup> Ela era formada inicialmente por operários Barriqueiros, operários e empregados em fábricas de bebidas, operários e empregados de água e esgoto, operários e empregados ferroviários do Paraná, Sindicato dos Chauffeurs de Curitiba, Bancários e empregados do Comércio.



estado. A Federação lutou em seus primeiros anos pela jornada de trabalho de oito horas sem redução de salários, igualdade de salários para ambos os sexos, melhoria de salários, salário mínimo baseado no custo de vida e pagamento semanal em todas as fábricas. Seu lema era: “Organização em Massa para enfrentarmos a luta, no firme desejo de nos emancipar”.

A Federação Sindical dos Trabalhadores do Paraná também participava ativamente da criação de diversas outras entidades de classe, através da realização de grandes assembleias<sup>3</sup>. Seu primeiro presidente foi Waldemar Relladal.

O Sindicato dos Bancários do Paraná teve participação decisiva nos embates que culminaram em benefícios aos bancários logo nos primeiros anos da Era Vargas. Em 1932 foi aprovada a lei que dá o direito ao bancário de ter duas horas de almoço. Em 1933 foi decretada a lei que reduziu a jornada de trabalho da categoria de oito para seis horas. Até esse momento os bancários das zonas urbanas eram obrigados a trabalhar das 7h30 às 18h30. Na zona rural era ainda pior, das 7h às 19h. Os trabalhadores ainda ficavam dentro de cofres e lidavam com um dos objetos mais sujos advindos da modernidade: o dinheiro. Esses dois fatores tornaram a categoria vítima fácil para a tuberculose e para a neurose (ACENA, 2007).

Em 1934, o Sindicato sugeriu junto a outros sindicatos artigos para a nova constituinte, levando a classe trabalhadora à manutenção e ampliação de direitos.

Todas essas reivindicações só foram implementadas devido à grande pressão e mobilização bancária.

<sup>3</sup>Informações do Jornal Diário da Tarde, 10/12/1932.

Regulamentado por meio da Lei 54, de 12/9/1934, a finalidade do Instituto era conceder aposentadoria a seus associados, pensão alimentícia à família ou aos respectivos beneficiários. As fontes de receita seriam constituídas pelas contribuições mensais dos associados, empregadores do estado, além de doações, rendas eventuais e rendimentos de aplicações dos fundos do Instituto. Concedidos, também, auxílio-enfermidade e maternidade, internação hospitalar e carteira de empréstimos.

Fonte: A História dos Bancários. Lutas e Conquistas 1923-1993. São Paulo.

## A CRIAÇÃO DA IAPB: A PRIMEIRA GRANDE CONQUISTA

O movimento bancário ganha força e em 1934 é organizada a primeira grande greve nacional, da qual o Paraná também participa. A paralisação dura três dias e tem a adesão de oito dos 10 sindicatos existentes.

Quem preside a greve é Laélio Malheiros, ao lado dos diretores Roberto Taddei, Esaú Teixeira, Obertino Miranda, Guilherme Scholtz Sobrinho, João Davôla e José Rangel Franco.

A luta acontece pela unificação das caixas de aposentadoria e pensões,



durante os dias 5, 6 e 7 de julho. O estado foi o quinto a parar com as atividades bancárias e aderiu à greve em 7 de julho, depois dos sindicatos do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Belo Horizonte. Entretanto, a paralisação encerrou-se somente no dia 9, depois que os diretores de Curitiba receberam um telegrama do Sindicato do Rio, comunicando sobre a assinatura de um acordo com o governo.

As notícias nacionais sobre a greve eram restritas e chegavam por meio de telégrafos, o que dificultava a veiculação de matérias e maiores adesões ao movimento. Mesmo com essas limitações, a mídia local da época retratava a paralisação como um fato inédito no país, além de relatar a força da categoria em poder causar prejuízos não pequenos ao Brasil.

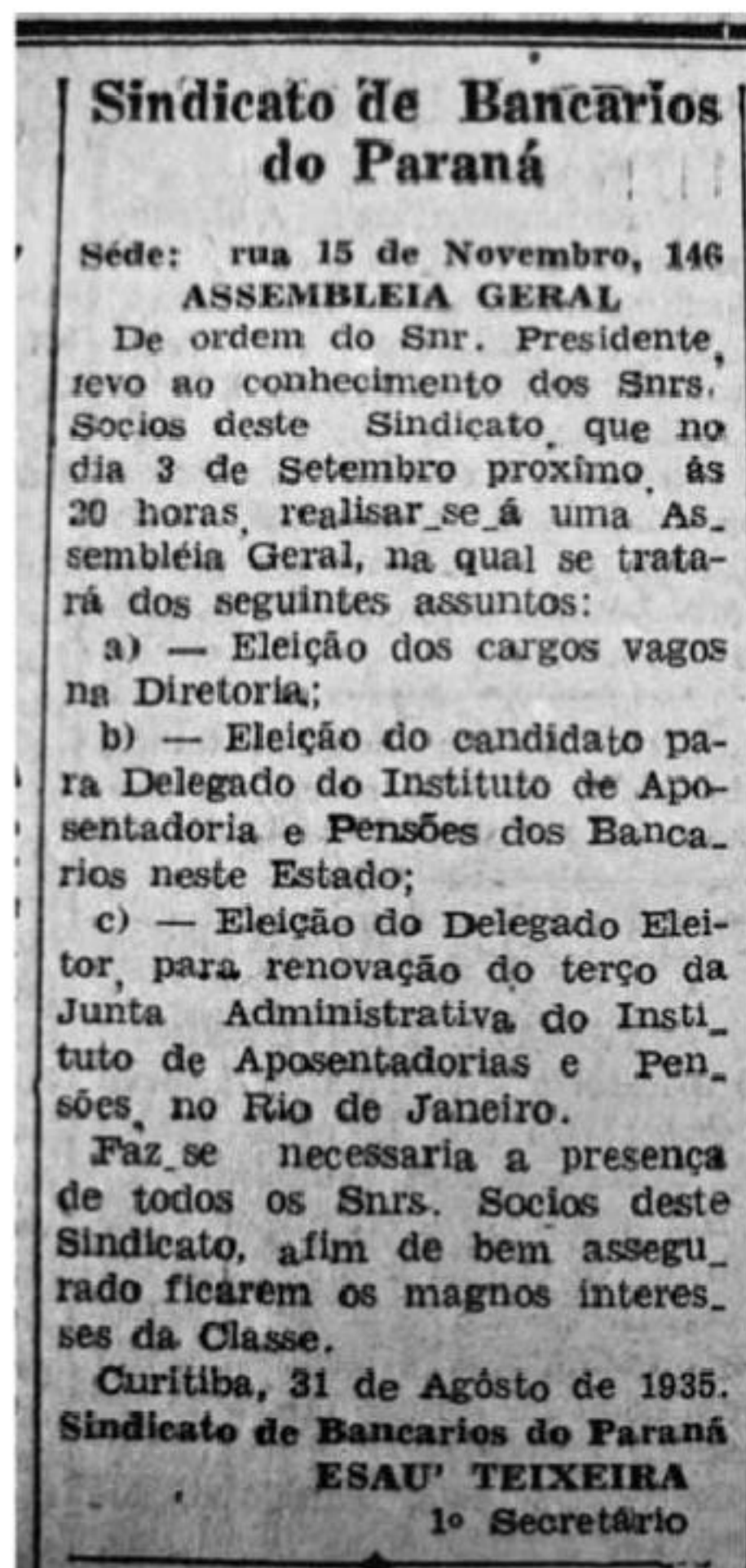
Em Curitiba a concentração dos bancários acontecia no centro da cidade, na Rua XV de Novembro, onde se situava a maioria dos bancos da época, entre eles Banco Comercial do Paraná, Banco do Estado do Paraná (Banestado), Citibank e Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina (INCO). Também era localizada na Rua XV de Novembro<sup>4</sup> a primeira sede do Sindicato, fato que facilitava a comunicação entre bancários e sindicalistas.

O assunto em discussão estava sendo tratado desde o ano de 1930, quando o governo federal criou os Institutos de Previdência Social (IAPs), benefício até então restrito ao setor privado. Em 1932, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio apresentou proposta à classe bancária, mas esta foi descartada e a criação de outro projeto foi realizada. Constantes reuniões eram feitas entre os principais sindicatos do país a fim de assegurar benefícios previdenciários – pensões e aposentadoria – e serviços assistenciais. A discordância entre governo e sindicatos culminou na greve de 1934.



<sup>4</sup>O Sindicato teve sua primeira sede situada na XV de Novembro, número 86. No ano de 1935 mudou-se para o número 146 da mesma rua.





Os bancários somente retornaram ao trabalho depois de um compromisso firmado com o Ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, em que a lei do instituto único seria assinada, além da garantia que não haveria punições aos grevistas. Dois meses depois, a greve atinge definitivamente seu objetivo, com a edição do Decreto-Lei 54, de 12/9/1934, que regulamentava o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB); uma importante conquista na história dos bancários (KAREPOVS, 1994, p. 30).

Há quem trate esse episódio como fundamental para a consolidação do sindicalismo bancário em todo o país pela sua proximidade com a criação da lei sindical e o complicado adequamento dos sindicatos ao governo. A classe bancária até então era dasassistida e a partir desse momento passa a ter benefícios e reconhecimento, o que impulsiona o comprometimento da classe com a política de Vargas.

A organização do IAPB inicialmente era horizontal e seus dirigentes eram indicados pelo governo. Aos sindicatos cabia a escolha de seus delegados locais. No Paraná, a diretoria de 1934, representada pelo 1º secretário Esau Teixeira, convoca assembleia para escolher o primeiro delegado local do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários.

Somente em 1956 os sindicatos puderam indicar um presidente nacional para o Instituto. Enos Sadock de Sá Motta assume, mas seu mandato dura pouco devido a divergências políticas entre as lideranças sindicais: ele é destituído do cargo. Então, em 1960 toma posse um funcionário do Banestado, Edgar Rocha Costa, indicado pelos sindicatos do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Marcado por grandes realizações, o mandato de Edgar trouxe diversas conquistas à categoria,

como a compra do Hospital da Lagoa no Rio de Janeiro, que posteriormente foi integrado ao extinto INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social).

Em Curitiba, o IABP foi responsável pela criação de condomínios e prédios, vendidos aos bancários por um programa especial de habitação. O Instituto também disponibilizava médicos, dentistas, restaurantes, centro de ginástica e salões de estética aos bancários, com alta qualidade e a preços populares.

<sup>5</sup> O PCB nasceu em 1922 e atuou na maior parte de sua história na clandestinidade. Somente em 1985 foi legalizado de maneira definitiva. O partido luta desde seu início pela transformação radical da sociedade, visando à substituição do sistema capitalista pelo comunista.

Informações do livro *Velhos Vermelhos – História e Memória dos dirigentes comunistas do Paraná*, de Adriano Codato e Márcio Kieller.

## Influências Políticas: PCB e a Coluna Prestes

Na década de 30, a organização sindical na maior parte do país recebia influências do movimento de oposição ao governo de Getúlio Vargas, encabeçado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>5</sup>, que traduzia as reivindicações do proletariado em geral desde sua



criação em 1922. Muitos militantes eram também sindicalistas e participavam de constantes reuniões e manifestos contra o governo autoritário de Vargas e em prol da criação de um estado comunista.

No Paraná, assim como no restante do país, a luta dos bancários era liderada por dirigentes políticos envolvidos com o movimento comunista. As famílias Printz e Manfredini tinham fortes ligações com o PCB<sup>6</sup> no Paraná e envolvimento direto com o Sindicato dos Bancários do Paraná.

O Sindicato era um dos comitês de trabalho do PCB, além de construir a luta da categoria. Walfrido Soares de Oliveira, um dos fundadores do PCB no Paraná, era um forte influenciador do sindicalismo bancário nas décadas de 30 e 40.

Em Ponta Grossa um núcleo comunista de agricultores era chefiado pelo bancário Dário Printz, e organizado pelo também bancário Felipe Chede<sup>7</sup>. Dário Printz é irmão de Arpad Printz, um dos responsáveis pela consolidação do PCB no país.

Em uma ocasião logo após crise de 1929, Dário Printz coordenou um comício direcionado à população de Curitiba em que reuniu 700 pessoas em três dias. Lá discorreu sobre a ideologia defendida pelo PCB e houve também a distribuição de folhetos de propaganda.

Embora os esforços do movimento comunista<sup>8</sup> em mobilizar a população brasileira frente aos ideais socialistas, vem em 1934 a grande surpresa. Junto à nova Constituição estabelecida em 16 de julho; que trouxe novidades como o voto secreto, ensino primário obrigatório, o voto feminino, além de outras diversas leis trabalhistas; um decreto determinava que o próximo presidente da república seria eleito de forma indireta pelos membros da Assembleia Constituinte. Obviamente, Getúlio Vargas saiu vitorioso dessa eleição.

Nesse novo cenário, as lutas sindicais eram fortemente combatidas pelo governo. O cerco fecha-se entre os grupos de esquerda e personalidades sindicais que eram não raramente ligadas ao movimento socialista. Muitos são presos. Em 1935, Dário Printz é preso e encaminhado à delegacia de assuntos políticos.

Não demora muito para que o movimento esquerdista organize-se e tente derrubar Vargas do poder. O PCB, aliado a líderes sindicais, socialistas, ex-tenentes reformistas, profissionais liberais, cria então a Aliança Nacional Libertadora (ANL) com objetivos



Dário Printz em foto contida no DOPS.

<sup>6</sup> Verifica-se também, nesse período, forte ligação do PCB com o movimento operário, assim como diversos outros: ferroviário, construção civil e agricultores do interior do Paraná.

<sup>7</sup> Felipe Chede era bancário em Paranaguá, mas atuava ativamente em outros municípios pelo Comitê Estadual do Partido Comunista.

Dados das fichas do DOPS de Dário Printz e Felipe Chede.

<sup>8</sup> Instituições bancárias pediam informações ao DOPS sobre os trabalhadores a serem contratados. Muitos não eram admitidos quando fichados.



democráticos, nacionalistas e reformistas. Seu grupo era liderado por Luís Carlos Prestes e sua mulher Olga Benário.

Depois de difundir os ideais socialistas pelo interior do país, a ANL é considerada ilegal em julho de 1935, posteriormente à aprovação da Lei de Segurança Nacional, que definia crimes contra a ordem política e social da nação. Demora apenas quatro meses para a Aliança Nacional Libertadora organizar uma revolta armada que pretendia tomar o país das mãos de Getúlio Vargas, conhecida popularmente como a Revolta Vermelha.

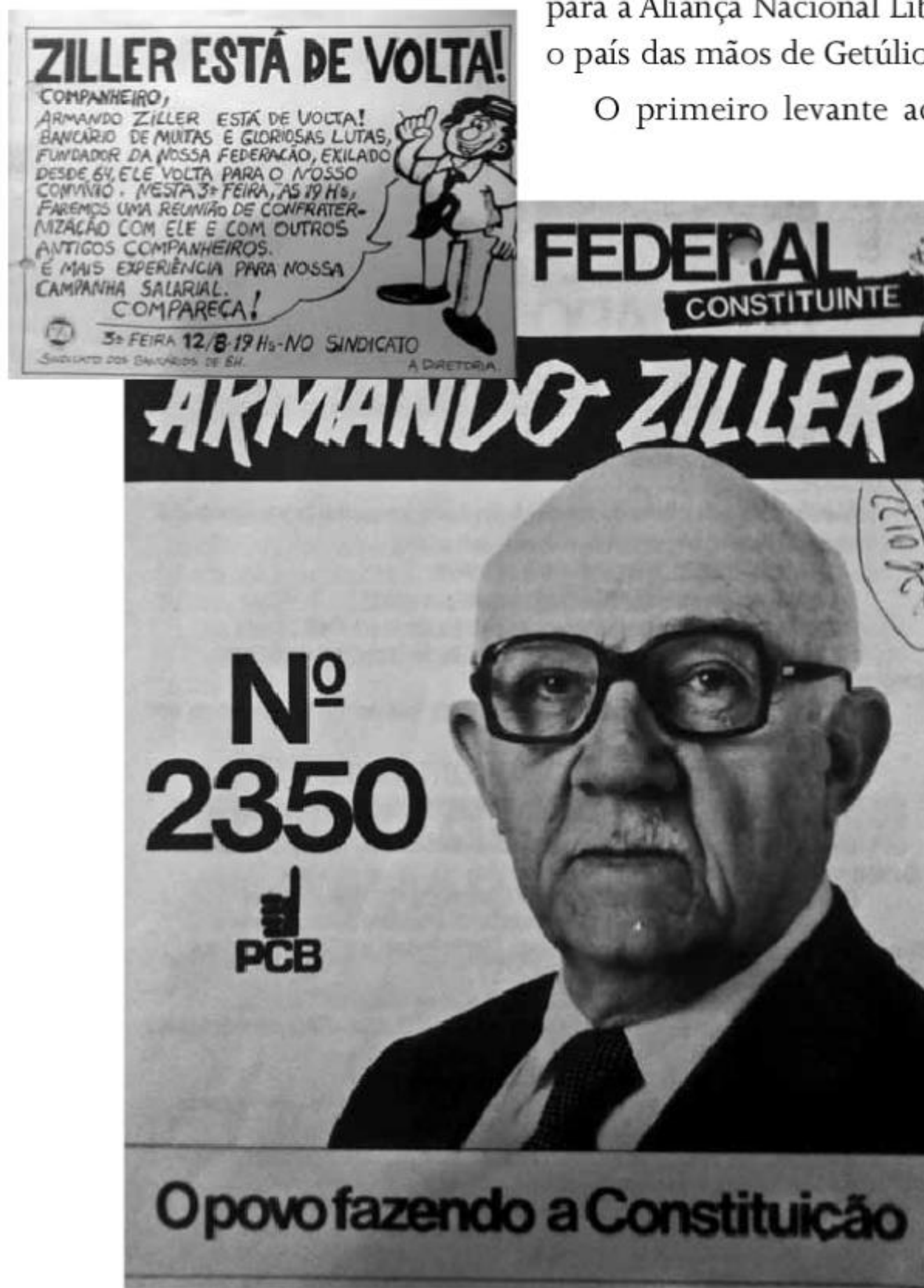
O primeiro levante aconteceu na noite do dia 23 de novembro de 1935, em Natal, seguido pelo Recife, e Rio de Janeiro em 27 de novembro. Logo após, a revolução deveria ganhar outros focos no país.

Verificamos a participação do Sindicato dos Bancários do Paraná em ações realizadas pelos seus principais militantes. Em 1935, o bancário Felipe Chede preside a Aliança Nacional Libertadora em Paranaguá e organiza localmente o Levante Comunista em 27/11/1935. Felipe organizava reuniões constantes no Templo Maçônico da cidade, em que diversos temas sociais eram discutidos. Um dos últimos temas levantados por ele, antes do levante em 1935, era o preço abusivo do pão, e o anúncio de abertura de padarias populares através de um possível regime comunista.

Entretanto, sem organização e com pouco apoio da população, a revolta foi controlada em poucos dias, levando o movimento comunista a ser alvo de grande repressão. Durante o ano de 1936 foi criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo e o atestado de ideologia passou a ser requerido a todos que exercessem cargos públicos. Nos sindicatos, aplicava-se a mesma regra (KIELLER, 2008, p. 212).

Alguns sindicatos sofrem intervenção em razão da influência dos comunistas em sua direção. A diretoria do Sindicato de São Paulo renuncia, na tentativa de preservar os princípios reivindicatórios que vinham mobilizando a categoria.

Diversas diretorias submetem-se à criação de novos estatutos internos e enquadram-se no modelo do governo. Durante sete anos, o Sindicato de São Paulo ficou atrelado ao estado. A reviravolta aconteceu somente em 1946,



Armando Ziller, líder bancário em Curitiba de 1935 a 1940, militou clandestinamente durante anos no PCB. Foi eleito deputado estadual de Minas Gerais pelo partido em 1947.



quando assume uma diretoria ligada aos movimentos esquerdistas.

No Paraná verificamos a continuidade de lideranças afinadas às práticas comunistas no período pré e pós-Estado Novo.

## O Sindicato durante o Estado Novo

O momento histórico em que o país vive a partir de 1937 esclarece os poucos documentos encontrados desse período e os depoimentos amedrontados de sindicalistas que viveram perseguições. Isso começa quando Getúlio Vargas derruba a Constituição e declara o Estado Novo, período ditatorial que persiste até 1945.

Uma nova constituição é promulgada, substituindo a de 1934, e recebe o apelido de Polaca, por ter sido baseada na Constituição autoritária da Polônia. Vargas determina o fechamento do Congresso Nacional e a extinção dos partidos políticos. Os meios de comunicação sofrem censura pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão que divulga amplamente as ações do governo.

Nesse novo período o sindicalismo sofre com a nova legislação. Apenas o sindicato reconhecido pelo Estado tinha o direito de representação legal dos que participassem da categoria de produção para que foi constituído. A greve é considerada prática antissocial, nociva ao trabalho.

No Sindicato do Paraná as reuniões eram realizadas basicamente para aprovação de novos sócios e assinatura de acordos de revisão salarial. Lidera a entidade nesse momento o carioca Armando Ziller<sup>9</sup>, que fora transferido da cidade de Santos (SP) para Curitiba. Funcionário do Banco do Brasil, Ziller fez concurso em sua cidade natal, tomando posse do cargo na agência de Santos. Lá participou ativamente do embrião do futuro Sindicato de Santos (BARBOSA, 2007, p. 15). Na capital paranaense participou da consolidação do Sindicato dos Bancários, sendo presidente em 1938.

Ainda sob a presidência de Ziller, o Sindicato dos Bancários do Paraná participou do Primeiro Congresso Brasileiro de Bancários, realizado na cidade de Recife (PE), entre os dias 17 e 23 de dezembro. O evento reuniu o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e os interventores representando 14 estados brasileiros.

Em 1939, a Lei 1.402, chamada de lei do enquadramento sindical, eliminou o pluralismo sindical e cancelou o registro de todos os


**“A medida é daquelas que deve merecer o aplauso incondicional de todos os bancários, pois não deixa dúvidas quanto aos objetivos práticos que poderiam ser conseguidos, em benefício dos leais servidores bancários, além de demonstrar com sensível eloquência o mais elevado propósito dos colegas do Norte em colaboração mais íntima com os seus colegas do Sul, numa conjugação de entendimentos da qual poder-se-ia colher os mais sazonados frutos”.**

Trecho da carta de 21 de Setembro de 1939 do Sindicato dos Bancários do Paraná

<sup>9</sup> Armando Ziller nasceu em 3 de setembro de 1908 na cidade do Rio de Janeiro. Foi um dos principais articuladores do reconhecimento do Sindicato dos Bancários do Paraná perante a nova lei sindical no ano de 1942.




**DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL**



PARANÁ

Região Geral  
1.635



Photographia tirada no mes de **MAIO** de 1936

Nome **JULIO MANFREDINI**      Vulgo \_\_\_\_\_

| QUALIFICAÇÃO  | MARCAS PARTICULARES   |
|---|---|
| Filho de Pedro Manfredini e de Maria Manfredini   | Cabelhas, Pavilhão afastado; fronte mediana, sobrancelhas arqueadas, palpebras descobertas, constituição mediana, cabelos grisalhos, olhos esverdeados, barba feita, bigodes raspados, cor branca, nariz ondulado, boca regular, lábios finos, queixo ligeiramente saliente, dentes regulares, voz grossa, altura 1,75 cm., rosto calvície incipiente; Mão esquerda cicatriz irregular no nucleo do anular, pequenas cicatrizes no dorso. |
| Nacionalidade Brasileira  |   |
| Naturalidade: Est. do Paraná  |   |
| Localidade: Forte de Cima   |   |
| Idade: cinquenta e quatro Anos  |   |
| Estado Civil: Casado  |   |
| Profissão atual: Func. Publico  |   |
| Sabe ler e escrever? Sim  |   |
| Residência atual: Rua Saldanha Marinho nº 1.176   |   |
| Residências anteriores _____  |   |
| <p>Nome das pessoas que conhecem as respectivas residências: Cesar Bitencourt, Jor. genro, Avary Manfredini Bitencourt, filha, residentes á Rua Sald. Marinho, 1.176; Ju. lieja Manfredini, cunhada, viuva e reside á Rua Aug. Stelfes, 899, Alberto Manfredini, irmão e reside em Antonina-comerciante-; Alexandre Manfredini, irmão, residente em Ponta Grossa, á rua da Matriz, prop. de of. mecanica; Jurandyr, Gilberto e Javer Manfredini, filhos, sendo o 1º residente no Rio de Jan. (medico do Exército). O 2º reside em Ponta Grossa, Julio e Javer, residentes com o fichado. Amigos: - João Roncaglio e outros no Paraná, e em Curitiba, Curitiba Capital, Albino Raschendorfer, Rubens Costas, Pericles M. Ferreira, Sulpino Colaço, Mario Ghelardi, e outros.</p> |   |

<sup>10</sup> Na ocasião foram estabelecidos 14 diferentes valores de mínimo, para serem aplicados em 14 áreas delimitadas pelo governo federal. Apenas em 1984 o salário mínimo foi unificado no país inteiro (Bancários, n. 31, p. 31, maio de 2008).

sindicatos oficializados. Muitas entidades foram fechadas.

Assume nesse ano o Sindicato dos Bancários do Paraná o Sr. Julio Manfredini, já com o direito de exercer seu mandato por dois anos. Antes de 1939, os cargos administrativos e representativos duravam somente um ano, sem direito à reeleição.

Para um novo registro, era obrigatória a aceitação das novas regras fixadas pela lei: processo eleitoral dirigido por um presidente escolhido pelo MTE, orçamento submetido ao Ministério, apresentação de relatório anual e aprovação do MTE para as assembleias. Em 1939 há ainda a criação do imposto sindical e um ano depois Vargas decreta a lei do salário mínimo<sup>10</sup> (Decreto-Lei 2 2.162, de 12 de maio de 1940), argumentos utilizados para a sustentação do poder de Vargas e como instrumento de manipulação política (KAREPOVS, 1994, p. 45-46).

Em 27 de março de 1942 é reconhecido pela nova lei o Sindicato dos Bancários do Paraná, que passaria a se chamar Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Paraná (SEEB – PR).

A partir dessa data o número de filiações aumenta, comparado com os primeiros anos do Sindicato. Calcula-se que em 1937 fossem aproximados 500 filiados. Ao final da década de 50 este número ultrapassaria seis mil.

Em 1º de maio de 1943 é aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), unificando toda a legislação trabalhista criada por Getúlio Vargas durante seus 13 anos de governo. Até os dias de hoje, as CLTs continuam sendo o principal instru-



mento para regulamentar as relações de trabalho. Entretanto, a legislação mantém o tratamento sindical repressivo e autoritário como nos outros anos.

A maioria dos sindicalistas da época era submetida a interrogatórios após serem recolhidos à Delegacia de Ordem Política e Social<sup>11</sup> (DOPS), onde ficavam até semanas detidos respondendo questionamentos da Polícia Civil.

Na casa do dirigente sindical Nillo Biazetto<sup>12</sup>, documentos e fotos foram enterrados no quintal a fim de não revelar as pretensões parevistas, suas reivindicações e aspirações comunistas.

Movimentos pela redemocratização do país surgem a partir de 1943 e são defendidos pelos mais diversos setores da sociedade, como estudantes, trabalhadores e sindicalistas.

O Sindicato dos Bancários promovia grandes assembleias em locais públicos em favor dos trabalhadores e se fortalecia perante a categoria localmente.

Diante das pressões, Vargas promove um reordenamento em seu governo e se aproxima da oposição. Luís Carlos Prestes, que havia ficado preso durante o Estado Novo, chegou a defender a política de Vargas em um de seus discursos em 1945. Nesse mesmo ano, são convocadas eleições para o mês de dezembro. Surgem 12 novos partidos políticos nacionais, sendo alguns dos mais importantes a União Democrática Nacional (UDN), que reunia grande parte das oposições; o Partido Social Democrático (PSD); e, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formado a partir da base sindical controlada por Vargas.

Enquanto a UDN apoiou a candidatura de Eduardo Gomes, o PSD lançou a do general Eurico Gaspar Dutra, que foi empossado em janeiro de 1946.

Um acordo interpartidário entre PSD e UDN leva à marginalização Vargas e o PTB. Os comunistas que haviam obtido resultados eleitorais expressivos nas eleições e que mantinham forte ligação com os sindicatos que representavam os bancários tornam-se vítimas de uma ferrenha perseguição por parte do governo. Economicamente, o país era conduzido a partir de políticas liberais, pelo rápido esgotamento das reservas cambiais acumuladas durante a Segunda Guerra Mundial e por uma severa política de arrocho salarial, debilitando a situação do trabalhador assalariado<sup>13</sup>.



Jacob Schmidt é citado na lista da Delegacia de Ordem Social e Política entre os principais líderes do PCB da época.

<sup>11</sup> O DOPS foi criado em 1924 pelo governo brasileiro e utilizado principalmente durante o Estado Novo e posteriormente no Regime Militar, que teve início em 1964.

<sup>12</sup> Nillo Biazetto, dirigente sindical bancário, era integrante do Partido Comunista do Brasil na década de 40 e participava ativamente do comitê estadual. Em documento encontrado no DOPS, ele cita em carta Jacob Schmidt como companheiro do partido.

<sup>13</sup> Informações retiradas do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Escola de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas. Sob consulta o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930, FGV. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.



## A Segunda Grande Guerra

Nas primeiras horas de 1º de setembro de 1939 estoura o que muitos ainda não acreditavam ser uma guerra mundial. A princípio, um exército alemão de 100.000 soldados profissionais tomara a Polônia, um país cuja tropa mantinha armamento rústico e pouquíssimas chances de vitória.

Premeditadamente, pactos entre a Inglaterra e a França com a Polônia haviam sido firmados com o objetivo de garantir a integridade do país polonês, o que levou uma ofensiva franco-britânica contra a Alemanha nos dias que se sucederam ao primeiro ataque.

Vários países estavam em guerra no continente europeu e asiático, a maioria com objetivos expansionistas. Isso levou à formação de alianças, principalmente depois de eventos grandiosos como a invasão alemã sobre a União Soviética e o ataque japonês contra Pearl Harbor (EUA), em julho de 1941.

De um lado ficaram Itália, Alemanha e Japão formando os países líderes do Eixo e de outro os Aliados, com França, Inglaterra e Estados Unidos. A União Soviética também em guerra com a Alemanha acaba por colaborar com os Aliados.

É devido ao ataque a Pearl Harbor que o Brasil rompe suas relações com a Alemanha, Japão e Itália e mais tarde, em 1943, forma a Força Expedicionária Brasileira (FEB) sob o comando do marechal Mascarenhas de Moraes. Tropas brasileiras estabelecem vitórias de grande repercussão no meio dos Aliados.

A guerra acaba somente em 1945 com a derrota dos países do Eixo. Os russos tomam Berlim em 22 de abril de 1945. O Japão rende-se dias após os ataques a Hiroshima e Nagasaki, em que mais de 200 mil pessoas morreram vítimas de duas bombas nucleares lançadas por norte-americanos.

No meio bancário, encontramos no Departamento de Ordem Social a ficha de Euclides Ludmig, datada de 26 de setembro de 1942, onde consta que ele, na época funcionário do Banco Alemão em Curitiba, havia sido detido por ser simpatizante do nazismo. A informação foi constatada em interrogatório, quando o bancário havia afirmado que sintonizava todos os dias o rádio em uma emissora de Berlim, capital da Alemanha.

**DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL**  
FICHARIO PROFISSIONAL INDIVIDUAL

Nome **EUCLIDES LUDMIG.-** Vales  
Data **26-9-1.942.-** Provisoria da Delegacia N.  
Prof. **Banco Alemão**  
Idade **34** Data do Nascimento **1908**  
Nacionalidade **Brasileira.-** Natural de  
Estado Civil **Profissão Func. do Banco Alemão**  
Local do trabalho **Curitiba**  
Residência atual **Beneficário.-**  
Residências anteriores  
E sindicalizado **Sindicatos = 1**  
Frequentar  
Nome e residência dos conhecidos parentes:  
Notas Gerais:

Em 26-9-1.942.- transitou por esta seção a parte da S.I. desta DOPS, de nº 1.114 do Agente S. Jetralli, informando ao Sr. Dr. Delegado, que o filiado é funcionário do Banco Alemão, e que todos os dias liga o seu aparelho de rádio receptor para a emissora de Berlim, conforme o Agente escutou na noite de 23 para 24 de setembro de 1942.-  
Em 26-9-44.- Transitou por esta seção um seu requerimento, dirigido ao Sr. Dr. Delegado de O.P. e Social, solicitando as atestadas de antecedentes políticos-sociais, para fins de emprego. Sendo inf.º que consta a respeito.-  
Em 26-9-44.- Interferido. Foi comunicado com off.º nº 1.035/44, desta DOPS, ao Sr. Bertino Martins de Miranda, D.D., Presidente do "Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Paraná", que o fichado, sempre, foi fervoroso simpatizante do nazismo, tendo sido constatado, durante observação da S.I. desta DOPS, que o mesmo citava sistematicamente, e seu rádio para as emissoras nazistas. (Vide Off.º 1039, de 18/9/44, cópia, uma pasta dos Sindicatos.-)  
Em 26-9-44.- Transitou por esta seção de um telegrama de nº 25476, do M. de Trabalho, dirigido ao Sr. Dr. Delegado, e fim de instruir o processo a cargo da Seção Especial solicita urgente e reservadas informações das atividades políticas exercidas no âmbito da ficha, sendo inf.º que consta, de acordo com a informação fornecida no off.º nº 1.035, ao D.D., Presidente do "Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Paraná", a respeito de Sindicatos.- (Arquivado na pasta MINISTÉRIO DO TRABALHO).

Fonte: Larousse do Brasil – A Segunda Guerra Mundial, volume 1 e 2.



## A Greve Nacional de 1946

A vitória de Eurico Dutra provocou extrema tensão política no país e antes mesmo de assumir a presidência, estouraram diversas greves trabalhistas.

Já em sua sede própria, situada na Rua José Loureiro, no Edifício Mauá, 10º andar, o Sindicato do Paraná planejava a sua primeira greve depois de vários anos. A exigência era a criação de um adicional por tempo de serviço, o quinquênio, e da organização de quadros de funcionários.

A paralisação, que aconteceu durante o mês de janeiro, foi articulada nacionalmente e recebia comando do Sindicato do Rio de Janeiro, ainda capital federal. O movimento ganhou apoio de muitas entidades por todo o Brasil e durou 20 dias. Esta, que foi a segunda greve nacional da categoria, mobilizou mais de 40 mil trabalhadores.

Em Curitiba a greve foi liderada pelo representante carioca Armando Bacellar Costa, funcionário do Banco do Brasil (BB) e coronel da Força Aérea; José Loureiro de Siqueira, presidente do Sindicato no biênio 1944-1946; além de dois jovens dirigentes locais, Nillo Biazetto, do Banestado, e Nelson Torres Galvão, do Banco do Brasil. Estavam também entre seus articuladores nomes como o de José Bonifácio de Barros Pimpão, um dos dirigentes da primeira grande greve de 1934. Pimpão era diretor social e esportivo naquela época e assumia o cargo de tesoureiro em 1944.

O sucesso estava certo para os participantes da assembleia realizada um dia antes da greve ter início, que reuniu mais de 1.000 bancários, quase a totalidade da categoria na cidade. Mas, apesar de sua grande adesão, muitos bancários só concordaram com o movimento dias depois de seu início, no dia 25/1/1946. Alguns bancos continuaram funcionando mesmo com a deficiência de pessoal, como foi o caso do Banco do Brasil, que ainda encontrava-se aberto, funcionando com o trabalho de diretores, gerentes e alguns bancários.

No Paraná, contabilizou-se 12 o número de cidades em que os bancos deixaram de funcionar.

Essa greve contou com amplo apoio do movimento comunista em Curitiba e recebia influência do PCB, exercida nas figuras de Walfrido S. de Oliveira e Flávio Ribeiro.

Uma das características marcantes dessa e das diversas manifestações que se seguiram é o tom bem humorado e criativo que os bancários

**“A solução aceita vem provar mais uma vez a transigência do espírito de patriotismo bancário. Nossa vitória não é todavia material, mas a que resulta na consolidação e unidade da família bancária, da solidariedade da classe trabalhadora e do apoio recebido pelo povo e seus representantes na Constituinte”,**

Armando Bacellar acerca da greve ao *Jornal Diário do Paraná*, de 13/2/1946.





Nelson Torres Galvão falou durante Assembléia Geral no dia 31 de janeiro de 1946 sobre a necessidade da prevenção contra elementos divisionistas que procuram lançar o problema político dentro da classe anulando assim o formidável poder que é a unidade e a coesão

Fonte: Diário do Paraná 01.02.1946

do Paraná assumem diante dos problemas enfrentados. Em Curitiba aproximadamente 200 bancários, convertidos em homens-sanduíches, transportavam cartazes no peito e nas costas com legendas alusivas ao movimento. Uma dizia: “Os banqueiros estão com o ouro, os bancários com a razão”. Nessa ocasião, a propaganda da greve era realizada através de folhetins e de matérias na mídia nacional, com muitos desenhos que representavam os banqueiros como homens fartos e indiferentes e os bancários definhando em busca de alimento.

Outro ponto relevante foi a maneira que os dirigentes da entidade encontraram para manter os bancários mobilizados. Diariamente eram promovidos bailes, jantares com música e campeonatos de ping-pong relâmpagos para motivar a categoria. Isso garantiu a continuidade da unidade dos bancários e impediu o desmantelamento da paralisação frente aos artifícios utilizados pelos banqueiros para forçar a abertura dos bancos.

Em meio à greve, banqueiros publicaram em vários veículos de comunicação do estado (Gazeta do Povo e Diário do Paraná) e também nacionais matérias que noticiavam que a greve tinha finalmente terminado. No dia 2 de fevereiro de 1946, banqueiros utilizaram a Rádio Difusora de São Paulo para noticiar “oficialmente” o fim da greve. Do outro lado, o Sindicato enviava aos jornais notas e pagava veiculações desmentindo as informações e alertando que a volta ao trabalho deveria ser determinada somente pelo Sindicato, em assembleia geral.

O Sindicato também criou um “Fundo de Resistência” para o qual a maioria dos



bancários contribuiu voluntariamente. Isso permitiu a força e o prolongamento da greve. O fundo servia para manutenção da greve, locação de espaços, promoção de eventos e assembleias e para auxiliar os grevistas que necessitavam de amparo financeiro.

Dias antes do acordo, em 12 de fevereiro, os banqueiros publicaram editais na imprensa para convocação de bancários, para que voltassem ao trabalho sobre ameaça de aplicação das penalidades previstas no artigo 723 da Consolidação das Leis de Trabalho (CLTs).

A greve termina em 13 de fevereiro, depois de assumir o novo governo de Dutra (31/1/1946). Na negociação surgem novas reivindicações, como a criação de um salário profissional à categoria, além do pedido de criação de critérios de promoção.

Na reunião conciliatória feita com o então Ministro do Trabalho Neirão Lima foram concedidos abonos anuais incorporados aos salários, aumento e reajuste retroativo a 1/1/1946, além da promessa de que o projeto do salário mínimo profissional continuaria a ser examinado. Quanto à não punição aos grevistas, Lima não assumiu nenhum compromisso com a categoria nem com os banqueiros, conforme entrevista cedida à imprensa: “o governo não vai tomar qualquer medida de compulsão contra banqueiros e bancários. Os bancários que quiserem permanecer em greve não serão molestados, os bancários que quiserem voltar terão assegurado este direito. Os empregadores que usarem da lei também não serão molestados”<sup>14</sup>. Ao final do acontecido, os dias parados foram pagos pelos bancos integralmente.

Poucos são persistentes e permanecem em greve. Em forma de protesto, alguns colocavam mesinhas nas calçadas para angariar donativos da população a fim de garantir a manutenção de bancários.

Sem grandes conquistas, como relata O JORNAL, o Sindicato afasta-se de maneira temporária do movimento comunista. Segundo



O Artigo 723 (1º de maio de 1943) da CLT dizia: - Os empregados que, coletivamente e sem prévia autorização do tribunal competente, abandonarem o serviço, ou desobedecerem a qualquer decisão proferida em dissídio, incorrerão nas seguintes penalidades:

- a) suspensão do emprego até 6 meses, ou dispensa do mesmo;
- b) perda do cargo de representação profissional em cujo desempenho estiverem;
- c) suspensão, pelo prazo de 2 anos a 5 anos, do direito de serem eleitos para cargo de representação profissional.

Esta Lei foi revogada pela Lei 9.842, de 7/10/1999.

<sup>14</sup>Declaração dada em entrevista ao Jornal *Gazeta do Povo* de 12/02/1946, página 3.



denunciava este veículo de comunicação do Paraná, o Sindicato destinava o dinheiro arrecadado das greves ao PCB. Entretanto, depois desses acontecimentos, seus principais líderes passam a questionar o direcionamento ideológico do partido aos movimentos paredistas ao não ter as reivindicações da classe alcançadas por completo. Alguns dirigentes, quando perguntados sobre o posicionamento ideológico que possibilitou a organização da classe nos anos seguintes à greve de 1946, preferem argumentar que o não radicalismo e a articulação interna nos sindicatos é que foram os responsáveis pelo continuísmo dos ideais trabalhistas durante os não poucos anos em que o Sindicato esteve nas mãos de interventores.

## O intervencionismo de Dutra

A história sindical do país é marcada nesse período por uma série de medidas que restringem as liberdades democráticas. As reivindicações trabalhistas passam a ser encaradas como ameaça comunista.

No ano em que iniciou seu governo, Dutra suspendeu as eleições nos sindicatos. Cerca de 400 entidades em todo o país sofreram intervenções e tiveram cassados os mandatos de seus diretores. Na maioria dos casos, foram nomeadas pessoas da simpatia do patronato.

Presidiu o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Paraná até o momento intervencionista de Dutra Aldo Moacir Leal Machado, líder da greve de 1946, militante antigo do Partido Comunista do Brasil e partícipe da Confederação

# O MUT cogio instrumento do Partido Comunista

Para o exercício de suas atividades à margem da lei

RIO, 26 (A.N.) — O Chefe de Polícia, sr. Pereira Lima, enviou uma representação ao Presidente do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, a respeito das atividades ilegais do Movimento Unificador dos Trabalhadores, M.U.T., do qual transcrevemos os seguintes itens: "Na sindicância determinada para apurar a relação existente entre o M.U.T. e o Partido Comunista, foram colhidas provas que deixam fóra de dúvida ser o M.U.T. um dos vários órgãos de que se vale aquele partido internacional para suas atividades à margem da lei, ou seja, no clima da ilegalidade.

Está igualmente apurado pelas autoridades que o M.U.T. tem recebido auxílio financeiro e tem pago despesas suas, com dinheiro proveniente dos Sindicatos.

É ainda certo que o M.U.T. tem ligação com organizações estrangeiras, das quais recebe palavras de ordem, estando documentadas suas articulações com a C.T.A.L., no México, e com a Federação Mundial Sindical, em Paris, tendo tido ação pública e notória na incitação e manutenção de greves e em movimentos de perturbação da ordem, ocorridos em todo o Brasil, como, "verbi gratia", nas paralisações do trabalho no pólo de Santos.

O projeto de estatutos do M.U.T. revela que sua organização é na base de conselhos, correspondendo na tática comunista aos soviets, existindo o Conselho Nacional e os deliberativos estaduais e municipais, exprimindo o artigo 123 do mesmo projeto a feição totalitária, e mono-partidária, asseguradas por medidas de punição "xungo para entidades, defensores e cidadãos em geral, que contrariem princípios, ou se oponham aos objetivos do M.U.T."

O governo de Dutra proibiu a existência do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT). O MUT havia sido organizado para fins de construção de um sindicalismo trabalhista autônomo livre da rotineira interferência estatal.

ALDO MOACIR LEAL MACHADO

1343 DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

REGISTRO PROVISIONAL INDIVIDUAL

|  |   |                            |  |            |
|--|---|----------------------------|--|------------|
| Nome                                       | ALDO MOACIR LEAL MACHADO  | Valgo                      |  |            |
| Data                                       |   | Prontuário na Delegacia N. |  |            |
| Pai  | LAURENTINO AUGUSTO MACHADO  | Mãe                        | ALAYDE PINHEIRO MACHADO.                               |            |
| Idade                                      | 57 anos   | Data do Nascimento         | 20/11/1907. Sexo                                       | Masculino. |
| Nacionalidade                              | Brasileira.   | Natural de                 |  |            |
| Estado Civil                               |   | Profissão                  | Bancário   |            |
| Local do Trabalho                          | Banco do Brasil.  | Ordenado                   |  |            |
| Residência atual                           | Curitiba - PRESIDENTE DO SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECI-<br>MENTOS BANCARIOS. (Conselho Fiscal) |                            |  |            |
| Residências anteriores                     |   |                            |  |            |
| É sindicalizado                            | Sim.  |                            | sindicatos e locais que costumam frequentar Bancários. |            |
| Nome e residência dos conhecidos parentes: |   |                            |  |            |
| Notas Cronológicas:                        |   |                            |  |            |

Ficha do Dops de Aldo Moacir Leal Machado



# A Polícia Interfere no Segundo Congresso Sindical do Paraná

**SÓ PERMITIRA A REALIZAÇÃO DO CONGRESSO SE FOREM AFASTADOS OS ELEMENTOS COMUNISTAS QUE DELE PARTICIPAM**

As que estamos informados, de fonte digna de crédito, a polícia interferiu na realização do Segundo Congresso Sindical do Paraná, determinando a suspensão dos trabalhos que se processavam, enquanto elementos comunistas participa-

rem das diversas comissões organizadoras desse movimento trabalhista do Estado. Essa medida visa acastelar o interesse público contra a influência de correntes políticas no seio de entidades de classe.

Dessa forma, ao que parece, não mais se realizará o 2.º Congresso Sindical do Paraná, muito embora o movimento que se operava entre os sindicatos paranaenses não tivesse caráter político, e se orientasse apenas no sentido de serem

estudadas e propostas, finalmente temas que substanciam reivindicações de ordem geral para o proletariado do Estado. . . . .

*Diário da Tarde, 27/05/1946*

dos Trabalhadores do Brasil, que havia sido criada no início dos anos 40 e era ligada ao partido. A organização concorria com a criada pelo Ministério do Trabalho, chamada ministerialista, e ambas divergiam sobre as reais necessidades dos trabalhadores.

Mas, a alegria da esquerda bancária paranaense duraria não mais que alguns meses. Assume a presidência da entidade, ainda no ano de 1946, Obertino Martins de Miranda, um dos diretores do Banestado. Obertino havia sido presidente do Sindicato dos Bancários do Paraná na gestão 1942-1944. Em ocasião singular encontrada em fichas do DOPS no ano de 1944, constatou-se que ele mantinha comunicação com o departamento de polícia a fim de denunciar bancários envolvidos em atividades comunistas.

Em 1947 entra na ilegalidade o principal fomentador ideológico do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Paraná: o governo cancelou o registro do PCB com o argumento de intervenção soviética no país.

Em janeiro de 1948 um projeto de lei cassa os mandatos de parlamentares eleitos pelo partido, entre eles o do ex-presidente da entidade eleito deputado estadual por Minas Gerais, Armando Ziller. Inicia-se aí um longo período de clandestinidade, com a prisão de políticos e de alguns dos principais líderes sindicais do Paraná e também de todo o Brasil.

## REPULSA AO FASCISMO

No final do ano de 1946, acontece em Curitiba um dos maiores movimentos de repulsa ao modelo fascista que o Brasil já viu. Nazifascistas convidaram para vir a Curitiba Plínio Salgado, presidente do extinto partido Ação Integralista Brasileira (AIB) e fundador do PRP (Partido de Representação Popular), a fim de que ele proferisse uma palestra nas dependências do Cine Avenida. A manifestação contra a sua vinda à capital paranaense iniciou logo após a sua chegada ao local. Quando alto-falantes retransmitiram sua narrativa, o local foi atingido por pedradas, sendo depredado em questão de minutos. Era uma das tantas tentativas de reverter o autoritarismo do governo no país.

Fonte: *Gazeta do Povo*, 2/12/46





# MULHERES

Um dia as mulheres foram minoria nos bancos. Elas lutaram muito para transpor as barreiras do sexismo e alcançar o respeito e os mesmos benefícios dos homens.

Aprisionadas a um estereótipo de esposa e mãe, as mulheres venceram muitos preconceitos, ingressaram no mundo do trabalho e fizeram-se presentes como profissionais nas instituições bancárias desde o início do século 20 no Brasil. Entretanto, elas eram contratadas apenas para realizar tarefas específicas, recebendo muito aquém dos valores médios da categoria. Eram recepcionistas, telefonistas, faxineiras e auxiliares de escrita. Muitas eram registradas com estas funções, mas exerciam atividades de escriturários, sendo identificadas como tal nos arquivos do Sindicato dos Bancários do Paraná.

Diversas categorias de trabalhadoras em todo o mundo enfrentavam o mesmo tipo de discriminação. Com a Revolução Industrial na segunda metade do século 18, as mulheres foram inseridas no mundo da produção e enfrentavam jornadas de até 17 horas, condições insalubres e remuneração até 60% menor que a dos homens. Muitas sofriam agressões, abuso sexual e desrespeito constante.

Impedidas de envolverem-se com o movimento sindical, as trabalhadoras começam a se organizar e intensificam as reivindicações por melhores condições de trabalho somente um século depois. Seria um enfrentamento intenso frente à truculência dos empresários até conquistar tratamento digno.

É dessa época a história triste de algumas tecelãs que fizeram greve em Nova Iorque (EUA). Cerca de 130 mulheres recusaram-se a fiar o algodão plantado pelas mulheres negras do Sul, escravas. Escravidão das fábricas, molhado de suor o algodão, já molhado pela escravidão negra. Dezesseis horas de teares. Era a vez dos patrões ouvirem suas reivindicações: redução da carga diária de trabalho para 10 horas e equiparação de seus salários com os dos homens. Sem avanços, elas tomam a fábrica de Catton. O senhor capitão da indústria chama seus lacaios<sup>15</sup>, cuja principal tarefa é proteger o patrimônio e o lucro de seus senhores. Eles incendiam o edifício e trancam os portões. Todas morreram carbonizadas. A data da tragédia, 8 de março de 1857, seria reconhecida como Dia Internacional da Mulher, treze anos depois. Em 1975, através de um decreto, a data foi oficializada pela ONU (Organização das Nações Unidas).

No Brasil, os confrontos de interesses entre classe patronal e classe trabalhadora também teriam momentos marcantes. Em 1917 a luta feminina preencheu a greve geral por aumento salarial e mais segurança.

Nesse cenário, os debates sobre a conquista dos direitos civis básicos pela mulher tomam conta também do meio bancário. Logo nos primeiros anos do Sindicato dos Bancários do Paraná, as bancárias incorporaram a luta para assegurar o direito a voto, conquista de 1933. Entretanto podiam votar somente as mulheres casadas, que tivessem a autorização do marido e as solteiras e viúvas, desde que com renda própria. So-



mente em 1946 o voto pleno e obrigatório como direito de todas as mulheres foi instituído pela Constituição.

Em 1937 a mobilização das mulheres foi fundamental para a incorporação de alguns de seus direitos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como da proteção à maternidade e da igual remuneração.

Entretanto, na prática as mulheres continuaram vítimas de uma sociedade conservadora e machista, sofrendo com a exploração e obrigadas a cumprir dupla, ou até tripla jornada, cuidando da família e da casa e cumprindo com suas tarefas diárias dentro das instituições bancárias, além de muitas vezes estudar.

Nos sindicatos os debates eram direcionados à equiparação de direitos com os homens, mas havia a preocupação de conquistar benefícios próprios que viriam ao encontro de suas necessidades enquanto mães. Bancárias como Graça de Araujo Jorge tratavam de incluir questões com foco na família bancária durante os debates no ano de 1946, em especial durante a histórica greve realizada naquele ano.

**Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, no Est. do Paraná**

Matrícula N.º 362  
326

Foto: 

NOME MARIA MADALENA OLIVEIRA  
 Mãe de Luís Gordiano Oliveira  
 e de Maria Lourença Rochedal  
 Nacionalidade Brasileira Natural de UR. CRISTINA  
 com 41 anos de idade. — Nascida a 21 de Julho de 1905

Estado civil Solteira Profissão \_\_\_\_\_

Carteira Profissional N.º \_\_\_\_\_ Série \_\_\_\_\_ Matrícula do Instituto \_\_\_\_\_

Título Eleitoral N.º \_\_\_\_\_ Carteira de Reservista N.º \_\_\_\_\_

Quando Estrangeira, tempo no Brasil \_\_\_\_\_ anos — Carteira modelo 18 N.º \_\_\_\_\_

Nome em que trabalha BANCO INDUSTRIAL E COMERCIO DE SANTA CATARINA S/A.

Cargo Administrativa

Endereço do Banco: \_\_\_\_\_ Localidade \_\_\_\_\_

Admitido em 1 / 5 / 37

Foto: 

Nacionalidade Brasileira Natural de Trinidade Soares - RJ  
 com 41 anos de idade. — Nascida a 14 de setembro de 1905

Estado Civil Casada Profissão Professora

Carteira Profissional N.º 11809 Série 578 Matrícula do Instituto 78480

Título Eleitoral N.º \_\_\_\_\_ Carteira de Reservista N.º \_\_\_\_\_

Quando Estrangeira, tempo no Brasil \_\_\_\_\_ anos — Carteira modelo 18 N.º \_\_\_\_\_

Nome em que trabalha Banco do Estado de São Paulo S/A.

Cargo Administrativa

Endereço do Banco: Rua Dr. Maroni, 739 Localidade Capitão - Paraná

Admitido em 22 / 07 / 1948

<sup>15</sup> Trechos do Jornal *Informe Mulher*, do Conselho Estadual da Condição Feminina, maio/junho 1990.











Capítulo 2

# As lutas dos bancários na década de 1950







## 1950: O Sindicato se reorganiza

A expansão cafeeira ocorrida nos anos 30 e 40 trouxe avanços significativos ao Paraná e refletiu a partir de 1950 em desenvolvimento urbano. Mais de 40 bancos fomentavam a indústria e o comércio local. O governador eleito Bento Munhoz da Rocha Neto pôde transformar Curitiba em metrópole com obras monumentais, entre as quais o Centro Cívico e o Teatro Guaíra.

Esse também foi um período de grande agitação no campo. Colonos e posseiros paranaenses sofriam com a exploração de grileiros e companhias estrangeiras que negociavam as terras. O governo estadual passou a titular terras devolutas<sup>1</sup> a toda espécie de aproveitadores. Para a concessão dessas terras a legislação previa como condições a profissão de lavrador, moradia habitual, posse efetiva e quantidade ilimitada de hectares. Mas, políticos e pessoas influentes davam entrada a milhares de requerimentos com falsidade ideológica, usurpando os direitos dos ocupantes e lesando o patrimônio público. Os chamados jagunços chacinavam colonos e posseiros e vendiam várias vezes o mesmo lote aos lavradores (NASCIMENTO, 2005, p. 100). Não tardou para que colonos iniciassem sua organização em associações e sindicatos rurais. Esse movimento era apoiado fortemente pela esquerda comunista e em muitos casos era fomentado por bancários da época, que lutavam pela reforma agrária no Brasil.

Nesse contexto, assumia novamente a Presidência da República Getúlio Vargas, desta vez eleito pelo voto popular, em 3 de outubro de 1950. O governo inicia a década com um discurso novo: nacionalista e populista. Eleito na coligação entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Progressista (PSP) com 49% dos votos válidos, Getúlio tinha como vice o Sr. João Café Filho, político de tendência liberal. Café Filho tinha sido, no início de sua carreira, advogado de sindicatos em Natal (RN), ocasião em que foi taxado de agitador e detido por defender trabalhadores em greve (FNU CUT, 2007). Por este, dentre outros motivos, o clima de redemocratização toma conta do meio sindical. Há o encorajamento à sindicalização e estouram greves no país a fim de diminuir as perdas salariais dos trabalhadores<sup>2</sup>, que sofriam com a inflação.

Em 1951, houve quase 200 paralisações; em 1952, 300. Em 1953, foram 800 greves, a maior delas com 300 mil trabalhadores de empresas têxteis, metalúrgicas e gráficas. O Partido Comunista do Brasil teve participação intensa nessas manifestações. Muitas defendiam avanços não apenas econômicos, mas questões como a liberdade sindical, a criação da Petrobras e a luta em defesa das riquezas nacionais.

O movimento bancário seguiu essa corrente e insistiu em melhores condições de trabalho e remuneração em todos esses anos.

Em 1951, o Sindicato dos Bancários de São Paulo tenta articular a segunda campanha salarial unificada nacionalmente, mas esbarra na presença de ex-interventores na

<sup>1</sup> De acordo com o Decreto-Lei 9.760, de 5/9/1946, Artigo 5º: Terras devolutas são as terras que, não sendo próprias nem aplicadas a algum uso público federal, estadual, territorial ou municipal, não se incorporam ao domínio privado, b) em virtude de alienação, concessão ou reconhecimento por parte da União ou dos Estados.

<sup>2</sup> A classe trabalhadora aumenta o seu contingente. Entre 1940 e 1960 a população do estado do Paraná passou de 250 mil habitantes para 4,2 milhões

(NASCIMENTO, 2005, p. 99)



## Dia do Bancário

A greve dos bancários paulistas de 69 dias não apenas ficou marcada na história do movimento como instituiu o dia 28 de agosto como o Dia Nacional do Bancário.

Durante o IV Congresso Nacional dos Bancários do ano seguinte, 1952, foi proposta a oficialização da data, que veio a virar Lei (4.368) em 1964.



Anúncio feito no jornal Gazeta do Povo pela IAPB em 30/07/1950

<sup>3</sup> O Banco INCO foi adquirido pelo Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco) em 1968.

maioria dos sindicatos (KAREPOVS, 1994, p. 64). Mesmo assim, a greve é deflagrada em vários estados do país.

Embora estivesse à frente do Sindicato do Paraná Júlio Manfredini Jr., um dos coordenadores da greve de 1946, os bancários do estado não aderem à greve de 1951.

Os sindicatos de São Paulo e Belo Horizonte iniciam a greve no dia 28 de agosto, ao lado de outras diversas entidades. Entretanto, após 26 dias de paralisações, o movimento foi declarado ilegal pelo Ministério do Trabalho, levando vários sindicatos a aceitarem a proposta patronal de 20% de reajuste. Os bancários de São Paulo mantêm suas reivindicações por mais 43 dias e conquistam 31%. Chega ao fim a maior greve de toda a história da categoria, com 69 dias.

A greve reafirmou a capacidade de mobilização da classe além de contribuir para a criação de novos sindicatos pelo país, visto que muitos bancários foram transferidos para outras cidades assim que voltaram ao trabalho.

Em 1952 a categoria retoma a tentativa de organização nacional com a realização, em Curitiba, do IV Congresso Nacional dos Bancários. Durante o evento foi criada a Comissão Sindical Permanente, que em 1958 se transformaria na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec), operando sob a presidência do Sindicato do Rio de Janeiro, com sede na então capital da república. A Comissão lutou nos anos seguintes pela unidade das campanhas salariais, através de uma tabela única, e pela administração do IAPB (KAREPOVS, 1994, p. 70).

Em 1953 toma posse da presidência do Sindicato dos Bancários Nillo Izidoro Biazetto, funcionário do Banco do Estado do Paraná (Banestado), onde ocupou diversos cargos como a gerência geral, diretoria, presidências da Banestado Financeira e Banestado Corretora de Valores. Ocupava a secretaria geral da entidade Mário Eduardo Lacombe, do Banco INCO<sup>3</sup> (Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina).

A gestão de Nillo adquiriu uma postura entremeada entre o movimento esquerdista e o governo de Vargas. Antigo militante do PCB, seu vice era Erico Szpoganicz, ligado ao movimento comunista e um dos primeiros brasileiros a serem convidados por Fidel Castro a visitar Cuba após a revolução de 1958. Érico era também ligado ao movimento estudantil.

Nesse momento as negociações eram feitas diretamente com o meio patronal e sem grandes mobilizações públicas. Uma das conquistas des-



se ano acontece pontualmente aos funcionários do Banco do Brasil, com a criação de um fundo de previdência.

A morte de Getúlio Vargas em 1954 traz instabilidade ao meio sindical. Assume Café Filho e, para a surpresa da categoria, muitos dos projetos levados ao Ministério do Trabalho são vetados. Entre eles o de aposentadoria e de nomeação de um membro da categoria para a presidência da IAPB, projeto elaborado pela Comissão Sindical Permanente.

Uma nova onda de intervenções acontece nos sindicatos. No Rio, realiza-se eleição, mas o MTE retarda a sua homologação, não autorizando a posse da chapa vencedora. Assume uma Junta Governativa Provisória, com a missão de dar posse à diretoria indicada pelo governo.

No Paraná o sindicalismo bancário contraposto àquele ligado ao patronato ganhava força e em 1955 é eleito presidente Wilson Chedid, que é afastado, deixando no cargo o vice-eleito Nillo Izidoro Biazetto.

### As glórias de Nillo Biazetto

Nillo Biazetto viu de perto o nascimento de um Sindicato forte e combativo no início dos anos 40, época em que ingressou no Banco do Estado do Paraná. Em 1946 já fazia parte da diretoria, sendo vice-presidente na gestão de Aldo Moacir Leal Machado. Depois do curto período de intervenções Nillo assumiu a presidência do Sindicato dos Bancários por três gestões, ficando à frente da entidade de 1953 a 1958.

Durante a juventude, conciliou sua profissão de bancário com a carreira no futebol, tendo feito parte do quadro de jogadores do Clube Atlético Paranaense entre 1940 e 1950, época em que o time recebeu o apelido de Furacão devido à qualidade dos jogadores e vitórias conquistadas.

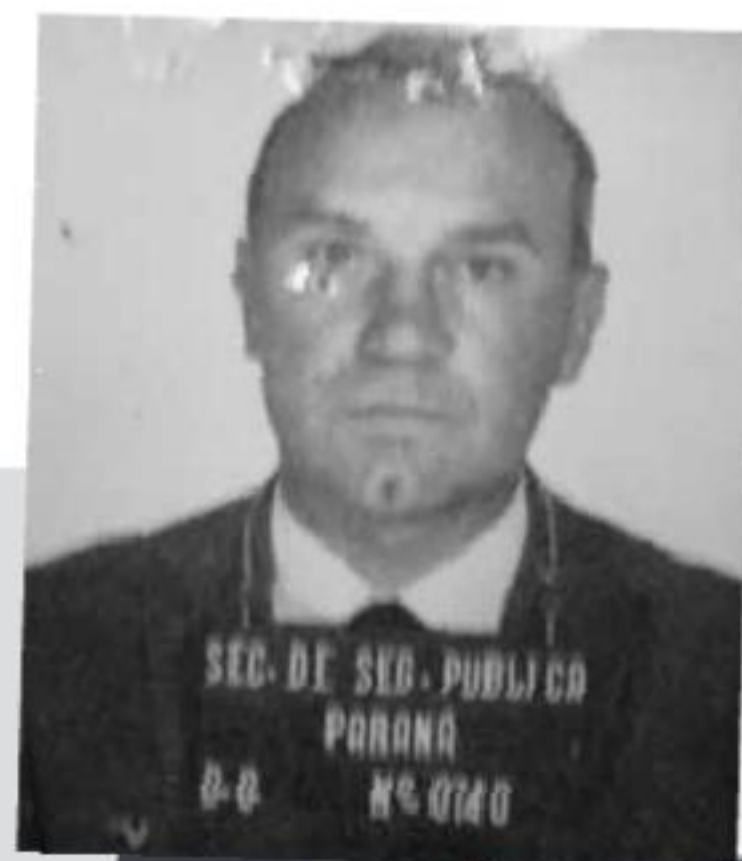
Nillo aprendeu corretamente a lição e levou a garra e determinação que tinha nos campos para dentro do Sindicato e assim motivava outros líderes a buscar melhorias à categoria bancária. Em 1956 liderou a greve bancária que resultou no maior reajuste salarial do país.

“O sindicato vivenciou um momento de muita integração. Trocávamos experiências, o que dava certo em Curitiba, o que dava certo em Porto Alegre, o que dava certo em São Paulo. Fazíamos intercâmbio e reuniões para debater temas importantes e delimitar ações em prol dos bancários”, comentou Nillo.

Em 1961 tornou-se locutor oficial de João Goulart, viajando por todo o país enaltecendo os projetos do então presidente da república. Um ano depois recebeu um convite do Ministro do Trabalho, Amaury de Oliveira e Silva, para ocupar junto ao Ministério o cargo de Diretor da Comissão de Imposto Sindical – CIS, função que deixou após o golpe.

“Fui preso várias vezes. Em 1964 fui enquadrado na Lei de Segurança Nacional por atividades subversivas e fiquei vários dias preso. Antes disso tínhamos que constantemente responder os IPMs – Inquéritos Policiais Militares. Em 1948 fiquei preso 45 dias no quartel da polícia militar, onde passava dia e noite respondendo IPM. Após ser solto ainda era solicitado pela polícia. De vez em quando vinha um telefonema: – você tem que responder inquérito no Rio de Janeiro. E tinha que ir por conta. Às vezes o banco dava a passagem e eu ia de avião. Mas, não era isso que acontecia normalmente”, contou.

Aposentado do Banestado, Nilo administrou o Grupo NB em Curitiba, focado no crédito para empresas, até janeiro de 2012, quando faleceu aos 89 anos.







ESTADO DO PARANÁ  
SESP — POLÍCIA CIVIL  
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES  
SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES

**ÉRICO SZPOGANICZ** 6225  
43.595

FICHÁRIO INDIVIDUAL

Nome: **ÉRICO SZPOGANICZ.**  
Data: **17/09/63.** R. G. N.  
Pai: **Bruno Szpoganicz** Mãe: **Hilda Silva Szpoganicz.**  
Idade: **28 anos** Sexo: Data do nascimento: **07/08/33.**  
Nacionalidade: Natural de: **Florianópolis/SC.**  
Estado civil: **Casado.** Profissão: **Bancário.**  
Local do trabalho: **Banco do Brasil.**  
Residência atual:  
Nomes e residências dos conhecidos, parentes:

Sector de Publicação e Investigação da Polícia Civil

Érico sofreu com a ditadura na década de 60. Considerado comunista, foi preso e depois transferido para Rio Verde (GO).

## 1956 a 1960: O progresso e o movimento sindical bancário

Em 1956 foi eleito presidente do Brasil Juscelino Kubitschek, pelo mesmo partido de Vargas. O discurso também era nacionalista, e sua proposta continuava a ser de colaboração de classes, o que trazia esperança aos bancários.

Assim que tomou posse, o novo governo estabeleceu um plano de metas, cujo lema era “cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”. O setor industrial recebeu investimentos que aconteciam a partir da emissão monetária e da abertura da economia ao capital estrangeiro.

Apesar do estilo moderno, o governo de JK tentou controlar o movimento sindical até mesmo reprimindo greves.

No meio sindical bancário, o controle vinha de forma sutil, através de diretores e gerentes de bancos, com ameaças e com a transferência dos principais articuladores das manifestações para distantes localidades, a fim de dismantelar o movimento.

O presidente Nillo Biazetto dirigia as ações do Sindicato com o apoio de jovens bancários, muitos deles ainda estudantes das principais faculdades do Paraná, ativos militantes do ilegal PCB e engajados na missão de divulgar ideias progressistas para fortalecer o movimento trabalhista e assim reivindicar melhorias à categoria. Estavam entre eles o comunista Laélcio de Andrade<sup>4</sup>, Antônio Batista Filho e os bancários Tristão Fernandes e Otto Bracarense Costa. Estes dois últimos dirigiam o *Jornal dos Bancários*,

<sup>4</sup> Funcionário do Banco do Brasil, Laélcio Andrade era filiado ao PCB e chegou à presidência do Sindicato dos Bancários de Londrina na década de 60.



considerado um dos melhores veículos de comunicação do meio sindical no país.

De periodicidade mensal, o *Jornal dos Bancários* era um dos principais divulgadores das reivindicações da classe e dos trabalhadores em geral, além de ser fomentador das discussões envolvendo intelectuais comunistas e estudantes a cerca da economia brasileira. Continha quatro páginas e era feito de forma quase que artesanal, com a digitação em máquinas de escrever, desenhos de caricatura em papel sulfite e com o uso de estêncil eram impressos em mimeógrafos.

É também da segunda gestão de Nillo Biazetto a criação do *Jornal O Sol*, que rodava paralelamente ao *Jornal dos Bancários*. Também destinado à categoria, *O Sol* era dirigido pelo bancário Godofredo Filho e tinha circulação bimestral, já com impressão através da prensa tipográfica. Enérgico e com um tom combativo, tratava de assuntos como o aumento do salário mínimo, questões legais da IABP, e incentivava o nacionalismo com frases como: "Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste! Brasileiro, não verás país nenhum como este!".

*12. Gabriel Mac. Lopes Pôrto Severo*  
*Industria Pôrto Pôrto*

# AUMENTO: CONFUSÃO

**O Sindicato dos Bancários, relegado a um plano inferior, fracassa em toda a linha — Falta de união e de líderes — Os comunistas-bancários conseguem uma bela vitória: reduzem o Sindicato a zero**

A Comissão de Trabalho do Sindicato dos Bancários de São Paulo, "desfiliada" devido ao fato de não ter sido reconhecida pelo Conselho Administrativo de Previdência Social, não conseguiu obter o reconhecimento do Conselho Administrativo de Previdência Social, não conseguiu obter o reconhecimento do Conselho Administrativo de Previdência Social, não conseguiu obter o reconhecimento do Conselho Administrativo de Previdência Social...

**O SOL**  
CURITIBA - 1950

## IAPB: FALA O OPOSIÇÃO - Novo Delegado e oposição

**ESCLARECIMENTOS**

**Ayrton Pinheiro**  
ADVOGADO  
Rua. Mil. São Paulo 447  
2.ª andar - Sala 301  
CURITIBA



## Líder combativo, Tristão Fernandes marcou a história do SEEB

Fernando Tristão Fernandes era secretário geral do Sindicato de Curitiba na gestão de Nillo Biazetto e assumiu a presidência da Federação dos Bancários em 1963, mas a sua vida sindical já havia começado há quase uma década.

No início dos anos 50, Tristão dividia-se entre o movimento estudantil e bancário. Ele entrou para a Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, onde se formou em 1957. Com uma narrativa inigualável, escrevia para o *Jornal dos Bancários* e para o *Tribuna do Povo*, veículo de comunicação do Partido Comunista.

Foi um dos grandes líderes do movimento nacionalista que defendia a estatização do Petróleo. A campanha "O Petróleo é nosso" encantou-o logo nos primeiros dias de sua chegada à capital paranaense, em 1953, e foi uma de suas singulares atuações. Tristão nasceu no Espírito Santo e havia sido transferido para Minas Gerais após passar em um concurso do Banco do Brasil.

Ele liderou a Comissão do Salário Mínimo para o Paraná nos anos de 1956 e 1961, além de participar ativamente das greves de 1963 envolvendo o Fórum Sindical de Debates de Paranaguá e da paralisação bancária que aconteceu no mesmo ano em Curitiba. Tristão foi um dos responsáveis pela organização sindical no campo, auxiliando na criação dos sindicatos rurais no interior do Paraná.

Em 1963, este sindicalista foi um dos importantes partícipes do movimento nacional dos bancários que tentou impedir o golpe militar. Teve sua prisão decretada logo após o início do novo regime. Buscou refúgio na casa de amigos. Mas, como conta o livro de sua biografia "45 anos de advocacia", lançado em abril de 2005, foi preso na própria agência onde trabalhava. "Foi como se tirassem o tapete: o impacto do peso de toneladas na cabeça. Um dia você é respeitado, há democracia, se tem força e no outro... é preso!", diz Tristão.

Após quatro meses na prisão com salários bloqueados, sua esposa Zulka juntamente com outras mil mulheres de oficiais das Forças Armadas que também haviam sido presos e tiveram salário suspenso foram a Brasília, para protestar ao Ministro da Guerra e futuro presidente Costa e Silva. Este defendeu que "as famílias não tinham culpa dos atos de seus chefes e não deveriam pagar por eles". O Banco do Brasil, então, seguiu o exemplo e liberou o pagamento de quase 300 funcionários que foram presos em todo o Brasil. Quando saiu da prisão, depois de oito meses, Tristão Fernandes foi transferido para trabalhar no estado do Mato Grosso do Sul, direcionado primeiro para Maracaju e, em definitivo, para Ponta Porã, ambas na região que hoje pertence ao estado de Mato Grosso do Sul.

Somente após três meses a família pôde ir ao seu encontro. "Foi difícil até encontrar residência, porque ninguém queria alugar casa para um dito comunista", conta Tristão.

Lá se dedicou à advocacia e não cansou de defender os direitos humanos. Ainda na ditadura sofreu atentado, sendo atingido por doze tiros depois de denunciar a tortura sofrida por dois peões presos arbitrariamente. Com 84 anos, Tristão mantém uma empresa de advocacia com o filho no Rio de Janeiro e recebeu o título de cidadão carioca pelas lutas que travou pelo sindicalismo brasileiro.





## O GRANDE ORADOR DAS CAUSAS SINDICAIS

Nascido em Belo Horizonte (MG) em 5 de dezembro de 1927, Otto Bracarense Costa encontrou em seu pai a inspiração para lutar pela causa dos trabalhadores. O pai era ferroviário e um intelectual nato. Aficionado pelas obras de Marx e Lênin, Samoel Costa mantinha uma biblioteca completa de volumes que promulgavam as ideias socialistas.

Otto cresceu em meio a essas preleções e a líderes do antigo Partido Comunista do Brasil (PCB). Depois de trabalhar como ferroviário e telegrafista, ele entrou para o Banco Nacional de BH, em 1950. Após dois anos prestou concurso para o Banco do Brasil e foi admitido em uma agência de São Paulo. Em 1954, Otto foi transferido para Curitiba e iniciou seus estudos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, onde se envolveu com o movimento estudantil. Daí seu engajamento político solidificou-se, com atividades no PCB e sua participação no movimento bancário.

Com grande facilidade de comunicação, este líder sindical logo se tornou orador das principais manifestações que seguiram pelos anos 50 e 60. Otto também era o principal redator do *Jornal dos Bancários* e sua militância intelectual servia de exemplo a outros participantes do Sindicato. “Logo que entrou para a entidade, ele idealizou um curso para ingresso no Banco do Brasil que era na verdade um preparatório para novos funcionários entenderem e apoiarem o movimento sindical”, esclarece o filho Paulo Bracarense Costa. Naquela época o Banco do Brasil era reconhecidamente o celeiro da intelectualidade do movimento sindical brasileiro.

Nesse período conhece Oilde Ebelado, filha de colonos do bairro Xaxim, com quem teve três filhos, sendo que todos receberam nomes de grandes revolucionários: Samoel (avô), Luis Carlos (Luís Carlos Prestes) e João Candido (Revolta das Chibatas). “Meu pai adorava contar a todos sobre como conheceu a minha mãe. Aos domingos ele costumava ir ao cinema, Cine Avenida na XV de Novembro. Lá a avistou e tentou falar com ela, mas minha mãe já havia entrado no bonde. Correndo para alcançá-la, pegou o bonde errado. Marcou ponto por mais de três meses no Cine Avenida para revê-la novamente. Admiro-a, pois ficou ao lado de meu pai em todos os seus momentos difíceis”, lembra Paulo Bracarense.

Em 1961 Otto assume a vice-presidência da SEEB de Curitiba e no mesmo ano é nomeado delegado regional do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IABP). Em 1964 estoura o Golpe Militar e Jango é deposto. “Em 31 de março meu pai saiu às pressas para um sítio em São José dos Pinhais e lá ficou escondido por alguns dias. Foi o tempo de articular a fuga da família para o sítio do avô em BH. Lembro até hoje da mamãe usando lenço na cabeça e óculos escuros durante a viagem. Fomos escondidos em uma kombi embaixo de um tabuleiro de padeiro. Meu pai viajou para São Miguel do Oeste, Santa Catarina, para o sítio de um amigo. Ele trabalhava de marceneiro para se sustentar. Então resolveu se entregar e foi preso no presídio do Ahú”, conta Paulo.

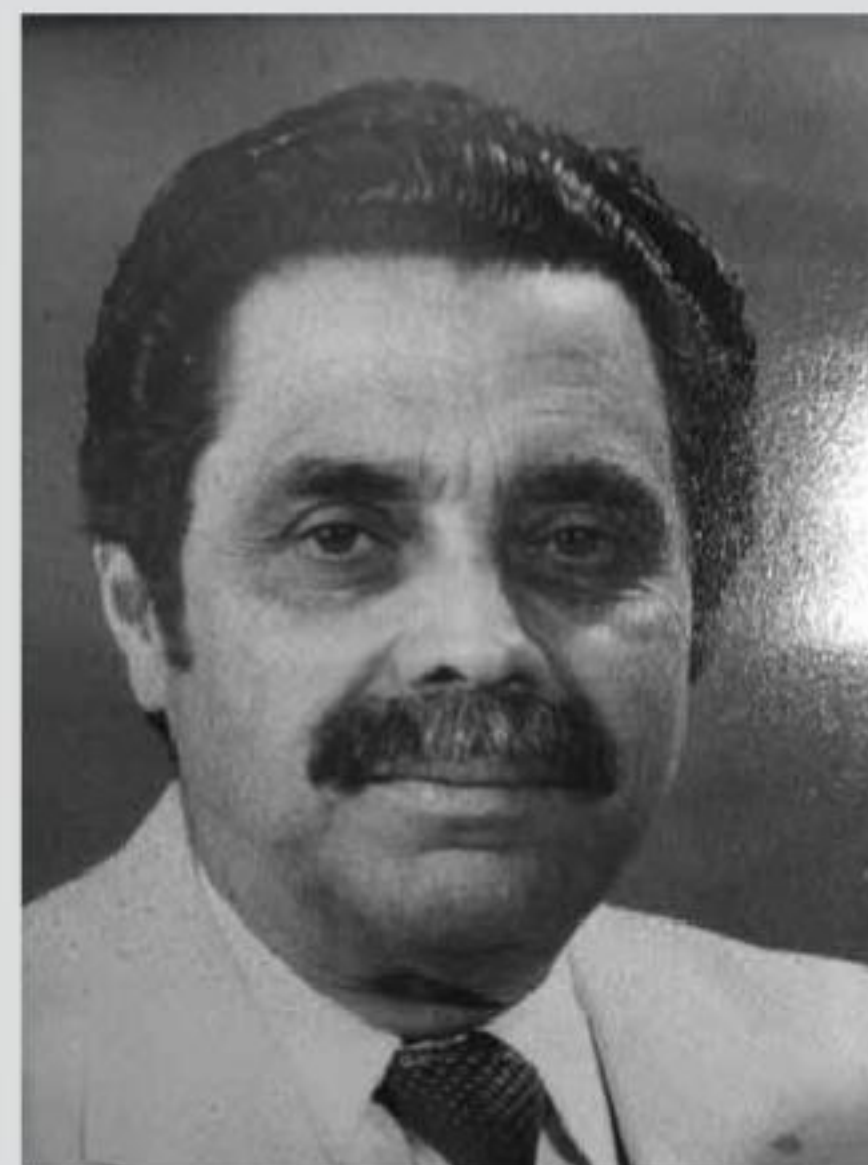
Otto ficou preso cerca de um ano e depois foi absolvido de todas as acusações, que iam desde subversão a corrupção.

Em 1965 foi transferido para Aquidauana, a 130 km de Campo Grande (MS), onde também ministrou aulas sobre a história da matemática. Em 1968, foi preso novamente acusado de subversão, e torturado. “Meu pai nunca falou muito sobre a prisão, mas tinha orgulho em dizer que fora absolvido de todas as acusações”, diz Paulo.

Este grande líder sindical passou por várias cidades, entre elas Cuiabá, Brasília, Uraí, Ponta Grossa e São Luiz do Maranhão, onde em 1970 nasceu Paulo e a caçula Luciana. Tornou-se também especialista em previdência, auxiliando as entidades representativas de classes das cidades por onde passava.

Otto Bracarense aposentou-se durante o ano de 1981 em Campinas. Em 1983, voltou a Curitiba onde participou ativamente das Diretas Já. Um ano depois recebeu um convite para assumir a Casa Civil e depois a Secretaria do Planejamento do então governador do Paraná, José Richa.

“Por onde passava Otto impressionava pela sua cordialidade e sensibilidade com as pessoas. Sempre incentivava o diálogo e era reconhecidamente procurado por isso, além de sua grande habilidade em fazer política. Sua história de vida deixa como exemplo diversas lições que continuarão a contribuir com a sociedade”, conclui Paulo.





## Salário em xeque

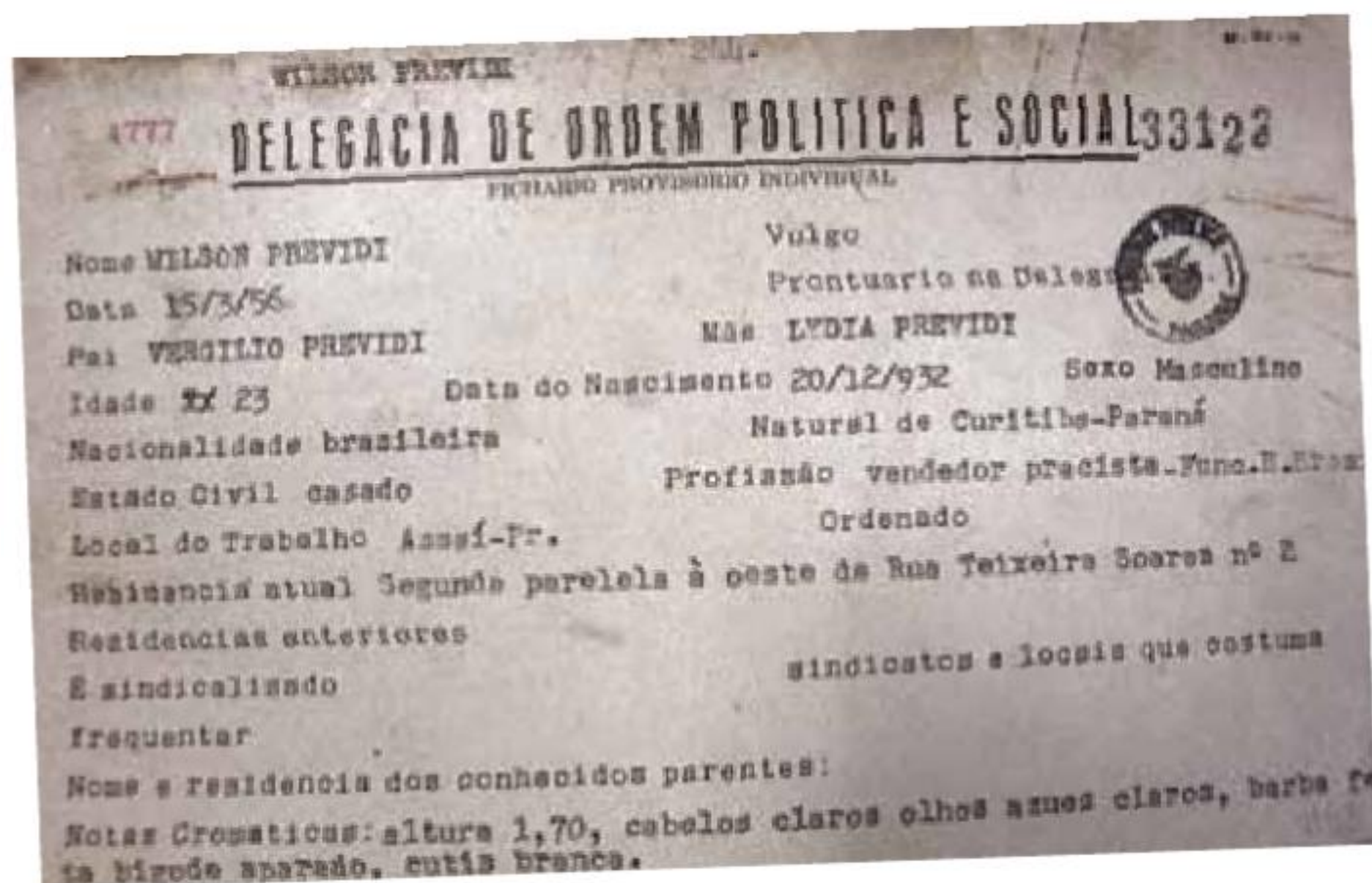
Em 1956 a relação entre patrões e empregados era de extrema tensão, provocada pela falta de reajustamento salarial. Eram constantes as greves e negociações em diversas categorias de trabalhadores a fim de amenizar as consequências do período inflacionário que o país enfrentava. O anúncio de uma nova postura política e econômica pelo novo governo fez o preço dos produtos e bens de consumo disparar. É dessa época a criação da COOBAN (Cooperativa de Consumo dos Bancários de Curitiba), uma espécie de mercado popular que viveu o seu auge até a ditadura militar e teve suas atividades encerradas em 2002.

A solidariedade toma conta dos movimentos paredistas, onde vemos o Sindicato dos Bancários do Paraná apoiando trabalhadores da panificação, construção civil, marceneiros, sindicatos rurais, entre outros, em suas negociações.

O apoio também vinha dos universitários. No meio bancário, identificamos histórias de profissionais dividindo-se entre o trabalho durante o dia e o estudo à noite. Tristão Fernandes e Otto Bracarense; estudantes respectivamente de direito na Universidade do Paraná e de matemática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná; são alguns dos protagonistas da história sindical bancária e que lideravam o movimento estudantil incentivando o seu envolvimento nas grandes mobilizações trabalhistas.

Boa parte dos estudantes era ligada à juventude comunista e conhecia bem as propostas de esquerda para os trabalhadores brasileiros. Wilson Previde<sup>5</sup> ingressou no movimento bancário em 1959, mas antes disso participava da União da Juventude Comunista (UJC) e lembra-se dos constantes debates sobre as reivindicações de trabalhadores e de estudantes bancários envolvidos em manifestações a favor de melhores salários.

“Nós mesmos fazíamos o lápis para pintar os muros. Colocávamos cera e pó preto de sapato numa lata e derretíamos tudo aquilo. Depois pegávamos um pedaço de madeira redonda e cercávamos com o jornal em volta. O líquido era despejado em cima e o lápis era posto para secar. Um dia ou dois depois estava pronto. ‘O petróleo



WILSON PREVIDI  
4777  
DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL 33128  
FICHA DE PROVISORIO INDIVIDUAL

|   |   |                |
|---|---|----------------|
| Nome WILSON PREVIDI   | Vulgo   |                |
| Data 15/3/56  | Prontuario na Delegacia                       |                |
| Pai VERGILIO PREVIDI  | Mãe LYDIA PREVIDI                             |                |
| Idade 23  | Data do Nascimento 20/12/32                   | Sexo Masculino |
| Nacionalidade brasileira  | Natural de Curitiba-Paraná                    |                |
| Estado Civil casado   | Profissão vendedor precista-Func. P. B. B. B. |                |
| Local do Trabalho Assesí-Pr.  | Ordenado                                      |                |
| Residência atual Segunda paralela à oeste da Rua Teixeira Soares nº 2                                       |   |                |
| Residências anteriores  |   |                |
| É sindicalizado   | sindicatos e locais que costuma frequentar    |                |
| Nome e residência dos conhecidos parentes:  |   |                |
| Notas Cromaticas: altura 1,70, cabelos claros olhos azues claros, barba feita bigode aparado, cutis branca. |   |                |

<sup>5</sup> Wilson Previde nasceu em 20 de dezembro de 1932 em Curitiba. Foi secretário sindical e depois presidente do PCB-PR.



# Bases do aumento concedido aos bancários do Paraná

## EM ESTADO DE ALERTA TODOS OS SINDICATO

Salário-mínimo insuficiente - Congelamentos de preços - Apoio aos bancários - Assembleia permanente



100 ABRIL - A Mesa de trabalho durante uma reunião do Sindicato dos Bancários do Paraná, em Curitiba, em 1956.

# SALARIO MINIMO DE CR\$2.700,00 PARA A NOSSA CAPITAL

Publicamos também: Brasil, Diário Jornal, o recente decreto assinado pelo sr. Presidente da República fixando as bases do salário mínimo para todo o país. Na que segue o Paraná tornou-se o primeiro a estabelecer o mesmo salário mínimo em todo o Estado.

1.ª Sub-região: Curitiba, Aracatuba, Campo Largo, Colombo, Piraquara, São José dos Pinhais, CR\$ 2.700,00.

2.ª Sub-região: Antonina, Marreiros, Piraquara, Curitiba, Jaguaribe, Lapa, Palmeira, Pinópolis, Ponta Grossa, São Mateus do Sul, União da Vitória, CR\$ 2.100,00.

3.ª Sub-região: Curitiba, Aracatuba, Campo Largo, Colombo, Piraquara, São José dos Pinhais, CR\$ 2.700,00.

4.ª Sub-região: Curitiba, Aracatuba, Campo Largo, Colombo, Piraquara, São José dos Pinhais, CR\$ 2.700,00.

5.ª Sub-região: Curitiba, Aracatuba, Campo Largo, Colombo, Piraquara, São José dos Pinhais, CR\$ 2.700,00.

6.ª Sub-região: Curitiba, Aracatuba, Campo Largo, Colombo, Piraquara, São José dos Pinhais, CR\$ 2.700,00.

7.ª Sub-região: Curitiba, Aracatuba, Campo Largo, Colombo, Piraquara, São José dos Pinhais, CR\$ 2.700,00.

8.ª Sub-região: Curitiba, Aracatuba, Campo Largo, Colombo, Piraquara, São José dos Pinhais, CR\$ 2.700,00.

9.ª Sub-região: Curitiba, Aracatuba, Campo Largo, Colombo, Piraquara, São José dos Pinhais, CR\$ 2.700,00.

10.ª Sub-região: Curitiba, Aracatuba, Campo Largo, Colombo, Piraquara, São José dos Pinhais, CR\$ 2.700,00.

Vigorará de 1.º de abril de 1956 a 1.º de abril de 1957, o Acordo homologado pelo Ministério do Trabalho — Medida extensiva a todas as categorias bancárias do Estado - Trinta por cento sobre os salários, qualquer que seja a categoria do empregado.

Em fins de mês passado foi assinado um acordo para aumento de salários entre o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Paraná de um lado, e de outro, os Bancos Comercial do Paraná, do Curitiba, do Estado do Paraná e Mercantil e Industrial, tendo os outros, por vários motivos, se recusado a assinar.

EXTENDIDO A TODAS AS CATEGORIAS ECONOMICAS BANCARIAS

Como se recorda, recentemente, entre toda classe bancária do País decidiu, a paralisar os serviços, isso à greve, se não fosse concedido um aumento nos salários. A greve, em Curitiba, e outras cidades do Brasil chegaram a paralisar os serviços, com o agravamento, por 10 minutos, como demonstração de unidade da classe para o fim pretendido. Agora, homologado o acordo firmado no Paraná, resolveu o Ministério do Trabalho extender a todos os estabelecimentos bancários em vigor.

Desde a vigência do acordo anterior, em 4. de 1-4-1955 a 1-4-1956, aproximadamente os funcionários de promotoria ou dispensários estatutários ou regulamentares nos bancos não tiveram quadro organizado a porcentagem com esse índice, além o valor das promoções feitas posteriormente.

Ficará incluído de aumento os empregados que a 1-4-1955 estavam acima de um ano de serviço e os funcionários que têm participação especial nos lucros, tais como, Gerentes, Inspectores e Contadores.

Por uma das cláusulas do acordo acima estipulado que nenhum aumento poderá ser inferior a Cr\$ 800,00 e nem superior a Cr\$ 1.800,00. Fica estabelecido que o aumento será pago a partir de 1.º de abril de corrente nos o vigência do acordo de 1-4-1957.

é nosso', 'Jovem, ingresse na UJC', 'Anistia Ampla e Irrestrita' eram algumas das frases que escrevia", diz Previde.

Em junho de 1956, o Sindicato dos Bancários consegue reajustamento de salários. Fixado em 30%, o aumento foi concedido após paralisação simbólica por cerca de 10 minutos, como demonstração de unidade da classe. A pretensão no início era de um aumento de 40%, fato este que na época causou revolta de alguns bancários e crítica intensa da mídia local. Diziam que a equipe comuna-bancária infiltrada nas várias comissões criadas para tratar do assunto tinha chegado a um fim tragicômico, aceitando o aumento concedido pelos empregadores. O Sindicato defendia-se afirmando que este era o maior acordo salarial alcançado entre banqueiros e bancários no país.

Em paralelo a esses acontecimentos, o país se mobilizava em prol de um novo salário mínimo. Após o governo federal anunciar a base de CR\$ 2.100,00 para o Paraná, os sindicatos e federações organizam-se para criar uma Comissão do Salário Mínimo, presidida por Armando Stamm, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria; auxiliado por Aldo Schwinds, presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio; João Wagner, presidente do Sindicato dos Marceneiros; Otto Bracarense, do Sindicato dos Bancários; e João Figueiredo, do Sindicato

### Dezenas de sindicatos unidos para a luta da vigência do salário mínimo — Apoio às Federações

Constatando noticiamos em nossa edição de ontem deverá ser efetuada na noite de hoje, com início às 20 horas, uma reunião monstro do Pacto de Solidariedade Inter-sindical, que congrega dezenas de agremiações de associados.

**NA FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS**

O referido encontro de líderes de trabalhadores deverá ter por local a sede da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Paraná, devendo versar sobre o palpitante tema da vigência do salário mínimo, cuja data de início, 1.º de janeiro corrente, continua a ser questionada por inúmeros quadros patronais.

**AMPLO APOIO**

O comitimento deverá receber amplo apoio de todos os sindicatos interessados em garantir aos seus associados o cumprimento das determinações estabelecidas para o pagamento de novos salários, bem como das federações como a do Comércio da Alimentação e dos Bancários.

A luta para manter o salário mínimo com grande poder de compra manteve-se firme nos anos seguintes a 1956, a exemplo da matéria veiculada no jornal O Estado do Paraná de 28/01/1959.



dos Comerciantes. Ameaçando greve geral, caso fosse mantida a proposta inicial, a comissão desembarca no Rio com a contraposta de fixação do mínimo em CR\$ 3.000 para a capital, CR\$ 2.800,00 e CR\$ 2.700,00 para o interior. Os trabalhadores do Paraná pretendiam inicialmente CR\$ 3.865,00.

É a partir desse momento que o vice-presidente da república João Goulart, conhecido como Jango, aproxima-se intensamente do meio sindical. Apesar de feridos os direitos sindicais em diversas regiões do país pelo presidente Juscelino – a exemplo da União dos Servidores do Porto do RJ, que teve suas portas fechadas sem motivo aparente mesmo com 47 mil membros –, Jango era apreciado pelos sindicalistas do Paraná.

Quando os novos níveis do salário mínimo foram anunciados para todo o Brasil, Jango recebeu homenagens em sua visita a Paranaguá. Apesar de estar abaixo do pretendido; CR\$ 2.700,00 na capital, CR\$ 2.500 e CR\$ 2.300,00 no interior; o Sindicato dos Bancários do Paraná, juntamente com o Sindicato dos Carregadores de Café, além de deputados e vereadores, prestaram tributo a Jango e sua atuação na defesa do mínimo. Aproximadamente 300 pessoas estavam presentes na ocasião, onde discursos inflamados de sindicalistas defendiam o sindicalismo, o direito de greve e a união da classe. Conforme nota da Delegacia de Ordem Política e Social, sempre que citados, eram enormemente aplaudidos as figuras de Getúlio Vargas, João Goulart e Souza Naves, mantendo-se, porém, o auditório em completo silêncio quando mencionado o presidente Juscelino Kubistchek.

Foi nesse período que o salário mínimo alcançou o seu maior poder de compra, aproximadamente 200% maior<sup>6</sup> que o praticado no Brasil atual.

O ano de 1957 foi igualmente marcado por muitas mobilizações. Ainda motivados pelos constantes aumentos no custo de vida, os bancários agora lutavam para conquistar o congelamento dos preços. Nillo Biazetto, reeleito presidente do Sindicato, foi um dos coordenadores da Comissão que trabalhou ao lado de Abilon Souza Naves<sup>7</sup>, para este fim.

Metalúrgicos, marceneiros, operários em fábricas de bebidas, nas indústrias de panificação e em gráficas foram alguns dos trabalhadores que pleiteavam melhores salários e vantagens. O apoio dos empregados em estabelecimentos bancários era incondicional a essas diversas entidades de classe. Este apoio evidenciou-se quando o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitarias foi espancado e preso pelo DOPS sob a acusação de subversão. Os dirigentes sindicais Nillo Biazetto e Tristão Fernandes visitaram a redação de diversos veículos de comunicação a fim de divulgar o apoio do Sindicato de Bancários, defendendo o presidente agredido, afirmando que este não estava distribuindo jornal comunista.

O caso ganhou repercussão nacional e serviu de agudo argumento aos críticos do governo JK. João Charneski não escondia sua revolta contra o novo mínimo anunciado pelo governo e se pronunciava a favor de novas conversações. Em fevereiro

<sup>6</sup> Informações do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) sobre a distribuição de renda do país.

<sup>7</sup> Abilon Souza Naves dedicou sua carreira política para defender os interesses trabalhistas. Em 1957 era senador do Paraná e um dos nomes mais cotados para assumir o governo do Estado em 60. Faleceu aos 54 anos enquanto discursava em um jantar na Sociedade Morgenau em 1959.





VII Congresso Nacional dos Bancários, realizado em Belo Horizonte de 21 a 27 de abril de 1958, definiu as prioridades daquele ano. Na foto, a delegação do Paraná.

de 1957, o dirigente sindical foi abordado por elementos do DOPS, que desceram de um Jeep em atitude ameaçadora. Sem sequer ouvi-lo, Charneski foi espancado na frente de 150 trabalhadores e levado preso à base de tapas e empurrões, desprezando-se as imunidades legalmente asseguradas aos dirigentes sindicais. A acusação era de subversão, embora ele estivesse somente distribuindo o jornal oficial da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, o *Jornal dos Trabalhadores*. Na delegacia foram colocados em sua pasta exemplares de jornais comunistas para tentar incriminá-lo.

Os anos que se seguiram foram de grandes conquistas para a categoria bancária. Ainda em 1957, os bancários conquistaram o direito à aposentadoria por tempo de serviço e à carga horária diária de seis horas de trabalho corrido para todos os funcionários de bancos.

Em 1958 outras duas grandes conquistas, uma no campo trabalhista outra para o movimento sindical bancário: cai o decreto 9.070 e há a regulamentação do direito de greve.

**ARBITRARIEDADES E VIOLÊNCIAS DE ELEMENTOS DA DOPS CONTRA LEADER SINDICAL FRENTE À FABRICA LUCINDA**

Espancado o presidente dos trabalhadores na pacificação — Distribuído o jornal dos Trabalhadores na Indústria — Além de o prenderem contra as garantias de inviolabilidade dos dirigentes sindicais, ainda espancaram o sr. João Charneski

Pais de maior gravidade se passaram ontem em Curitiba, quando um dirigente sindical foi espancado e espancado por elementos da Delegacia de Ordem Política e Social, de um jeep no 20 que o prenderam dentro à Fabrika Lucinda. De seguida um que distribuiu o jornal oficial da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná "Jornal dos Trabalhadores". A vítima foi o sr. João Charneski, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Pacificação

**PROTESTO CONTRA O ESPANCAMENTO DE DIRIGENTE SINDICAL**

Em uma manifestação realizada na frente da fábrica Lucinda, os trabalhadores protestaram contra o espancamento de João Charneski, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Pacificação. O protesto contou com a presença de centenas de operários que exigiram a liberdade imediata do dirigente sindical.



**VIOLÊNCIAS** — O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Pacificação e Condutor do Sr. João Charneski, quando distribuía o jornal dos Trabalhadores, foi espancado, ao distribuir exemplares aos trabalhadores da Indústria Lucinda, na qualidade de leader sindical, o que lhe dá as mesmas garantias.



## Nova formação de luta no Paraná

A partir de 1955 o movimento sindical bancário ganha força graças a uma diretoria adversa ao patronato e o Sindicato dos Empregados Bancários do Paraná articula a criação de entidades nas mais diversas regiões do estado.

Em junho de 1956 é organizada a Associação de Bancários de Ponta Grossa, com a primeira gestão de Hamilton Alves (presidente), Jair Zanon Dibarra (secretário) e Waldemar Nader (tesoureiro). Os meses seguintes seguiram-se com longos esforços para a criação das associações de Paranaguá, Londrina e Jacarezinho.

Em 1957 as entidades associativas de Londrina e Maringá são transformadas em sindicatos. Um ano depois, obtiveram registro junto ao MTE os sindicatos de Apucarana e Região e Paranaguá e Região.

Um dos objetivos dessa organização era alcançar o número mínimo de cinco sindicatos para a criação de uma federação a fim de angariar verbas federais provenientes do imposto sindical (contribuição compulsória do trabalhador) retido desde 1946, data do decreto-lei que regia a vida sindical no país.

Tristão Fernandes, bancário concursado pelo Banco do Brasil e atuante desde 1953, foi um dos principais articuladores dessa nova formação de luta no estado do Paraná. Tristão chegou a Curitiba e era engajado em questões sociais, principalmente as que tratavam de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. Além de contribuir ferrenhamente para a criação de uma Federação para a categoria, teve participação singular na organização dos trabalhadores rurais e dos portuários de Paranaguá, Antonina e São Francisco do Sul, o que atraiu a oposição ferrenha das classes empresariais que o acusavam de comunista, embora ele não tivesse nenhum envolvimento partidário.

O primeiro passo para a abertura das federações, segundo Tristão, foi redefinir a abrangência do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná, que passaria a atuar localmente na Grande Curitiba, transformando-se no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Curitiba e Região.

Logo após, houve a formação da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo e Paraná, que contava com os sindicatos de Curitiba, Londrina, Santos, São Paulo e Paranaguá.

Segundo Tristão, o dinheiro proveniente do imposto sindical retirado foi destinado à compra de uma sede própria e utilizado como ajuda financeira para a abertura de novos sindicatos pelo interior do estado.

Um ano depois, o Sindicato de Curitiba desvincula-se dessa federação e ajuda a

Ampliação do movimento sindical

### Organizada em Ponta Grossa a Associação dos Bancários

Constituição da primeira diretoria — Presença dos srs. Wilson Chedid e Nilo Blazetto do Sindicato dos Bancários do Paraná — Discursos pronunciados — Debate de assuntos de previdência social — Criação de novas associações de classe

Realizou-se sábado último, em Ponta Grossa, a instalação da Associação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários daquela cidade, estando presentes um alto número de bancários, que prestigiaram a criação da nova entidade.

#### SINDICATO DOS BANCÁRIOS

Especialmente convidados, compareceram à grandiosa Assembleia os srs. Wilson Chedid e Nilo Isidoro Blazetto, respectivamente presidente e vice-presidente do Sindicato dos Bancários do Paraná, que foram acompanhados pelo sr. Arthur Gabarão, antigo bancário, que por muito tempo desempenhou suas funções em Ponta Grossa.

Na oportunidade, foram acolhidos, por unanimidade, para gerir os destinos da Associação os srs. Hamilton Alves, presidente, Jair Zanon Dibarra, secretário, e Waldemar Nader, tesoureiro.

#### TRANSFORMAÇÃO EM SINDICATO

É propósito dos dirigentes da Associação dos Empregados nos Estabelecimentos Bancários de Ponta Grossa, transformá-la em Sindicato, com jurisdição naquela cidade, Castro, Palmeira, Guarapuava, Irati, Foz de Iguaçu, Cascavel, etc.

#### ORADORES

Na ocasião, fizeram uso da palavra o sr. Wilson Chedid, presidente do Sindicato dos Bancários do Paraná, que realçou as vantagens advindas para os seus colegas de Ponta Grossa com a fundação desse órgão representativo e formulando anseios de magnífica gestão para a diretoria recém-empenhada.

A seguir, proferiu substancial discurso o sr. Nilo Isidoro Blazetto, que se congratulou com os bancários pontagrossenses pelo êxito alcançado na Assembleia, enalteceu o espírito associativo da classe.

#### PREVIDÊNCIA SOCIAL

No transcorrer da reunião foram debatidos longamente diversos assuntos de interesse da classe, maxime os relacionados com a previdência social, que foram exaustivamente abordados pelos presentes, tendo os srs. Wilson Chedid e Nilo Blazetto exposto as providências que

consideraram mais plausíveis, em face da experiência adquirida no tratamento desses problemas.

#### NOVAS ASSOCIAÇÕES

Antes de encerrar os trabalhos o sr. Wilson Chedid comunicou que o Sindicato que preside, através de sua diretoria, está enviando esforços no sentido de conseguir a criação de Associações Profissionais dos Bancários também nas cidades de Paranaguá, Londrina e Jacarezinho.



Nelson Torres Galvão continua dirigindo as lutas dos bancários na década de 50. Ele é preso em 1954 acusado de comunismo. Ele recebeu do Rio de Janeiro folders com mensagens de Stalin e Carlos Prestes. De fato, Galvão era filiado ao PCB desde julho de 1945. Durante toda a sua vida defendeu a causa dos trabalhadores. Depois de bancário, Nelson Torres Galvão tornou-se corretor de imóveis e foi um dos principais fundadores do Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado do Paraná.



criar a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Paraná e Santa Catarina. O objetivo era o mesmo: retirar a porcentagem do imposto que cabia à entidade e auxiliar na abertura e estruturação de sindicatos bancários e de entidades representativas de trabalhadores de diversos segmentos, principalmente rurais.

Finalmente em 28 de janeiro de 1959 é fundada a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Paraná (FEEB).

A criação da Federação dos Bancários contou com a participação de nomes importantes na vida do Sindicato desde o início dos anos 50. Wilson Chedid, Otto Bracarense Costa, Laélio Andrade, Expedito de Oliveira Rocha (presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Químicas de Curitiba), Érico Szpoganicz, Antonio Batista Filho, Nereu Lagos, Jair Freire, Edgard da Rocha Costa, Luiz Viegas da Mota Lima, Nillo Izidoro Biazetto, Olimpio Fernandes de Mello, Victor Horácio de Souza Costa e Fernando Tristão Fernandes.

O primeiro presidente da Federação foi Wilson Chedid, homem de grande presença no Sindicato desde o início dos anos 50; seguido de Constantino Pedreira Martins, Tristão Fernandes e Otto Bracarense.

Também no ano de 1959 é reconhecida a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC) conforme dita a CLT (Diário Oficial da União, edição de 5/8/59). A CONTEC coordenava as entidades sindicais dos bancários e securitários brasileiros e defendia os direitos e interesses desses junto aos empregadores e poderes judiciário, executivo e legislativo.

**“Eu fui a São Paulo, reuni com a turma do sindicato e acertamos que nós entrávamos com os sindicatos de Curitiba, Paranaguá, Londrina, eles com alguns de lá, para a formação de uma federação de bancários. Com isso nós tirávamos a parte do imposto sindical retido para as entidades de grau superior. Aí combinamos: vocês empregam o percentual de São Paulo para fundar mais sindicatos e para ajudar os outros trabalhadores a formar sindicatos e nós também. Fechado. Estava feita a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários dos Estados de São Paulo e Paraná”.**

Fernando Tristão Fernandes





## Brasília

A ideia de transferir a capital do país para o interior não foi de JK como muitos pensam. José Bonifácio de Andrade e Silva, patriarca da Independência do Brasil, havia idealizado esta façanha no início do século 19.

A iniciativa foi defendida na época por políticos, jornalistas e intelectuais, já que uma capital no interior do país garantiria a ocupação de terras quase despovoadas e abriria novas frentes de desenvolvimento. A ideia foi incorporada na Constituição Republicana de 1891 e no ano seguinte um local para o novo Distrito Federal foi demarcado.

Finalmente em 1958 começou a obra que duraria 41 meses e envolveria o trabalho de mais de 30 mil operários.

No ano de sua fundação, 1960, Brasília já contava com uma população de 150 mil habitantes, entre funcionários públicos e candangos, como eram chamados os operários migrantes que trabalharam na construção da capital e povoaram as cidades-satélites.

Fonte: Almanaque Abril – Brasil, 2000

<sup>8</sup> Na área de pesquisa, o DIEESE realiza pesquisa de orçamento familiar, sindicais (salários, pisos, greves, entre outros), emprego, desemprego e cesta básica. Em 1958 realizou a primeira pesquisa de Padrão de Vida e seu Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE) passou a se tornar parâmetro para as negociações coletivas entre empregados e empregadores.

Fonte: Almanaque Dieese  
50 anos fazendo história - 2007.

## Expansão bancária acontece e a luta continua

Números expressivos fechavam a década de 50 relacionados à ampliação da rede bancária no Brasil. Um aumento de 69% foi registrado pelo SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), autoridade monetária anterior ao Banco Central do Brasil. O número de agências era 4.038 em 1951 e passou para 6.826 em 1964 (ALONÇO, 2009).

A expansão seguiu a orientação daquela instituição a partir de 1951, que controlava a distribuição da rede de agências bancárias em todo o território nacional, no intuito de integrar e fomentar novas relações comerciais.

Enquanto o momento estava propício para novos empreendedores brasileiros e estrangeiros, os trabalhadores sofriam com a inflação que ficava cada dia maior; estes grandes índices originados pela política econômica desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek.

A inauguração da maior obra do governo, Brasília, estava marcada para acontecer no dia 21 de abril de 1960 e prometia fechar com chave de ouro o governo mais ousado da história brasileira.

A maioria dos sindicatos no Paraná articulava-se para apoiar a candidatura de João Goulart à vice-presidência. Naquela época era possível votar em presidente e vice separadamente. No Sindicato dos Bancários, o dirigente Fernando Tristão Fernandes dividia seu discurso entre o apoio a Jango e as reivindicações para a fixação de um novo salário mínimo para o Paraná, além do reconhecimento das cartas sindicais das organizações dos trabalhadores rurais do interior. Tristão integrava a Comissão Regional de salário mínimo que reunia diversos líderes sindicais. Eles reivindicavam a equiparação dos salários ao aumento do custo de vida e para isso eram amparados por índices divulgados desde 1959 por instituições como o então recém-criado DIEESE<sup>8</sup> (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). Este órgão havia sido idealizado pelo movimento sindical de São Paulo em 1955, a fim de proporcionar aos trabalhadores o acesso a dados, informação e conhecimento. O objetivo era subsidiar a ação sindical com vista à transformação da realidade vivida pelos trabalhadores na luta por uma sociedade justa.



Sabado, 11 de Junho de 1959

ULTIMA HORA

# FRENTE UNICA EM TODO SUL DO PAÍS PARA OBTER SALARIO MINIMO DE 9 MIL

"Os dados oficiais da Fundação Getúlio Vargas (orgão governamental) deram uma esbatida de aumento do custo de vida no ano de 1959, de 58% — declarou a ULTIMA HORA o sr. Tristão Fernandes, secretário da Comissão Organizadora do Congresso Sindical dos Trabalhadores. "Artesando-se a esta percentagem a fato de que a carentia se elevou em mais 24% nos 3 meses do corrente ano, totalizando 82%; em um ano e pouco, é razoável a reivindicação dos trabalhadores do Paraná, ao solicitarem 9 mil cruzados de salário mínimo".

## JUSTO SALARIO

"As quatro Federações dos Trabalhadores que organizaram

### ANTES DE 3 DE OUTUBRO

"A massa operaria — contida o sr. Tristão Fernandes — está em condições de unidade para exigir a revisão de salário mínimo antes de 3 de outubro, e repete o pensamento de alguns economistas patronais de que a elevação de novos níveis salariais provoca a elevação do custo de vida. O aumento de quase 60% durante o ano de 1958, salariais comprova esta afirmação."

### DEMISSAO

com êxito o Le Congresso Sindical — prossegue o sr. Tristão Fernandes — congregando em Curitiba 202 dirigentes sindicais paranaenses, nas suas decisões conceberam a exigência de se dar às famílias dos operários um padrão de vida razoável. Junta, portanto, foi a decisão de se reivindicar 9 mil cruzados como novo nível de salário mínimo em todo o Paraná e eleger uma comissão para dirigir e orientar a campanha, composta dos presidentes das federações e dos líderes sindicais, Miguel Krug, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Paraná; Pedigosa Mendes da Silveira e eu, do Sindicato dos Bancários e Expedito de Oliveira Rocha, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química do Paraná".

quando não houve revisão de grato em conciliar os entendimentos entre patrões e empregados".

### AUSENCIA

Após fazer algumas referências aos representantes dos trabalhadores na Comissão de Salário Mínimo, afirmou desconhecer o sr. Odílio Figueiredo, uma vez que este membro da comissão ainda não respectivo a nenhuma reunião preparatória da campanha para revisão.

### ENCONTRO

dos demais Estados poderão ser coletado, melhores subsídios para se arbitrar a revisão do salário mínimo.

### MANGUEIRA PATRONAL

Falando sobre a reivindicação imediata de outros tipos de salários — moral, profissional e profissional — afirmou que, pretendendo isso, agora, é fazer mangueira patronal a fim de proteger a aprovação urgente do novo salário mínimo.

### AUXILIO DO BR

Concluiu, o sr. Tristão



"PARANÁ, Santa Catarina e Rio Grande do Sul se uniram novamente para reivindicar o mesmo nível de salário mínimo", afirmou o sr. Tristão Fernandes (foto), secretário da Comissão Organizadora do Congresso Sindical dos Trabalhadores.

### FRENTE UNICA

"A Comissão Organizadora do Congresso Sindical, autorizada pelos dirigentes sindicais e mantendo contato permanente com os trabalhadores do interior, propõe uma frente única — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — a fim de fortalecer a luta de revisão do salário mínimo e evitar o êxodo de operários do sul do país, em defesa da economia dos Estados sulinos".

# NOVO SALÁRIO MÍNIMO: ESTUDANTES APOIAM TRABALHADORES

## UPE E UPES APOIAM

Esta matéria tem constantemente publicado reportagens sobre as reuniões que vem sendo realizadas pelos líderes sindicais, visando obter a aprovação de um salário mínimo de Cr\$ 9.000,00 para o Estado do Paraná, com exclusão das sub-regiões. Esta reivindicação prende-se à arremetida alta do custo de vida que dia a dia dilata o poder aquisitivo de nossa já tão desvalorizada moeda, em um processo que atinge principalmente as classes trabalhadoras, que lutam com enormes dificuldades para sua subsistência.

Há poucos dias, realizou-se nova reunião dos líderes sindicais para tratar da questão do salário mínimo, reunião da qual participaram representantes das classes universitárias e secundárias de nosso Estado — União Paranaense dos Estudantes e União Paranaense dos Estudantes Secundários, respectivamente — para emprestar seu apoio à campanha encetada pelos trabalhadores com vistas à urgente revisão dos atuais níveis salariais. Falando à reportagem, o estudante Cláudio Martins de Oliveira, presidente da UPE, declarou que os estudantes uniram-se aos trabalhadores em sua luta, prontos para colaborar naquilo que se fizer necessário. "Nossa posição não poderia ser outra — afirmou — em virtude da maioria dos secundaristas ser constituída de filhos de trabalhadores. Da mesma forma, a UPE, que congrega os estudantes universitários do Paraná, manifestou-se favoravelmente à pretensão da classe trabalhadora, pelos princípios que nós adotamos, em prol da coletividade — segundo as palavras de um de seus membros.

UPE e UNE apoiam bancários na luta por novo salário mínimo.

Tristão discorria sobre dados oficiais da Fundação Getúlio Vargas que também apontavam índices de aumento no custo de vida, e estariam divulgando o acréscimo de 58% durante o ano de 1959.

A comissão também pedia a revisão do mínimo para o trabalhador menor aprendiz (50% do salário mínimo do maior) e estava percorrendo o interior paranaense, como Londrina, União da Vitória e Morretes, divulgando suas aspirações.

Após autoridades ligadas ao Ministério do Trabalho informarem que seria improvável serem revistos os níveis de salário mínimo a não ser em termos nacionais, a luta expande para todo o Sul do país e recebe apoio da União Paranaense dos Estudantes e União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPE e UPES). Somente no final de 1960 que esta reivindicação toma proporções nacionais e em 11 de agosto traba-



**“30 dias antes de assumir, Jânio Quadros fez uma viagem pelo mundo, visitou vários países, inclusive a União Soviética. E também não foi aos Estados Unidos. Bem na época de Guerra fria. Jânio assumiu o governo e o primeiro ato: relações diplomáticas e comerciais com soviéticos. Naquela época não vinha nem ia mercadoria se não passasse por Nova Iorque. Depois, o presidente condecorou Che Guevara. Aí decretaram a ingovernabilidade dele. Não ia passar nem regulamento nem briga de galo no congresso. Quando ele sentiu isso, ele teria acertado com alguém, talvez com Carvalho Pinto de São Paulo pra dar um golpe. O Jango assumiu com a bandeira das reformas de base e aí colocaram o parlamentarismo. Depois caiu o Jango, caiu tudo”.**

Victor Horácio, presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários em 1962.

lhadores paranaenses unificam as suas pretensões com outros diversos estados durante o III Congresso Sindical Nacional, realizado em Guanabara. A proposta é apresentada em Brasília e pouco tempo depois é homologada. A luta passaria a ser pelo congelamento de preços e retenção da inflação, temendo desvalorização dos novos reajustes.

Fernando Tristão Fernandes ainda comemorava essa vitória, quando era dada a largada para a Campanha Salarial Nacional de 1960. Bancários reafirmavam a elevação no custo de vida de 49,85% de 1959 até julho daquele ano e pediam aumento de 50%.

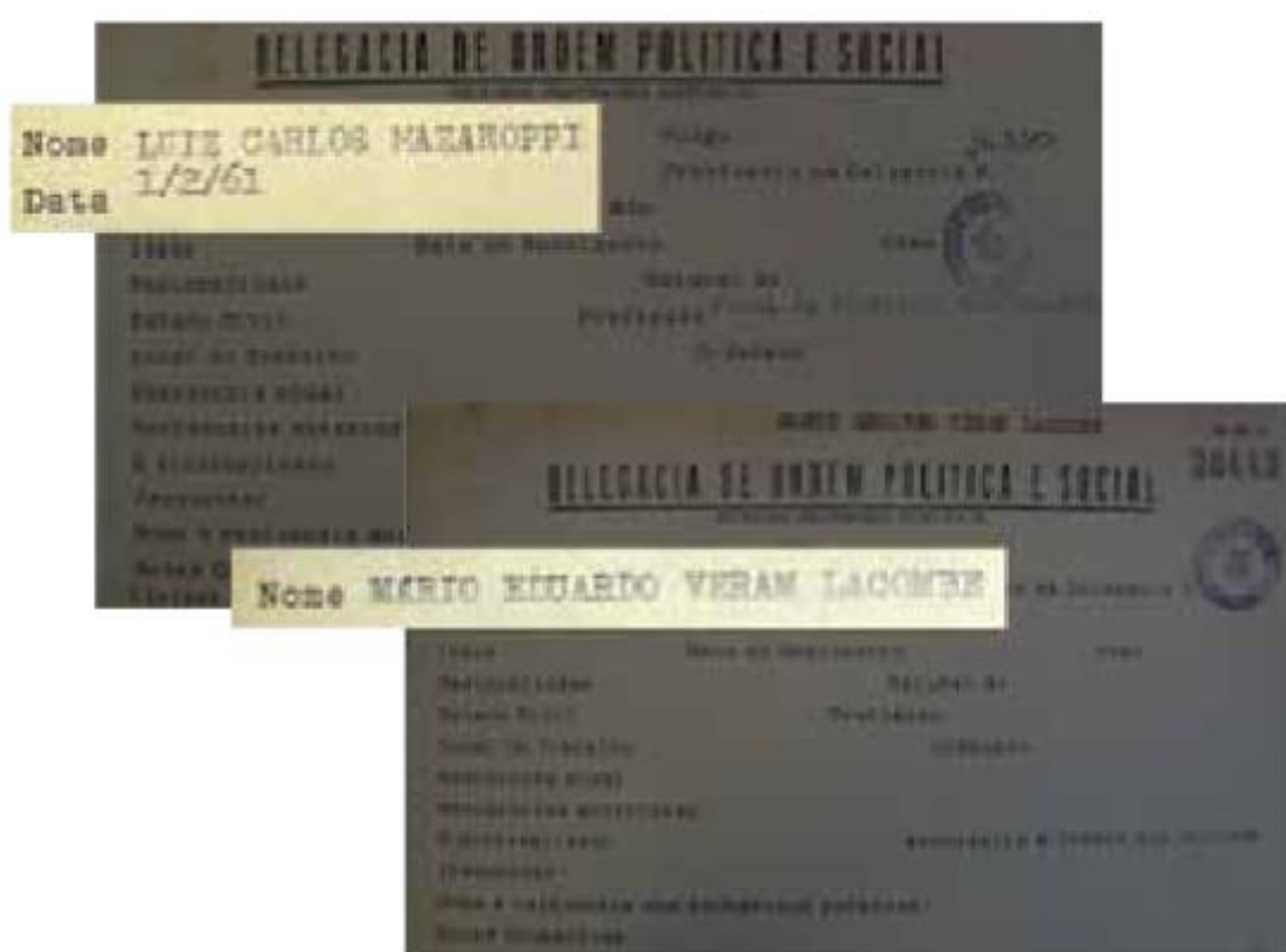
Curitiba foi a primeira cidade do país a receber resposta dos banqueiros, que propuseram aumento provisório de 30% até pronunciamento dos bancos de São Paulo e Guanabara sobre o movimento a âmbito nacional e prometiam não prejudicar o andamento dos estudos do Contrato Coletivo de Trabalho. O Sindicato dos Bancários não aceita e conduz as negociações por mais de dois meses. Finalmente, em 15 de outubro bancários do Rio ganham aumentos de 30% a 50%, e após 20 dias Curitiba recebe iguais reajustes.

A categoria ainda vivenciaria naquele ano a eleição, em 3 de outubro de 1960, de Jânio Quadros como presidente do Brasil e João Goulart como vice e, após seis meses e 25 dias de governo, a renúncia do primeiro. Assumiria a presidência João Goulart, com grande popularidade entre os trabalhadores.

Entretanto, Jango não era bem visto pelos militares, que vetam sua posse. Inicia-se no país a Campanha da Legalidade, comandada por Leonel Brizola, para dar posse a Jango. O Sindicato dos Bancários mobiliza-se e apoia o movimento. A campanha dá certo e após quase um ano de espera, Jango assume a presidência.

Para os trabalhadores o ano de 1961 termina com o sonho de vivenciar um novo momento do sindicalismo brasileiro: com maior liberdade nas negociações entre patrões e empregados.

No Sindicato dos Bancários de Curitiba assume em 1961 Luiz Mazaropi para presidente, este que era funcionário do Banestado e compôs chapa com Otto Bracarense (vice-presidente), Mário Eduardo Veran Lacombe; novamente como secretário geral; Fernando Alves Ferreira (1º secretário), Jorge Pimenta (2º secretário), Ewer-ton Ramos (1º tesoureiro) e Alceste Barbeta (2º tesoureiro).







Capítulo 3  
 Década de 60 e o  
 sindicalismo na ditadura







## O período Pré-Golpe

Com Jango no poder, os trabalhadores apertam o cerco contra o patronato. Os movimentos camponês e estudantil aproveitam o bom momento político e organizam grandes manifestações no período que antecede o Golpe Militar de 1964.

### “A Greve do Ano” de 1961

Os bancários de Curitiba entram em greve na campanha salarial unificada de 1961, em 18/10, e antecedem toda a mobilização nacional que inicia três dias depois em Niterói, Rio de Janeiro e Recife, e que em seguida atinge São Paulo, Amazonas e demais estados.

A adesão à greve foi de 100%, diferentemente do restante do país, que encontra resistência nos bancos particulares. Com piquetes nas portas, os funcionários do Banco do Brasil foram os primeiros a aderir à paralisação.

A categoria pleiteava um aumento de 60%, através do CCT (Contrato Coletivo de Trabalho). O índice para reajuste era apoiado em um levantamento realizado pelo departamento de estatística do próprio Sindicato,

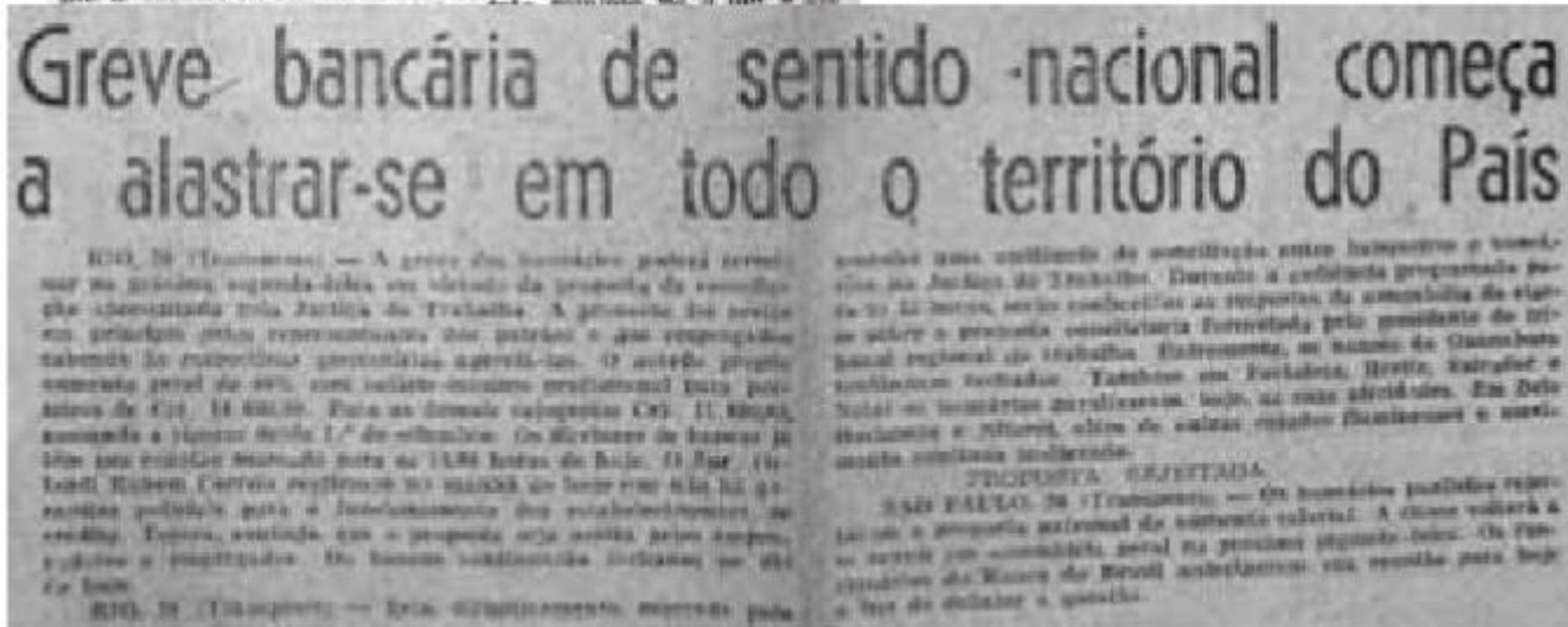
**“João Goulart para mim foi pai, foi mãe, para os trabalhadores da época. O Jango dava o que os trabalhadores queriam e talvez mais alguma coisa se pedisse. O empresário também ganhava”**

Victor Horácio da Costa, presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Paranaguá em 1962.



O Estado do Paraná  
26/10/1961

Gazeta do Povo  
21/10/1961





que apurou o aumento de cerca de 70% no custo de vida da população.

Em Assembleia, os bancários também resolveram reivindicar abono familiar e por ano de serviço prestado, em contrapartida ao nivelamento salarial que os bancos pretendiam fazer entre seus funcionários mais novos e os mais antigos.

A greve recebeu o título de “A Greve do Ano” pela disciplina e originalidade, e era guiada ao som da marchinha “Me dá um dinheiro aí”. Esta música passou a ser hino das reivindicações bancárias na ocasião. Não lhe faltava inclusive o exame da recusa: “Não vai dar? / Não vai dar não? / Você vai ver / A grande confusão...”.

Entretanto, a brutalidade da repressão também foi sentida nessa ocasião pela ação do exército e da polícia, impedindo que os sindicalistas se aproximassem dos bancos e tentassem mostrar aos bancários a importância da paralisação.

O apoio à mobilização veio de deputados, estudantes, outros sindicatos e federações, e do povo em geral. O Sindicato dos Motoristas Autônomos ameaçou paralisar totalmente o transporte caso banqueiros e bancários não chegassem a um acordo.

Apesar do apoio da população, a mídia colocava-se ao lado dos banqueiros e recebia críticas ferrenhas nos boletins informativos do Sindicato. Dizia a *Gazeta do Povo* da época “... recusando-se (os bancários) a qualquer entendimento com os patrões”.

Após uma tentativa dos banqueiros em impor somente reajuste real de 10%, uma comissão de deputados organizou uma mesa-redonda entre banqueiros e bancários com o intuito de aprovar uma proposta conciliatória. Esta medida deu fim à greve em 5 de novembro de 1961. Depois de 19 dias parados, os bancários conquistaram um reajuste de 40% em conformidade com o acordo nacional, além de gratificação de função, pagamento integral dos dias parados e instituição da data base em 1º de setembro, fato que abriu caminho para outras categorias con-



O Estado do Paraná  
26/10/1961



quistarem sua data base.

Esse movimento foi muito importante para o fortalecimento da CONTEC perante a categoria, além disso, somado à forte mobilização dos trabalhadores brasileiros, possibilitou a aprovação da Lei 4.090<sup>1</sup>, que instituiu o 13º salário (KAREPOVS, 1994, p. 77).

Ainda em 1961, foi instituída pelo Tribunal de Justiça, em 19 de dezembro, a portaria 67/61, que extinguiu o trabalho dos bancários aos sábados, com compensação de meia hora nos demais dias da semana. Essa luta prosseguiu pelo ano de 1962, pois nem todos os bancos respeitaram de imediato a portaria.

## Lutas de 1962

Ainda embalados ao som da greve realizada um ano antes, os bancários organizam no ano de 1962 a quarta grande paralisação nacional da categoria bancária, em que conquistam aumento semestral de 60%, adicional por tempo de serviço (quinqüênio) e gratificação mínima para cargos em comissão. O movimento ainda conseguiu unificação da data base em seis estados e realizou um acordo com os banqueiros para extinguir definitivamente o trabalho aos sábados em todo o país (KAREPOVS, 1994, p. 79).

Cerca de três meses depois, os bancários voltam a se unir nacionalmente para lutar contra o projeto de Reforma Bancária em tramitação no Congresso Nacional. A CONTEC cria um projeto para a Reforma Bancária, mas que infelizmente não é aproveitado pela Câmara Federal.

Rumores de que haveria o Golpe Militar ecoam pelo movimento sindical e fazem com que 45 entidades do Paraná das mais diversas categorias se posicionem contra o golpe e fiquem à disposição para lutar por um país democrático e nacionalista. O movimento é encabeçado por Tristão Fernandes, já presidente da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Paraná (FEEB).

“Na época diziam que o Jango queria instalar aqui uma República Sindical. Eu, particularmente, confesso que nunca ouvi esse tipo de conversa. Nada disso. Era tudo para desestabilizar o governo, desestabilizar o governo de esquerda”, Victor H. da Costa.

## Sindicalistas combatentes

Em 1963, o mundo vivia o auge da Guerra Fria e a corrida armamentista entre Estados Unidos e União Soviética havia culminado na instalação de uma bomba atômica em Cuba a fim de por em xeque o poderio norte-americano. No Brasil, a popu-

<sup>1</sup> O 13º Salário foi regulamentado posteriormente pelo decreto 57.155, sendo garantido pelo inciso VII do Artigo 7º da Constituição Brasileira. Todo trabalhador que tem carteira assinada, pensionistas, aposentados e trabalhadores avulsos tem direito a este benefício.



lação havia dado poderes amplos a João Goulart, através da escolha em plebiscito pelo presidencialismo, que venceu com 9,4 milhões de votos contra dois milhões para a permanência do parlamentarismo<sup>2</sup>.

No Paraná o Sindicalismo Bancário tomava fôlego e dava mostras de sua força pelos quatros cantos do estado.

Em Paranaguá, Victor Horácio de Souza Costa, mais conhecido como Vitinho pelos colegas do Banco do Brasil, comandou uma das várias manifestações trabalhistas que estouraram no país no ano de 1963. Reformas de base para melhoria na distribuição de renda e nas condições de trabalho, além de aumento de salário, eram as preocupações dos trabalhadores em geral, que aproveitavam o momento de aparente liberdade sindical para lutar pelos seus direitos.

Vitinho era conhecido pelo seu preparo intelectual e pela sua capacidade de mobilização. Assim que assumiu a presidência do Sindicato dos Bancários daquela cidade em 1962, criou o Fórum Sindical de Debates, que congregava 18 sindicatos das mais diversas classes trabalhadoras do litoral paranaense.

A primeira projeção do Fórum foi na greve dos motoristas autônomos, fato que ganhou repercussão nacional e foi repudiado pelo governador Ney Braga. Trabalhadores e jornalistas sofreram ameaças e agressões de policiais na ocasião.

Paranaguá era conhecida como a Costa do Café. Era o porto e a exportação de café. Havia os ensacadores, que carregavam os sacos de café até os caminhões, e estes até

1574 **DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL** 10387

FICHARIO PROVISORIO INDIVIDUAL

Nome **VITOR HORACIO DE SOUSA COSTA** Vulgo

Data **2/2/1961** Prontuario na Delegacia N.

Pai **ROGÈ DA COSTA** Mãe **OREA DE SOUSA COSTA**

Idade **25 Anos** Data do Nascimento **20/3/1936** Sexo **MASCULINO**

Nacionalidade **BRASILEIRO** Natural de

Estado Civil Profissão **ADEVOGADO, BANCARIO.**

Local do Trabalho **PARANAGUÁ -B, BRASIL.** Ordenado

Residencia atual

Residencias anteriores

É sindicalizado sindicatos e locais que costuma frequentar

Nome e residencia dos conhecidos parentes:

Notas Cromaticas:

04/02

<sup>2</sup> Estatística apontada no livro de Teresa Urban, "Ditadura Abaixo", da editora Arte e Letra.





Clarício Correa, Victor Horácio, Brambila, Soto Maior, Teixeira, José Martins do Carmo e outros.



No aeroporto Santos Dumont, em Curitiba, na chegada do Ministro do Trabalho, Dr. Amorin Silva.



| DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS  |        | TELEGRAMA   |
|---|--------|---|
| NÚMERO DE ENVIAMENTO  | 007247 | <b>OF TRISTAO FERNANDES PRESIDENTE<br/>           FEDERACAO BANCARIOS CURITIBA PR</b> |
| Recebido:   |        |   |
| De:   |        |   |
| <b>PREMIUM 36 PALACIO PLANALTO BRASILIA DF 36002 NIL 3 12</b>   |        |   |
| <small>O prémbulo contém as seguintes indicações do serviço: espécie de telegrama, estação de origem, número do telegrama, nome de palavras, data e hora de expedição.</small>  |        |   |
| <b>HABITUE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE<br/>           O RECEBER. COM ESSA PROVIDENCIA, AUXILIARÁ O DEPARTAMENTO NA<br/>           FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS.</b>   |        |   |
| <b>EM NOME DO PRESIDENTE ACUSO RECEBIDO SEU TELEGRAMA SOBRE PROBLEMA COMPANHIA<br/>           FORÇA E LUZ PARANAH PT ASSUNTO FOI ENVIADO MINISTERIO COMPETENTE PARA<br/>           PROVIDENCIAS CABIVEIS PT ATS SDS S HERMES LIMA CHEFE GAB CIVIL :</b> |        |   |

A Companhia Força e Luz tinha concessão para fornecer energia elétrica para Curitiba e Litoral. Havia predomínio de capital privado nesse segmento no estado do Paraná. Embora a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) existisse desde a década de 50, esta só adquiriu grande abrangência depois dos anos 70, quando incorporou diversas empresas, conquistando concessões. Hoje a companhia atende 393 dos 399 municípios do Paraná.

Fonte: Comunicação da Copel.

os armazéns. Só que o transporte era feito por empresas fantasmas que monopolizavam o serviço. Então, os motoristas que estavam sendo prejudicados uniram-se com os ensacadores que exclamavam: “aqui só carregamos caminhão do sindicato e da cooperativa, particular não!”. A mobilização para o porto e Ney Braga acaba por intervir. Ao final, um rodízio é estabelecido e muitas empresas acabam se filiando ao seu Sindicato.

O Fórum Sindical de Debates ficou conhecido em todo o país como uma escola de politização do trabalhador e adquiriu força, aproximando os trabalhadores do PCB e PTB. Manuel Vicente da Silva, do Sindicato dos Ensacadores, foi eleito como vereador pelo PTB de Paranaguá em 1962.

“O poder emana do povo e em seu nome será exercido. Não! o poder emana do dinheiro e em nome dos seus donos será exercido. Naquela época não era diferente. Onde existisse o poder econômico existia também o político. E com o Fórum conseguimos mudar esta realidade em Paranaguá”, Victor H. da Costa.

O movimento também discutia problemas de ordem política e fazia embates sobre a estatização da energia elétrica,



distribuída na época pela companhia norte-americana Força e Luz.

O Fórum Sindical de Debates criou também em Paranaguá uma cooperativa, localizada em um espaço do porto, em que os trabalhadores poderiam comprar os produtos a preço de custo.

Outro fato histórico que destaca Victor na memória de luta da classe bancária foi a sua participação na Greve de 1963. Através do Fórum Sindical de Debates, Paranaguá enfrentou greve geral em solidariedade ao Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região.

“Estávamos numa reunião no Sindicato dos Ensacadores pedindo o apoio dos companheiros, quando o secretário de segurança me chamou ao telefone e disse ‘olha, Victor, vocês não podem fazer isso, isso é contra a lei, vocês não podem fazer uma greve geral’, eu disse ‘olha, secretário, ilegal é a atitude do governo, a greve é um direito do trabalhador, a justiça do trabalho não decretou a ilegalidade da greve dos bancários, só colocaram a polícia na porta, quem está fora da lei é o Estado, e a decisão aqui foi tomada’. Os trabalhadores entenderam que hoje é com os bancários, amanhã será com eles”, Victor H. da Costa.

Há quase 400 quilômetros de distância, no norte pioneiro do Paraná, mais precisamente em Assaí, ressoava o nome de outro bancário, o de Wilson Previde.

Wilson Previde entrou para o Banco do Brasil em 1959, mas conhecia há tempo como se organizavam piquetes e se mobilizava grande número de pessoas. Era da juventude comunista desde o início de 50 e tinha participação intensa no movimento estudantil de Curitiba. Quando foi transferido para Assaí, os finais de semana eram dedicados a reuniões familiares e confraternizações com os bancários da região. Foi a partir desses encontros que conquistou o apoio que precisava para a fundação da Associação dos Bancários de Assaí em 1962, e que fechou na época da ditadura.

Durante o pouco tempo em que teve atuação, a Associação fechou os bancos da região por um dia em apoio aos trabalhadores rurais da região que reivindicavam o pagamento de melhores preços às sacas de algodão, além de ajudar na estruturação do sindicato rural da cidade. Em 1963, os estabelecimentos bancários de Assaí fecharam suas portas durante a até hoje lembrada Greve de 1963.

Outro nome que surgia nesse contexto era de Moacir Visinoni. Logo que chegou a Curitiba, em 1963, já se tornou um dos líderes da Greve. Visinoni havia entrado no Banco do Brasil em 1958 e por onde passou deixou as marcas de um sindicalista combatente. Ele começou a trabalhar no banco em Paranaguá, mas logo foi transferido para Porto União/União da Vitória onde criou em 1960 o Sindicato dos Bancários de Porto União com sede em União da Vitória. Em 1962, quando foi para Pato Branco, ajudou os bancários a criarem a Cooperativa de Consumo dos Bancários. Em 1963, já em Curitiba, liderou a greve, que durou três dias.



## A Greve de 1963

A unificação de diversos sindicatos para uma paralisação nacional resultou da intransigência dos banqueiros frente às reivindicações setoriais que aconteceram durante quase todo o ano de 1963. As preocupações giravam em torno basicamente do custo de vida abalado pela inflação. O setor patronal insistia em esperar a campanha unificada do mês de setembro para levar adiante a maioria das negociações.

Finalmente em junho, durante VIII Congresso Nacional dos Bancários, são definidas as reivindicações para a negociação nacional: aumento salarial, estabilidade por dois anos no trabalho, gratificação semestral independente do 13º salário e salário profissional.

O Sindicato de Curitiba segue as determinações da CONTEC<sup>3</sup>, que decide paralisar todas as atividades bancárias do país por 24 horas no dia 17 de setembro como advertência aos banqueiros, que se recusavam a firmar acordo.

A Justiça do Trabalho decide então por um aumento de 70% para toda a categoria, anuênio e correção dos valores do quinquênio. Mas, os bancários, insatisfeitos, iniciam uma nova tática, as “grevilhas”, que eram paralisações surpresa de cinco minutos em uma agência de cada vez, criando uma boataria que amedrontava clientes e os levava a tirar dinheiro de suas contas, transferindo para outros bancos (KAREPOVS, 1994, p. 81).

Os banqueiros continuavam decididos a pagar somente o determinado pela justiça. O Sindicato de Curitiba não aceita o acordo e decide retomar a greve por tempo indeterminado, juntamente com os sindicatos de Guanabara, Pernambuco e Brasília. A paralisação se alastra para o interior, resultando em 90% de adesão em todo o Paraná.



VIII Congresso dos Bancários e Securitários em 1963

O Estado do Paraná, 18/9/1963.







“Lembra-te da Campanha de 1961 e venha conosco!” era um dos dizeres nas várias faixas erguidas por bancários nesse momento e que acabaram por serem utilizadas durante mais sete dias de paralisações.

A greve ganhou repercussão na mídia nacional e foi comparada à greve dos estivadores de Santos; noticiada internacionalmente pelo Jornal Times, de Londres; que reivindicavam 20% de taxa adicional a todas as mercadorias transportadas a ser paga no final do vaxame, como costumavam chamar o salário. Os jornais da época, ligados ao governo, repercutiam que assim como em Santos havia uma máquina ideológica por trás do movimento curitibano e que a greve eclodira por determinação de uma minoria comunista. Dizia um retalho de jornal arquivado no DOPs: “...únicos trabalhadores do nosso Estado que pensam em greve (inclusive na conturbação no momento econômico que vivemos) são os estabelecimentos bancários. [...] Enquanto os outros trabalhadores – e neles se incluem milhares de funcionários públicos do Estado e do Município – há anos não recebem uma revisão salarial, os bancários do Paraná dentro de uma articulação de um plano com características nacionais assemelham-se aos estivadores de Santos”. A par de todas essas críticas, os bancários de Curitiba fortaleciam-se por saber que formavam um dos mais fortes movimentos sindicais do país e uma das poucas classes trabalhadoras a conquistar o que lhes era de direito.

Apesar de ser considerada ilegal e ser combatida pelo governo através de policiamento

**BANCÁRIOS**

DECLARAÇÃO DO SENHOR MINISTRO DO TRABALHO: «A Constituição assegura o direito de greve na forma que a Lei regulamentar. Como não houve regulamentação através da Lei ordinária, à Justiça do Trabalho compete apreciar qualquer interpretação de natureza jurídica sobre a greve o que não o fez ainda».

Repudiamos as notícias falsas e tendenciosas de que a classe bancária usou ou usaria de métodos condenáveis na sua legal e justa greve, já vitoriosa.

Estivemos várias vezes com as autoridades federais, estaduais e com o Exmo. Sr. Governador do Estado, Gal. Ney Braga, que é testemunha de nossos propósitos e objetivos, bem como de nossa transigência.

Os banqueiros rejeitaram a proposta conciliatória de Sua Excelência e prosseguem em sua obstinada posição de não manter entendimentos com seus empregados.

Nossa campanha prossegue firme e segura, e convocamos todos os bancários para reunião importante às 18,30 horas de hoje, domingo, dia 29, na sede de nosso Sindicato.

Nossa greve, que continua se alastrando por vários outros Estados, é legal e o Sindicato de Bancos não tem competência jurídica para afirmar o contrário. Contamos com o apoio de todas demais categorias profissionais e a compreensão do respeitável público, ao qual sempre atendemos com operosidade e dedicação.

FEDERAÇÃO DOS BANCÁRIOS DO PARANÁ  
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CURITIBA  
COMANDO GERAL DA GREVE  
FORUM SINDICAL DE PARANAGUÁ  
Curitiba, 29 de setembro de 1962.

<sup>3</sup> Até 1964 a CONTEC é guiada por militantes da esquerda no país, ligados não raras vezes ao Partido Comunista do Brasil. Com o governo Jango, a CONTEC aproximou-se do governo. Mas acontece o golpe. O presidente da entidade na ocasião era Aluísio Palhano. Ele foi assassinado nos porões da ditadura e seu corpo não apareceu até hoje.



O Estado  
do Paraná,  
18/9/1963.

# POLICIA E EXERCITO GARANTIRAM TRABALHO EM TODOS OS BANCOS

ostensivo em frente a todos os estabelecimentos bancários da capital paranaense – que garantiam àqueles bancários que não aderiam à greve o livre acesso ao trabalho, além de pressão psicológica –, a greve obteve sucesso. Foram sete dias de paralisação (25 a 31/9) até que o Comando de Greve decidisse encerrar o movimento com o intuito de não prejudicar os trabalhadores que sofriam ameaças de não receber os salários. Diversos bancários foram demitidos, sendo assistidos pela consultoria jurídica do Sindicato posteriormente. Algumas poucas cidades mantiveram-se em greve, a exemplo dos bancários de Florianópolis e cerca de 30% dos funcionários do Banco do Brasil do Rio Grande do Sul que permaneceram sem trabalhar.



POLICIA  
INTIMIDOU  
GREVISTAS

Comando de Greve convocou os trabalhadores bancários para a greve em Curitiba em 25 de setembro de 1963. A greve foi encerrada em 31 de setembro de 1963. A polícia e o exército garantiram o trabalho em todos os bancos.

O acordo é mediado pelo presidente João Goulart, atendendo as reivindicações da categoria. Guanabara é o primeiro estado a conquistar acordo com níveis superiores àqueles fixados pela justiça: 70% de aumento mais adicionais por tempo de serviço e para comissão de cargos, antecipação de aumentos de 1º de março de 1964 para setembro de 1963, além de compromisso para ajustamento de 40% sobre o salário a partir de março do próximo ano. A última greve nacional da categoria antes da ditadura termina com a fixação de um acordo entre bancários e banqueiros paranaenses idêntico ao de Guanabara. Esse reajuste foi garantido pelo Pacto de Unidade Nacional, assinado no Rio de Janeiro por 42 sindicatos e que garantia que qualquer solução só seria aceita pelos bancários se fosse a âmbito nacional.



## Os anos difíceis do Regime Militar

O ano de 1964 inicia com uma grande mobilização no Rio de Janeiro, comandada pela CGT<sup>4</sup> (Comando Geral dos Trabalhadores) e que reuniu mais de 200 mil pessoas, com o objetivo de acelerar as reformas de base prometidas pelo presidente João Goulart<sup>5</sup>. Em seu plano de governo, Jango previa mudanças no setor agrário, bancário, fiscal, educacional e eleitoral. Então, ele aproveitou a ocasião para noticiar alguns avanços, como o decreto que regulamentava a desapropriação de terras para a Reforma Agrária e outro encampando todas as refinarias de petróleo privadas, que passavam a pertencer ao patrimônio nacional. Nesse mesmo momento, o presidente disse estar encaminhando ao Congresso um Projeto de Lei para a Reforma Urbana.

Mas, as mudanças promovidas pelo presidente desagradavam os conservadores, que já anunciavam um golpe de estado para tomar o comando do país.

Na madrugada de 31 de março o exército deslocou-se de Minas Gerais para o Rio de Janeiro a fim de depor o presidente, que viajara do Rio para Brasília, por medida de segurança. João Goulart parte às pressas para o exílio, no Uruguai, país que acaba por abrigar dezenas de brasileiros, formando uma espécie de tribo de exilados. A maioria dos políticos ligados a Jango e defensores do socialismo foge para outros países, como México e Argentina, somente com a roupa do corpo e deixam tudo para trás. O mesmo ocorre com líderes atrelados à ala mais radical nos sindicatos, que tinham relação com a esquerda comunista e que não eram ligados ao patronato.

“Eu não compareci no banco até dia 9. Neste dia, avisei ao banco que ia me apresentar, porque já estava sendo convocado por edital. Aí quando cheguei à agência, o gerente já havia convocado o exército que me prendeu. Fiquei três meses detido”, Tristão Fernandes.

Os destroços do sindicalismo combativo e democrático que se fortalecia cada vez mais eram visíveis e espalhavam-se pelo país. Os militares reprimiam, prendiam lideranças, torturavam, extinguíam organizações sindicais e intersindicais, e aplicavam toda a legislação atrelada aos sindicatos que estava sendo rompida pelas greves e movimentos gerais dos últimos anos.

São decretadas 383 intervenções em sindicatos, 45 em federações e quatro em confederações nos primeiros dois anos da ditadura (CARVALHO, 2003, p. 29).

A maioria das intervenções era definida pela Delegacia Regional de Trabalho, que indicava nomes para compor a diretoria das entidades. No Paraná isso aconteceu de forma bem diferente.

<sup>4</sup> O CGT nasceu em julho de 1962 e congregava organizações oficiais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) e a CONTEC, além de organizações paralelas, como o Fórum Social de Debates (FSD).

<sup>5</sup> No Paraná, o governo empossado em 1960 cumpre aos poucos seu planejamento técnico, aumentando as suas estatais com siglas vigorosas: Telepar, Celepar, Sanepar, Fundepar, Famepar, Emopar, Copasa e o Café do Paraná (VARGAS, 1996, p. 14).



# DOPS fechou Sindicato dos Bancários e prendeu dirigentes da entidade

A Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) promoveu o fechamento da sede do Sindicato dos Bancários desta Capital, efetuando concomitantemente a prisão de seus dirigentes.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria, farmacêutica

## DESTITUIÇÃO NA DBT

Já na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho e Previdência Social foi levado a efeito o fechamento da repartição, destituindo-se o seu titular e dispensados até segunda ordem seus funcionários. O ex-delegado, por sinal, está sendo procurado pela polícia.

Adianta-se que nos próximos dias também serão fechados outros sindicatos e presos seus dirigentes, entre os quais o dos empregados nas indús-

trias, farmacêutica

A DOPS tem várias providências

tria da Construção Civil de Curitiba também foi fechada pela DOPS, que igualmente efetuou a apreensão dos arquivos da entidade, e se empenha na prisão dos membros da diretoria. Na verdade, a DOPS está caçando todos os elementos considerados agitadores.

# Libertação de funcionários do Banco do Brasil provoca protesto de interventor

Vários funcionários do Banco do Brasil que estavam detidos, após o fechamento por eles contra a segurança nacional, foram postos em liberdade pela Delegacia de Ordem Política e Social.

Entre libertados estão: Emanoel Fagundes, Nereu Lago, Dácio Farias, Wilson Matos, João Furtado, Elton Barros, Francisco e Herson Ferraz. Outros funcionários também foram libertados, mas não foram mencionados.

## Descontente

O Interventor Roberto Farias expressou seu descontentamento com o fechamento do DOPS, afirmando: «O DOPS já deveria ter sido extinto há muito tempo. O que não se pode aceitar, entretanto, é que o fechamento do DOPS seja feito por meio de uma medida que não seja tomada com o devido respeito».

em seu respeito a situação da DOPS. O sr. Furtado que estava a intervir no sindicato dos bancários explicou: — «Vários dos libertados foram a cumprir suas obrigações perante a justiça».

entretanto, requiriu a expedição de uma lei adequada. Para tanto, teria que ser o caso de uma lei pública, com a publicação em Diário Oficial.

# Ex-delegado do IAPB orientava bancários ao regime comunista

Indagado pela reportagem sobre os motivos da interdição do Instituto de Aperfeiçoamento e Pesquisas dos Bancários e atual interventor daquele órgão, dr. Cristiano Braga Cortez disse à "Gazeta do Povo" que as razões destas da interdição nas atividades administrativas do IAPB, são devidas à atuação de um ex-delegado Otto Braccarone Costa, falecido desde o dia 1.º de abril e de funcionários comunistas. Disse, ainda, que foram apreendidas em São Paulo as atas do Conselho de Administração do IAPB, contendo a destituição de funcionários diversos, com apreensão de diversos materiais comunistas.

Os militares aproveitam o Golpe Militar e criam em 31 de dezembro de 1964 o Banco Central do Brasil (BC ou BACEN) que passa a ser a autoridade monetária principal do país, ditando as regras para todos os outros bancos.



## O Golpe no Paraná

O início de 1964 foi conturbado dentro do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Curitiba. Adeptos ao sindicalismo mais conservador aproveitavam a crescente onda de críticas contra o governo de João Goulart para ganhar espaço dentro do movimento. Bancários liderados pelo então presidente Francisco dos Anjos tentavam resistir a essas influências e acabaram por expulsar do Sindicato um dos líderes do intitulado 'sindicalismo democrático', o bancário Salomão Vieira Pamplona, do Banco do Brasil, e que mais tarde armaria o banimento dos sindicalistas ligados ao movimento comunista.

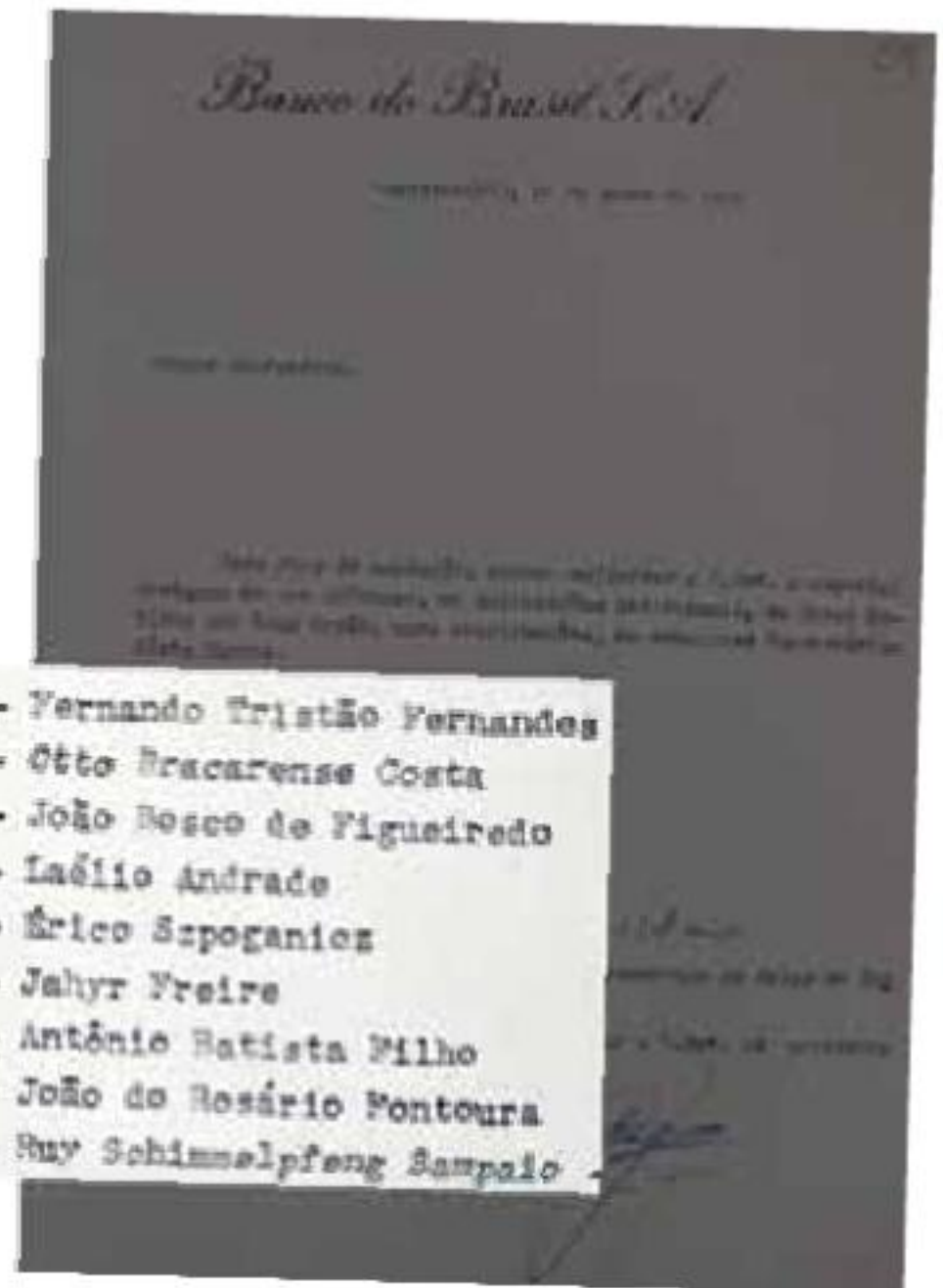
Março de 1964. Estoura o Golpe. Mais de 30 líderes do movimento sindical bancário do estado foram presos dias após a tomada de Brasília pelos militares. Os que conseguem fugir são perseguidos e detidos, permanecendo meses em cárcere na prisão do Ahú. Ali eles responderiam aos Inquéritos Policiais Militares (IPMs).

O general Dário Coelho, do Ministério da Guerra, dá posse a Salomão Pamplona (presidente), Carlos Eduardo Zaina (secretário), Nilton Carnieri Schettini (tesoureiro) e Milton de Almeida Peixoto (relator), constituindo assim a Junta Governativa da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná, com poderes de intervenção e para indicar nomes para compor Juntas Governativas nas Associações e Sindicatos a ela filiados.

Os sindicatos de Curitiba e Paranaguá sofrem intervenções provocadas diretamente pelas autoridades locais. Nas outras entidades filiadas e associações houve intervenções por interferência direta de Pamplona.

Nos meses que se seguiram à Revolução Militar, Pamplona visitou todas as cidades que continham representatividade sindical vinculada à federação. Ele visitava os sindicatos efetuando levantamentos na escrituração contábil, confiscando atas e documentos que tivessem ligação com o CGT, CONTEC e Centro Popular de Cultura, tidas como organizações comunistas.

Criada em 1961 por intelectuais de esquerda, o Centro Popular de Cultura (CPC) reunia artistas de diversas áreas. Em Curitiba, a organização recebia apoio financeiro da FEEB e do SEEB. Ligado diretamente à UNE, artistas encenavam peças teatrais nas portas das fábricas e em sindicatos objetivando a tomada de consciência e a mobilização da classe trabalhadora. O mais importante dramaturgo que atuava no CPC foi Oduvaldo Vianna Filho, que escreveu entre outras obras "Auto dos 99%" até hoje lembrado por fazer uma crítica bem-humorada da educação brasileira e dos poucos jovens que



Muitos eram tidos como comunistas por defender os direitos dos trabalhadores.

**"Eu fiquei dois meses e meio preso aqui em Curitiba. Depois de solto, voltei à Paranaguá e me demitiram. Eu não podia conversar com o trabalhador na esquina, tinha gente me vigiando. Depois de um ano, Tristão, que foi presidente da nossa Federação, me convidou pra advogar com ele em Mato Grosso, eu fui pra lá"**

Victor H. da Costa



chegavam à universidade na época (que fazem parte do 1%).

A questão era destruir a ligação do movimento bancário com o de oposição ao governo dos militares. Salomão Pamplona realizava encontros com os bancários de cada cidade para saber quais tinham maior representatividade popular e suas ideias com relação à sociedade e ao momento histórico que estava passando o país. Indicava as pessoas que deveriam permanecer na diretoria e delatava bancários envolvidos com o movimento sindical de esquerda, além de dar ordens que se estabeleciam como regras para conduta das entidades de classe.

Muitos bancários foram transferidos e alguns expulsos do banco em que trabalhavam.

## Tentativa de reverter a situação

Estava à frente do Sindicato de Curitiba o bancário Darcy Caetano Costa, indicado pelos militares. As eleições em janeiro de 1967 aconteceriam normalmente e essa era a chance dos bancários ligados a um movimento mais combativo retomarem a direção do Sindicato e lutarem pelo fim da ditadura e pelos interesses reais da categoria bancária. No país, a frente socialista retomava os embates contra a política e economia alinhada com os Estados Unidos, divulgando informações de cunho ideológico e nacionalista. Cada vez mais criticado, o governo seguia tentando calar os contrários à sua postura.

### Resistência à ditadura

Um grupo formado por ex-militares, estudantes e militantes de esquerda, inclusive João Goulart e Brizola, foi responsável pelas experiências mais marcantes da história da ditadura: as guerrilhas armadas. Tomados pelo exemplo vitorioso de Fidel Castro em Cuba, essas pessoas pensavam que era pelas armas que haveria uma revolução no Brasil.

Um dossiê encontrado nos arquivos do DOPs relata que o aliado Darcy Ribeiro, ex-ministro chefe da Casa Civil de Jango, havia conseguido grande somas de dinheiro de governos neutros e progressistas, além de Cuba, para formar guerrilheiros, ensinando técnicas de combate e munindo-os com armamento de guerra.

Em 1966 acontece a primeira guerrilha contra o regime militar, a de Caparaó, na região de divisa entre Espírito Santo e Minas Gerais, mas, despreparados, os guerrilheiros são tomados pela peste bubônica e os poucos que restam são capturados pela polícia.

No início da década de 70 estoura a guerrilha do Araguaia, na região amazônica. Cerca de 80 guerrilheiros com mais dezenas de homens e mulheres havia por cerca de seis meses se preparado para enfrentar os militares, que deflagraram uma operação maior que a utilizada na Segunda Guerra Mundial para acabar com a tentativa de insurreição. A maioria dos combatentes morreu na selva ou foi executada após sua prisão. Menos de 20 sobreviventes contam hoje essa história que ainda guarda muitos segredos.



Um dos ícones desta história é Carlos Lamarca, capitão do Exército Brasileiro que desertou para defender a causa socialista. Ele foi assassinado em 17 de setembro de 1971, depois de ter sido perseguido pelos militares por mais de dois anos.



Os bancários que militavam e que haviam participado das principais lutas da classe na década de 50 e início de 60 não poderiam concorrer aos cargos diretivos no Sindicato. A maioria havia sido presa e fichada como comunista e subversiva, e para ser candidato nas eleições sindicais era preciso ter o aval da Delegacia Regional do Trabalho.

Depois de algumas reuniões, organizadas no porão da Igreja de São Francisco, situada na Rua Saldanha Marinho, foram apontados os nomes de Luis Carlos Betenhauser para presidente, compondo chapa com alguns bancários tidos como progressistas. Wilson Previde, reconhecido por ser atuante em Assaí, estava novamente em Curitiba, mas não poderia concorrer sendo indicado a cargos internos previstos no estatuto da entidade.

Betenhauser concorreria no pleito com Raul de Christian, chegando à vitória com grande diferença de votos. Mas, ele não consegue assumir o cargo devido alegação da Delegacia do Trabalho de terem permanecido as urnas na sede do Sindicato sem vigilância, após o horário de votação.

“Nós fizemos uma chapa para o Sindicato. Então, o presidente era José Carlos Betenhauser e ganhamos a eleição. E aí o próprio interventor do Sindicato resolveu incinerar os votos, porque não teve guarda à noite, lá no Sindicato. Não houve impugnação, destruíram o material de votação. Por irregularidade praticada pelos próprios interventores do Sindicato. Eles que deixaram de atender o que a lei mandava”, Moacir Visinoni.

Então, assume novamente uma Junta Governativa indicada pela Federação, encarregada de realizar nova eleição no prazo de 60 dias.

Coagido, Betenhauser desiste de concorrer, dei-

## E' resistindo com coragem que defenderemos a constituição

No 30.º aniversário da Grande Revolução Socialista, o Comitê Nacional do PCB dirige um manifesto ao povo brasileiro

O Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil ao povo brasileiro, no aniversário de 30 anos da Grande Revolução Socialista, dirige um manifesto ao povo brasileiro. Este manifesto é dirigido ao povo brasileiro, ao povo trabalhador, ao povo que luta pela liberdade e pela justiça social. Este manifesto é dirigido ao povo brasileiro, ao povo que luta pela liberdade e pela justiça social. Este manifesto é dirigido ao povo brasileiro, ao povo que luta pela liberdade e pela justiça social.

Comitê Nacional do PCB  
Rua C. B. do Paraná  
Curitiba - Paraná



WILSON PREVIDE

Este manifesto é dirigido ao povo brasileiro, ao povo que luta pela liberdade e pela justiça social. Este manifesto é dirigido ao povo brasileiro, ao povo que luta pela liberdade e pela justiça social. Este manifesto é dirigido ao povo brasileiro, ao povo que luta pela liberdade e pela justiça social.

## Votem nos candidatos de Prestes

Eleições de 1965

**Sindicato dos Empregados em Estab. Bancários no Estado do Paraná**

Nome **DARCI CASTARO COSTA**  
 Filho de **JOSÉ CARLIARO COSTA**  
 E de **ROSA TOLEDO COSTA**  
 Nacionalidade **BRASILEIRA** Natural de **JACOBINA-M.G.**  
 Com \_\_\_\_\_ anos de idade — Nacido à **22 de novembro** de **1937**

Estado Civil \_\_\_\_\_ Profissão **BANQUEIRO**

Carteira Profissional N.º **73245** Série \_\_\_\_\_ Matrícula no Instituto \_\_\_\_\_

Título Eleitoral N.º \_\_\_\_\_ Carteira de Reservista N.º \_\_\_\_\_

Quando Estrangeiro tempo no Brasil \_\_\_\_\_ anos — Carteira Modelo 19 N.º \_\_\_\_\_

Banco em que trabalha **BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A.**

Cargos \_\_\_\_\_

Endereço particular \_\_\_\_\_ Localidade \_\_\_\_\_

Admissão no Sind. em **08 / 02 / 57.**





Sindicato dos Empregados em Estab. Bancários no Estado do P

Matrícula N.º 3.305

Nome LEI CARLOS BETEINHEUER  
 Filho de CARLOS BETEINHEUER  
 E de ADILIA ALVES BETEINHEUER  
 Nacionalidade BRASILEIRA Natural de SÃO JOSE DO RIO NEGRO  
 Com        anos de idade — Nacido a 03 DEZEMBRO

Estado Civil        Profissão         
 Carteira Profissional N.º        Série        Matrícula no Instituto         
 Título Eleitoral N.º        Carteira de Reservista N.º         
 Quando Estrangeiro tempo no Brasil        anos — Carteira Modelo 19 N.º         
 Banco em que trabalha BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A  
 Cargos         
 Endereço particular        Localidade         
 Admissão no Sind. em 27 / 02 / 56



Levantada a ficha de Previde





IV Convenção Nacional dos Bancários e Securitários realizada no Rio de Janeiro de 10 a 15/7/1967.



Primeira fileira, 2º da esq. para a dir. : Wilson Previde.  
Segunda fileira, da esq. para a dir. : 2º - Cláudio Ribeiro e 3º Athos Freceiro.



## IAPB chega ao fim

É na ditadura militar que os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) chegam ao fim, contabilizando a construção de 120 mil habitações entregues a trabalhadores de diversas categorias.

Com o golpe militar foi criada uma comissão para reformular o sistema previdenciário do Brasil e em 1966 todos os IAPs são finalmente unidos em um Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). A ditadura também cria o Banco Nacional de Habitação (BNH), para centralizar toda a política habitacional, e o INAMPS (hoje SUS) para cuidar da saúde do contribuinte com postos de saúde e hospitais.

Como alternativa para continuar auxiliando os bancários na aquisição da casa própria de maneira mais rápida e menos burocrática, o Sindicato de Bancários de Curitiba articula a criação da COATS-CT em 1967. Através dela são construídas mais de três mil residências nos bairros do Bacacheri e Portão. À entidade competia organizar os trabalhadores que tivessem interesse nessa aquisição, direcionar a escolha do terreno e fiscalizar as construções. Também havia um processo de distribuição dessas casas definido pelo favorecimento de pessoas necessitadas, doentes e famílias com muitos filhos.

xando em seu lugar o bancário Athos Freceiro. A chapa deste bancário vence com a quantidade expressiva de aproximadamente 3.500 votos (93% dos sindicalizados). A chapa era integrada por Moacir Visinoni como vice-presidente e Claudio Antônio Ribeiro como secretário geral, além de Wilson Previde como diretor de imprensa. Com o mesmo status dos eleitos, este último tinha direito à voz e voto na diretoria, como era previsto no estatuto do Sindicato da época: era o chamado Pulo do Gato.

Inicia-se assim uma nova fase no Sindicato: a de conscientização dos bancários para união e o início de uma mobilização nacional que culminaria na decretação do AI-5 pelos militares em 1968.

Sob o comando de Previde e Antônio Zaraminiak, funcionário do Banco do Estado de Minas Gerais (BEM-GE), foi criado um hábito entre os bancários curitibanos: receber em cima da mesa todas as sextas-feiras um boletim do Sindicato, lavrado a mimeógrafo, que noticiava os últimos acontecimentos e lutas trabalhistas na cidade e insistia que o enfrentamento para conquista de benefícios era necessário.

“A gente explicava que sindicato é sindicato e política é política”, contou Previdi durante uma de suas últimas entrevistas. As assembleias eram realizadas constantemente e era através delas que eram levantados os problemas da classe.

Durante o ano de 1967 não se concretizou nenhuma greve operária ou profissional, excluindo-se as estudantis. Apesar disso, o acordo da campanha salarial de 1967 pôde reajustar os salários da categoria em 23%.

Foi em 1967<sup>6</sup> que o Sindicato ajudou a criar a Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores Sindicalizados de Curitiba (COATS-CT), como alternativa para a classe obter financiamentos para aquisição ou construção da casa própria e os empréstimos simples que vinham sendo concedidos aos bancários pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e que fora extinto. O governo militar unificara todos os institutos em um sistema único, o INPS.

<sup>6</sup> A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) foi fundada em 1967, na cidade de São Paulo. Antes desse período as negociações eram feitas diretamente com os bancos.



Esse ano foi marcado também pela retomada das alianças do Sindicato de Curitiba com a Organização Nacional dos Bancários e pela luta contra a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS. O Sindicato defendia que esse benefício retirava vários direitos do trabalhador, e proporcionava ao patrão o direito de demitir o funcionário a hora que quisesse. Após ter sido aprovado, o FGTS foi centro de diversos debates no SEEB.

Verifica-se também no final de 1967 uma melhor articulação esquerdista estudantil e sindical, além de uma crescente desmoralização do poder público. Os militares temiam um contragolpe.

### O Presidente da Greve de 1968

O caráter profissional com que conduziu o Sindicato dos Bancários durante a gestão 1967-1969 marcou o nome de Athos Freceiro. Em meio à ditadura militar e às restrições constantes, ele ainda conseguiu guiar o movimento, nos dois anos em que foi presidente, para os melhores aumentos salariais da década.

“Tinha militar na rua de metralhadora e você tinha que se controlar, não podia sair berrando abertamente. Você tinha que ser disciplinado, senão iria preso mesmo. Eu não permitia também reuniões fora de assuntos bancários. ‘Ah, vamos fazer uma reuniãozinha aqui para comentar uma... não, não, nada disso’, sabe como é”.

Athos tirou o Sindicato das mãos dos interventores e proporcionou aos bancários espaço para que pudessem reerguer seus pensamentos em direção a uma visão mais libertária e humanitária. Por quatro anos os bancários puderam vivenciar aumentos e voltaram a discutir os rumos de sua história, até que novamente o governo interveio na entidade, isso em 1971.

Nascido em Paranaguá em 1933, Freceiro entrou para o Banco do Estado do Paraná em 1951 e logo em seguida já se envolveu no promissor time de futebol do Banestado, sendo campeão em 1953.

Naquela época, ser bancário tinha um *status* diferente. “Os bancários eram considerados da alta sociedade. As moças antigamente queriam casar com médicos, bancários ou pilotos de avião. Hoje em dia você visita as agências, coitados daqueles rapazes e moças, parece que eles estão sob uma pressão horrorosa”.

Segundo Athos, até as greves eram encaradas pela população de modo distinto. As pessoas eram conscientes e apoiavam o trabalhador que buscava melhorar sua condição.

Em 1977, Freceiro aposentou-se e aos 79 anos mantém o ânimo incondicional de sempre.

*Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Curitiba*

MATRÍCULA Nº 01.146

Nome ATHOS FRECEIRO  
 Filho de LEANDRO NASCIMENTO FRECEIRO  
 E de MARIA TEIXEIRA FRECEIRO  
 Nacionalidade Brasileira Natural de Paranaguá - PR  
 Com        anos de idade - Nascido a 05 de junho de 19 33  
 Estado Civil casado C.P.F.         
 Carteira Profissional Nº        Série        Carteira de Identidade Nº 221.110 - 5  
 Título Eleitoral Nº        Carteira de Reserva Nº         
 Quando Estrangeiro tempo no Brasil        anos - Carteira Modelo 19 Nº         
 Banco em que trabalha BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A.- APOSENTADO  
 Cargo Dentista  
 Endereço particular        Localidade Curitiba  
 Admissão no Sínd. em 13.8.54





## Duas gestões, muitas conquistas

Cláudio Antônio Ribeiro nasceu em 21 de janeiro de 1944 em Nova Rezende (MG). Aos 12 anos já trabalhava como bancário, no Banco Bandeirantes do Comércio, em Bela Vista do Paraíso. Chegou a Curitiba em 1963, depois de passar em um concurso para o Banco do Estado do Paraná, e sem medo de enfrentar os militares, ele tornou-se um dos mais importantes dirigentes do SEEB Curitiba e Região durante o período ditatorial. Foi secretário geral na gestão de Athos Freceiro (1967-1969) e na gestão de Luiz Salvador (1969-1971).

Alguns até tentaram amordaçar suas aspirações e calar sua vontade de justiça social, mas nada pode conter este grande líder sindical.

Tido como agitador, Ribeiro preferia o adjetivo de revolucionário. Ele foi um dos responsáveis pela mobilização bancária de apoio à greve dos metalúrgicos de Osasco e Betim em 1968, ocasião em que transportou manifestos daquela categoria por todo o Paraná. Foi líder da histórica greve dos bancários do mesmo ano. Cláudio Ribeiro era contra o FGTS e o recém-implantado INPS e percorria o estado proliferando suas teses. Até quando foi mantido nos porões do DOPs por quatro meses, onde sofreu tortura. Na ocasião foi vinculado à Aliança Libertadora Nacional e interrogado como segurança de Carlos Mariguela. Depois acabaram vinculando-o à vanguarda popular revolucionária de Carlos Lamarca, tudo porque Cláudio tinha algumas relações com os freis dominicanos de Belo Horizonte. "A atividade de dirigente sindical é que incomodava, eles queriam desvendar a que organização política clandestina eu estava vinculado, e isso eles não souberam jamais", afirma.

Foi o único sobrevivente de um grupo de dirigentes do movimento bancário de 1968. Todos tiveram mortes trágicas, entre eles, o bancário carioca José Toledo de Oliveira, que morreu no dia 8 de setembro de 1973, fuzilado na Guerrilha do Araguaia; Salvador Tolezano, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, que foi encontrado acorrentado a pedras no fundo da represa da Light, em São Paulo.

Depois de posto em liberdade, Cláudio Ribeiro teve seu cargo de dirigente sindical cassado. Foi advogar. Mas nunca se manteve abstenho às causas sociais. Em 1979 foi fichado por promover a abertura de diversas associações de bairro em Curitiba. Cláudio teve ativa participação nos movimentos pela anistia ampla e irrestrita e durante as Diretas Já. Participou também da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) a nível nacional. Atualmente, mantém-se envolvido com o sindicalismo, ministrando palestras e apoiando diversas entidades.

8147

Claudio Antonio Ribeiro (b)

CLAUDIO RIBEIRO

**DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL**

FICHARIO PROVISORIO INDIVIDUAL

|  |  |                            |  |
|--|--|----------------------------|--|
| Nome                                       | CLAUDIO ANTONIO RIBEIRO                        | Vulgo                      |  |
| Data                                       | 1968   | Prontuario na Delegacia N. |  |
| Pai  | Olimpio H. Ribeiro                             | Mãe                        | Maria Basso Ribeiro                                |
| Idade                                      |  | Data do Nascimento         | 24-1-1944  |
| Nacionalidade                              | bras.  | Sexo                       |  |
| Estado Civil                               | solteiro                                       | Profissão                  | Secretário do Sindicato dos Bancários de Curitiba. |
| Local do Trabalho                          |  | Ordem                      |  |
| Residência atual                           | Curitiba - rua André de Barros, 326 - Apart. 4 |                            |  |
| Residências anteriores                     |  |                            |  |
| É sindicalizado                            | sindicatos e locais que costuma frequentar     |                            |  |
| Nome e residência dos conhecidos parentes: |  |                            |  |
| Notas Cromaticas:                          | RG 37.295                                      |                            |  |

Em 17 Mai 68 - O fichado, atuante agitador, transportou para Maringá o manifesto do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico, mimeografados em Curitiba, para distribuição durante os festejos de 1º de Maio. (V. Informação nº 18/68-SNI/ACT, na pasta SINDICALISMO)

Em 22-3-68 - O fichado participou da Assembleia Geral dos Bancários, tendo sido um dos oradores da reunião; tendo ficado descepoisado com o s bancários de Curitiba por não comparecer à Assembleia. Propôs um reajuste mínimo de R\$ 50,00, "per capita", na renovação do Contrato de Trabalho. Assembleia de dia 19/7/68, de 20 horas. (Informação nº 28/68 I D N de 22/7/68)

Em 27/68 - Em atendimento ao of. 1847/00/68/SIC foi extraída cópia Termo-Fax da presente e enviada com of. 354/68.

Em 09-5-69 - Em atendimento ao of. nº 345/69-DRT-MTFS - foi extraída cópia da presente e encaminhado com of. nº 335/69.

Em 25.6.69 - Consta que o fichado é 1º Secretário do Sindicato dos Bancários de Curitiba. E, em uma assembleia realizada na Biblioteca Pública de Paranaguá, teria apresentado a tese "Brevidade Social" e "Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, tendo concluído ser tal sistema totalmente contrário aos interesses dos trabalhadores, inclusive bancários, sendo dever desses organizadores dar combate sistemático e racional contra o FOTG. Invenção de famigerado Roberto Campos, que deixa o trabalhador brasileiro





## O Ano de 1968

O ano de 1968 é um marco na história brasileira e um momento que muitos bancários, estudantes e sindicalistas enterraram o mais fundo que puderam em suas lembranças. Alguns utilizam essas recordações como fortalecimento a fim de resistir à ordem econômica que o mundo adotou no transcorrer dos anos, tomada de diferenças sociais e injustiças trabalhistas.

Desde o início da ditadura o governo desencadeou uma violenta repressão aos movimentos populares. O país já havia vivenciado a decretação de quatro Atos Institucionais<sup>7</sup> pelos militares, que cassaram mandatos de políticos, acabaram com os partidos existentes (determinando que só poderia haver dois partidos políticos no país: a Arena e o MDB), delegaram nomeação direta para presidente, governadores e prefeitos, e promulgaram uma nova Constituição Federal.

Já no começo do ano de 1968, o Ministério do Trabalho e Previdência Social<sup>8</sup> cassou a Carta de Reconhecimento de 20 sindicatos no Paraná. Entretanto, o movimento sindical parece não se intimidar frente à repressão do governo. Os bancários de diversas cidades do interior que tiveram seus sindicatos fechados recorrem aos meios legais e abrem as Associações Profissionais de Bancários, como alternativa para buscar o enfrentamento com os banqueiros e caminhar rumo à conquista de avanços trabalhistas a qualquer custo.

## Aliados dos bancários

Universitários e estudantes do ensino secundário organizavam-se e tornavam-se apoiadores na maioria das reivindicações trabalhistas em todo o país, inclusive dos bancários. Em Curitiba, não foi diferente. Aliás, a capital do estado era de certa forma peculiar nessa questão. Era apresentada na época como “Cidade Universitária”, por possuir 10 mil estudantes universitários. Este número superava a média nacional, que estimava que apenas dois em cada 1.000 habitantes chegavam ao ensino superior. Aqui, este número era 10 vezes superior, o que fazia do movimento um dos mais fortes do país.

Desde 1965, o movimento estudantil arquitetava-se. As lutas contra a Lei Suplicy<sup>9</sup>, que submetia todas as instâncias representativas dos estudantes ao Ministério da Educação – como a UNE<sup>10</sup> (União Nacional dos Estudantes) e as UEEs (União Estadual dos Estudantes) –, ajudaram na politização de estudantes e em seu engajamento contra a ditadura (URBAN, 2008, p. 55).

Em 1967, o movimento estudantil tornou-se a principal forma de oposição ao regime militar. Um ano depois, no dia 26 de junho, estudantes organizaram a histórica “Passeata dos Cem Mil”, que reuniu cerca de cem mil pessoas nas ruas do centro

<sup>7</sup> O AI-2 foi decretado em 27/10/1965.

<sup>8</sup> Criado em 1930, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio passa a ser denominado Ministério do Trabalho e Previdência Social, por meio da Lei 3.782, de 22 de julho de 1960.

Em 1974 ele passaria a se chamar somente Ministério do Trabalho e finalmente em 1999 Ministério do Trabalho e Emprego.

<sup>9</sup> A Lei Suplicy foi decretada em outubro de 1964 pelo recém nomeado Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda.

<sup>10</sup> Outra luta dos estudantes nessa época foi contra os acordos entre o Ministério da Educação e os Estados Unidos que objetivavam a reforma do ensino no Brasil. Houve a retirada de matérias como Latim, Filosofia e Educação Política do currículo escolar, e outras disciplinas, como História, receberam redução em suas cargas horárias. Diversas manifestações foram reprimidas pelos militares violentamente e algumas ganharam repercussão mundial. Diante disso, o governo cria uma proposta nacional para a área.



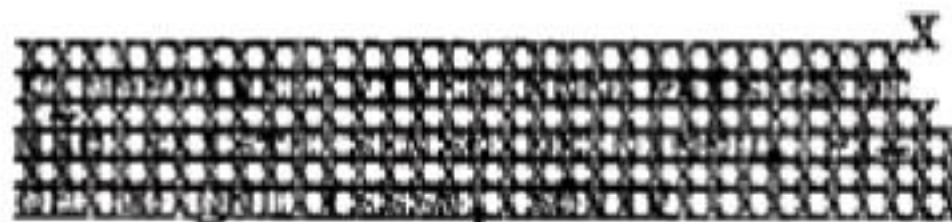
### HUMOR DUVIDOSO.

Em tempo: o Governo e os seus porta-vozes reafirmam que o atual regime no Brasil não é militarista, já que, segundo o Ministro do Exército, até uma mulher ou um padre pode vir a ser titular da Pasta da República. Trata-se da 1ª piada deste carnaval.

### HUMOR NEGRO.

Nós estudantes temos senso de humor, porém certas piadas, como aquela que saiu no jornal de 11 de 2 de 69 foi de engasgar as choradeiras que o "governo democrático brasileiro" vem rezando para os estudantes, através de prisões, espancamentos e pepresão. A notícia diz que todo oficial da Marinha xxx exército e aeronáutica terão entrada nos cursos superiores sem fazer vestibular. PERGUNTA - Onde está a tão decantada falta de dinheiro para a educação, ou está falta de verbas não exclui militares? "A ditadura e seus cúpinchas são de uma integridade pessoal que se retrata na farda cujo pano encolhe e desbota."

QUEM TINHA RAZÃO ERA O BRECHT: "



É HORRÍVEL VIVER NUM PAÍS ONDE NÃO EXISTE SENSO DE HUMOR. PIOR DO QUE ISSO, SÓ VIVER NUM PAÍS EM QUE É NECESSÁRIO TER SENSO DE HUMOR.

## CE e UNE

Atuação das novas autoridades...  
Uma reunião preparada e...  
Para sua primeira reunião, V...  
de 1969, a UNE...  
de 1969, a UNE...  
de 1969, a UNE...



Volante de greve do DCE

## Congresso de estudantes na mira das autoridades

Com a possível participação da delegação de Santa Catarina ao Rio Grande do Sul, o congresso não será interrompido por uma ordem do Exército. O congresso, organizado pelo DCE, será realizado em retiro de férias, sem manifestações externas, e o Exército não terá acesso ao local. O congresso será realizado em retiro de férias, sem manifestações externas, e o Exército não terá acesso ao local.

### Estudantes têm Congresso Sábado na Sede do DCE

O congresso, organizado pelo DCE, será realizado em retiro de férias, sem manifestações externas, e o Exército não terá acesso ao local. O congresso será realizado em retiro de férias, sem manifestações externas, e o Exército não terá acesso ao local.

que será realizado em retiro de férias, sem manifestações externas, e o Exército não terá acesso ao local. O congresso será realizado em retiro de férias, sem manifestações externas, e o Exército não terá acesso ao local.

## Estado do Paraná

RELACÃO DOS MEMBROS QUE FAZEM ESPÉCIES NO RESTAURANTE DO DCE

Table with multiple columns listing names and details of members at the DCE restaurant. The text is partially obscured by a large blacked-out area.



Volante de greve do DCE

### O ESTADO encontra Sorotiuk

Uma reunião preparada e...  
Para sua primeira reunião, V...  
de 1969, a UNE...  
de 1969, a UNE...  
de 1969, a UNE...



do Rio de Janeiro, contando com a participação de artistas, intelectuais e outros setores da sociedade brasileira.

Naquele ano, os estudantes locais enfrentavam dificuldades para articular ações em prol de angariar vantagens e benefícios, principalmente pela UNE estar dividida em duas alas; sendo uma liderada por Luiz Travassos, que pregava a Ideologia Radical Marxista, chamada Anarquista, e a outra, intitulada Pacifista, encabeçada por Vladimir Palmeira, que defendia os interesses puramente estudantis. O Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) seguia a linha de Travassos, que lutava principalmente contra a implantação do ensino pago nas universidades públicas federais, um dos projetos que o Ministério da Educação pretendia colocar em prática. Outra questão defendida era a integração da massa operária ao Movimento Estudantil, a fim de derrubar a ditadura. A ideia de revolução armada começava a tomar força nos debates entre esses universitários.

Outro entrave enfrentado pelos estudantes na luta pelos seus direitos era o fato de estar presente um informante em praticamente todas as salas de aula das universidades do estado, que se infiltravam no movimento a fim de identificar líderes e apoiadores das manifestações contra o regime militar.

Em 1968 o início de muitas passeatas e confrontos com o governo teve como estopim o assassinato do estudante Edson Luiz, em 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro. A morte provocou manifestações em todo o país contra a opressão da ditadura.

Os confrontos entre estudantes e policiais tornaram-se frequentes durante todo o ano. Centenas de estudantes foram presos e dezenas ficaram feridos. Nos dias 29 e 30 de outubro de 1968 aconteceu outra manifestação estudantil que concentrou inicialmente mil estudantes na Praça Tiradentes, centro de Curitiba. Foram organizados grupos de segurança, mandado confeccionar porretes, além de serem adquiridos estilingues e bolas de gude. A polícia reprime violentamente a passeata popular em Curitiba. Em Guanabara, igualmente reprimidos, os estu-



José Ferreira Lopes, o Dr. Zequinha, enfrenta a cavalaria da polícia apenas com um estilingue durante manifestação de estudantes que tentavam impedir que a UFPR cobrasse pelo ensino. Data: 14/5/1968.

## Estudantes continuam presos até progresso

Quinze dos 40 estudantes presos a semana passada no Boqueirão quando tentavam realizar um congresso regional da UNE, passaram o Natal na Prisão Provisória do Abu, mesmo sem a decretação de prisão preventiva. A informação é de fonte autorizada da Polícia Federal, esclarecendo que sendo o crime inafiançável e a prisão ter sido efetuada em flagrante os implicados continuarão presos e à disposição da auditoria da 5ª Região Militar, até a conclusão do processo.

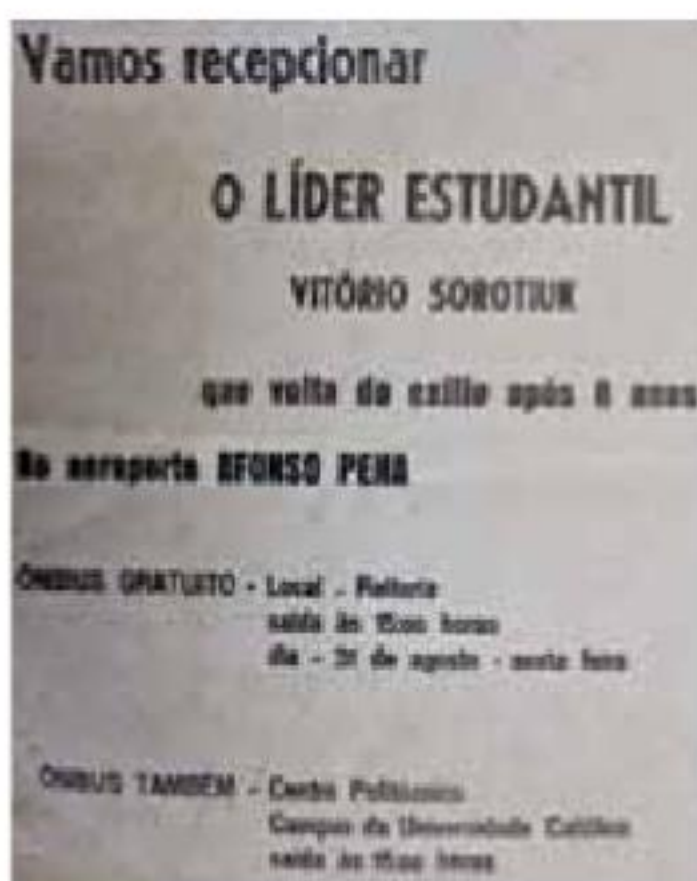
Foram todos enquadrados no artigo 38 da Lei de Segurança Nacional, que comina penas de 6 meses a dois anos de reclusão, acrescentando-se após o julgamento o período de detenção sofrido por cada um dos implicados antes da sentença.

**QUEM SÃO**  
Os estudantes que estão

sendo processados e permanecem na Prisão Provisória do Abu, são Judith Maria Barbosa, Elizabeth Franco Fortes, Marco Antonio Nascimento Pereira, Iran Vieira Dias, José Bonifácio Cabral Junior, Marco Apelo dos Santos Silva, Helle Urmas, Berto Luis Curvo, Celso Mauro Paciornick, Dacio Vilar, Mauro Dapasson Otero Goulart, Charles Champion Junior, Vitorio Sorotlack, Antonio João Mando e Mario Oba.

Além disso, os estudantes Vitorio Sorotlack, Antonio João Mando e Berto Luis Curvo, que tiveram sua prisão preventiva decretada pela segunda auditoria de Guerra, de São Paulo, por haverem participado de outra reunião clandestina da UNE na localidade de Itiuna, deverão ser recambiados à capital paulista a fim de serem processados juntamente com outros líderes universitários.





dantes contabilizaram duas crianças mortas e cinco estudantes gravemente feridos. Dias após o embate, a polícia invadiu o diretório da Universidade Federal do Paraná e confiscou dois mimeógrafos utilizados para impressão de panfletos que propagavam os ideais progressistas.

O último presidente do DCE da UFP e aclamado líder estudantil, Vitorio Sorotiuk, foi detido, quando representava o Paraná no Congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo, em 1969, e condenado a quatro anos de prisão. Após esse período consta que ficou exilado no Chile, e posteriormente na França e Suíça, por mais quatro anos.

## Os bancários em 1968

O ano segue com debates e greves. Os bancários de Curitiba, Londrina, Apucarana, Maringá, Paranaguá e Ponta Grossa reúnem-se em junho de 1968, entre os dias 13 e 15, em Maringá, na 1ª Convenção Estadual dos Bancários do Paraná. O encontro foi contra a unificação do INPS, debateu medidas econômicas para conter o “arrocho salarial”, indicou ações para efetivar a estabilidade da classe face ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e se posicionou contra a Lei Antigreve. Vários sindicalistas foram presos e fichados pelo DOPs na ocasião.

Na convenção estavam presentes representantes do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e da CONTEC. Compunha a mesa diretiva, Jair Freire, presidente do Sindicato dos Bancários de Maringá, Claudio Ribeiro, secretário geral do Sindicato dos Bancários de Curitiba, Dicesar Becker Vieira, diretor social do Sindicato de Curitiba, Gabriel Ferreira, procurador da FEEB-PR, e Roberto Persinoto, secretário geral do Sindicato dos Bancários de Guanabara.





**1.ª Convenção Estadual de Bancários do Paraná**  
Maringá, 13-14-15 de Junho

**TEMÁRIO:**

|                             |   |
|-----------------------------|---|
| 1 - Política Salarial       | 4 - Liberdade e Autonomia Sindicais                 |
| 2 - Estabilidade - F.G.T.S. | 5 - A Participação Estatal dos Dirigentes Sindicais |
| 3 - Lei de Greve            | 6 - Previdência Social                              |

"A UNIÃO DE TODOS OS TRABALHADORES REPRESENTA A FORÇA INDESTRUTÍVEL DO SINDICALISMO BRASILEIRO"

LOCAL: SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE MARINGÁ - Rua Paraná, 242 - 1/ de 1 e 18 - Fone: 2955

O JORNAL DE MARINGÁ

QUINTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 1968

## 1ª Convenção Estadual Dos Bancários

Maringá receberá hoje uma centena de dirigentes da classe bancária de todo o Estado e de país, no início oficialmente a campanha salarial dos bancários discute a política salarial, lei de greve, fundo de garantia, liberdade sindical e os principais problemas relacionados com a previdência social. Três dias de discussão os representantes dos bancários dos principais municípios paranaenses se reunirão para enfrentar as dificuldades que atingem esta numerosa categoria.

O que será a Convenção? Segundo afirmou o sr. João Ferreira, coordenador da 1ª Convenção dos Bancários, "a convenção terá por finalidade reunir as opiniões e as demandas de todas as cidades do Estado, para discutir especialmente a política salarial e traçar normas para desenvolver a campanha salarial de 1968. Maringá foi escolhida como sede do encontro por decisão do Conselho de Representantes da Federação dos Empregados em Estabelecimento Bancários do Paraná, que promove oficialmente o encontro. Foram convidados os dirigentes sindicais do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, do setor bancário, para participarem do congresso, para que se discutissem problemas comuns diante o

encontro, para serem tomadas as decisões comuns que tenham grande repercussão em todo Estado, assim como, a economia que Maringá possui a permitir bastante desenvolvimento econômico, em benefício de todos os municípios". Informou que no período de amanhã, a partir das 7 horas estarão chegando as delegações de outros municípios do Estado, que permanecerão até domingo em nossa cidade.

O sr. Diógenes Soares Vieira, um dos membros coordenadores da Convenção, diretor do Sindicato dos Bancários de Curitiba disse que "depois das reuniões de cidades visitadas, poderemos afirmar que um dos assuntos de maior preocupação dos bancários, refere-se a previdência social. Muitos cidadãos estão totalmente incapacitados neste setor, e será muito importante que todos nós venhamos a discutir os problemas comuns diante o

encontro, para serem tomadas as decisões comuns que tenham grande repercussão em todo Estado, assim como, a economia que Maringá possui a permitir bastante desenvolvimento econômico, em benefício de todos os municípios". Informou que no período de amanhã, a partir das 7 horas estarão chegando as delegações de outros municípios do Estado, que permanecerão até domingo em nossa cidade.

Em Osasco e Minas Gerais uma prova de ousadia e coragem. Metalúrgicos promovem uma das paralisações que ficou na história e serviu como exemplo para que ideias libertárias pudessem sacudir os regimes de vários países pelo mundo. Apoiados mais uma vez pelos bancários e pelos estudantes, cerca de três mil funcionários das metalúrgicas Cobrasma, Barreto Keller e Lonaflex entram em greve no dia 16 de julho. Logo em seguida, a tropa de choque invade Lonaflex e desocupa a fábrica. Depois segue para a Cobrasma, onde entra em confronto com operários. A repressão utilizava, além de cassetetes e bombas de gás e de efeito moral, rajadas de metralhadoras disparadas para o ar. Na desocupação da Cobrasma foram presos cerca de 60 operários. Todos foram soltos alguns dias depois, com exceção de Zequinha Barreto, que ficou 98 dias preso e foi barbaramente torturado.

No dia seguinte, mesmo com a repressão na Cobrasma e na Lonaflex, a greve estendeu-se para outras fábricas, como a Braseixos e a Brown Boveri.

" Nós mobilizamos os bancários, criamos uma comissão de solidariedade à greve de Osasco e Minas, contribuimos com tudo que nós pudemos. Depois nós fizemos a mesma coisa em relação à greve dos metalúrgicos de Betim"

Cláudio Ribeiro





Os bancários reuniram-se para debater o problema do aumento da classe, ocasião em que os banqueiros apresentaram uma proposta de reajuste de 15 por cento, contra os 35 por cento exigidos pelos empregados.

### Bancário tem "Fundo" Para Fazer Greve

Os bancários paranaenses concluíram, em Assembleia Geral realizada na última semana, pela criação de um Fundo de Greve, nomeando uma comissão para arrecadar subsídios com o objetivo de manter uma possível greve, a ser decretada na próxima semana. É que, aguardando uma contraproposta dos banqueiros, da qual se espera que seja superior a 35 por cento, os bancários decidiram criar o Fundo de Greve, que terá como objetivo arrecadar subsídios para manter a greve em andamento.

**CONVÊNIO**  
O aumento proposto de 15 por cento para a classe dos bancários, em vez dos 35 por cento exigidos pelos empregados, foi rejeitado na Assembleia Geral realizada na última semana. A comissão encarregada de estudar a proposta dos banqueiros, formada por representantes de ambas as partes, não conseguiu chegar a um acordo. Os bancários decidiram criar o Fundo de Greve, que terá como objetivo arrecadar subsídios para manter a greve em andamento.

### Conta dos bancários continua bloqueada

Os bancários paranaenses continuam com a greve, apesar de a conta de depósito em nome do Sindicato dos Bancários de Curitiba ter sido liberada. A greve continua em andamento, com os bancários exigindo um reajuste de 35 por cento. A greve começou em 15 de setembro e já dura mais de um mês.

**PROTESTO**  
Os bancários de Curitiba, em greve há mais de um mês, realizaram um protesto na manhã de ontem (10) em frente ao prédio do Sindicato dos Bancários de Curitiba. Os manifestantes exigiram um reajuste de 35 por cento e a liberação da conta de depósito em nome do Sindicato.

A partir daí a ditadura decreta intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos. Os trabalhadores, em assembleia, decidem ficar no Sindicato em resistência passiva, mas o local é invadido pela polícia, que prende mais 80 operários. A greve sufocada pela repressão chega ao fim. Nos dias seguintes, mais repressão e demissão de trabalhadores (VALENTE, 2008).

O mês de outubro daquele ano foi marcado por diversas manifestações trabalhistas e que também tratavam de ir contra a política econômica da ditadura. Cerca de 400 operários tomaram três fábricas em Maringá, e milhares de metalúrgicos de Guanabara e São Paulo entraram em greve pedindo 52% de aumento. Nessa mesma luta contra o arrocho salarial, 25.000 operários mineiros decidiram parar suas atividades por 50% de aumento. Em Minas, 9.000 bancários decretaram greve.

Nesse contexto, acontece uma das greves que mais mobilizou a categoria bancária de Curitiba. Na capital paranaense existiam cerca de 4.500 bancários e destes 3.800 eram sindicalizados<sup>11</sup>.

O Sindicato dos Bancários de Curitiba era reconhecidamente o mais estruturado e de

<sup>11</sup> Estatística retirada da entrevista com Cláudio Ribeiro, realizada em 2010. Cláudio era Secretário Geral do SEEB Curitiba e Região em 1968.





Diário do Paraná – 02/10/1968

mais atividade, movimentando-se constantemente a favor das reivindicações da classe.

Durante a Campanha Salarial de setembro, os bancários iniciam as conversações com os banqueiros com o objetivo de superar a enorme desvalorização da moeda e reajustar o salário ao índice de inflação. Iniciam-se as assembleias, que comumente eram realizadas na sede do Sindicato dos Comerciários e também na Igreja Nossa Senhora do Guadalupe (ao lado da Rodoviária Velha), e já em uma de suas primeiras reuniões contabilizou 2.200 bancários presentes.

O índice de reajuste a ser reivindicado ficou definido em 35%<sup>12</sup>, mas os banqueiros ofereciam 15% mais 2% de taxa de produtividade. Os bancários também reclamavam pela participação nos lucros dos bancos, pois registros apontavam 56% de aumento na produção naquele ano.

Absorvidos pela onda de boatos que vinham abafados pelos bancários mais conversadores e tomados pela experiência de colegas de Guanabara, os dirigentes do Sindicato criam um Fundo de Greve durante as assembleias, nomeando uma comissão para arrecadar verba para manter uma possível greve. Dias depois, a Delegacia Regional do Trabalho bloqueia a conta do Sindicato e da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Paraná até que fosse afastada a possibilidade de paralisação. A greve estoura.

Em âmbito nacional, sindicatos de diversos estados articulam-se para a greve, reiterando o índice nacional acordado de 35%. Os sindicatos eram coordenados pela

<sup>12</sup> Afirmação feita em dossiê feito pela polícia e entregue à Secretaria de Segurança Pública em outubro de 1968. Este documento encontra-se nos arquivos do Dops.





CONTEC. Nas agências do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e nas agências do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo a greve é antecipada por funcionários que paralisam suas atividades por 24 horas em repúdio à atitude da direção do banco, que levou um bancário endividado a suicidar-se dentro do gabinete do diretor que lhe negou um pedido de empréstimo. Rio e Belo Horizonte mantêm-se em greve, enquanto São Paulo cessa as paralisações.

No primeiro dia a paralisação em Curitiba foi parcial. A partir do segundo dia a adesão aumentou e finalizou com 70% da classe nas ruas. Muitas cidades do interior aderiram ao movimento, entre elas Maringá, que registrou 82% dos bancos fechados. Em alguns bancos de Curitiba a paralisação foi total: Lar Brasileiro, Estado do Paraná, Itaú, Brasileiro de Indústria e Comércio, Bahia e Sul Banco.

Com manifestos, cartazes e slogans pintados nas paredes das faculdades, muros e no DCE da Universidade Federal, os estudantes anunciaram seu apoio à greve dos bancários, organizando comitês para distribuição de manifestos, cartazes e até piquetes. Muitos bancários eram jovens universitários e compunham a frente de mobilização (70% da classe bancária de Curitiba era formada por jovens entre 17 e 30 anos<sup>13</sup>). Eles também aproveitaram a ocasião para fixar posição contra o ensino voltado para o lucro da minoria.

A participação das mulheres foi maciça. Nas assembleias e nos piquetes diversas oradoras ergueram sua voz para incentivar a classe.

<sup>13</sup> Informação retirada de dossiê da Secretaria de Segurança Pública de outubro de 1968.





O presidente Athos Frecceiro liderou a greve de 1968 - Diário do Paraná 09/10/1968

Acordo de 1968 instituiu anuênio - Jornal O Estado do Paraná - 09/10/1968

O movimento durou três dias, de 1 a 3 de outubro, e resultou na primeira derrota imposta à política econômica do regime militar. O aumento foi fixado em 30%, reajuste acima da proposta do então Ministro da Fazenda Delfim Neto de 24%. A greve acordou também a transformação das gratificações quinquenais em anuais (anuênio) e concedeu aos bancários o direito de tirar férias por 30 dias corridos. Outra conquista importante foi o direito de licenciamento de três dirigentes sindicais, que poderiam ter contato direto com os seus representados de maneira legal, sem correr o risco de serem presos ou enfrentarem violência.

## A repressão aumenta

A resposta do governo a essa onda de manifestações contra a ditadura foi o endurecimento do regime, com a decretação do AI-5, que extinguiu os direitos e liberdades da sociedade civil. As assembleias estaduais e as câmaras municipais são fechadas, parlamentares têm seus mandatos cassados e é abolido o Habeas Corpus para crimes enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Grande parte das lideranças sindicais é presa.

O Sindicato dos Bancários de Curitiba não sofre intervenção e os dirigentes de então se dividem em dois grupos na nova eleição que seria realizada em 1969. Um desses grupos é liderado por Luiz Salvador (presidente) e composto por Claudio Ribeiro (secretário) e Wilson Previdi (2º tesoureiro), com uma proposta de atuação mais in-





“Este foi um período bem complicado. Nós chegamos a ir em cinco aqui para São Paulo, para um encontro nacional. Não podíamos fazer congresso, nem convenção, então fizemos o encontro de bancários em São Paulo. Foram três dias de debates. E no terceiro dia, quando comecei a falar, todo mundo saiu correndo. ‘Terminou o encontro’ gritaram. Começamos a fugir de São Paulo porque o DOPS estava perseguindo. Depois do AI-5 a censura foi total aos atos sindicalistas. Muitos foram presos, ficaram muito tempo na prisão. Fui perseguido. Não deixaram eu pegar cargo no Banco do Brasil, no Banco Central, tive uma vida bem atrapalhada”

Moacir Visinoni



tensa. A outra chapa é dirigida pelo então presidente Athos Freccero, que lança o nome de Fernando Pinto da Silva para presidente.

Luiz Salvador era de uma agência do Banestado situada em Assaí em 1967 e que quando veio transferido para Curitiba foi parar na diretoria do banco, onde conheceu Cláudio Ribeiro. Ambos destacaram-se na greve de 1968, quando obtiveram apoio da Ação Popular (AP) representada por um de seus militantes, Edésio Passos. A AP era um movimento político que reunia ramificações da esquerda cristã, como a Juventude Universitária Católica (JUC). A partir de junho de 1969 esses três amigos dirigiram a formatação das propostas de luta do Sindicato pelos dois anos seguintes.

Luiz Salvador é lembrado como o poeta e o escritor do SEEB Curitiba e Região, pois tentava através de folhetins e do jornal da entidade mobilizar e conscientizar os trabalhadores a cerca da falta de ética dos banqueiros, que se aproveitavam do momento político e também da



lei Antigreve para tapar os ouvidos e não atender aos pedidos e necessidades de seus funcionários.

Duas cartilhas de autoria de Salvador, que constam nos arquivos do DOPs até hoje, foram apreendidas dias após entrarem em circulação nas agências bancárias da capital em 1970. Uma delas tratava a respeito da liberdade e autonomia sindical e a outra de política salarial.

O Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região criou nesse ano um veículo de comunicação paralelo ao Jornal dos Bancários, que assumiu caráter oficial nos tidos “Anos de Chumbo”, da ditadura. Eles eram igualmente distribuídos, em cada banco, a cada trabalhador. Porém, O Bocado, como era nomeado, continha em sua redação um tom mais combativo e fazia denúncias de perseguições que os trabalhadores estavam sofrendo, sendo distribuído também em outras capitais como São Paulo. Constava no rodapé desse jornal a frase: “faça a sua denúncia anônima pelo telefone xxx, ou dirija-se até o sindicato”<sup>14</sup>.

No Jornal dos Bancários, os embates aconteciam, mas de maneira bem mais comedida. Na edição que circulou no dia 1º de maio de 1970, Salvador alertava que os problemas dos bancários precisavam de um verdadeiro remédio, que constituía em reforma agrária e soluções drásticas ao êxodo rural e desemprego crescentes. No mesmo veículo de comunicação, uma notícia contava a história de três funcionários do Banestado que foram conversar com a diretoria do banco a fim de solicitar os pagamentos a que tinham direito, amparados pela lei. Quando o Sindicato ficou sabendo da pretensão da diretoria deste estabelecimento em demiti-los por terem “chegado a tanto”, procurou impedir esta atitude até mesmo apelando para as autoridades, que nem sequer se manifestaram. O resultado contabilizou três bancários



Edésio Passos

<sup>14</sup>Informações da entrevista de Luiz Salvador, presidente em 1969





### II Convenção Estadual de Bancários do Paraná

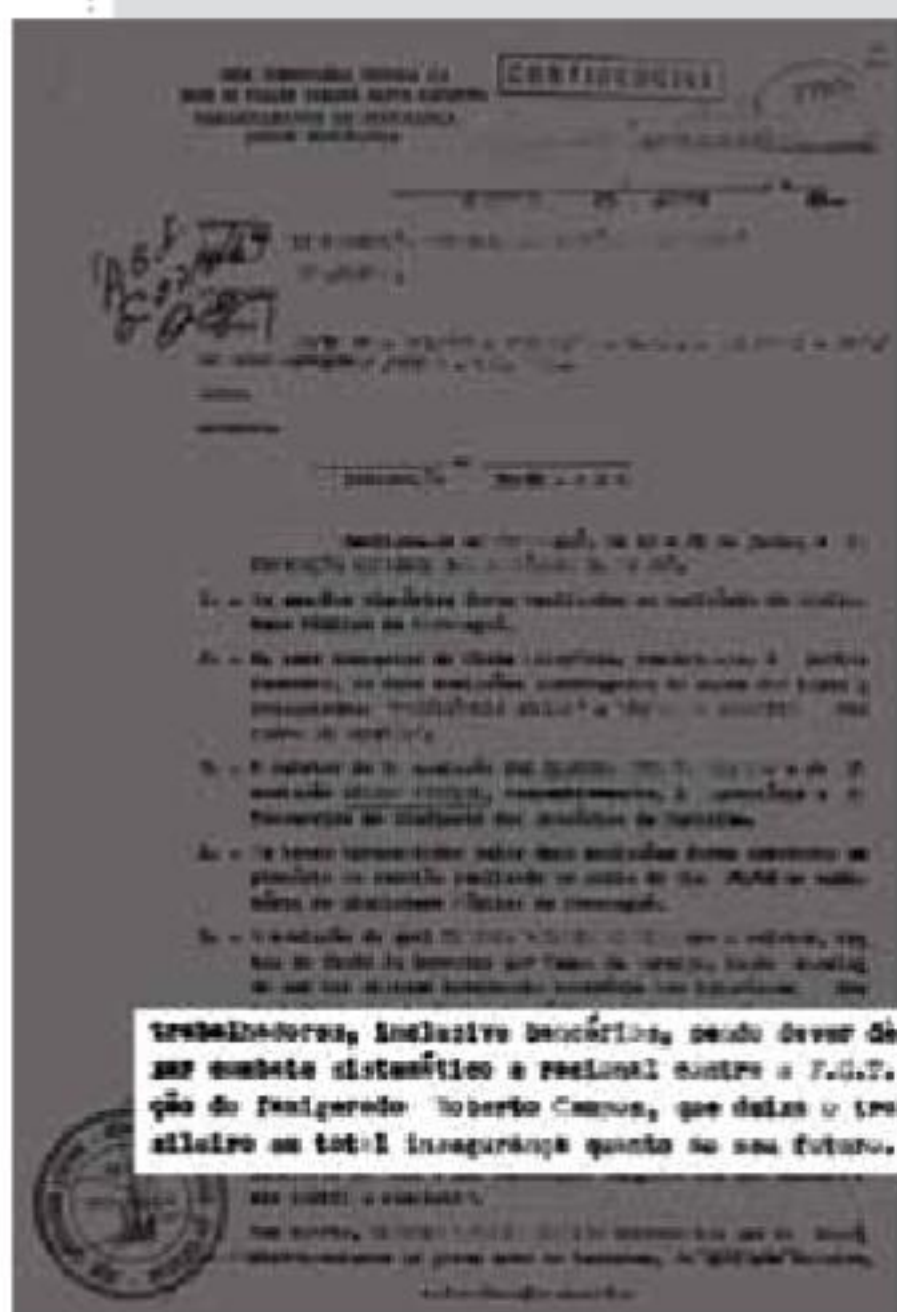
Foi realizada em Paranaguá, de 19 a 21 de junho de 1969, e contou com a participação dos sindicatos de Curitiba, Paranaguá, Londrina e Apucarana; além da FEEB-PR nas figuras de Carlos Eduardo Zaina e Luis Carlos Saldanha. Os sindicatos direcionavam críticas aos sistemas de FGTS e INPS, ao baixo salário ocasionado pelo surto inflacionário e à lei da greve, que impedia o trabalhador de defender seus mais urgentes reclamos.

Banqueiros queriam derrubar a lei que extinguiu o trabalho dos bancários aos sábados.

demitidos e um transferido. Essa era a dura realidade da ditadura. As lutas eram abafadas e o som dos megafones era substituído por boletins semanais entregues nas mãos dos profissionais da categoria. Diziam em quase todos esses informativos, preservados nos arquivos da entidade, que o que os trabalhadores possuem não foi dado e sim conquistado por meio de memoráveis campanhas.

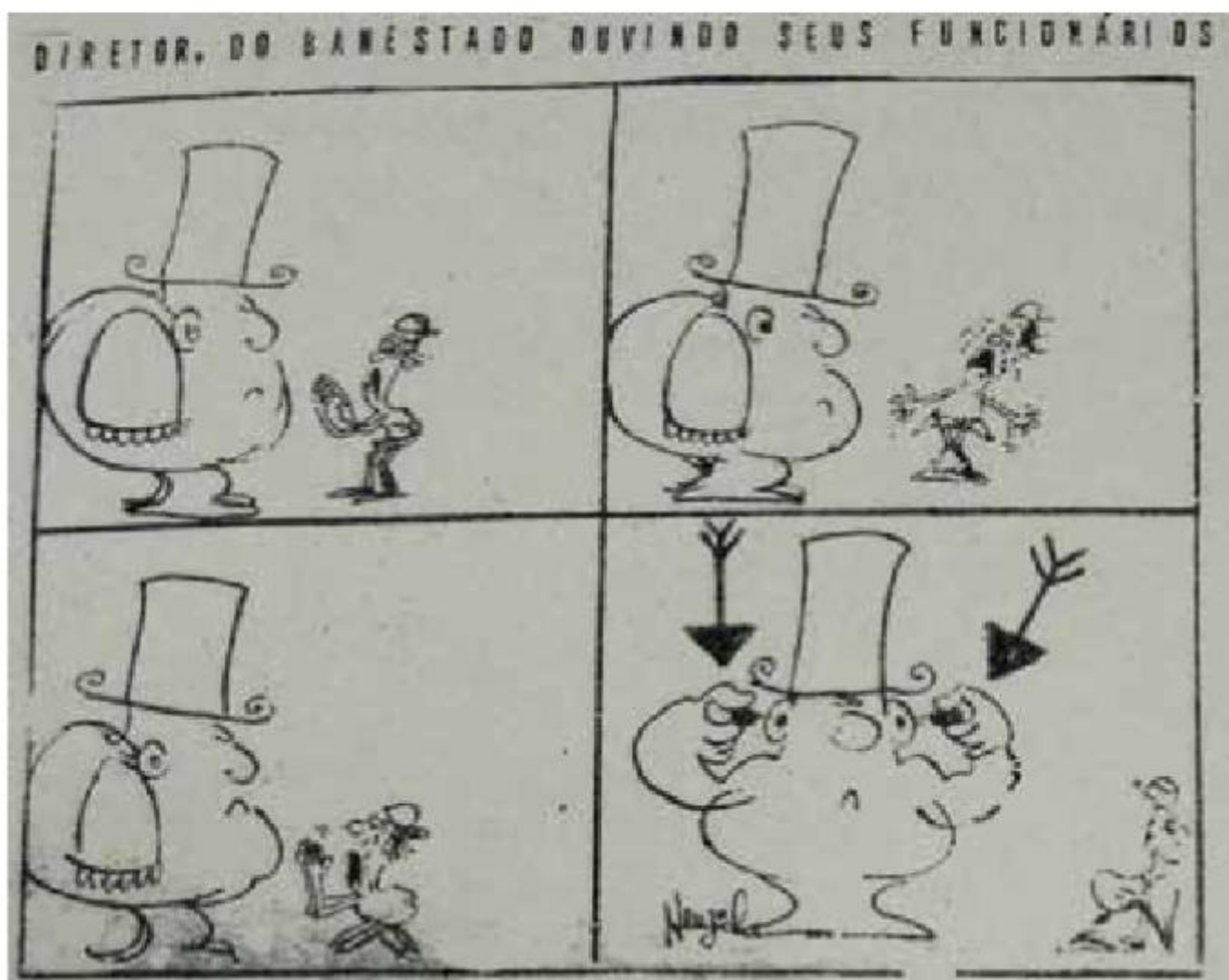
A mobilização bancária também funcionava através do Restaurante Bancário, reaberto na gestão de Luiz Salvador. Lá os contatos com os bancários aconteciam diariamente e a consciência aumentava a passos largos.

Em 1970 verifica-se também a luta pela tomada de consciência de trabalhadores com o objetivo de lutar pela vigência da CLT que determinava a carga horária de seis horas a bancários e a que extinguiu o trabalho aos sábados. Não havia fiscalização e os banqueiros tentavam derrubar a lei, com a abertura de agências nesse dia. Na ocasião, o Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco) alegava que a abertura era para a realização de testes



trabalhadores, inclusive bancários, sendo dever desses órgãos, em âmbito sistêmico e regional, lutar contra a F.U.T., invenção do delegado Roberto Campos, que dá ao trabalhador um alívio ao total insegurança quanto ao seu futuro.





e enviou carta ao Ministério do Trabalho para que a lei pudesse ser revista.

Em relação às campanhas salariais de 1969 e 1970, os bancários optaram em Assembleia Geral pelas negociações diretas. A possibilidade de greve foi abolida devido à situação política da época.

A audácia dos bancários que compunham a diretoria em promover o debate de ideias resultou na prisão de Cláudio Ribeiro e de Luiz Salvador em 1970. Às 6 horas da manhã de quinta-feira, dia 5/11/70, Cláudio teve sua residência visitada por agentes do DOPs, que vasculharam seus pertences à procura de material subversivo. Depois o levaram preso e o deixaram-no mais de 40 dias incomunicável. Foi torturado e depois foi largado na Praça Rui Barbosa. Mesmo assim ele retornou ao Sindicato. A intervenção na entidade foi decretada logo após o episódio e Cláudio<sup>15</sup> teve seu mandato cassado. Quando voltou a trabalhar no banco, boatos foram levantados a seu respeito depois que a diretoria deu-lhe um cargo de chefia. Não teve alternativa senão negociar sua saída da categoria em 1971, ano que assume a Junta Interventora nomeada pelo general Massa. Comandava a nova gestão Ary Alves dos Santos (presidente), Eduardo Schunemann (secretário geral) e Antônio


**“O restaurante do Sindicato funcionava no térreo do edifício José Loureiro. Era um fórum quente de interação e de debate com os trabalhadores para saber o que estava acontecendo nas diversas agências e para distribuir o informativo ‘O Bicudo’ e outras publicações”**

Luiz Salvador

<sup>15</sup> Informações da entrevista concedida por Cláudio Ribeiro ao SEEB Curitiba e Região em 2010.



**Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos, Bancários, no Estado do Paraná**



Matricula N.º 7260

NOME AZEVEDO DOS SANTOS

filho de \_\_\_\_\_

e de \_\_\_\_\_

Nacionalidade \_\_\_\_\_ Natural de PARANAGUA - PR.

Com \_\_\_\_\_ anos de idade. — Nascido a \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_

Estado civil CASADO Profissão BANQUEIRO

Carteira Profissional N.º \_\_\_\_\_ Série \_\_\_\_\_ Matricula do Instituto  

Titulo Eleitoral N.º \_\_\_\_\_ Carteira de Reservista N.º \_\_\_\_\_

Quando Estrangeiro, tempo no Brasil \_\_\_\_\_ anos — Carteira Modelo 19 N.º \_\_\_\_\_

Banco em que trabalha BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A

Cargos DIRETOR

Enderêço particular Rua Generoso Marques, 90 Localidade \_\_\_\_\_

Admissão em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / **1950**

Interventor do Sindicato  
de 1971 a 1974

Augusto Addor (tesoureiro), que permaneceriam no Sindicato até o ano de 1974.

Um mês antes de assumir a Junta, ainda verifica-se uma tentativa, aparentemente sufocada, de reivindicação. O SEEB envia carta ao presidente da república e ao Congresso Nacional com as seguintes reclamações em caráter geral:

1. Reforma da legislação salarial, eliminando-se o seu caráter de sufocamento salarial;
2. Instituição de um sistema normativo democrático e livre no campo das questões salariais, permitindo-se a livre negociação entre as partes, nas questões de caráter coletivo;
3. Restabelecimento do poder normativo da Justiça do Trabalho nas questões salariais de natureza coletiva;
4. Eliminação das restrições de ordem administrativa às entidades sindicais, visando fortalecer os seus poderes de decisão, de organização, e reivindicação e de luta.

Em 1971 não há registro de uma greve sequer em todo o país. A maioria dos registros presentes no DOPs e das acusações de tortura, assassinatos e desaparecimentos é desse período ditatorial. Aos poucos os bancários se calam.



**JORNAL DOS BANCÁRIOS**

**1.º DE MAIO: A Busca do Verdadeiro Remédio**

Companheiros, chegou a hora de mostrarmos que os BANCÁRIOS não se trêta. São, os ditadores do governo, estão brincando conosco. Oferecem-nos ISS como alívio, enquanto nos a intenção de enfraquecer o nosso movimento, pois se fosse com boa intenção logo teriam, então, aceito as nossas reivindicações, os SSI e as outras situações.

**1.º DE MAIO: DIA DE LUTA**

Organize em seu banco, diga aos bancários, em Comitê de Luta Contra o Atréto, mobilizando todos os seus colegas para participarem da próxima assembleia geral com objetivo de GREVE NO BANDO CONTRA O ARRÉTO DA DITADURA.

**BANCÁRIOS!!! É HORA DE GREVE...**

Companheiros, chegou a hora de mostrarmos que os BANCÁRIOS não se trêta. São, os ditadores do governo, estão brincando conosco. Oferecem-nos ISS como alívio, enquanto nos a intenção de enfraquecer o nosso movimento, pois se fosse com boa intenção logo teriam, então, aceito as nossas reivindicações, os SSI e as outras situações.



**Bancário, poeta e líder sindical**

No final dos anos 60 e começo dos 70, o Sindicato de Curitiba teve à frente de suas deliberações o bancário Luiz Salvador.

Luiz era do interior do Paraná, de uma cidade chamada Assaí, próxima de Londrina, e lá havia passado em um concurso do Banco do Estado do Paraná em 1965. Já trabalhava há um ano, quando resolveu vir a Curitiba estudar, motivo aceito pela instituição bancária.

Na capital, trabalhou na secretaria geral do Banestado, onde preparava a correspondência da diretoria, algumas manifestações, pronunciamentos e discursos. Sempre foi muito bom em português, característica que o marcou também como líder sindical. Salvador era famoso por seus textos liberais, veiculados no Jornal do SEEB, que exaltavam a autonomia dos sindicatos e condenavam a interferência do governo nos assuntos da entidade.

Participou ativamente da greve de 1968, e por este motivo foi indicado pela esquerda bancária para sair candidato à presidência do Sindicato nas eleições de 1969.

Sua gestão (1969-1971) recebe destaque pela construção de uma plataforma de atuação para promover a redemocratização da entidade e pelas assembleias gigantescas que reuniam cerca de duas mil pessoas.

É desse período também a abertura do Restaurante Bancário, que funcionava no térreo do edifício José Loureiro, no centro da cidade. Sem fins lucrativos, o local tinha mais do que o objetivo de oferecer refeições a preços populares, era um espaço de relacionamento com os bancários, de interação e de debate com os trabalhadores, onde eram distribuídas as publicações do Sindicato, impedidas diversas vezes pelos militares de circularem dentro dos bancos.

Luiz Salvador não pôde terminar seu mandato. Uma Junta Interventora indicada pelo governo assumiu pouco antes das eleições de 1971, a fim de não dar continuidade às aspirações fomentadas pelo grupo que estava com ele.

Já formado em Direito, montou um escritório e continuou defendendo os interesses dos trabalhadores. Hoje é presidente da Associação Latino-americana de Advogados Laboralistas (ALAL), que congrega também Canadá, Estados Unidos, Espanha e México.

“A Associação busca a globalização dos direitos laborais, sindicais e previdenciários dos trabalhadores; através de uma legislação supranacional para regular o direito de livre circulação dos trabalhadores num mundo sem fronteiras com direitos recíprocos assegurados, e com jurisdição internacional. Também busca criar mecanismos para equilibrar os custos da mão de obra mundial”, conta Luiz.

Muitos advogados integrantes da ALAL já foram dirigentes sindicais e acumulam experiências como as de Luiz Salvador.





## Futebol como arma de luta

O esporte esteve presente no cotidiano do SEEB desde os seus primeiros anos, organizando campeonatos de xadrez, ping-pong, e principalmente futebol. Cada banco era representado por um time de bancários que concorriam em torneios de futebol de salão a prêmios dados pelo Sindicato. A única condição para participar era a sindicalização. Os times tinham uniformes e alguns até sede própria.

Mais do que o incentivo à prática de esportes, esses jogos serviam como um argumento para o Sindicato se aproximar dos bancários. Essa era a oportunidade perfeita que os dirigentes sindicais encontravam para conhecer um pouco mais da vida do bancário e a partir daí obter ideias para a transformação. “Qualquer dúvida que você tiver, ouça os bancários. E você vai tirar, desse conjunto de coisas que você ouvir, as ideias que precisa ter na mão para poder fazer alguma coisa. Um dirigente tem que ter essa sensibilidade, senão você não é dirigente de nada. Você é apenas um puxador de passetas”, disse Cláudio Ribeiro, secretário geral em 1968.

Muitas lideranças destacavam-se através do futebol e chegavam a cargos de direção pelo bom relacionamento que tinham nesse meio. É o caso de Nillo Biazetto, dirigente sindical na década de 40. Nillo se dividiu entre a carreira bancária e a de jogador no Clube Atlético Paranaense (época em que, graças a ele, o time ganhou o apelido de Furacão) até chegar à presidência do Sindicato em 1953.

A AABB (Associação Atlética do Banco do Brasil), criada em 1944, formava um dos times de bancários mais fortes da época e organizava seus campeonatos internos também, com a disputa de agência contra agência. Hoje, as AABBs constituem-se na maior rede de clubes do Brasil, totalizando mais de 1.200 espalhadas por todo o território nacional.

O dirigente Victor Horácio da Costa tem muitas histórias para contar sobre futebol e sua ligação com o sindicalismo. Através do futebol, ele adquiriu liderança para encorajar os bancários a lutarem pelos seus direitos.



Time da  
AABB em  
1950

**“Eu nasci no bairro operário, posso dizer assim, da costeira. E ali nós tínhamos um clube de futebol também, bem organizado, que disputava o campeonato da primeira divisão, naquela época não existia profissionalismo. E meu pai foi jogador ali, mais tarde foi técnico de futebol. E ali comecei já organizando o nosso time de futebol. E as coisas iam evoluindo assim. Montamos uma liga de futebol feminino e outra masculina. E dessa liga eu era o presidente, tinha um companheiro que era o secretário: Eurípedes Vila Branco. E vários jogadores se revelaram naquela época. Fizemos primeiro o campeonato descalço depois eu acho de devíamos fazer de chuteira. Tinha 12 anos na época. Depois eu fui pro Banco do Brasil, onde disputei dois campeonatos de futebol de gramado e dois de futebol de salão pela AABB. E eu não treinava em conjunto com os colegas de futebol de gramado por causa do expediente do banco, então eu ia pela manhã, fazer preparação física por conta, e ainda jogava futebol de salão à noite. Nesse período o clube tava em plena forma. Depois o esporte foi ficando de lado e aí, dentro do Banco do Brasil, houve briga das duas correntes: de esquerda e de direita, vamos dizer assim. E eles entenderam que eu deveria ser o presidente de conciliação. E eu então me elegi Presidente do Sindicato dos Bancários de Paranaguá, numa chapa única”.**

Victor Horácio da Costa



# MULHERES

No final dos anos 60 a luta das mulheres em defesa de direitos iguais aos dos homens, tanto no lar quanto na profissão, e pela libertação sexual se radicalizou. Era a época do feminismo igualitário. Inicia-se aí um aumento da escolaridade feminina e o desejo de conquistar maior autonomia e independência financeira.

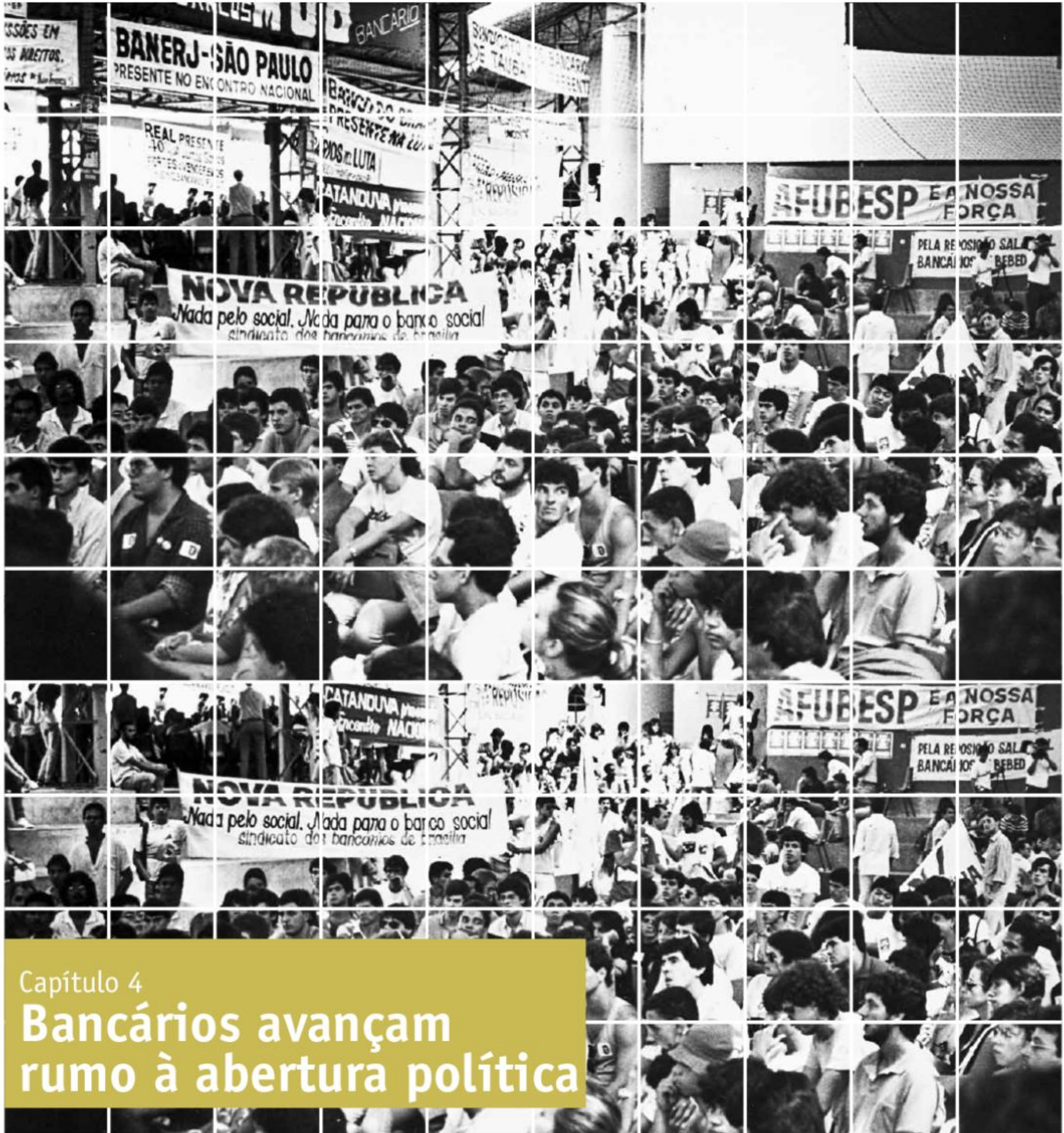
Foi nesse período que feministas do mundo todo literalmente queimaram seus sutiãs em protesto contra a opressão masculina. Cerca de 400 mulheres protestaram contra a realização do concurso Miss América em 7 de setembro de 1968. O concurso era visto como arbitrário e opressivo às mulheres, por causa de sua exploração comercial. Elas colocaram no chão do espaço sutiãs, sapatos de salto alto, cílios postiços, maquiagens, revistas, espartilhos, e outros “instrumentos de tortura”, mas na verdade, a queima propriamente dita nunca aconteceu. Na sequência, a manchete do Jornal New York Post saiu com o título “Queimadoras de Sutiãs e Miss América”, encorajando a prática por todo o mundo.

Nos bancos, o espaço da mulher aumenta. No Brasil, isto ocorre como consequência de mudanças políticas e econômicas que modificaram a estrutura e o modo de organização do setor financeiro, abrindo o país para o capital privado estrangeiro e incentivando o nacional. Alguns bancos só permitiram o ingresso das mulheres a partir da década de 70.









Capítulo 4

# Bancários avançam rumo à abertura política







## Intervencionismo X Sindicalismo

O cenário de trabalho dos bancários parece continuar o mesmo depois que a Junta Interventora assume a direção do Sindicato em Curitiba. Demissões continuam por todo o país, horas extras não são pagas e a opção pelo FGTS figura-se cada vez mais como uma ficção: os que não optam e os que se aproximam dos 10 anos de serviço são “convidados” a fazer acordo. O agravante agora se estende pela falta de fiscalização realizada nos estabelecimentos bancários, deixando a categoria à mercê da exploração dos banqueiros. O trabalho noturno após as horas regulamentares e a ausência de livro ponto tornam-se frequentes.

As agências enchem-se de funcionários novos, que agora ilustram a nova realidade do movimento: bancários desprovidos de informação e consciência de luta.

O Sindicato dos Bancários de Curitiba enfrentou uma das intervenções mais longas da história do movimento sindical bancário. Assumindo a entidade em 1971, inicialmente com o objetivo de apurar irregularidades no prazo de 90 dias, a Junta Interventora acaba por ficar até o ano de

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ

DRT 2951/72  
A.S.S. para esclarecer  
10-03-72  
Plano

DRT/2951/72  
INFORMAÇÃO: SS

Senhor Chefs:

Verificando a Portaria nº 409 de 22.09.71, que designou a JUNTA INTERVENTORA no SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECEMENTOS BANCÁRIOS DE CURITIBA, a mesma não faz atribuição para a referida JUNTA proceder eleições, o que proponho notificá-los e posteriormente o arquivamento do presente.

33em 15.03.72  
José de Jesus de Oliveira  
Aux. Datiloscopista

**FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECEMENTOS BANCÁRIOS NO ESTADO DO PARANÁ**  
**Edital Informativo do Pleito**

De acordo com o que dispõe o artigo 56 da Portaria Ministerial n.º 40 de 21 de janeiro de 1965, tornamos público terem sido realizadas no dia 12 de dezembro de 1974, pelo Conselho de Representantes Federativo, as eleições para a Diretoria, Conselho Fiscal e Delegação Confederativa desta entidade, sendo a seguinte a composição desses órgãos:

**DIRETORIA**

**EFETIVOS:**  
Presidente: CARLOS EDUARDO ZAINA  
Vice-Presidente: BENTO DE OLIVEIRA SILVA  
Primeiro Secretário: LUIZ CARLOS SALDANHA DE ALMEIDA  
Segundo Secretário: DURVAL RODRIGUES DOS SANTOS  
Primeiro Tesoureiro: JOSÉ CARLOS DE ARAUJO  
Segundo Tesoureiro: DOMINGOS BEGNINI  
Procurador: JOSÉ DE MATOS FILHO

**SUPLENTE DA DIRETORIA:**  
MARTINIANO BATISTA DE GODOY  
DJALMA FELIPE DA SILVA  
ANTÔNIO DOMINGOS BOSSOLAN  
TERCÍLIO MEN  
SINCLAIR SEREGNI  
ELIZABETE KRUI  
VICENTE MOSCOGLIATO ROBRINHO

**CONSELHO FISCAL**

**EFETIVOS:**  
THEOPHILLO SCHMIDT  
ISAÍAS MEVES DE SOUSA  
LOURIVAL LINO DE SOUSA

**SUPLENTE:**  
ANTÔNIO SILVEIRA BRANCO FILHO  
WILSON GERALDO JORGE  
JOEL MANOEL DA SILVA

**DELEGAÇÃO CONFEDERATIVA**

**EFETIVOS:**  
CARLOS EDUARDO ZAINA  
EDISON FERREIRO LOPES

**SUPLENTE:**  
BENTO DE OLIVEIRA SILVA  
LUIZ CARLOS SALDANHA ALMEIDA

Curitiba 27 de dezembro de 1974  
a) CARLOS EDUARDO ZAINA  
PRESIDENTE





A cada três meses era decretada a prorrogação do mandato dos interventores junto ao SEEB Curitiba e Região.

1975. O mandato era renovado a cada três meses graças à decretação de portarias justificadas pelo General Adalberto Massa, da Delegacia Regional do Trabalho. Entretanto, é no Sindicato do Rio de Janeiro que a intervenção governativa dura mais tempo, cerca de sete anos, até a oposição reassumir os destinos da categoria em 1979.

Nesse período o país vivenciou os chamados anos de chumbo com o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Estouraram as guerrilhas rurais e ampliaram-se as prisões e torturas a todos os que fossem contra o regime dos militares. Em contrapartida à repressão, Médici ganhou apoio popular por promover o Milagre Econômico<sup>1</sup> com o crescimento do produto interno bruto, alavancado por empréstimos externos, e a conclusão de projetos grandiosos, como a Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói.

Médici também abriu as portas do país a investidores estrangeiros num plano gigantesco de desenvolvimento, injetando recursos do Estado também em empreendimentos industriais. É de seu mandato a polêmica construção da Fábrica da Fiat em Betim (MG), que consumiu US\$ 290 milhões, sendo que deste total a montadora só entrou com

US\$ 71,9 milhões. Os terrenos, que totalizavam dois milhões de metros quadrados, foram doados à Fiat pela prefeitura da cidade e vieram acompanhados de todo o serviço de terraplanagem, construção de uma estrada de acesso à BR 381, fornecimento de energia elétrica, água e redes de esgotos pluviais, industriais e sanitários, além de linhas telefônicas. O empresário italiano Giovanni Agnelli comentara na ocasião – “os operários mineiros são obedientes e não fazem greves<sup>2</sup>”. Esse era o perfil dos primeiros operários contratados pela Fiat e da maioria dos trabalhadores no país da ditadura.

No Sindicato dos Bancários de Curitiba, alguns sindicalistas de lutas passadas tentavam voltar a atuar na entidade depois de serem presos ou afastados de seus cargos. Coadjuvante da história sindical no final dos anos 60, Edésio Franco Passos<sup>3</sup> é um desses personagens. Depois de ficar três meses preso ele tenta restabelecer-se no emprego de advogado do SEEB, mas é demitido pela Junta Interventora.

Os primeiros anos da década passaram sem grandes mobilizações no meio bancário da capital paranaense, embora no meio político fosse constatada durante o ano de 1974 a efervescência de militantes da oposi-

<sup>1</sup> O período que vai de 1969 a 1973 ficou conhecido como época do Milagre Econômico. O plano econômico implantado nesse período abria o país para o investimento de recursos estrangeiros, proporcionando rápido crescimento e a geração de milhões de empregos. O agravante se dava pelo aumento das desigualdades sociais e obtenção de uma dívida externa alta, que complicaria a economia seriamente nos anos seguintes.

<sup>2</sup> Informações retiradas da revista comemorativa publicada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Igarapé e São Joaquim de Bicas em 2006. O jornalista responsável pela elaboração do conteúdo foi Alexandre Magalhães.

<sup>3</sup> Edésio Passos é jornalista e advogado e foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) no Paraná.



ção em diversas localidades do Brasil. O MDB; partido que se configurava no único canal de expressão da população brasileira desde a promulgação do AI-2 em 1966 (que determinou a existência de somente dois partidos no país – ARENA e MDB) e que abrigara centenas de sindicalistas, políticos e outros formadores de opinião atrelados aos antigos PCdoB e a ideais progressistas; conquista 59% dos votos para o Senado, 48% da Câmara dos Deputados nas eleições realizadas no início do ano.

Outro motivador do ressurgimento de lideranças da oposição foi o anúncio de uma possível abertura política feito pelo recém-eleito presidente Ernesto Geisel (1974-1979): o início de uma grande mudança, que deveria ser “lenta, gradual e segura”. Mas, o que ninguém imaginava era que na verdade a abertura prometida pelo governo não passava de uma máscara para protelar ainda mais a permanência dos militares no poder.

Meses depois, o país descobre as manipulações nos índices oficiais de reajustes salariais e os trabalhadores protestam. É nesse período que o país dá fim ao Milagre Econômico, tendo que enfrentar a inflação, desemprego, crise do petróleo e transferência de investimentos para outros países. A ditadura perde assim o apoio popular e o seu fim parece inevitável.

Sob pressão, em 10 de junho de 1974, Ary Alves dos Santos deixa o cargo de presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Curitiba para Eduardo Schunemann, assumindo como Secretário Geral e Tesoureiro Milton Pereira de Moraes e Darcy Baduy, respectivamente. A nova Junta convoca eleições em janeiro de 1975.

Nas eleições houve a inscrição de três chapas. A Chapa Azul levava o nome de Joel Pedro Túlio para presidente e era ligada à ala mais radical da categoria. A Chapa Verde era liderada por Luiz Carlos Saldanha de Almeida, do Banco Crédito Real de Minas Gerais, que se dizia de centro, mas que havia assumido a Federação como interventor. A Chapa Amarela tinha como presidente Luiz Carlos Macedo Pereira e havia sido formada pelos interventores Schunemann e Moraes.

Vence as eleições realizadas em 22 e 23 de maio de 1975 a Chapa Verde, que leva adiante a

“Em 1974 o MDB conseguiu inverter e ganhar em diversos estados brasileiros. Uma foi por causa da ajuda do PCB através do “reco-reco”, de criar esta ferramenta de mídia para ajudar a abrir a cabeça dos eleitores, até no meio rural. Claro que na cidade os sindicatos através de seus informativos também denunciavam os problemas que os trabalhadores enfrentavam nos diversos setores da economia”

Luiz Salvador, presidente do SEEB Curitiba e Região na gestão 1969-1971



Jornal da Chapa Azul, liderada por Joel Pedro Túlio nas eleições de 1975.





sua proposta de organização assistencialista.

A composição dessa chapa havia sido feita por amigos que se reuniam para jogar futebol amador a partir da Associação Banestado. O vice-presidente Roberto Pinto Ribeiro era um grande atleta de futebol paranaense, que tinha abandonado a carreira profissional e ido para o Banestado. Paulo José Zanetti, 2º secretário, era dirigente de clubes amadores.

## O período assistencialista

Com Luiz Carlos Saldanha de Almeida na presidência, diversos investimentos foram feitos para oferecer atendimento médico e odontológico de qualidade aos bancários de Curitiba. A entidade ainda oferecia uma biblioteca aos bancários e distribuía bolsas de estudo a filhos e dependentes de associados pelo Programa Especial de Bolsas de Estudo (P.E.B.E.) – destinado a assegurar ensino médio aos trabalhadores.

Nessa época os acordos coletivos de trabalho eram renovados com base na política salarial do ex-ministro da fazenda Delfin Netto, que simplesmente corrigia os salários aos níveis de inflação. A discussão do Sindicato limitava-se a questões jurídicas, com a defesa de muitos dissídios coletivos.

Como o Sindicato não consegue atuar frente aos bancários, mobilizando e levando-os a lutar pelos seus direitos, a sua tarefa se resumia em administrar. Sindicalizações eram realizadas e com a arrecadação novas aquisições. Em 1975 o Sindicato trocou a sede social situada na Rua Dr. Faivre, nº 707 por sua atual sede administrativa na Rua Vicente Machado, nº 18, 8º andar.

O SEEB também mantinha um restaurante na Rua Dr. Murici, nº 509, sobreloja, onde servia em média 400 refeições por dia; e sua sede administrativa ficava na Rua José Loureiro, nº 133, 10º andar.

### Presidente por 12 anos

Luiz Carlos Saldanha de Almeida foi quem por mais tempo presidiu o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região. Foram quatro mandatos (1975-1987) num período difícil, onde os militares ditavam as regras. Saldanha foi eleito depois de uma campanha feita por bancários que lutavam pela liberação do Sindicato das mãos dos interventores. Comandou a categoria durante momentos políticos e econômicos distintos, indo desde as prisões com o AI-5 até a abertura política com as eleições diretas para presidente da república. Soube administrar quando o momento somente permitia-lhe isto e soube articular com a oposição bancária quando avistava as oportunidades de ganho real durante as campanhas salariais. Foi o presidente responsável pelas grandes aquisições do Sindicato, como a sede própria da Vicente Machado e a Chácara em Pinhais. Numa época em que a população sofria com os planos cruzados e a assistência à família deixava a desejar, houve a aquisição de mais um espaço na Rua Carlos de Carvalho, onde a entidade mantinha uma estrutura assistencial que ia desde um restaurante até clínicas médicas. Terminou sua gestão satisfeito pela reorganização do movimento para a luta.





## A criação de um novo movimento sindical

O movimento para abertura política toma fôlego em todo o país, e em contrapartida alguns setores do governo chamados de “linha dura” ainda cometem violações aos direitos humanos. Em 25 de outubro de 1975 o jornalista Vladimir Herzog, que era diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo, é encontrado morto na prisão sob a alegação de que havia cometido suicídio. Entretanto, a versão oficial<sup>4</sup> do fato não é aceita por movimentos sociais de resistência à ditadura militar. Uma semana depois cerca de oito mil brasileiros participam de uma missa em homenagem ao jornalista que se constituiu no primeiro ato público contra a ditadura, reforçando no coração do brasileiro a indignação e o desejo de liberdade e democracia. Quase três meses depois o operário Manoel Fiel Filho foi encontrado morto sob a mesma alegação.

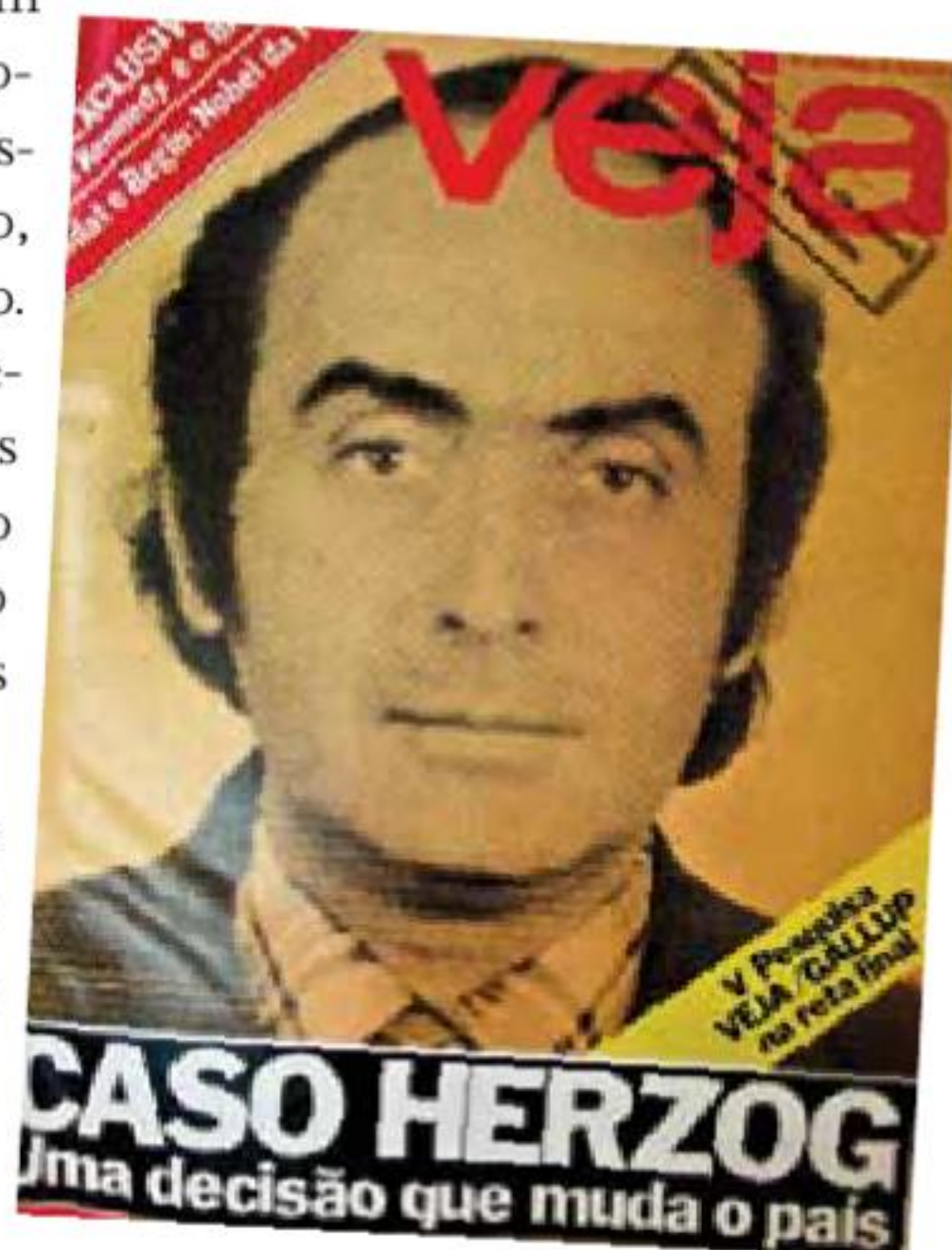
O silêncio da repressão é quebrado pelas manifestações em defesa da redemocratização. Muitos sindicatos aproveitam o momento político e social e articulam mobilizações a fim de reverter o quadro de exploração e reaver salário justo e em conformidade com as altas taxas de inflação, que beiravam 40% anuais<sup>5</sup>. Em Belo Horizonte a campanha salarial dos bancários em 1977 exigiu um aumento de 98% para a categoria e embasou a reivindicação em estudos realizados pelo Dieese e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A luta, embora tenha sucumbido, serviu como exemplo para trabalhadores de todo o Brasil (BARBOSA, 2007, p. 21).

Em 1978, João Batista de Oliveira Figueiredo assume a presidência do país e herda uma nação em crise. A inflação disparou e a economia não estava crescendo como nos governos anteriores. Houve desemprego em massa e o salário dos trabalhadores estava desvalorizado.

“Nos dias e meses que se aproximam, conviverão lado a lado a exaltação sincera e a provocação fria e calculada; a fala sôfrega, exaltada – mas bem intencionada – e a agitação premeditada”, dizia Figueiredo frente à onda de greves que assolaram o Brasil após a sua posse<sup>6</sup>. Até o final de 1978 cerca de três milhões<sup>7</sup> de trabalhadores entraram em greve em 15 estados brasileiros.

Já no início do ano, os metalúrgicos iniciam uma onda de greves dentro das fábricas da região do ABC paulista (São Paulo e do ABC). Em 12 de maio 1.600 trabalhadores da Saab-Scania, em São Bernardo do Campo (SP), entraram em greve para reivindicar 20% de reajuste salarial. Quatro dias depois, o movimento chegou à Volkswagen, onde 46 mil operários decidiram parar a maior fábrica do país (MAGALHÃES, 2006, p. 8).

No final de agosto acontece a greve dos bancários de São Paulo, que reivindicavam 65% de aumento sobre o piso salarial até então reajustado automaticamente pelos



<sup>4</sup> A família de Herzog moveu o primeiro processo contra o Estado do regime militar e três anos depois saiu do tribunal vitoriosa. A União foi responsabilizada pelas torturas e pela morte do jornalista. Algumas das informações citadas sobre Vladimir estão contidas na entrevista que Dom Paulo Evaristo Arns concedeu à TV Cultura no dia 17/10/2008.

<sup>5</sup> Estatística retirada do livro escrito por Márcia Carvalho, que contou a história dos 70 anos do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul.

<sup>6</sup> Pronunciamento de Figueiredo feito no dia 9 de março, reproduzido pelo Jornal Correio em 4 de maio de 1979.

<sup>7</sup> Estatística do livro de Márcia Carvalho.



No segundo mandato de Saldanha o SEEB adquire a Sede Campestre, com aproximadamente 60.000 metros quadrados, composta por quadras esportivas, piscinas, churrasqueiras, etc.



banqueiros de acordo com o salário mínimo nacional. Poucas agências do Banco do Brasil e outras de bancos privados paralisaram suas atividades durante uma quinta-feira. No dia seguinte desencadeia-se a repressão, com a Polícia Federal fechando o Sindicato e prendendo muitos bancários. Nesse quadro, logo na segunda-feira a greve esvazia-se completamente, fazendo a diretoria assinar acordo desfavorável com os banqueiros (KAREPOVS, 1994, p. 88 e 89).

Em Curitiba, o Sindicato verifica a continuidade de uma política assistencialista com a reeleição de Luiz Carlos Saldanha de Almeida à presidência. Ele havia concorrido nas eleições de 1978 com uma chapa de oposição liderada por Paulo Muszynski para presidente e Antônio Tadeu Veneri para vice. Com o resultado, Saldanha toma posse no Sindicato para o triênio 1978-1981. Compunham a chapa João Baptista Bonnet (vice-presidente), Paulo José Zanetti (secretário geral), Algacir Isaias Alberti e Yara D'Amico como 1º e 2º secretários.

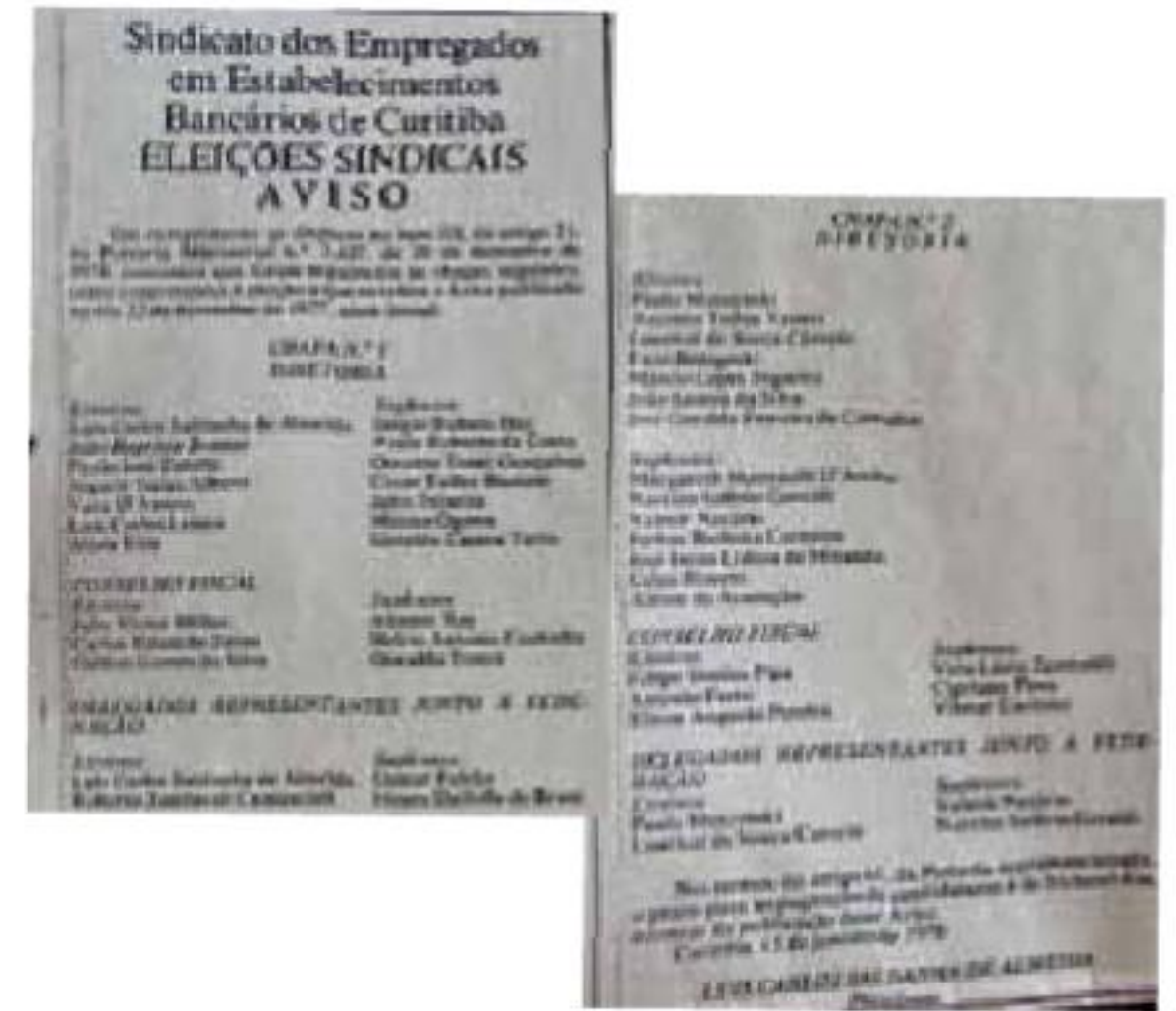
A oposição torna-se a partir daí mais atuante e presente, agregando ao Sindicato a consciência política necessária para engajar a categoria nos movimentos políticos da época. Um dos bancários de maior destaque na oposição chamava-se Laélvio Alves Andrade. Assim como outros ativistas, ele faltava ao trabalho para participar das discussões



sobre a classe, assumindo um sistema de compensação de horas no Banco do Brasil.

Outro bancário presente nesse momento foi Tadeu Veneri, funcionário do Banco do Brasil desde 1975, que começa seu envolvimento com o Sindicato. Tadeu estruturava o apoio da categoria às greves de diversas categorias. Em uma ocasião; enquanto disponibilizava uma caixa grande de papelão no interior e exterior do banco a fim de arrecadar dinheiro, alimentos e roupa para os pedreiros em greve no ano de 1979; foi ameaçado de demissão e taxado como louco.

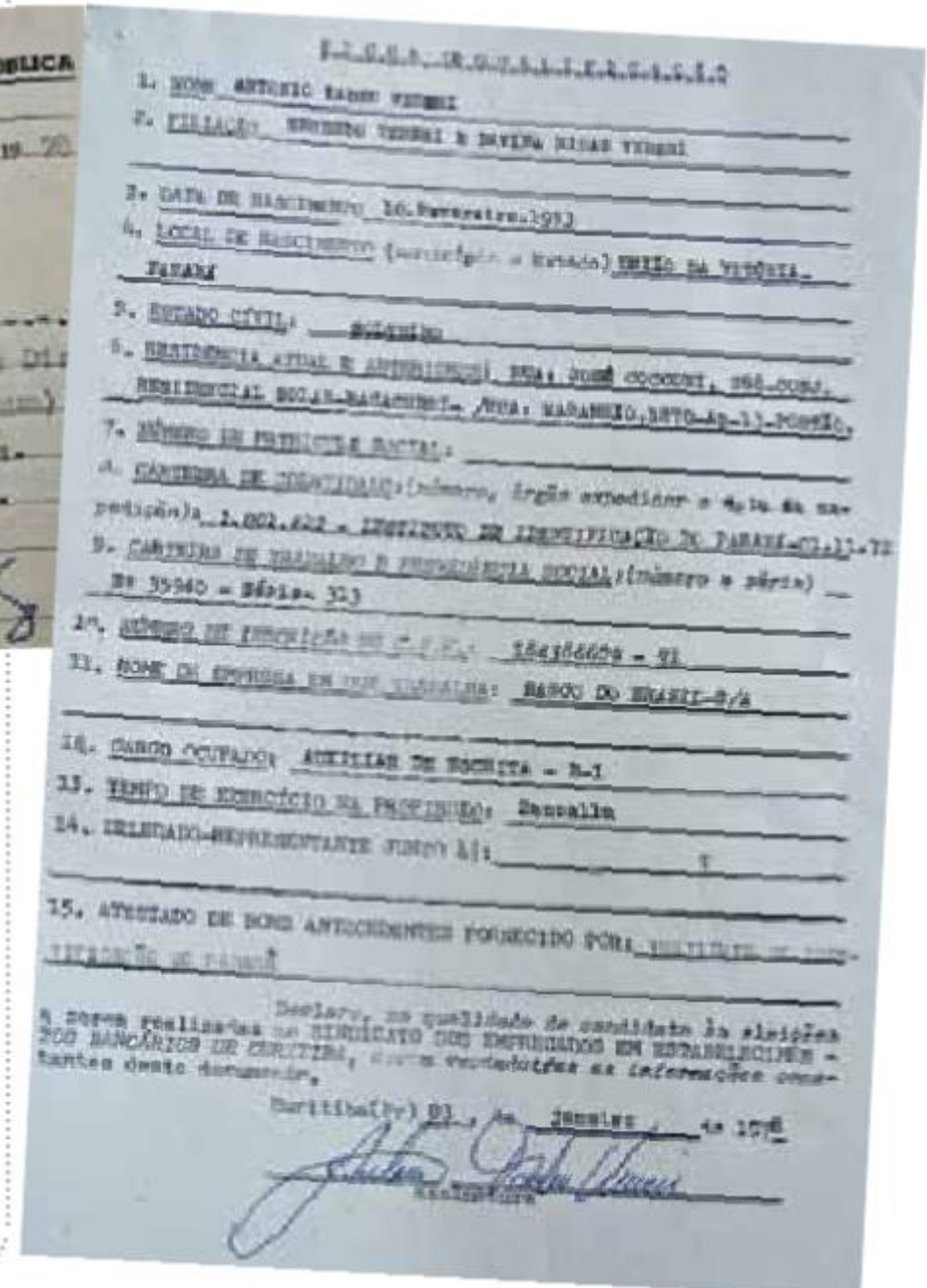
Era dessa forma que a oposição ganhava projeção e assumia a liderança do movimento bancário paralelamente ao Sindicato de situação. As associações de bancos começaram a se estruturar e a disseminação de várias informações barradas pela censura da grande imprensa fortalecia o movimento. Os anos que se seguem são marcados por greves e mais greves.



Tadeu Veneri começou sua trajetória no meio bancário em 1973 no Banco União Comercial. Em 1975 entra no BB, ao mesmo tempo em que cursa psicologia na Universidade Católica. Na Universidade tem as primeiras informações políticas, levando as discussões para o seu trabalho no setor de compensação.

Em 1977 alguns funcionários do Banestado o procuram para a organização de uma chapa de oposição à diretoria de Luiz Carlos Saldanha. Tadeu concorre como vice-presidente da chapa que obteve 30% dos votos. Nas eleições seguintes, em 1981, ele concorre como secretário de imprensa, mas a chapa de oposição não obtém sua inscrição devido a uma manobra da situação, que tentava garantir a reeleição num pleito com chapa única. Em 1987 Tadeu entra na direção do Sindicato, na chapa de composição que reuniu alguns diretores da gestão de Saldanha e militantes cutistas como Ângelo Vanhoni e Sérgio Athayde.

Em 1992 Veneri se candidata a vereador, assumindo o cargo como suplente em 1995 e se reelegendo em 1996 e 2000. Nas eleições de 2002 torna-se deputado estadual. Em 2006, Veneri foi reeleito com 28.204 votos. Em 2010, Veneri foi o deputado estadual que obteve o maior número de votos na capital. No total, foram 48.860 votos.





## O fim da década de 70

Em 1979 seriam registrados 131 greves no país. O governo temia que essas manifestações servissem de trampolim para os interesses dos grupos radicais, principalmente de ascensão política de líderes sindicais convergentes ao socialismo. E foi exatamente o que aconteceu: dali surgiram as principais lideranças do movimento sindical e que depois dão origem à consolidação de uma reforma política no Brasil.

Em 13 de março de 1979, cerca de 160 mil metalúrgicos da região ABC paulista cruzaram os braços, liderados por Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Eles pediam 73% de aumento. Não demora para que os Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC paulista fiquem sob intervenção desmascarando a política de abertura do governo e contradizendo os pronunciamentos de seus chefes.

Toda a população e centenas de sindicatos se solidarizam com a causa dos metalúrgicos. Como o Sindicato dos Bancários de Curitiba oficialmente não assumia posição frente às questões sociais que estavam eclodindo em todo o país, vemos a oposição atuar. Em alguns jornais encontramos no meio de uma lista de entidades solidárias; que incluíam outros sindicatos, entidades estudantis; o nome Chapa 1 e Chapa 2 de oposição bancária. Dois anos antes o Sindicato verificara a necessidade da criação de um fundo para obras assistenciais, e arquitetava a aquisição de um prédio somente para assistência médica e odontológica. Já a oposição pensava em mudar a sociedade, ambicionando a criação de uma sociedade democrática e que proporcionasse uma distribuição de renda justa, condicionando o trabalhador à melhoria em sua qualidade de vida.

A greve do ABC termina após 41 dias de paralisação das atividades com a revogação da intervenção e conquista de 69% de aumento. Aí vemos a figura de Luiz Inácio Lula da Silva ganhar projeção nacional e estabelecer-se como o principal fomentador das lutas trabalhistas, formando anos depois o Partido dos Trabalhadores (PT) e a CUT.

Em agosto de 1979 acontece também a greve dos bancários de Belo Horizonte, que termina com aumentos acima do índice oficial do governo, mas que fracassa em comparação ao que foi reivindicado e ao afastamento do presidente Arlindo Ramos, que foi acusado de promover o movimento paredista.

Na Campanha Salarial de 1979, o Sindicato dos Bancários de São Paulo decide entrar em greve pedindo 50% de aumento. O movimento torna-se local, sem adesão de outros estados. Luiz Carlos Saldanha, presidente do Sin-





dicato de Curitiba, afirmava à imprensa<sup>8</sup> na ocasião que um acordo com os banqueiros era uma solução mais inteligente para o fim do processo, face sua conquista de até 13% de reajuste. Saldanha contara que vinha desde o início da negociação tentando convencer homem a homem, na base, a não aderir ao movimento reivindicatório. Os piquetes paulistas são cessados após intervenção da polícia, que toma a cidade sob violenta repressão. Quatro diretores são afastados e o acordo é fixado em 5% de reajuste escalonado, chegando a 15%.

Muitas paralisações também tinham como reivindicação a Anistia<sup>9</sup>. Em 1979, com a força das greves, o ABC realizou o primeiro ato organizado por trabalhadores para exigir anistia ampla, geral e irrestrita para as 500 mil pessoas punidas pelo regime militar. Curitiba também participava dessa luta. As frases: 'Anistia é geral, não queremos parcial'. 'Trabalhador unido jamais será vencido'. 'Anistia é liberdade, basta de parcialidade'. 'Abaixo à opressão, povo quer participação' eram comumente encontradas em faixas ou pintadas nos muros da cidade. Reuniões constantes promovidas por diversos grupos sociais debatiam a questão. O Teatro Paiol<sup>10</sup> recebia artistas como o cineasta Glauber Rocha, o humorista Ziraldo, músico Sérgio Ricardo, o humorista Henrique de Souza Filho (Henfil), além de sindicalistas como Lula para principalmente fortalecer a arte brasileira como difusora de ideias libertárias e democráticas.

A forte pressão popular pela Anistia ganhou cada vez mais adeptos, até que no dia 28 de agosto de 1979 Figueiredo aprovou o projeto que colocava em liberdade presos políticos e exilados. Entre as determinações, a nova lei perdoava as pessoas que tinham cometido crimes políticos entre os anos de 1961 e 1979 e revogava a maior parte das leis de exceção, inclusive o AI-5.

Voltam ao país figuras importantes como o ex-governador Leonel Brizola; Luís Carlos Prestes, secretário geral do ex-partido comunista brasileiro; e Vitório Sorotiuk, que foi um dos articuladores do Comitê de Anistia aos presos e exilados brasileiros e se envolveria pouco tempo depois na fundação do PT no Paraná.

São desse período as lutas para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte com a função de escrever uma constituição democrática e definitiva para o Brasil e que representasse a nação estabelecendo os direitos e deveres de cada um, a ordem econômica e social do país, enumerando impostos e limitando os poderes dos governantes. Esse movimento era liderado por políticos ligados ao MDB que se intitulavam "oposição sem medo".

Com o fortalecimento da oposição, Figueiredo também promove a Reforma Par-



<sup>8</sup> Jornal O Estado do Paraná, dia 11/9/1979.

<sup>9</sup> No dia 23/6/1979, Waldyr Pugliesi encaminha à Assembleia Legislativa um anteprojeto de lei que determina a extinção do Departamento de Ordem Política do Paraná. O projeto recebeu críticas e foi chamado de negativo e inoportuno por políticos de direita.

<sup>10</sup> Em 1978 o teatro passa a funcionar sob censura. Peças teatrais são avaliadas por uma comissão de três agentes da Polícia Federal antes de serem liberadas ao público.



tidária em 28 de agosto. Os políticos governistas criam o Partido Democrático Social (PDS), enquanto que o MDB acrescenta um P de partido. Os não conservadores da ARENA e os não radicais do PMDB seriam abrigados no Partido Popular PP. Surge o Partido Democrático Trabalhista (PDT) com Leonel Brizola e o PTB é reaberto. A maior novidade no cenário político-partidário seria o nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT), defendendo uma proposta socialista e que iria guiar os passos do sindicalismo bancário em Curitiba a partir da década de 80.

## Caminhando para um novo sindicalismo

Na década de 80 a música João e Maria de Chico Buarque tocava mais do que nunca nas rádios e fortalecia ainda mais a opinião da juventude comunista<sup>12</sup>. Os movimentos antitadura cresciam. Com alusão à canção, os brasileiros se viam não mais obrigados a serem felizes da maneira dos militares e não andariam mais nus de ideologias pelas ruas de nossa sociedade.

Mesmo sem estar na direção do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, a oposição passava a liderar o movimento bancário, participando ativamente das lutas sociais. Em 1980 verificamos o esforço desses militantes em promover a abertura do Departamento Intersindical Socioeconômico (DIEESE) no Paraná, patrocinando a maioria de suas reuniões. O Dieese havia se aproveitado do movimento do ABC Paulista, onde convergiam todos os olhares do governo, para trabalhar em outros estados constituindo filiais.

Eram organizadas também assembleias no Salão da Igreja Nossa Senhora do Guadalupe, onde se discutiam temas como gratificação semestral maior, aumento do anuênio, e da comissão de cargo de chefia. Naquela ocasião, o governo havia decidido pela retirada do reajuste salarial do regime semestral, concedido como alternativa para cessar as greves. Os salários seriam negociados livremente entre patrões e empregados, e isso fazia os debates e discussões aumentarem.

Uma das várias frustrações da oposição bancária naquele momento foi a retirada do Sindicato de Curitiba das reuniões coordenadas pelo embrião da Confederação Nacional dos Bancários (CNB)<sup>13</sup> que aconteciam em São Paulo, e que voltaram depois de anos de repressão a discutir índices e propostas a serem apresentadas aos empresários. O único sindicato bancário do estado a manter-se nas conversações nacionais foi o de Londrina, sob a presidência de Edson Lopes.

Contudo, no ano seguinte seriam convocadas as eleições e os bancários de esquerda esperavam ansiosos pela chance de tomar o Sindicato das mãos dos chamados pelegos. Mas, uma manobra de Saldanha frustra o movimento: o edital de

**“Não basta aumentar os salários, é preciso mudar o regime”**

Lula<sup>11</sup>

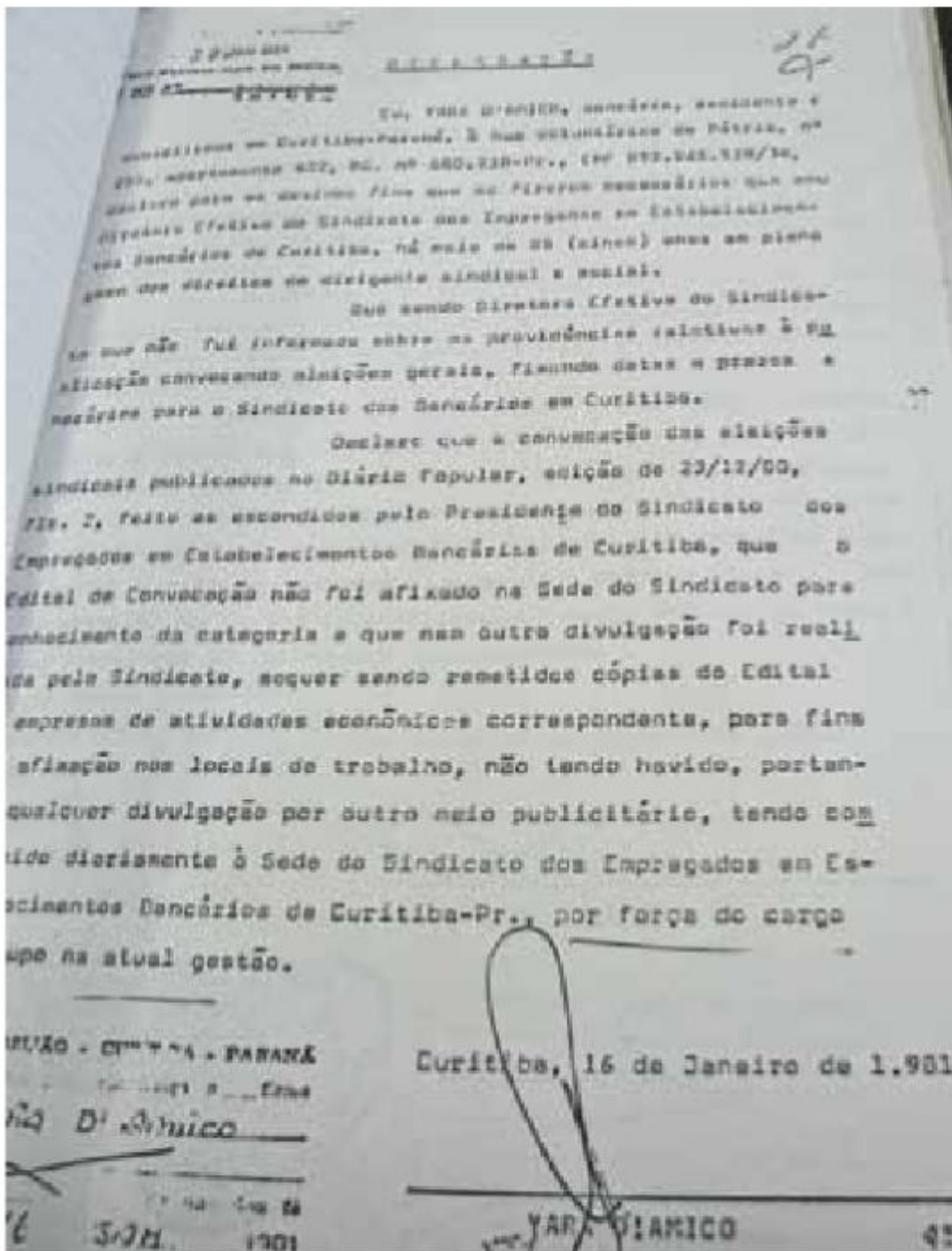
<sup>11</sup> Fala reproduzida por Luís Carlos Prestes em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, realizada em 1986.

<sup>12</sup> Outra canção que se tornou hino da oposição foi a canção “Para não dizer que não falei das flores” de Geraldo Vandré. Depois de compor a música e apresentá-la em um festival no ano de 1968, Vandré foi exilado. Só voltou em 1973 com um repertório romântico. Entretanto, o refrão “Vem vamos embora / Que esperar não é saber / Quem sabe faz a hora / Não espera acontecer” inspirou os revolucionários nas décadas de 70 e 80.

<sup>13</sup> Com o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, surge também, em 1985, o Departamento Nacional dos Bancários (DNB/CUT), que foi transformado em Confederação durante o III Congresso DNB/CUT, realizado em 28 e 29 de março de 1992. Participaram do Congresso 415 delegados, representando 57 sindicatos e cinco federações.

(Bicudo, 2002)





Saldanha convoca eleições às escondidas em 1981.

o edital na sede do Sindicato nem sequer remetendo cópias às empresas de atividades econômicas da cidade. Saldanha afirmava que tudo aquilo se constituía em uma artimanha da esquerda, já que eles não tinham condições de ganhar a eleição, e espalhava boatos de uma possível intervenção na entidade.

Com o processo indeferido, restou à oposição promover um movimento junto a bancários de abstenção de votos. Foi confeccionado um jornal para distribuição nos locais de votação que continha as frases “Se você for chamado a votar, não vote, e convença seu colega a fazer o mesmo”, “Dê seu não à chapa única”, entre outras. Como consequência dessa ação, Saldanha perde as eleições no dia 23/4/1981 para os votos brancos e nulos e é obrigado a convocar segundo turno para o dia 8 de maio.

O movimento de oposição inscreve sua chapa; encabeçada por Wilson Previdi (presidente) e Yara D’Amico (vice) que havia sido secretária na gestão 1978/1981;

convocação para inscrição de chapas é divulgado antes do período que era comumente publicado, uma única vez num jornal de pouca circulação<sup>14</sup> e ainda às vésperas do Natal, com o intuito claro de concorrer exclusivamente para o triênio 1981-1984. Depois dos 20 dias de prazo, a única inscrição foi a do próprio presidente.

Assim que a oposição descobriu a fraude, houve a elaboração de um processo judicial<sup>15</sup> a fim de anular as eleições e obter registro de seu grupo. Até dirigentes da época depunham que Saldanha havia convocado as eleições sem conhecimento de todos os diretores, não fixando



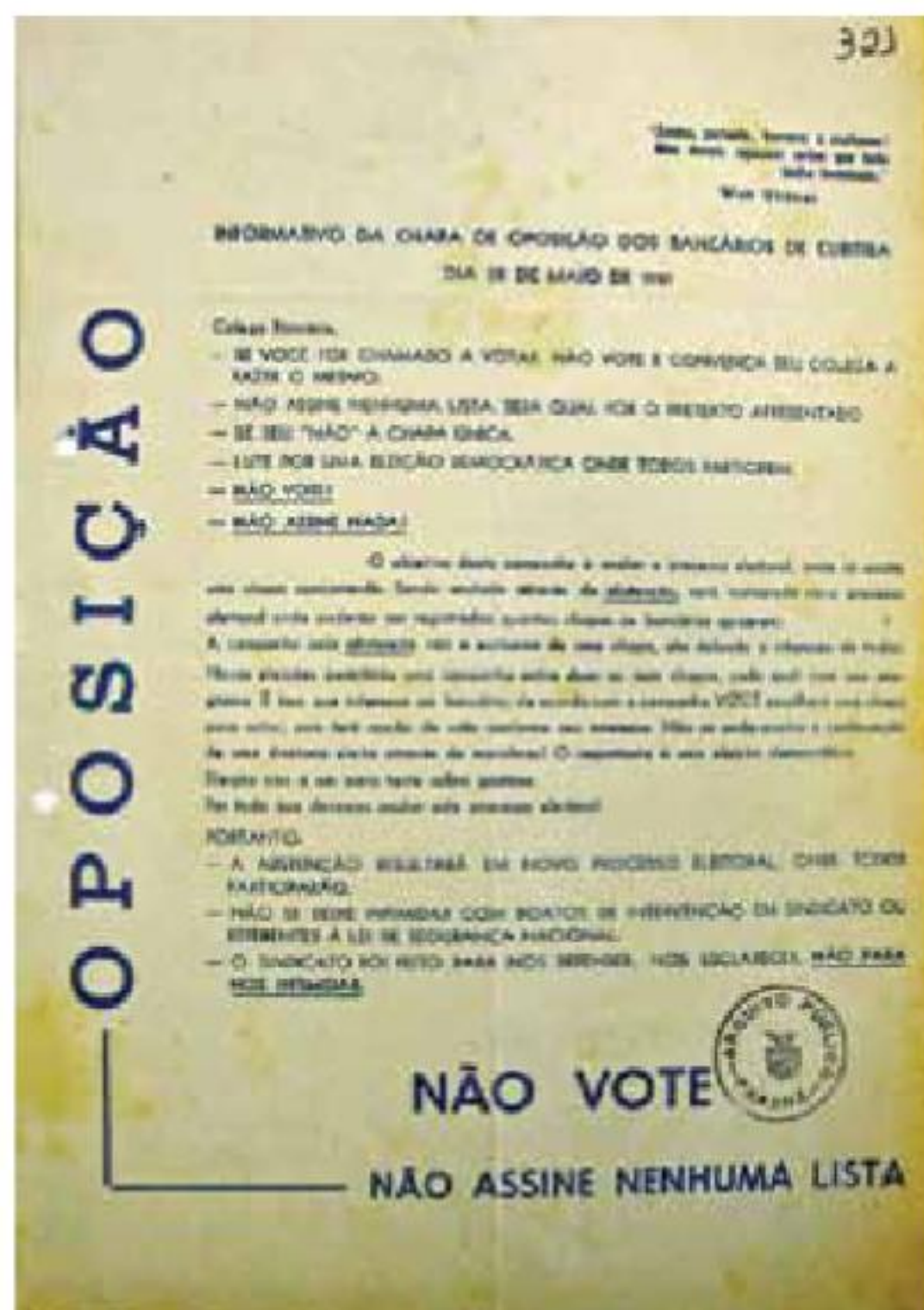
**“Todo ano tinha praticamente duas greves: uma entre os meses de abril e maio, e outra em setembro na nossa data base. Porque a inflação era muito grande e corroia os salários. Tínhamos reajustes semestrais”**

Vanhoni

<sup>14</sup> Informações da Revista dos Bancários de fevereiro de 2003, que contou um pouco da história da entidade

<sup>15</sup> Antônio Vasques Teixeira, do Banestado, entrou com o processo





Jornal da Oposição Bancária em 1981

| ENTIDADE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CURITIBA |   |   |   |
|--|---|---|---|
|  | DIRETORIA   | CONSELHO FISCAL   | DELEGADOS REPRESENTANTES  |
| CHAPA 1  | <p><b>Elétricos</b></p> <p>LUIZ CARLOS SALDANHA DE ALMEIDA ✓<br/>                     ALTAYR ELUI ✓<br/>                     JOSE ALBINO TAORA ✓<br/>                     PAULO JOSÉ ZANETTI ✓<br/>                     LUIZ CARLOS LEMOS ✓<br/>                     PAULO ROBERTO DA COSTA ✓<br/>                     SEMIÃO CARVALHO ✓</p> <p><b>Suplentes</b></p> <p>OSCAR TADEU BAGIANI ✓<br/>                     OSWALDO TONON ✓<br/>                     JOÃO MARCOS RODRIGUES MARQUES ✓<br/>                     EDVIRDES DE OLIVEIRA ✓<br/>                     JOSÉ ANTONIO PEDRO ✓<br/>                     SILENE TEREZINHA SEIDEL ✓<br/>                     FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA ✓</p> | <p><b>Elétricos</b></p> <p>WALDEMAR FIMINTEL ✓<br/>                     OSVALDO TOMÉ GONÇALVES ✓<br/>                     SEBASTIÃO CARLOS DOS SANTOS ✓</p> <p><b>Suplentes</b></p> <p>JOSÉ EMILCAR GUEDES ✓<br/>                     ILSON AUGUSTO BETENHEUER ✓<br/>                     FERNANDO ANTONIO LUCAS GUARNIERI ✓</p>              | <p><b>Elétricos</b></p> <p>LUIZ CARLOS SALDANHA DE ALMEIDA ✓<br/>                     JOSÉ FRANCISCO FUMAGALLI MARTI ✓</p> <p><b>Suplentes</b></p> <p>DALVA MOREIRA ✓<br/>                     ADRIAN LOPES MOREIRA ✓</p> |
| CHAPA 2  | <p><b>Elétricos</b></p> <p>WILSON PREVIDO ✓<br/>                     YARA DAMICO ✓<br/>                     RUI SIMON PAZ ✓<br/>                     WALDY PAULO RAUCHBACH ✓<br/>                     EURICO MARKOWICZ ✓<br/>                     JOÃO LIMA DE CARVALHO ✓<br/>                     JOSÉ CARLOS FRANÇA ✓</p> <p><b>Suplentes</b></p> <p>ANA MARIA JORDÃO LUZ ✓<br/>                     ARLINDO MARTINS ✓<br/>                     EVANDRO BUENO MENDES ✓<br/>                     ARIEL BRUNO GODOY ✓<br/>                     ANTONIO SERGIO FERREIRA ✓<br/>                     SÉRGIO L. M. SANTOS DALL LEM ✓<br/>                     JOSÉ ANDRÉ DA SILVA ✓</p>                         | <p><b>Elétricos</b></p> <p>EMERSON ALFREDO DE OLIVEIRA CASSES ✓<br/>                     DANIEL FONTANA ✓<br/>                     SUELI MARIA TISSI ✓</p> <p><b>Suplentes</b></p> <p>PEDRO GERALDO ✓<br/>                     OTAVIO ANTONIO SPOLADORE ✓<br/>                     DIONISIO STEFANI ✓<br/>                     PRASSIDE ✓</p> | <p><b>Elétricos</b></p> <p>WILSON PREVIDO ✓<br/>                     RUI SIMON PAZ ✓</p> <p><b>Suplentes</b></p> <p>ADAMIYR ABALUJO DA SILVA ✓<br/>                     JOÃO LIMA DE CARVALHO ✓</p>                       |

mas acaba perdendo. Documentos antigos do DOPs confirmam que Saldanha convocou auxílio da Secretaria de Segurança Pública para fazer o acompanhamento sigiloso de todo o segundo turno, registrando qualquer anormalidade e identificando bancários de esquerda. A comissão de eleição saiu pelos bancos às pressas colhendo assinaturas juntamente com policiais, com a alegação de que tal medida servia para não causar tumulto nos locais de votação.

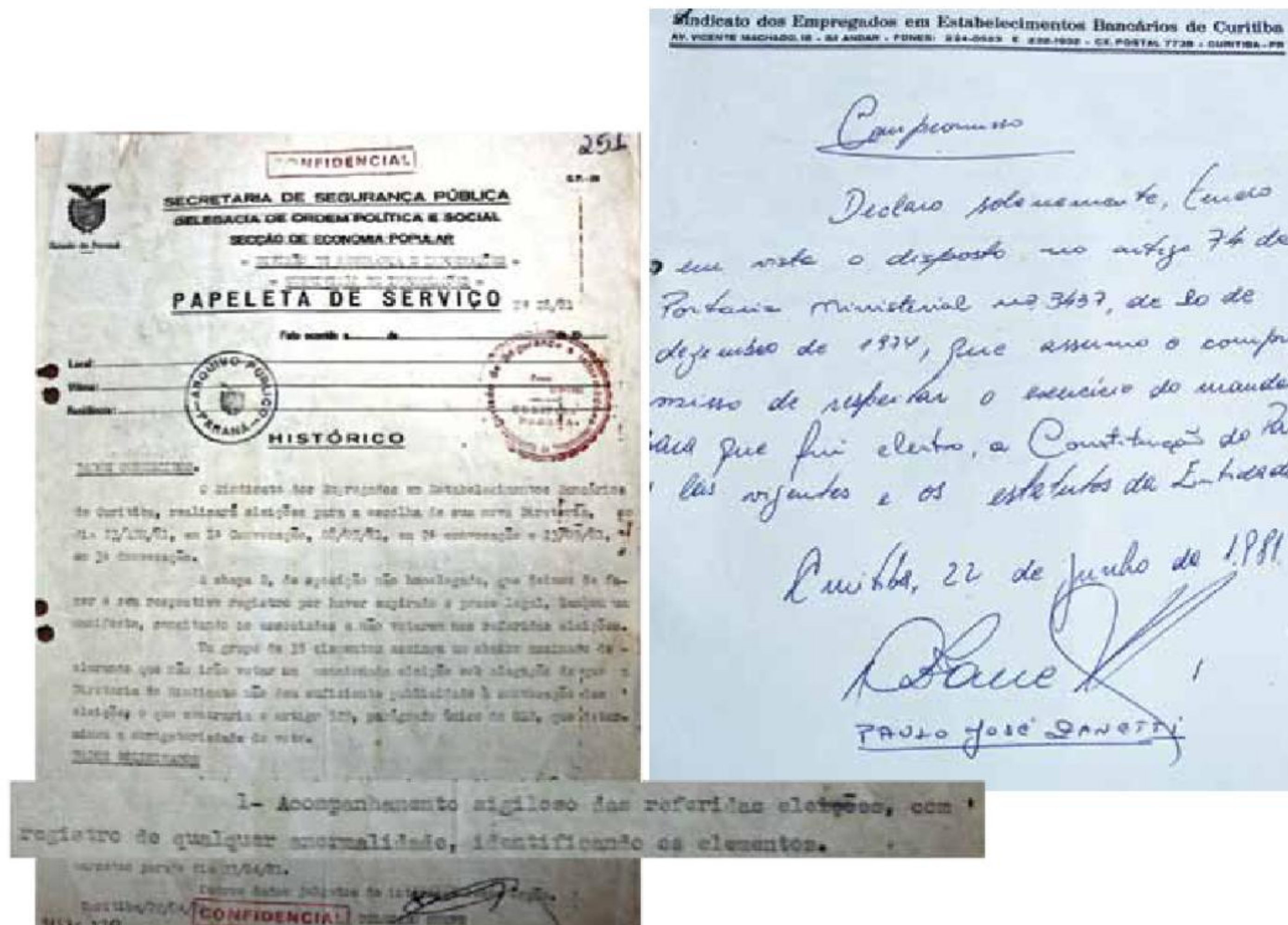
A mídia noticiava na ocasião que o conflito entre as duas alas que disputavam a hegemonia do Sindicato de Bancários tinha caráter político-partidário. Saldanha estaria integrado ao Partido Popular (PP), o qual queria desvencilhar-se de seu apelido de “partido dos banqueiros” e transformar-se no “partido dos bancários”. A estratégia após ganhar o Sindicato, seria lançar a candidatura de Saldanha para deputado estadual, em dobradinha com o Sr. Celso Sabóia, um dos principais dirigentes do PP na época. O PDS havia percebido isso, mas não tinha “know-how” para ingressar na política sindical. Para superar essa desvantagem, seus dirigentes apelaram para líderes de esquerda que militavam no movimento sindical. O PDS articulou-se com a esquerda para barrar o avanço do PP no Sindicato dos Bancários e talvez em todo o movimento sindical.

Apesar das especulações, o triênio 1981/1984 seria gerido por Luis Carlos Saldanha (presidente), Paulo José Zanetti (vice) e Luiz Carlos Lemos (secretário).

### A COOBAN

Cooperativa de Consumo dos Bancários mostrava-se cada vez mais forte. Ela contabilizava o total de 1.545 associados em 1981, evoluindo seu capital social de 1.769,473 em 1977 para 9.325,243,00 naquele ano.





## A unificação das lutas

Eram tempos em que muitos humoristas promoviam em seus programas críticas ao governo dos militares. Os até hoje lembrados “Balança Mas não Cai”, “Barnabé”, “Praça da Alegria” e “Viva o Gordo” tentavam mostrar o lado bem humorado dos problemas enfrentados pela população em seu cotidiano. O último havia acabado de estrear na Rede Globo e dedicava grande parte de seu conteúdo a essa finalidade. O título era originário de uma peça de teatro escrita por Jô Soares, “Viva o Gordo e Abaixo o Regime”, onde ele satirizava o regime militar.

As reivindicações da categoria bancária levadas pela esquerda aparecem a partir desse período também laureadas pelo bom humor. Nesse momento os bancários se alinham a novas formas de pensamentos e as reivindicações meramente economicistas dão lugar às bandeiras sociais de melhoria na qualidade de vida e trabalho, distribuição de renda e até





Dirigentes sindicais traçaram os planos.

## Encontro intersindical vai reunir classe trabalhadora

Um ato de grande importância, será acontecendo no Paraná, nos próximos dias 21 e 22, a primeira reunião do Conselho Intersindical, entre as sete federações da trabalhadora e outras nove entidades sindicais, nessa ordem.

Será o Encontro Estadual da Classe Trabalhadora, que terá o objetivo de preparar os trabalhadores de todos os setores para a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, marcada para os dias 21, 22 e 23 de agosto em São Paulo, posteriormente na Praia Grande.

Desde a convocação nacional em março último, em São Paulo, a Conclat é o ato mais importante das últimas semanas para o movimento sindical dos trabalhadores, que desde a Revolução de 1964 não mais se reúne em caráter nacional.

Da Conclat, representante de todo o conjunto do país, deverá participar ainda três a cinco mil estabelecimentos. Para Carlos Pompe, integrante do comitê nacional da Conclat e secretário do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado de Alagoas, este encontro pode parecer não significativo, mas é o ponto de vista da mobilização.

Carlos Pompe, um dos líderes para a convocação da Conclat, afirmou que a reunião em São Paulo, nos dias 21 e 22, ainda não está chegando no Paraná nenhuma das 100 entidades para onde eles foram enviadas não haviam recebido nada até então. "Não estamos responsabilizando o Correio, mas apenas querendo" afirmou Pompe.

A participação na Conclat ficou definida no regulamento preparado pelo Conselho da Classe Trabalhadora e suas delegações de base. Para cada entidade com mais de mil trabalhadores, dois delegados; com 50 mil, cinco delegados; com 100 mil, 10 delegados; com 200 mil, 20 delegados e com mais de 200 mil, 25 delegados.

Ainda não está definida a forma de funcionamento da Conferência, mas já existe consenso de que os trabalhadores tanto urbanos como rurais devem participar de todas as discussões. O mesmo como salário mínimo único, garantia do emprego e reforma agrária são temas que interessam às duas categorias de trabalhadores.

Carlos Pompe observa que "há uma separação do ponto de vista do interesse, mas de conquista, pois alguns ainda não foram atingidos pelas transformações rurais".

No Paraná um dos temas a ser abordado durante o Encontro Estadual da Classe Trabalhadora será o desemprego. Segundo o presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná, Mário Augusto Marini, além do desemprego existe principalmente no setor metalúrgico, do país, de natureza e de conteúdo muito importante porque que está acontecendo no Estado a restrição de pessoal, com o objetivo de reduzir o salário.

mesmo reforma agrária.

Em 1980, o movimento sindical relança a ideia da realização de uma grande Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, que amadurece através de encontros realizados ao longo do ano em diversos estados do país.

Nos dias 25 e 26 de junho de 1981, Curitiba sedia a primeira reunião de caráter intersindical desde a Revolução de 1964, o I ENCLAT – Encontro Estadual da Classe Trabalhadora, com a participação de seis federações e outras nove entidades sindicais, entre elas a dos bancários.

O ENCLAT, realizado no Colégio Estadual do Paraná, movimentou todo o estado, com realizações de reuniões preliminares em cidades como em Londrina, Maringá e Ponta Grossa. Seu objetivo era discutir problemas das diferentes categorias de trabalhadores e elaborar propostas a serem encaminhadas ao I CONCLAT – 1º Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, que iria ser realizada meses depois.

O evento ganhou bastante espaço na mídia estadual e repercutiu fortemente os desajustes entre governo e sindicatos. Enquanto o Delegado Regional do Trabalho, Adalberto Massa, admitia o diálogo do governo com as classes trabalhadoras “com liberdade, mas com responsabilidade”, o presidente em exercício da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaep), Augustinho Bukowski, afirmava na abertura do 1º ENCLAT que o “movimento sindical, unido, dentro

do mais elevado espírito de democracia, liberdade e responsabilidade, demonstra a inutilidade e os enganos de certos movimentos paralelos, cujo único resultado tem sido o de dividir a classe trabalhadora”.

Direito do trabalho, sindicalismo, previdência social, política salarial e econômica, política agrária e outros problemas nacionais compuseram o temário que iria ser levado à CONCLAT pelos paranaenses.

Dentre as grandes questões estavam inseridas também a criação de uma Central Única de Trabalhadores (CUT), a Assembleia Nacional Constituinte e as Leis de Exceção (Segurança Nacional). Outro assunto abordado foi o desemprego. “O agravamento da crise econômica, de efeitos devastadores no que se refere ao desemprego, exige uma manifestação dos trabalhadores”, dizia Augustinho<sup>16</sup>.

Colocada em questão para favorecer o fortalecimento sindical no país, a contribuição sindical foi alvo igualmente de discussões durante a reunião. Espontaneidade e verdadeiro compromisso com a causa sindical era o que pediam os participantes da ENCLAT.

<sup>16</sup> Afirmação feita por Augustinho ao Jornal Gazeta do Paraná no dia 26/7/1981.



## Nasce a CUT

Em agosto de 1981, a cidade de Praia Grande (SP) realizou o I CONCLAT, primeiro evento nacional operário depois de 35 anos. O último movimento operário brasileiro havia acontecido em 1946 quando o país comemorou o fim da 2ª Guerra Mundial.

A Conferência recebeu 5.247 delegados divididos em 1.126 sindicatos e definiu principalmente a substituição da CONCLAT por um Congresso Nacional de Trabalhadores e uma comissão pró-CUT negociada com 54 nomes. Os bancários eram representados por Olívio Dutra, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Também faziam parte da comissão Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e presidente do PT; João Francisco de Souza, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Jacob Bittar, do Sindicato dos Petroleiros de Campinas.

Porém, sindicalistas da chamada Unidade Sindical, repercutindo a posição dos pelegos, acabam por questionar a realização do 1º Congresso da Classe Trabalhadora que já estava agendado para agosto de 1982 em São Bernardo do Campo. Eles racham com os petistas, transferindo o evento para agosto de 1983.

Militantes petistas decidem assegurar a qualquer custo a constituição da CUT, estabelecendo alianças e promovendo debates. O Congresso de 1983 acaba por fundar a Central, sendo defendida pela maioria entre os mais de cinco mil delegados presentes. De forma expressiva eles gritavam na ocasião: “A CUT pela base!”<sup>17</sup>.

E foi pela base que a CUT iniciou o seu grande desafio, de construir um sindicalismo desatrelado do Estado, baseado na liberdade e autonomia sindical. A Central também lutaria por mudanças políticas, restabelecimento do direito de greve, pela livre negociação com os empregadores e também contra o imposto sindical.

“O sindicalismo não é um instrumento do Estado, o sindicato não é um apêndice do Estado, o sindicato é uma organização autônoma, criada por um conjunto de trabalhadores que elege uma diretoria, que aprova um estatuto, que registra em cartório esse estatuto e que de-



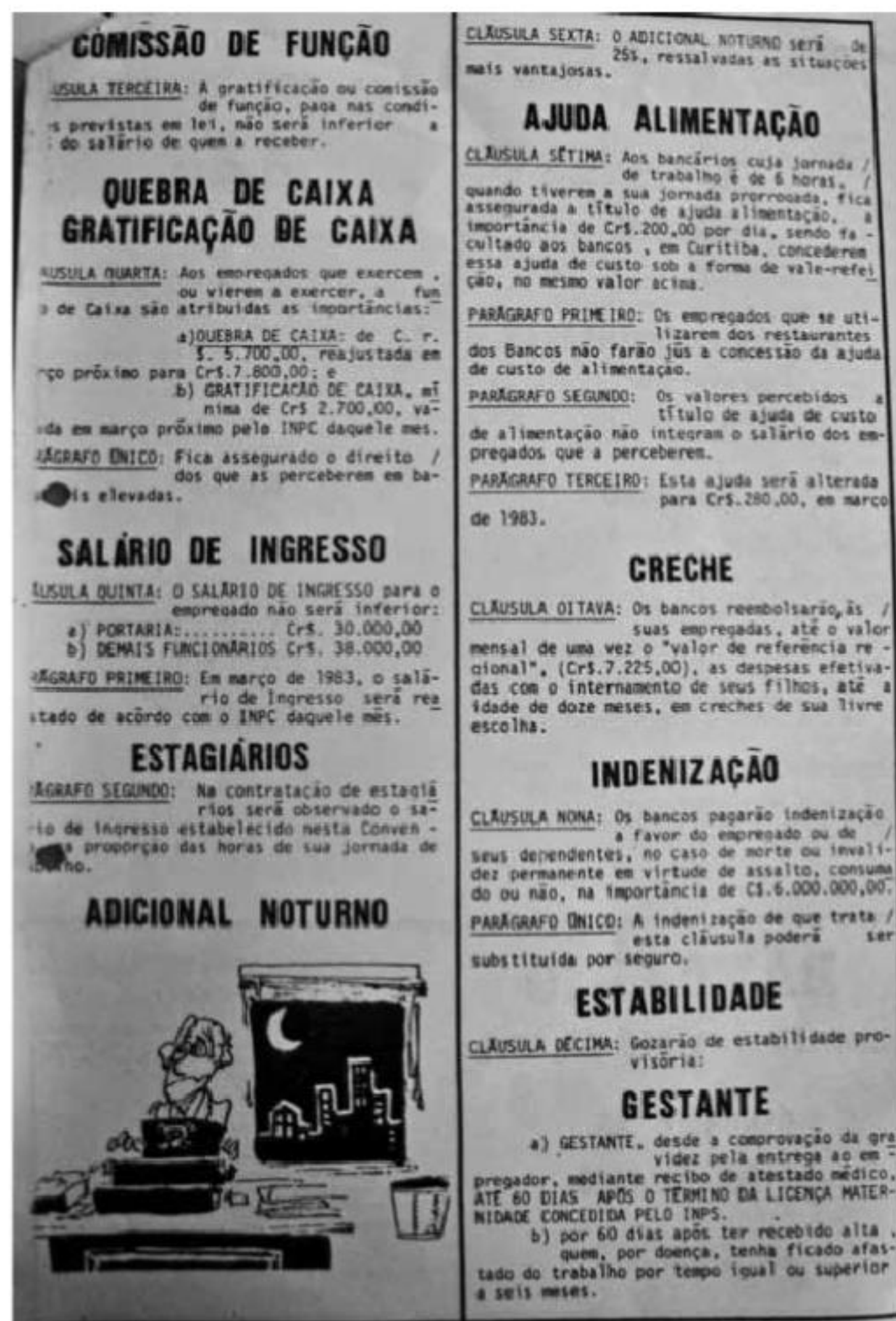
A Conferência poderia ter atingido os 3.958 sindicatos existentes no país na época. Organizadores reclamavam que as 3.876 cartas enviadas por correio não estavam chegando ao seu destino e culpavam a ditadura por isso. Houve somente 183 confirmações na primeira tentativa.

<sup>17</sup> Informações contidas no livro “Nasce da CUT”, lançado em comemoração aos seus 20 anos de história. Foi publicado pela Corrente O Trabalho do PT.



cidem, eles e a diretoria, como que vai ser gerido esse sindicato na defesa dos seus interesses. Então, é essa liberdade sindical que possibilitou a criação e a consolidação da CUT no Brasil. Isso influenciou o sindicalismo no Paraná, assim como influenciou o sindicalismo no Brasil inteiro” Ângelo Vanhoni.

## A CUT e a oposição bancária



**COMISSÃO DE FUNÇÃO**  
CLÁUSULA TERCEIRA: A gratificação ou comissão de função, para nas condições previstas em lei, não será inferior a do salário de quem a receber.

**QUEBRA DE CAIXA GRATIFICAÇÃO DE CAIXA**  
CLÁUSULA QUARTA: Aos empregados que exercem ou vierem a exercer, a função de Caixa são atribuídas as importâncias:  
a) QUEBRA DE CAIXA: de Cr\$ 5.700,00, reajustada em março próximo para Cr\$ 7.800,00; e  
b) GRATIFICAÇÃO DE CAIXA, mínima de Cr\$ 2.700,00, válida em março próximo pelo INPC daquele mês.  
PARÁGRAFO ÚNICO: Fica assegurado o direito dos que as perceberem em bases elevadas.

**SALÁRIO DE INGRESSO**  
CLÁUSULA QUINTA: O SALÁRIO DE INGRESSO para o empregado não será inferior:  
a) PORTARIA: Cr\$ 30.000,00  
b) DEMAIS FUNCIONÁRIOS Cr\$ 38.000,00  
PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em março de 1983, o salário de Ingresso será reajustado de acordo com o INPC daquele mês.

**ESTAGIÁRIOS**  
PARÁGRAFO SEGUNDO: Na contratação de estagiários será observado o salário de Ingresso estabelecido nesta Convenção em proporção das horas de sua jornada de trabalho.

**ADICIONAL NOTURNO**

**AJUDA ALIMENTAÇÃO**  
CLÁUSULA SÉTIMA: Aos bancários cuja jornada de trabalho é de 6 horas, quando tiverem a sua jornada prorrogada, fica assegurada a título de ajuda alimentação, a importância de Cr\$ 200,00 por dia, sendo facultado aos bancos, em Curitiba, concederem essa ajuda de custo sob a forma de vale-refeição, no mesmo valor acima.  
PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que se utilizarem dos restaurantes dos Bancos não farão jus a concessão da ajuda de custo de alimentação.  
PARÁGRAFO SEGUNDO: Os valores percebidos a título de ajuda de custo de alimentação não integram o salário dos empregados que a perceberem.  
PARÁGRAFO TERCEIRO: Esta ajuda será alterada para Cr\$ 280,00, em março de 1983.

**CRECHE**  
CLÁUSULA OITAVA: Os bancos reembolsarão, às suas empregadas, até o valor mensal de uma vez o "valor de referência regional", (Cr\$ 7.225,00), as despesas efetivadas com o internamento de seus filhos, até a idade de doze meses, em creches de sua livre escolha.

**INDENIZAÇÃO**  
CLÁUSULA NONA: Os bancos pagarão indenização a favor do empregado ou de seus dependentes, no caso de morte ou invalidez permanente em virtude de assalto, consumo do ou não, na importância de Cr\$ 6.000.000,00.  
PARÁGRAFO ÚNICO: A indenização de que trata esta cláusula poderá ser substituída por seguro.

**ESTABILIDADE**  
CLÁUSULA DÉCIMA: Gozarão de estabilidade provisória:

**GESTANTE**  
a) GESTANTE, desde a comprovação da gravidez pela entrega ao empregador, mediante recibo de atestado médico, ATÉ 60 DIAS APÓS O TÉRMINO DA LICENÇA MATERNIDADE CONCEDIDA PELO INPS.  
b) por 60 dias após ter recebido alta quem, por doença, tenha ficado afastado do trabalho por tempo igual ou superior a seis meses.

Conquistas de 1983. Jornal dos Bancários de Curitiba

Ao longo dos anos, a CUT torna-se o novo fomentador e grande apoiador da luta sindical bancária, passando a integrar o movimento de oposição nos sindicatos em todo o país, disputando as entidades e distanciando-se a cada dia da até então tida como agregadora nacional da categoria: a Contec.

Já em seus primeiros anos de existência, é possível sentir os efeitos de alguns pensamentos divulgados pela Central Única dos Trabalhadores a fim de amenizar as consequências da política econômica dos governos militares que recaiam sobre as condições de vida da população.

Em 1983 eram promulgados sucessivos decretos-lei alterando a política salarial vigente desde 1979, a qual também havia mudado no intuito de cessar as inúmeras greves que deflagravam pelo país naquele ano. Antes os acordos eram feitos semestralmente com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) variando de acordo com a faixa salarial, sendo de 110%, 100% e 80%. A partir de 1983 os índices de reajustes reduzem quase que pela metade.

A fim de reaver essas perdas, trabalhadores dão início a uma crescente frente de mobilizações. Algumas delas sofrem com a repressão do governo. A diretoria do Sindicato de São Paulo é cassada em 19 de agosto de 1983, e volta à entidade somente encerrados 20 meses de intervenção.

Em Curitiba, os bancários percebem que só conseguiriam avançar dividindo-se ao invés de se unir. Então, a luta passa a se desenvolver por banco, onde são criados comandos.

Com os comandos e a CUT, o movimento de oposição bancária fortalece-se, e no começo de 1984 são formadas três chapas a fim de disputar o pleito do Sindicato nos dias 23 e 24 de abril. Mas, a divisão dos votos entre as duas chapas de oposição acaba dando a vitória a Saldanha novamente, que permanece no cargo até 1987.



Em seu último mandato houve a instalação e compra de equipamentos de uma estrutura que ia desde restaurante até clínicas médicas, passando por cursos de karatê, violão, ginástica, salão de beleza e barbearia, na recém adquirida sede situada na Rua Carlos de Carvalho. O assistencialismo predominava.

Enquanto as Assembleias Gerais promovidas pelo SEEB em Curitiba não chegavam a reunir 100 pessoas, a esquerda assumia a vanguarda das mobilizações, reunindo-se em igrejas e até mesmo em outros sindicatos.

Foi em uma dessas reuniões que surgiu a decisão de antecipar a greve nacional dos bancários do Banco do Estado do Paraná (Banestado), marcada para setembro de 1984. A comissão não comunica o Sindicato e leva adiante a paralisação, que durou um dia e que fortaleceu não somente o movimento bancário a nível nacional, mas todos os trabalhadores. Desde 1979, o Brasil apresentava greves sem resultados positivos do ponto de vista financeiro e que eram constantemente reprimidas pelos militares<sup>18</sup>.

Os funcionários do Banestado acrescentariam os ganhos obtidos com essa greve aos da campanha salarial de seu banco a nível nacional, que obteve reposição perto de 20% dos seus salários diante dos lucros dos banqueiros.

A greve do Banestado enquadra-se no cenário nacional como singular. No mesmo ano, o Banco do Brasil assina acordo com 129 entidades sindicais. A negociação abria um precedente como um dos maiores acordos já realizados até então. Entretanto, as negociações – que tiveram início em agosto de 1983 e foram submetidas ao Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS) sendo aprovadas em julho de 1984 – aumentaram os salários dos bancários em apenas 3%, em contradição aos anseios da categoria: 100% de INPC e reposição salarial de 22%, além de aumento no piso salarial. A maior parte dos sindicatos aprovou o acordo, que pedia ainda a desistência de 140 ações ajuizadas contra o banco.

## Conquistas Sociais

Os bancários tornam-se decisivos em várias mobilizações sociais durante a abertura do regime militar, brigando pela convocação de eleições livres e diretas para seus representantes.

Em 15 de novembro de 1982 a população brasileira comemora a volta das eleições diretas para governador. O pleito envolveu também a escolha de senadores, deputados estaduais e federais, prefeitos e vereadores. O PMDB vence em nove estados, entre eles os mais ricos do país. O PDS elege 12 governadores, principalmente no nordeste, e adquire também o controle da Câmara. Era o primeiro passo para a redemocratização do Brasil.

Surgiu da aliança de um bancário com os partidos de esquerda a ideia de promover a primeira grande manifestação pública pelas eleições diretas para presidente da república,

O movimento paredista isolado do Banestado encontrou resistência em algumas agências da cidade, mas finalizou a greve com a adesão de 100%. “Foi uma surpresa para nós do sindicato. O mais interessante foi que algumas agências acabaram aderindo por osmose, como aconteceu com a do Boqueirão. O gerente havia decidido por não fechar, mas às 11 horas teve que encerrar as atividades, pois houve uma corrida de saque naquela manhã. Então, pra fazer uma média pra gente, ele falou: olha, estamos fechando também como ato de solidariedade pela causa”, Saldanha.

<sup>18</sup> Informação cedida por Luiz Carlos Saldanha em entrevista ao SEEB no ano de 2010.





Em 27 de novembro de 1983, ocorreu a primeira manifestação pública pelas eleições diretas, com uma festa-comício organizada no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, por partidos de oposição.

intitulada de Diretas Já, em Curitiba. Otto Bracarense Costa, dirigente do Sindicato na década de 60, Ulysses Guimarães e José Richa (governador do Paraná na época) organizaram o comício, que reuniu mais de 50 mil pessoas na Boca Maldita em janeiro de 1984<sup>19</sup>.

Depois disso, o movimento só cresceu. Braços unidos e levantados para o céu se tornaram uma característica marcante das manifestações que tomavam fôlego por todo o país. O PDT, PMDB, PT e entidades de classe como a CUT, UNE, além de sindicatos e federações se uniram em comícios históricos em Salvador (BA), Vitória (ES), Rio de Janeiro e São Paulo, este reuniu 1,5 milhão de pessoas no Vale do Anhangabaú.

A campanha de abertura começou a ser construída em março de 1983 com a apresentação de uma emenda constitucional que restabelecia a eleição direta no Brasil. A iniciativa havia partido de um jovem deputado federal do PMDB (MT), Dante de Oliveira, e permeou a população brasileira de forma muito forte. Foram 30 comícios naquele ano. A população gritava: “Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos eleger o presidente do Brasil”.

Em 25 de abril de 1984 a emenda é votada, entretanto não atinge dois terços necessários para mudar a Constituição. A saída para o governo é a conciliação, com o lançamento da candidatura de Tancredo Neves do PMDB para presidente contra Paulo Maluf do PDS.

Tancredo Neves é eleito presidente em janeiro de 1985, porém não chega a tomar posse devido a problemas de saúde. Ele foi internado às pressas e passou por sete intervenções cirúrgicas, falecendo meses depois. Em 15 de março assume o comando da República o vice, José Sarney, num governo chamado de Nova República, cheio de erros e que provava com o passar dos dias que de novo não tinha nada. As forças armadas continuavam intervindo no Estado, ditando o que deveria ser feito.

O povo ainda não estava satisfeito. Enquanto o Estado mantinha-se estagnado, a consciência dos trabalhadores avançava.

<sup>19</sup> Informações retiradas da Entrevista com Paulo Bracarense Costa em 2010.





## Greve de 1985: os bancários podem sim!

À medida que toma força, o movimento bancário se depara com projeções assustadoras. Em 1985 os bancos lucravam como nunca, registrando somente no primeiro semestre taxas de crescimento exorbitantes. O BB obteve crescimento de 497,4% em relação à igual período de 1984, o Bradesco 639%, contabilizando lucro de 831,4 bilhões. Nesse momento, a principal fonte de lucro dos bancos era a inflação, que fechava o período 221,4% maior. Os salários não eram reajustados tão frequentemente assim e nem com tais índices, o que deixava a população à margem da miséria<sup>20</sup>.

Era um ano tenso, e os bancários preparavam um documento listando várias reivindicações a ser entregue ao recém empossado presidente da república José Sarney. Poucos meses depois, a carta torna-se base de manifestações em todo o país. Essas reivindicações seguiam direcionamento da CUT, que avançava na organização dos movimentos trabalhistas, combatendo o desemprego através da redução da jornada de trabalho e devolvendo a dignidade a diversas categorias através da proposta do Reajuste Trimestral.

Desencadeia-se então a campanha pelo trimestral, com confecção de cartazes, broches e camisetas e organização de passeatas, comícios e pequenas paralisações nos bancos. Em 24 de maio a categoria pretendia então convocar uma greve nacional, mas os banqueiros acabaram

**“As lutas nos anos 80 nos trouxeram muitas conquistas. O BB foi o primeiro banco a reconhecer a figura de delegado sindical e um dos primeiros a conceder o auxílio-alimentação. Nesse período também conquistamos o auxílio-creche e, em 1989, a redução da jornada de oito para seis horas dos comissionados”**

Tadeu Veneri, ex-bancário do BB,  
hoje deputado estadual.

<sup>20</sup> Informações da revista que contou os 30 anos do Sindicato dos Bancários de Dourados e Região, texto escrito por Luís Carlos Luciano.



contendo-a apresentando uma proposta de 25% de antecipação, a partir de 1º de julho (KAREPOVS, 1994, p. 119).

Fortificados por essa conquista, 128 sindicatos espalhados por todo o país, nove federações e a Contec organizam em junho a campanha salarial de setembro e formulam a pauta de reivindicações para ser encaminhada à Fenabam ainda no mês seguinte. Dentre as 50 cláusulas contidas no documento, destacava-se a unificação do piso salarial em todo o país, a incorporação do adiantamento de 25% a ser recebido nos meses de julho e agosto, gratificações salariais para quem exerce as funções de caixa e de compensador de cheques, os anuênios, pagamento de horas excedentes, adicional noturno, auxílio-creche, transporte, alimentação, horário para refeições, implantação de quadro de carreiras, horário para refeições, reajuste trimestral, gratificação semestral, comissão sindical por banco e respeito à jornada de seis horas (BLASS, 1992, p.116 e 117).

As negociações ocorrem no início de agosto, mas os banqueiros negam-se a aceitar os reajustes nos salários, embora estivessem dispostos a dialogar sobre o piso salarial, gratificações de caixa e de função e anuênios. Após quatro rodadas de negociação, chega-se ao impasse. É então convocada greve nacional para o dia 11 de setembro, por tempo indeterminado.

Essa seria uma das maiores greves da categoria já registrada, mobilizando 85% dos 700 mil bancários, distribuídos pelas 20 mil agências existentes no país.

Na Grande Curitiba, a assembleia para deflagração da greve aconteceu no dia anterior (10/9) no ginásio do Atlético e reuniu aproximadamente quatro mil bancários.

Para cobrir as 180 agências bancárias de Curitiba foram formados sete subcomandos e dois comandos centrais, destinados

a realizar piquetes e esclarecer a população sobre as causas da greve. Uma banca foi montada na Boca Maldita, região central da cidade, para distribuição de panfletos e venda de broches alusivos à paralisação. No mesmo local, um alto-falante recomendava às pessoas que fizessem suas retiradas de dinheiro até às 16h30, já prevenido a greve no dia seguinte.

Os banqueiros por sua vez requisitaram às empresas de segurança um número três vezes maior de vigilantes com ordens de não deixarem os grupos de piquetes adentrarem as portas dos bancos.



O Estado do Paraná de 11/9/1985.



O resultado ao final do primeiro dia de greve foi satisfatório: mais de 90% das agências fecharam em Curitiba e Região e no interior do Paraná a paralisação foi total. Nada pôde conter o ânimo de milhares de bancários que caminharam pelas ruas do centro da capital, com faixas dizendo: “Se o salário não aumentar, a miséria vai chegar”, “Funcionário satisfeito, trabalho bem feito”.

Entretanto, os grevistas não deixaram de enfrentar a truculência dos banqueiros. Alguns bancos obrigaram bancários a vestir uniforme de vigilantes para burlar os piquetes. Outros bancários utilizavam prédios vizinhos de sua agência como trampolim para chegar aos locais de trabalho.

O Bamerindus chegou ao extremo de deter um grupo de 200 funcionários do Centro de Processamento de Dados sem entrar nem sair do local. A Delegacia Regional do Trabalho (DRT) constatou a irregularidade e autuou o banco por excesso de jornada de trabalho. Em Maringá, funcionários do mesmo banco levaram colchões para dormir em seus locais de trabalho.

Em Curitiba, um subgerente sob forte pressão ameaçou um grupo de grevistas apontando-lhes um revólver.

“Se o governo não partir para uma linha mais democrática, irá perdendo cada vez mais o apoio popular, que aliás está em baixa. Isso porque houve um recrudescimento diante da intervenção da Polícia Militar nos piquetes, cuja ordem partiu de Brasília e foi acatada pelo governador José Richa”, disse César Bassani, vice-presidente do Sindicato dos Bancários de Curitiba, à mídia<sup>21</sup>.

O desfecho dessa greve é controverso. São fechados acordos diferenciados em cada estado do país e para cada banco, fosse ele público ou privado. À medida que os TRTs julgavam os dissídios, eram encerradas as greves.

Em São Paulo a greve termina no início da noite do dia 12 de setembro, com reajuste de 90,78% (100% de INPC, 4% de produtividade e 9% de reajuste). No Rio de Janeiro, é concedido somente 87,53%, somando o INPC integral (68,8%), mais 4% de produtividade e 12,5% de reposição salarial.

Em Curitiba, uma assembleia no final do dia 12<sup>22</sup> com milhares de presentes decidiram pela continuidade do movimento. Mas, pela manhã do dia 13, os bancários são acordados com panfletos anunciando o fim da greve, que dizia “em respeito a você cidadão, e à democracia suspenderemos a greve”.

O desencontro de informações leva cerca de 80% dos grevistas ao trabalho. Alguns diziam que a greve havia terminado por “sabotagem” dos dirigentes. Bancários denunciaram que a Federação já tinha pronto no início do dia um panfleto dirigido à



Jornal de 13/9/85

<sup>21</sup> O Estado do Paraná de 13/9/1985.

<sup>22</sup> Ao contrário de outras cidades, o TRT não aceita o pedido dos banqueiros que pediam a ilegalidade do movimento grevista.



categoria, propondo o fim da greve, apesar da assembleia ter aprovado por unanimidade a continuidade.

“Algum integrante do comando por descuido ou intencionalmente provocou o abortamento da greve em Curitiba”, comentou Algacir Alberti<sup>23</sup>, da Federação dos Bancários.

Uma reunião conciliatória no Tribunal Regional do Trabalho entre banqueiros paranaenses e bancários foi agendada para o dia 16/9/1985 e terminou sem acordo. O TRT apontava um acordo igual ao do RJ, mas a categoria queria o acordo de SP.

O julgamento acontece no dia seguinte e acaba com os mesmos índices de São Paulo, um dos maiores aumentos já concedidos até então pela Justiça Trabalhista do Brasil.

O acordo coletivo é assinado em meados do mês de novembro. Dos 25% de incorporação reivindicados, são concedidos apenas 12,5%. Outras reivindicações que desde 1978 aparecem na pauta dos bancários são conquistadas com esse movimento grevista, como o pagamento de horas extras a 30%, adicional noturno de 25%, adicional de insalubridade. Além dessas, são obtidas também: gratificação de função com valor igual ou maior a 50% do salário do cargo efetivo, gratificação de compensador, obrigatoriedade de carta de dispensa, opção retroativa pelo FGTS, o piso salarial para caixas, a transformação do “quebra de caixa” em gratificação para função de caixa (BLASS, 1992, p. 155).

Embora os diversos problemas enfrentados durante aquele ano, a greve de 1985 reafirmou a capacidade de luta da categoria, estabelecendo-se como uma escola para os sindicalistas bancários.

Ainda em 1985, funcionários da Caixa Econômica Federal conquistaram o direito à sindicalização, reduzindo sua jornada de trabalho para seis horas diárias. Até então, eles eram chamados de “econômicos” e tinham jornada de oito horas.

## Vitória dos bancários no julgamento do TRT

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) numa decisão considerada histórica, julgou o dissídio dos bancários favoravelmente e declarou prejudicado o pedido de ilegalidade da greve (realizada na quarta e quinta-feira passada), feito pelos representantes dos banqueiros. Com isso, os bancários do Paraná terão um dos maiores aumentos já concedidos pela Justiça Trabalhista no País. No final da sessão, o presidente da Federação dos Bancários do Paraná, Roberto Pinto Ribeiro, foi cumprimentar o presidente do TRT, juiz Tobias de Macedo Filho.

O julgamento do dissídio praticamente acompanhou as decisões do TRT de São Paulo. Foi aprovado reajuste de 100% do INPC, produtividade de 4%, reposição salarial de 9%. Com esses índices somados, o aumento chega a 90,78%. E vigora desde 1º de setembro último. Com relação à trimestralidade, os 10 juizes acataram a proposta do relator Vicente Silva, de transformá-la em antecipação de 25% de início próximo. A antecipação será considerada no próximo reajuste, em março de 6. Para os dirigentes dos 14 sindicatos de bancários presentes à sessão, os 25% de antecipação “representam, na prática, a inexistência”. Os dirigentes patronais abandonaram a sessão antes mesmo de seu término, sem dar qualquer esclarecimento à imprensa.

O Tribunal Regional do Trabalho também julgou prejudicado o pedido de declaração de ilegalidade da greve dos bancários feito pela procuradoria Regional do Trabalho e pelo Sindicato dos Bancos. De acordo com sete juizes não havia porque falar a ilegalidade, já que os bancários haviam posto fim à greve. Apenas os juizes George Christófilis (classista) e Leonardo Abagge (revisor) votaram a favor da declaração da ilegalidade do movimento.

Participaram do julgamento dez juizes. A presidência da sessão ficou com Tobias de Macedo Filho; Leonardo Abagge, foi o revisor; Vicente Silva, o relator; os juizes classistas George Christófilis, Aparecido de Souza e Antonio Gonçalves de Moura e os juizes do TRT Carmem Amin Gamen, Indalécio Gomes, Pedro Ribeiro Toerres e José Montenegro Antero.



O TRT concedeu um grande aumento aos bancários e não votou a ilegalidade. O advogado do Sindicato dos Bancos, Geraldo Magela, ao final da sessão não quis conversar com os jornalistas. “Você conversem com os representantes dos sindicatos, que estão indo viajar”, desculpou-se. Ele não sabia que os representantes dos banqueiros foram embora na metade da sessão.

Após a sessão, em meio a muitos cumprimentos, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Tobias de Macedo Filho, disse que “essa foi uma decisão da Justiça, da maioria dos juizes”. Acrescentou ainda que com “a decisão de hoje

<sup>23</sup> O Estado do Paraná, de 14/9/1985, p. 8.





## 1986: o ano das demissões

O Plano Cruzado marcou o ano de 1986 não somente para os bancários, mas para todos os brasileiros. Um conjunto de medidas econômicas foi lançado em 28 de fevereiro de 1986 pelo governo com os principais objetivos de derrubar a inflação, promover o crescimento econômico, criar empregos e melhorar a distribuição de renda. A antiga moeda, o Cruzeiro, então perdeu três zeros e mudou de nome. Os salários e preços foram congelados.

Numa primeira visão, o plano parecia ser realmente de “redenção nacional” e implantou rapidamente no coração dos brasileiros a esperança de ver o país dar certo. Por todos os lados surgiam os “fiscais do Sarney”, que denunciavam remarcações de preços e fechavam supermercados ao som do hino nacional.

A fim de tentar manter seus altos índices de lucro, os bancos iniciam uma onda de demissões e fechamento de agências. A categoria bancária contabilizava somente no primeiro mês do pacote 16 mil demissões de funcionários com mais de um ano de casa. O Paraná ocupava o segundo lugar entre os estados que mais demitiam: 3.000. O Bamerindus era o recordista nas dispensas com 730 funcionários, seguido do Banco Real com 262 e o Bradesco com 165<sup>24</sup>.

Pouco tempo depois a população percebeu que o plano não resolvia o problema.

<sup>24</sup> Estatísticas publicadas no Jornal Tribulinha Bancária, da FEEB-PR, de abril de 1986.



Era como administrar analgésico num paciente para aliviar-lhe a dor sem combater os fatores causadores da doença. A doença era a inflação, e os causadores dela eram a dívida externa e a submissão do governo aos empresários, banqueiros e latifundiários. O analgésico era o Plano Cruzado.

Após alguns meses, produtos básicos de consumo como o leite sumiram das prateleiras, fazendo as pessoas estocarem comida em casa. O desemprego aumentou ainda mais e a inflação, até então detida, voltava a subir. Os bancários formavam a classe que mais sofria os efeitos do Plano Cruzado. Foram mais de 70 mil demissões apenas nos três primeiros meses do pacote, com fechamento de aproximadamente 500 agências (KAREPOVS, 1994, p. 129).

Os trabalhadores então começam a se organizar para reaverem suas perdas. Dia 26 de abril, o I Encontro Nacional dos Bancários decide pela instituição de uma resolução de lutas: *Greve Pipoca*: alternadamente e ao mesmo tempo em diversas agências; *Demitiu Parou*: paralisações nos bancos que demitirem; *Caravanas à Brasília*: exigindo a votação em regime de urgência do Projeto um do DIAP que garante a Estabilidade no Emprego; *Manifestações nas DRTs, Câmaras e Assembleias*: exigindo apoio dos políticos e maior rigor na fiscalização; *Espaço na Imprensa*: desenvolvendo campanhas de esclarecimento para sensibilizar e buscar o apoio da população; *Contatos com Sindicatos e Centrais Sindicais*: desenvolvendo uma campanha de desgaste nos bancos que estão demitindo e do governo que não intervém nas demissões; *Tabelamento dos juros bancários*: exigindo o tabelamento; *Seguro-Desemprego*: para todos os demitidos<sup>25</sup>.

Em agosto a categoria reúne-se novamente para definir a pauta de reivindicações para a campanha salarial nacional de setembro, fixando seus índices em 26,5% de reposição salarial, piso salarial unificado de CZ\$ 3.000,00, 5% de produtividade e estabilidade no emprego.

Além de tudo isso, os bancários decidem pela deflagração de uma greve para o dia 11 de setembro, mas que acaba por não repercutir o sucesso do ano anterior. A greve foi logo considerada ilegal pelo TRT, tudo porque, segundo os bancários curitibanos, o movimento não havia tomado a força de antes: as demissões haviam criado um clima de terror e insegurança na categoria, e o governo para ajudar tratava os grevistas como criminosos e as causas trabalhistas com indiferença. Outra contribuição para o insucesso da paralisação foi a campanha de lavagem cerebral que o governo e os meios de comunicação fizeram para promover a política econômica oficial, fazendo o brasileiro achar que seria tudo um mar de rosas.

A greve cessa em Curitiba e Região já no primeiro dia. O presidente estadual da CUT, Geraldo Mendonça de Oliveira, afirmou aos jornais da época que o Sindicato de Curitiba não queria a greve e fez “só para não ficar queimado com os outros sindicatos do país”.

<sup>25</sup> Informações do Jornal da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, *Tribuninha Bancária*, de abril de 1986.



Bancários de algumas cidades do Rio Grande do Sul, do interior do Paraná e de São Paulo prosseguem em greve até dia 15 de setembro, enfrentando repressão. Em São Paulo três diretores do Sindicato são presos e 31 manifestantes são levados à sede da Polícia Federal, além de vários carros de som apreendidos.

Um acordo intermediário entre a decisão do TRT e a proposta dos bancários foi firmado. Os bancários paranaenses conquistam ainda estabilidade no emprego por um ano e tempo de vigência do acordo coletivo de trabalho.

A solução para a disparidade entre os altos índices de inflação e os salários, além da impopularidade do governo perante a população, seria resolvida pelo governo através do Plano Cruzado II. É instituído assim o “gatilho salarial”, que estabelecia reajuste automático nos salários sempre que a inflação alcançasse 20%.

Os preços continuavam aumentando. As centrais sindicais CUT, CGT e USI decidem marcar para o dia 12 de dezembro uma greve geral para exigir do governo a revogação do pacote econômico, um real congelamento de preços e a suspensão do pagamento da dívida externa. Aproximadamente 70% dos trabalhadores do país aderem à paralisação (KAREPOVS, 1994, p.131).

No Paraná, a falta de tempo para organização, a carência de recursos financeiros para suprir necessidades como carros de som e folhetos foram os principais fatores que impediram a paralisação total no dia 12. Localmente, o funcionalismo público foi o que mais aderiu à greve geral, provavelmente pelo fato de ter mais estabilidade no emprego. Nas empresas particulares a instabilidade era utilizada pelos patrões para reprimir e causar terror. Na capital do estado pararam as escolas, o serviço público municipal e o comércio. No caso dos bancários, houve ainda o fator decisivo das pressões psicológicas. O Banestado chegou a conceder Menção Honrosa aos funcionários que não participassem da greve. Mesmo assim, 20% da categoria bancária aderiu ao movimento.

Mesmo com todos os agravantes, a greve foi importante para a confirmação de que os trabalhadores estavam cada vez mais cientes da necessidade de união de todos os setores da sociedade para dizer ao governo o que era melhor para eles.

Voltados apenas ao lucro, ainda em 1986, os banqueiros mudam o horário de atendimento de seus bancos para as 11h30, a fim de sintetizar ainda mais a mão de obra de suas agências. Com a redução de dois para apenas um turno de funcionários durante o dia, os banqueiros demitiram cerca de 15 mil bancários em todo o Paraná.

Entretanto, o horário se revelava impróprio, não só para os funcionários, que tiveram uma sobrecarga de serviço, mas também para a população que enfrentou conges-

Os bancários conquistam o auxílio-creche, para os filhos até 70 meses, na campanha salarial de 1986.



Charge do Jornal Tribuinha Bancária, veículo de divulgação da FEEB/PR de dezembro de 1986.





Prefeitura fiscaliza bancos para abertura às 10h da manhã.

tionamento nas agências em horários críticos. Em Curitiba, o então prefeito Roberto Requião sanciona a lei municipal 6.937, decretando a volta do horário antigo, devendo os estabelecimentos bancários funcionarem das 10h às 16h, com aplicação de multas para o não cumprimento da lei.

## A esquerda avança

O Plano Cruzado I e II levaram os salários da classe trabalhadora a uma crise sem precedentes na história. Os bancários tiveram seus salários arrojados a níveis discrepantes diante dos valores do mercado.

Em meio à crise, aconteciam as eleições no Sindicato de Curitiba e Região. A esquerda encontrava-se mais fortalecida e novos líderes haviam surgido de lutas ocorridas em anos anteriores.

Parte da oposição arquiteta a estratégia de juntar para depois “desjuntar”, objetivando ganhar o Sindicato através de uma composição com a situação e devido a isso há um racha no grupo. Saldanha é afastado e Paulo José Zanetti lança-se candidato a presidente, com o nome de Ângelo Vannahoni para vice. Ângelo havia se destacado no movimento do Banestado de 1984 e trazia consigo experiências com a Libelu (Liberdade e Luta), orga-

nização estudantil ligada à chamada Organização Socialista Internacionalista (OSI). Vannahoni havia também concorrido a deputado estadual pelo PT em 1986. A chapa contava ainda com o secretário-geral Tadeu Veneri, do Banco do Brasil, além de Sérgio Athayde do Banestado e Wilson Previdi, também do BB.

A outra parte da esquerda, liderada por Roberto Von Der Osten, conhecido como Betão, é derrotada nas eleições.

A nova diretoria, aliada a uma esquerda atuante, inicia uma série de transformações no Sindicato, objetivando principalmente desvinculá-lo da conotação assistencialista e fazer dele um instrumento de luta.

O Sindicato integra-se a CUT através de sua filiação ao Departamento Nacional dos Bancários (DNB/CUT), fundado em 1985. Há a decisão também de abrir a entidade para a maioria da categoria e o número de bancários sindicalizados dobra em pouco tempo.

Para atingir toda a categoria, mais de 25 mil na Grande Curitiba, o SEEB adquire uma máquina gráfica própria a fim de distribuir o boletim Folha Bancária massivamente. A partir deste veículo o Sindicato busca formar os bancários com conhecimento técnico e para isso há a contratação de economistas para discutir questões relativas aos percentuais de inflação e as repercussões no salário.

Outra novidade consiste na compra do primeiro caminhão de som do Sindicato



para fazer as grandes passeatas.

O SEEB passa a ajudar novamente outros sindicatos a estruturarem-se para melhorar a condição de vida das suas categorias como os petroleiros e os empregados da construção civil, além de apoiar movimentos sociais e organizações como o MST (Movimento dos Sem Terra). “O Sindicato dos Bancários desempenhou um papel importante neste processo de redemocratização e de construção do movimento sindical aqui no estado do Paraná”, diz Vanhoni.

Inicia-se a era das grandes assembleias e em locais que possibilitavam maior ajuntamento de pessoas, como a sociedade Dom Pedro II, a Igreja Nossa Senhora de Guadalupe e a Sociedade Beneficente Protetora dos Operários, no Largo do São Francisco.

### Antes e Depois de Zanetti

Paulo José Zanetti sempre esteve na linha de frente dos movimentos grevistas de Curitiba. Ao microfone e em cima do caminhão de som: esta é a forma que a maioria dos amigos e bancários lembra deste sindicalista. Zanetti chegou à presidência do Sindicato em 1987, entretanto já havia ocupado diversos cargos na entidade. Começou como 2º secretário em 1975, depois foi secretário geral, vice-presidente e finalmente presidente no triênio 1987-1990.

Foi nesse período que o SEEB atingiu o maior número de associados de sua história. “Dos 25 mil bancários existentes na Grande Curitiba, 22 mil eram sócios”, conta Zanetti. Para que isto acontecesse, primeiro ele vendeu alguns terrenos adquiridos no período de Saldanha. Depois comprou uma impressora, para confecção do Jornal dos Bancários em grande escala. A segunda aquisição foi um caminhão de som. Alguns o apontam como louco pela direção que deu à entidade. Outros tendem separar a história do Sindicato em Antes e Depois de Zanetti, muito pela organização de luta que adquiriu e pelo diálogo com toda a categoria, independente de seu credo político e ideológico. Zanetti deixa sua marca por onde passa. Hoje é vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados (Sindnapi), o maior sindicato da América Latina, com mais de 600 mil associados.





## 1987: um ano de lutas

A inflação corroía os salários, fazendo as negociações salariais serem constantes. Uma onda de manifestações trabalhistas tomou conta do Paraná nos primeiros meses do ano. Março inicia com 1.980 postos<sup>26</sup> de gasolina parados por tempo indeterminado, deixando o estado sem combustível. Agricultores



Bandeira de luta do SEEB em 1987

<sup>26</sup> Informações do Jornal O Estado do Paraná, de 6/3/1987.

de várias cidades do Sudoeste, liderados por Francisco Beltrão, bloquearam agências bancárias e cartórios em protesto contra os juros altos. Eles ainda bloquearam estradas, impedindo o tráfego de caminhões com produtos agrícolas. Em Cascavel, empresários retiraram o dinheiro dos bancos e suspenderam o recolhimento de impostos. Ainda no interior, hospitais entraram em greve no litoral, trabalhadores marítimos em greve causaram sérios problemas no Porto de Paranaguá por mais de duas semanas, seguindo a mobilização nacional de sua categoria.

Em março de 1987 os funcionários do Banco do Brasil iniciam uma campanha para reajustamento de salários e para conquistar estabilidade no emprego. Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIESSE), a maioria dos mil e quinhentos funcionários do banco em Curitiba e Região Metropolitana ganhavam um salário inferior a cinco mil cruzados, sendo que o salário inicial era de quatro mil. Uma defasagem de cerca de 60% que atingia os trabalhadores desde 1982. Em função disso, uma situação inédita configurava-se: dois mil candidatos de 4.700 aprovados no concurso realizado no ano anterior não aceitaram trabalhar no banco.

Em Curitiba, os protestos começaram dia 8, com a realização da Feira da Sobrevivência, montada na Praça Osório. Cerca de 10 barracas vendiam desde sanduíches caseiros até joias. A ideia partira do fato de muitos bancários estarem vendendo diversos produtos dentro do ban-

co como forma de aumentar a renda mensal.

A mobilização no BB acaba por ganhar a adesão de bancos privados e estaduais com o passar dos dias. Uma reunião em Campinas (SP), que reuniu mais de 10 mil bancários no dia 14 de março, decidiu decretar greve nacional para o dia 24, rei-





vindicando 100% de aumento, independente do gatilho salarial. Esta greve ficou conhecida como “Bola de Neve” (KAREPOVS, 1994, p. 133).

O Tribunal Superior do Trabalho decide, logo no primeiro dia da paralisação, adiar por uma semana o julgamento da ilegalidade da greve no Banco do Brasil e remeter aos Tribunais Regionais o julgamento nos bancos particulares e estaduais. Como consequência dessas deliberações, a greve estende-se e dura mais oito dias, mesmo enfrentando a repressão do governo.

Em Curitiba, dirigentes e bancários são presos por participarem de piquetes e o carro de som dos bancários é impedido de ser utilizado. Paulo José Zanetti é detido em uma confusão que aconteceu entre ele e um gerente na Agência Mercês do Banco Itaú. Na Agência Monseñor Celso, do Bradesco, os piquetes são dispensados com bombas de efeito moral. Em Londrina os policiais formaram cordões de isolamento diante das agências e em Araucária um policial sacou sua arma e tendeu a atirar nos piqueteiros.

No último dia da greve o BB e o Banestado são pressionados pelo governo para retornarem ao trabalho. Sarney afirmou que não permitiria piquetes nas



Assembleia na Boca Maldita reúne mais de quatro mil bancários.





agências dos bancos oficiais. Em Londrina seis pessoas são detidas durante uma passeata, entre elas três pessoas do Sindicato. Em Cascavel, o vice-presidente do SEEB e mais oito pessoas também foram presas. Em Palotina mais duas detenções e em Toledo a polícia arrastara uma mulher grávida que estava num dos piquetes.

O movimento atingiu 100% dos funcionários do Banestado, 100% do Banco do Brasil, 100% do interior, e na capital chegou perto deste índice. Foi uma mobilização de alto nível que resultou em apresentação de proposta para o BB e Banestado, mas devido ao seu baixo percentual nenhum acordo foi firmado.

Funcionários do BB voltaram à luta, durante a campanha salarial de setembro, mas não obtiveram adesão de outros bancos como aconteceu em março.

Com audiência agendada para o dia 17/9 no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná e para que ocorresse o acordo entre banqueiros e bancários, diversas agências da Caixa, Banestado e BB criam greves de advertência.

No dia 10 de setembro a grande maioria dos funcionários do Banco do Brasil não trabalhou. Em diversas localidades, as assembleias tinham decidido apenas fazer algum protesto, mas em muitos outros lugares os funcionários do BB votaram a favor da greve e não trabalharam por um dia.

O Banestado parou operacionalmente o Conglomerado, localizado no bairro Santa Cândida, dia 16 de setembro, dando prazo de cinco dias aos diretores. Eles reivindicavam 114% de reposição salarial.

Houve greve de advertência nas agências da Caixa Econômica Federal de uma ou duas horas, dependendo da cidade. As principais agências da CEF fecharam logo no início do expediente do dia 17, esperando uma resposta da direção do banco.

O então presidente do TRT, juiz José Montenegro Antero, elaborou uma propos-



ta conciliatória, concedendo um aumento de 46,2%, sendo 38% de reajuste e 6% de título de produtividade. Entretanto, os banqueiros se negaram a aceitá-la, defendendo a contraproposta absurda de 14,8%.

A mobilização do Banco do Brasil fez os banqueiros aprovarem a proposta do TRT de 39% de aumento. Quanto à produtividade, não houve acordo e o item foi julgado pelo TRT que definiu por 4%, fechando o aumento do BB em um total de 44,56%

Os funcionários do Banestado tiveram aplicados sobre os seus salários de 1º de setembro de 1986 um percentual de 172,6%, estando incluso 148,83% referente aos cinco gatilhos salariais realizados de setembro de 1986 a agosto de 1987, mais 9,6% referente ao IPC de julho e agosto de 1987. Sobre os salários de 1º de setembro de 1987, ficou definido aumento de 13,10%.

Os bancos particulares encerraram três meses e meio de negociações com 51,04% de aumento<sup>27</sup>.

## Os últimos anos da ditadura

O ano de 1988 era marcado pela realização de grandes assembleias, encontros, reuniões, congressos, e manifestações no Sindicato dos Bancários de Curitiba e também por alguns dos níveis de inflação maiores da história brasileira. Só de janeiro a maio daquele ano a inflação havia sido de 128,61%. Um panfleto que chamava para a assembleia dos Metalúrgicos de Caxias do Sul apontava: o aumento dos preços 1.194% e o aumento do salário 567,49%, no período de junho de 1986 a maio de 1988. Eles pediam em sua campanha salarial acréscimo de 438% nos salários (CARVALHO, 2003, p. 44).

Em julho foi iniciada a elaboração de uma minuta de reivindicações dos bancários do estado, que seria encaminhada ao Encontro Nacional em Brasília, que o Sindicato de Curitiba participa. Fica definido um aumento de 143,6%, sendo 102% de reajuste, 26,06% de reposição de perdas e 15% de produtividade, além de 100% de aumento no piso



Informações do Boletim Informativo dos Funcionários do Banestado "Contra-Cheque", de novembro de 1987.

<sup>27</sup> Esse reajuste também incorporava resíduo a ser pago com determinação no Plano Bresser, lançado em julho de 1987. O pacote instituía, entre outras medidas econômicas, o fim do gatilho salarial e o aumento de vários tributos.

Fonte: Jornal da FEEB-PR, Tribulinha Bancária, nº 80 de novembro de 1987.





Encontro Nacional de 1988

**“Infelizmente, somente o Bradesco não paga o auxílio-educação nos dias de hoje”**

comenta Márcio Killer, dirigente sindical em 2012.



<sup>28</sup> Jornal do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Curitiba e Região, Folha Bancária, de março de 1988.

salarial, ajuda alimentação, licença-prêmio de 90 dias a cada cinco anos, auxílio-transporte e educação, gratificação semestral, entre outras<sup>28</sup>.

A negociação termina com acordos bem abaixo do previsto. Os bancos privados, que pela primeira vez aderiam fortemente ao movimento, aceitaram, no dia 19, 53,33% de reajuste e 63,27% de reajuste no piso (KAREPOVS, 1994, p. 136). Uma conquista importante foi o auxílio-educação, benefício presente até hoje na maioria dos bancos do país.

Mas diversos acontecimentos no final do ano faziam retornar ao coração dos

bancários de Curitiba a esperança de tempos melhores. Foi eleito em 15 de novembro para vereador pelo PT em Curitiba o vice-presidente do SEEB, Ângelo Vanhoni. A categoria da Grande Curitiba iria pela primeira vez contar com um representante na Câmara Municipal.

Em âmbito nacional, uma vitória de todos os brasileiros marca o mês de outubro: havia sido votada a 7ª Carta Magna do país, que entre outras diversas mudanças determinou a participação do povo na eleição direta para presidente e o retorno pleno das liberdades democráticas.

Começava um novo tempo e Sarney ainda tentava até o último segundo de seu governo endireitar a economia do Brasil. No começo de 1989 é lançado o Plano Verão, que resultou num confisco salarial de 72% nos salários e acabou por culminar na realização da maior greve geral que o país já assistiu. O movimento, que parou o país nos dias 14 e 15 de março, não conseguiu resolver a questão, mas iniciou uma nova onda de greves para reposição das perdas.

Os bancários organizam a sua greve para 20 de abril e exigem aumento de 81%. A surpresa do movimento foi a adesão dos funcionários de bancos particulares. As instituições que sempre aguardavam os acordos do BB e Banestado realizaram depois de seis dias de paralisação a primeira negociação com a Fenaban fora da data base. O acordo reajustou os salários entre 56% a 97%.

Nos bancos oficiais a greve continuou no dia seguinte, mas logo se esvaziou. Os funcionários desses bancos decidiram esperar por um acordo com o banco, que acabou em um índice de 63%.

Há também em 1989 a inédita formulação de um contrato coletivo de trabalho





Caminhão de som alerta população sobre a greve. O Estado do Paraná, 20/4/1989.

O Estado do Paraná, 22/4/1989.

durante a campanha salarial unificada de setembro, porém os banqueiros optam pela forma tradicional de negociação, fazendo a campanha seguir novamente setORIZADA, com greve em alguns bancos. O Banco do Brasil em Curitiba acaba conquistando reajuste integral frente à sua reivindicação de 152% de aumento depois de greve no dia 8 de novembro em cerca de 10 capitais do país<sup>29</sup>.

## As eleições diretas de 1989

A cada quatro anos o país “para” para eleger seu presidente e esta tradição começou de maneira legítima nos últimos meses de 1989. Aconteceria em 15 de novembro daquele ano a primeira eleição direta para presidente depois de 25 anos de ditadura.

Um grande número de candidatos lançou-se à presidência: 22, a maioria com legendas inexpressivas. Outros eram antigos conhecidos da população, sendo políticos ou militantes de esquerda, como Leonel Brizola (PDT), Ulysses Guimarães (PMDB), Mário Covas, pelo recém formado PSDB, Aureliano Chaves (PFL), Guilherme Afif Domingos (PL), Paulo Salim Maluf (PDS), Ronaldo Caiado (PSD/PDN) e Roberto Freire (PCB).

Do Partido dos Trabalhadores (PT) vinha o nome de Luiz Inácio Lula da Silva, que adquiria cada vez mais força, inclusive no estado do



Ângelo Carlos Vanhoni segue a carreira política até os dias de hoje. Foi eleito deputado estadual em 1994 e concorreu à Prefeitura de Curitiba por três vezes seguidas (1996, 2000, 2004), chegando por duas vezes ao 2º turno e conquistando quase 50% dos votos municipais. Em 2002, foi o deputado federal mais votado em Curitiba. Atualmente é deputado federal, já em seu segundo mandato.

<sup>29</sup> Afirmação feita pelo livro “A História dos Bancários – Lutas e Conquistas 1923-1993”, de Dainis Karepovs, publicado em 1994.





# GAZETA DO POVO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 1989

40 PÁGINAS  
2 SEÇÕES

PREÇO: CAPITAL E INTERIOR NC:R\$ 3,50

## Collor de Melo é o novo presidente

Fernando Collor de Melo será o sucessor do presidente José Sarney. Apesar do resultado oficial do Tribunal Superior Eleitoral só ser conhecido hoje ou amanhã, os números totalizados pela Rede Globo de Televisão asseguravam ontem a vitória do candidato do PRN. Apurados 86,8% dos votos em todo o país, o resultado dava a Collor de Melo 32.096.342 votos (52,5%) e 29.012.120 (47,5%) para Lula. As projeções indicavam um fechamento da totalização com 53% para Collor e 47% para Lula. O candidato do PT continuava ontem descansando no interior de São Paulo. Hoje ele dará uma entrevista à imprensa para falar dos resultados do pleito. Collor de Melo permaneceu em sua casa, em Brasília. Segundo sua assessoria, por respeito ao TSE ele só vai falar à Nação após o anúncio oficial da apuração dos votos. No Paraná, Fernando Collor de Melo teve uma folgada vitória sobre seu adversário, totalizando 2.793.420 votos (64%) contra 1.357.994 (31%). (Págs. 7/8/9/11 e 40).

ANTECIPAR A POSSE



Após almoço com ministros militares, o presidente Sarney admitiu aos jornalistas antecipar a posse de Collor.

**Resultado parcial**

|              |            |
|--------------|------------|
| Collor ..... | 32.096.342 |
| Lula .....   | 29.012.120 |

Resultado parcial totalizado 86,8% dos votos pela Rede Globo.

Paraná, sendo apoiado pelos sindicatos ligados à CUT. O PT-PR já estava estruturado e articulava seriamente a campanha de Lula, avançando sobre o interior com grandes comícios.

Emergia do desconhecido PRN Fernando Collor de Mello, que com a estratégia política singular de caça aos marajás acabou por garantir sua vaga no segundo turno. Lula conquistou a outra (16,08%), contra uma pequena diferença de votos conquistados por Brizola (15,45%), levando adiante sua proposta socialista.

O segundo turno encaminhou-se para a vitória de Collor, numa disputa permeada de preconceitos, chantagens e agressões. Mas, o povo encontrava-se esperançoso, afinal era o primeiro presidente eleito pelo voto direto. Já o sindicalismo, desconfiado.



# MULHERES

Nos bancos oficiais como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal as mulheres eram proibidas de fazer concurso. O BB só permitiu o ingresso das mulheres em 1971 e a maioria entrava como telefonista, passando por um processo paralelo para assumir como escriturária.

Nos anos 70 elas integravam a luta sindical predominantemente em seus ambientes de trabalho. Ainda na década seguinte apenas duas mulheres compunham a diretoria do Sindicato: Edvirgens de Oliveira e Yara D'Amico<sup>30</sup>, ambas do Banestado.

É nesse momento que o diálogo entre o Sindicato e as bancárias afina-se, com a promoção de encontros, palestras e através dos veículos de comunicação da entidade.

No dia 13/12/1981 foi promovido em Curitiba o I Congresso da Mulher Curitibana. O evento foi realizado na Casa do Estudante Universitário e tratou sobre planejamento familiar, aborto, direito ao trabalho e à educação, filhos e política.

Um dos propósitos do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Curitiba e Região era criar condições para que a trabalhadora bancária pudesse trabalhar tranquila. Segundo os dirigentes da época, as mulheres eram despedidas em muitos estabelecimentos bancários quando ficavam noivas, casavam ou engravidavam. A explicação era que as empresas desejavam ficar livres de encargos sociais e da obrigação de manter a licença das gestantes.

Por isso, a convenção de 1981 tratou de incluir temas ligados a essas guerreiras, como a criação de creches em todas as empresas bancárias com mais de 20 mulheres, fazendo cumprir aquilo que estava previsto pela CLT<sup>31</sup>. Outra exigência tratou da proteção à maternidade. Nesse sentido, os sindicatos pretendiam que a empregada gestante tivesse estabilidade assegurada até a data que expirasse a licença concedida pelo INAMPS ou até 180 dias após o prazo estabelecido pela CLT, que era de 84 dias.

Em 1983, as bancárias uniram-se a outras trabalhadoras para reivindicar mais saúde. A mortalidade materna no Brasil era na ocasião 50 vezes superior a dos países desenvolvidos. A pressão fez o governo criar em 1983 o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), atendendo mulheres desde a adolescência até a terceira idade, incluindo atendimento pré-natal, parto e puerpério, incentivo ao aleitamento materno, controle de doenças sexualmente transmissíveis, orientação à concepção e anticoncepção, prevenção do câncer

<sup>30</sup> Yara D'Amico concorre à vice-presidência em 1981 na chapa encabeçada por Wilson Previdi. É a primeira vez que uma mulher concorre a um cargo como este no Sindicato.

<sup>31</sup> Folha de Londrina, 31/7/1980.





I Semana da Mulher Bancária, 1984.



1º Congresso Nacional da Mulher trabalhadora

ginecológico e atendimento clínico ginecológico. Mudando de nome em diversas ocasiões ao longo dos anos, o projeto foi incorporado ao Sistema Único de Saúde (SUS) em 2005.

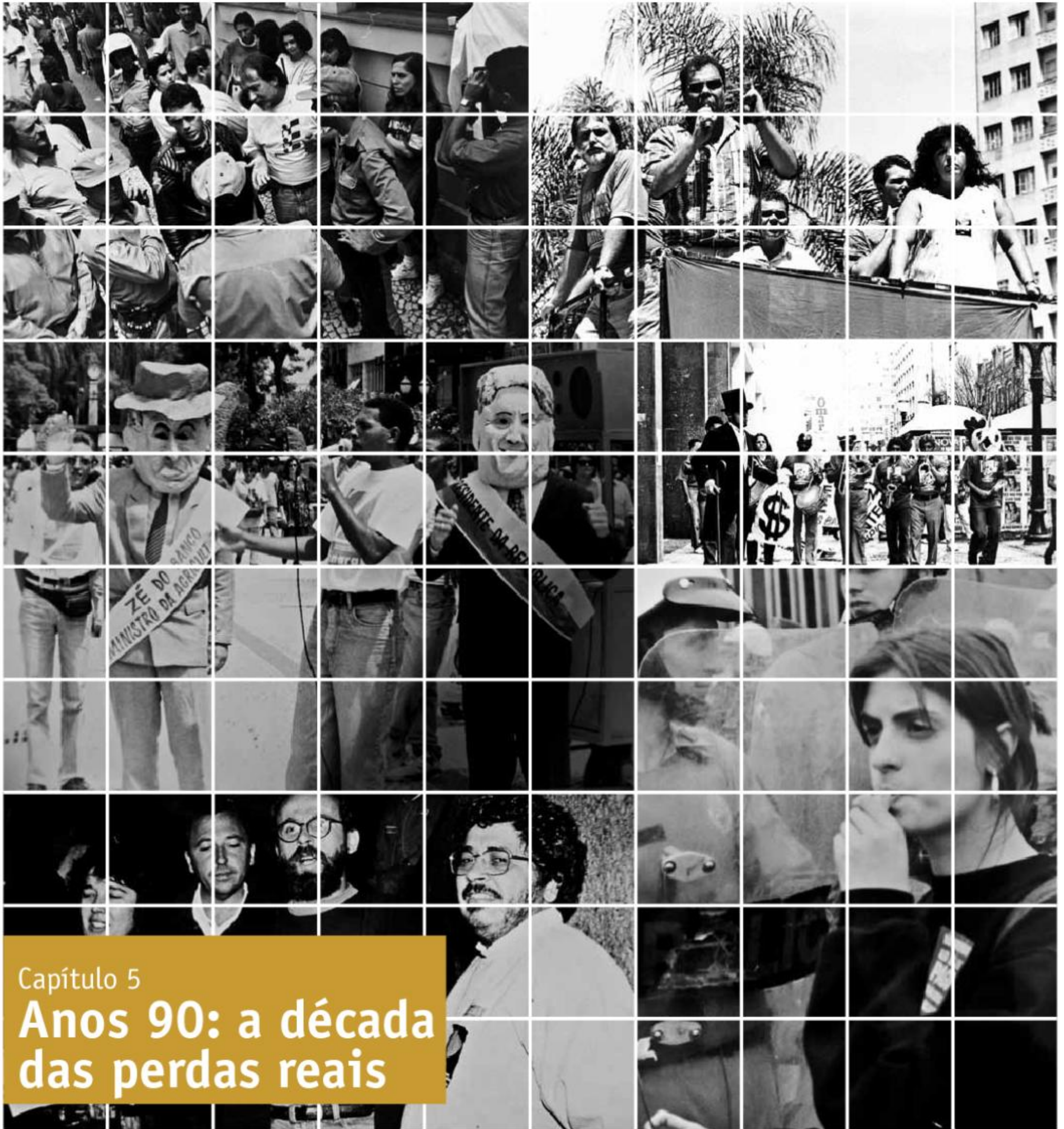
Os debates acerca das condições das mulheres tornam-se ações costumeiras na entidade de Curitiba. Ainda nos anos 80, há a criação de um Jornal específico para as bancárias: Folha Bancária Feminina. Uma das primeiras temáticas do veículo foi a divulgação da Primeira Semana da Mulher Bancária, promovida pela entidade.

“Nós articulamos a Primeira Semana da Mulher Bancária onde se discutiu a importância da participação da mulher na luta dos trabalhadores. Houve mesa composta, com convidadas que na época eram parlamentares e estudiosas do assunto”, Edvirgens de Oliveira.

Em Janeiro de 1986 foi realizado um Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora com 7.500 delegadas. O Sindicato levou 14 ônibus lotados de bancárias de Curitiba para São Paulo a fim de que elas participassem do evento. A organização possibilitou conquistas significativas, como o auxílio-creche e babá, para os filhos de até 70 meses durante a campanha do mesmo ano.

Em 1988, as trabalhadoras conquistaram a ampliação da licença-maternidade de 84 para 120 dias.





Capítulo 5

**Anos 90: a década das perdas reais**







As poucas perspectivas com o recém-eleito presidente Fernando Collor de Mello rapidamente transformaram-se em frustrações para os trabalhadores ainda no primeiro ano de seu mandato. Logo após sua posse, Collor anunciou mais um pacote econômico para o país: o cruzado virou cruzeiro e os saldos das contas correntes, cadernetas de poupança e demais investimentos de todos os brasileiros foram bloqueados. O objetivo das medidas era conter a altíssima inflação da época.

Em meio às incertezas do chamado “pacotão”, o Sindicato dos Bancários de Curitiba convoca eleições. Depois de exatos 20 anos a esquerda bancária espera finalmente reconduzir as lutas da categoria. Mais articulados e fortalecidos, o movimento acreditava vencer com ampla vantagem de votos.

Entretanto, os fortes candidatos: o então vereador Ângelo Vanhoni e Tadeu Veneri entram em divergência e racham pouco tempo antes da inscrição das chapas, devido a diferentes linhas de pensamento dentro da CUT-PR. Vanhoni sai candidato a presidente (Chapa 1) e concorre contra Pedro Maomé, que tinha como vice Tadeu Veneri (Chapa 2). Yara D’Amico, antiga conhecida dos bancários da gestão de Luis Carlos Saldanha e por defender uma visão mais conservadora e assistencialista, lança a Chapa 3.



MEMBROS DA COORDENAÇÃO DA CAMPANHA DA CHAPA 2 NO BANCO DO BRASIL.  
Da esquerda para direita: (em pé) - Eriq, Fátima, Geraldo, Sá Meilo, Ivan, Gerardo (Fu), Arco, Ramona e Ricardo.  
(Agachados) - Tadeu, Staub, Paulinho, Hoffman e Rui.

Um pacto é firmado entre as três chapas, que acordava que o ganhador da 1ª votação assumiria o Sindicato, sem convocação de 2º turno. Vanhoni recebe 28% dos votos, contra 32% de Pedro Maomé e 36% de Yara.

Yara D’Amico assume para o triênio 1990-1993 e marca a história do Sindicato como a primeira mulher a chegar à presidência da entidade. Com uma série de ações voltadas às bancárias, sua gestão enfrentaria as duras consequências da abertura econômica do país aos estrangeiros e a automatização bancária alavancada por Collor<sup>1</sup>.

**“Uma das bandeiras do governo Collor era a de caçar os marajás. Ele dizia que com 100 dias de governo iria demitir 100 mil funcionários públicos. Na Caixa foram demitidos 2.700 bancários, sendo 300 em Curitiba. E eram marajás? Que nada! Além do que eram funcionários novos que tinham sido contratados naquele ano e ainda estavam em estágio probatório. Eles ficaram conhecidos como marçianos”**

Pedro Eugênio



<sup>1</sup> No Brasil, em 1990 morria uma criança a cada minuto de acordo com a Unicef. O IBGE apontava nesse momento 29% da população vivendo na miséria absoluta.





Yara D'Amico líder bancários de Curitiba

### A primeira presidenta

Yara D'Amico nasceu em Paranaguá e veio para Curitiba estudar, assim como muitas pessoas fazem até hoje. Aqui cursou Letras-Português na PUC e Direito na Faculdade de Direito de Curitiba, envolvendo-se nesta última no movimento estudantil e tornando-se secretária geral do DCE. Começou a militar no movimento sindical logo após o Sindicato libertar-se da intervenção dos militares durante a ditadura. Foi a primeira mulher a assumir um cargo de direção na entidade, isso em 1975, na gestão de Luiz Carlos Saldanha. Em 1978 ganhou novamente as eleições e assumiu o mandato como 1ª secretária, quando voltou diversas ações às bancárias de Curitiba. Em 1987 foi a primeira mulher a concorrer à presidência do SEEB, cargo que ocupou em 1990.

## A Gestão de uma Mulher

Aos poucos e com muita luta Yara D'Amico galgou cargos de confiança no Banestado desde que entrou para a instituição em 1969. Foi escriturária, caixa, caixa executiva, chefe de serviço e por fim gerente, quebrando um tabu que os bancos possuíam em não conduzir as mulheres para cargos de gerência.

Yara havia participado de um curso oferecido pelo Banco do Estado onde adquirira conhecimento das funções de gerente. Ao término das aulas, ela possuía melhor nota que seus colegas, por sinal em sua totalidade homens. Mesmo assim, teve que assistir todos serem aproveitados pelo banco, menos ela. O motivo era porque acreditavam ser mais difícil o relacionamento entre uma gerente e os clientes. Ela só foi conduzida ao cargo após medida judicial.

Militante no movimento sindical desde a década de 70 e primeira dirigente feminina do Sindicato, Yara tornava-se também a primeira mulher bancária a presidir a entidade, tivesse ou não divergências políticas com a oposição.

Após sua eleição, o debate entre a situação e a oposição tornou-se rotina para a categoria bancária em Curitiba e Região e impulsionou muitas ações de reivindicação paralelas, marcando essa época.

As lutas aconteciam basicamente por melhores salários e aos poucos se ampliaram para a defesa do patrimônio público face às privatizações.

## Os primeiros anos de 90

Mesmo com o pacote econômico lançado por Collor em março de 1990, a inflação não parava de subir.

Na Campanha Salarial desse ano os bancários pediam 288,10% de perdas mais 21% de produtividade. Foi a primeira vez que os funcionários de bancos privados tomaram a frente do movimento, organizando a greve que durou 12 dias e garantiu reajuste linear de 219%.

A alternativa do governo para conter a inflação foi instituir o Plano Collor II, no início de 1991, que foi recebido pelo movimento sindical com indignação. Os salários foram congelados, mas com defasagem de até 175% em relação aos preços praticados pelo comércio em geral. Além disso, juros altos e a abertura da economia incentivaríamos nesse





No dia 5 de abril de 1991, os bancários do Itaú mobilizaram-se para que o banco acabasse com a “sacolinha” e adotasse o tiquete-refeição, conquista da campanha salarial de 1990.

momento a automação dos setores industriais e bancários, levando milhões de trabalhadores ao desemprego.

Em fevereiro de 1991, somente o Banco do Brasil fechava no estado 19 agências e 179 pontos de serviço, gerando mais de 650 demissões. O processo de modernização era chamado “Novo Rosto” e era denunciado pelos bancários da época como sendo na verdade a retirada da única esperança de financiamento para diversas regiões paranaenses (muitas delas agrícolas) e o início do sucateamento do banco, abrindo espaço à futura privatização.

Para combater as diversas perdas e as demissões, o mandato de Yara D’Amico tratou de levar a luta das ruas para a justiça. Foram mais de 200 ações movidas nos dois primeiros anos de mandato. Porém, a morosidade da justiça brasileira aumentou a ansiedade dos bancários em lutar nas ruas pelos seus direitos. Aí assumiu a esquerda bancária, dirigindo o Sindicato de fora, promovendo mobilizações e solidificando a consciência de luta nos bancários.

Dessas ações, fica marcada a participação dos bancários de Curitiba na Greve Geral convocada pela CUT nos dias 22 e 23 de maio, contra o novo pacote do governo e exigindo a todos os trabalhadores reposição das perdas salariais, garantia de emprego, em defesa dos serviços públicos, reforma agrária, fim do aumento abusivo nos preços dos aluguéis e prestações da casa própria e a favor



## Automação

A automação bancária evoluiu como nunca na década de 90. Foi o começo do processamento on-line de dados, das grandes novidades da informática, da expansão dos terminais de autoatendimento, aliado aos setores de marketing e tecnologia de negócio, do surgimento de novos produtos e serviços bancários. Claro que como era de se esperar, a tecnologia mais uma vez substituiu a mão de obra, e durante os anos de ápice da automação (1994-2005) já havia promovido a redução de aproximadamente 40% do contingente bancário em todo o país. O número de trabalhadores passou de 655 mil para 400 mil bancários, segundo dados da FETEC-CUT-SP.



Em 1992 o Unibanco criava o “Unibanco 30 horas”, com Call Center 24 horas e atendimento bancário em seis horas. Este foi um marco da automação, que consagrou em seguida a interligação com o Banco 24 horas e a internet.

## Por que as ações demoram

Todo cidadão que se preocupa com a justiça sabe que o resultado das ações movidas em nome da justiça depende da atuação do Poder Judiciário. No entanto, a morosidade da justiça brasileira é uma realidade que preocupa a todos. A demora na prestação de serviços públicos, a falta de recursos humanos e materiais, a falta de interesse dos servidores públicos em trabalhar, a falta de interesse dos servidores públicos em trabalhar, a falta de interesse dos servidores públicos em trabalhar...

Folha Bancária, maio de 1992.



### Inovação

Cerca de 50 funcionários do Banco do Brasil de Pato Branco (a 400 quilômetros de Curitiba) ao contrário de paralisarem as atividades no dia 11/9, trabalharam das 7 às 22 horas. A abertura da agência para o recebimento de clientes e demais transações fora de seu expediente normal acarretou em uma série de sanções ao BB, inclusive em questões trabalhistas.



<sup>2</sup> Em Curitiba, a greve fechou somente órgãos públicos e algumas escolas, mobilizando apenas 10% da população. Como causa do fracasso foi apontada pelo presidente da Central na época a falta de organização do movimento sindical no estado.

<sup>3</sup> Informações divulgadas pelo DIEESE, contidas no Boletim de Divulgação dos Funcionários do Banco do Brasil: Espelho, de agosto de 1990.

da democracia. Cerca de 19,5 milhões de trabalhadores paralisaram suas atividades em todo o país<sup>2</sup>.

Em meio aos protestos, os bancos cresciam cada vez mais e à custa das altas taxas de inflação não contidas com os planos Collor. Somente no primeiro semestre de 1990 o lucro líquido do Banco do Brasil chegou a CR\$ 15 bilhões, do Bradesco a CR\$ 5,706 bilhões, e ocupando o terceiro lugar ficou o Bamerindus, com ganhos de CR\$ 2,022 bilhões<sup>3</sup>.

Em contrapartida, de 1990 a 1991 os salários da maioria dos bancários registravam perdas de mais de 100%. No primeiro semestre de 1991, em diversos bancos, entre eles públicos e privados, era reivindicada reposição salarial e antecipações em relação à campanha salarial de setembro. Mas, mesmo com as provas irrefutáveis de lucro, os banqueiros diziam não ter condições de pagar os trabalhadores.

A “Campanha Salarial 1991: Salário, Emprego, Saúde e Democracia” pedia reposição de 117,39% para os funcionários de bancos privados, 213,56% para os do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e 81,77% para os do Banestado. As contrapropostas vieram a exemplo do último: 29,71%.

Como as negociações não avançavam, foi deflagrada greve nacional da categoria para o dia 11 de setembro. Em São Paulo houve confronto com a Polícia Militar, bancários foram feridos e lideranças foram presas.

Em Curitiba, o Sindicato dos Bancários organizara greve unificada com os petroleiros e petroquímicos, com a espera de adesão dos 25 mil bancários da capital e região metropolitana. O fechamento das agências começou tímido, com adesão parcial em todos os bancos, mas se fortaleceu ao final do terceiro dia. Nos bancos privados, 70% das agências paralisaram suas atividades, obtendo ganhos de 99% a 132% depois de seis dias em greve. Após esse período, as manifestações ficaram concentradas nas portas das instituições oficiais.

No Banco do Estado do Paraná foram sete dias de greve até a conquista de 66,16%. O percentual somente repunha as perdas de setembro de 1990 a agosto de 1991 e ainda dava 3% de produtividade.

As greves continuaram no Banco Central, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil por mais duas semanas e obtiveram adesão de 90% dos funcionários.

O movimento acaba sendo julgado pelo Tribunal Superior do Traba-



lho, que considerou a greve não abusiva e concedeu aumento de 100% parcelado nos salários. O pagamento ou não dos dias parados ficou a cargo dos bancos. Contudo, bancários em assembleia decidiram manter as agências fechadas por todo o país pela reivindicação de 213%.

Alguns bancários da Caixa Econômica Federal em diversas cidades tentaram segurar o movimento. Entre os focos de resistência estava a cidade de Londrina (PR), que conseguiu segurar a paralisação por somente mais um dia, depois de ter 30 funcionários demitidos. Ao todo foram 110 demitidos no primeiro dia de trabalho após a greve, sendo mais 50 em São Paulo e 30 em Belo Horizonte (MG). Graças à união da categoria, esses trabalhadores puderam receber seu salário líquido durante um ano até serem readmitidos por meio de um acordo ao final da Campanha Salarial de 1992. O pagamento só foi possível através da doação mensal de tíquetes-refeição por vários funcionários distribuídos pelas APCEFs (Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal).

Ainda no ano de 1991 aconteceram duas lutas até hoje lembradas pelos bancários: pela não liquidação do BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná) e pelo não fechamento do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) no Paraná.

Infelizmente, a luta pelo BADEP não foi vitoriosa. Depois de 29 anos de trabalho, 326 funcionários viram acabar a instituição que financiou nada menos que 12.800 empresas do Paraná. Com uma dívida de 153 milhões de dólares, o banco foi liquidado em fevereiro de 1991. O então governador Álvaro Dias afirmava que os altos custos do BADEP com folha de pagamento estavam onerando o governo e que os financiamentos para o estado seriam assegurados a partir daquele momento somente pelo Banestado.

Mas, os bancários do BRDE de Curitiba, unidos a de outros estados e a deputados, conseguiram reverter o quadro de demissões a que estavam destinados. Atualmente, o banco é um dos mais importantes do Sul do Brasil, viabilizando investimentos para a região da ordem de R\$ 2 bilhões, segundo informações da instituição de 2010.

O ano de 1991 fechava-se conturbado com diversos rumores de irregularidades cometidas por Paulo César Farias, homem de confiança e tesoureiro da campanha eleitoral do Presidente da República. Denúncias do irmão do presidente, Pedro Collor, feitas à revista *Veja*<sup>4</sup>, aumentaram o escândalo. Foi dado início ao processo de impeachment de Fernando Collor de Mello.

**“Sexta-feira fizemos assembleias no país inteiro e resolvemos manter a greve. No domingo à noite, no Fantástico, entrevistaram o recém-empossado presidente da Caixa, Lafaiete Coutinho. Ele apareceu dizendo que ia demitir todo mundo. Com medo, segunda pela manhã o pessoal começou a abrir as agências”**

Pedro Eugênio Leite, funcionário da Caixa na ocasião e presidente do Sindicato na gestão 1996-1999.

<sup>4</sup> Em 1991 nasce a Força Sindical, com apoio político e financeiro do governo. Ela fecha acordos prejudiciais aos trabalhadores e apoia as iniciativas do governo.



## 1992: o início da grande mudança

Em 1992 é fundada a Fetec, que após 20 anos de atuação comemoraria 80% de representação dos 48 mil trabalhadores no ramo financeiro no Paraná, a maioria formada por trabalhadores bancários, e 10 sindicatos filiados.



Presidente Elias Hennemann Jordão, do Bradesco.

Para a maioria dos bancários o que faltava para atingir as metas almejadas na luta era organização. Então o ano de 1992 começa diferente: debates e reuniões acontecem por todo o país a fim de achar uma solução para o problema.

Essa busca separa definitivamente a esquerda e a direita bancária, a nível estadual e nacional. A ditadura militar ainda deixara vestígios na maioria das entidades sindicais, com a presença de dirigentes ligados a um pensamento mais conservador e assistencialista. Desde o período de abertura política no Brasil as gestões que dirigiam o SEEB Curitiba e Região o faziam com a presença atuante da esquerda dentro do esquema de mobilização da categoria. Chega a hora de mudar essa realidade.

Em janeiro do mesmo ano os sindicatos das bases regionais de Apucarana, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Londrina, Toledo e Umuarama reúnem-se e criam a Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Estado do Paraná (FETEC-PR), inicialmente com o nome de Federação dos Bancários da CUT-Paraná, empossando seu primeiro presidente Natal Pires Cardoso. Nos dois anos seguintes à sua fundação, a FETEC-CUT-PR iria atuar com destaque nas lutas da categoria bancária, conquistando o Sindicato de Curitiba e Região, além dos Sindicatos de Bancários de Paranavaí e Região, e de participar da fundação do Sindicato dos Bancários de Arapoti e Região. Nesse mesmo período, houve a fusão política dos Sindicatos dos Bancários de Umuarama e Assis Chateaubriand e respectivas regiões.

No Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, a oposição acentua ainda mais as suas divergências políticas com a gestão de Yara D'Amico e cria o MOB: Movimento de Oposição Bancária, lançando em fevereiro o "Informativo do Movimento de Oposição Bancária MOB", redigido, diagramado e financiado pelos integrantes do movimento. No boletim, havia a denúncia de que a diretoria da SEEB estava tentando prorrogar seu mandato através da convocação de uma assembleia fantasma, que pretendia alterar os artigos 60 e 74 da entidade, os quais definiam justamente o período trienal das eleições. Dias depois, o boletim oficial do Sindicato rebate as acusações e diz que tudo não passou de boato, além de afirmar que a solicitação enviada à Imprensa Oficial da União para publicação do edital para a convocação era falsa com montagem da assinatura da presidente.





1ª edição do Jornal do MOB.

Os confrontos em Curitiba não duraram muito tempo, em ocasião da força adquirida pelo movimento de esquerda bancária. Exatos 85% dos 650 mil bancários existentes em todo o país estavam filiados à CUT e outros articulavam a sua desvinculação com a Contec.

O MOB adquiriria ainda mais força com a transformação do Departamento Nacional de Bancários em Confederação durante o III Congresso DNB/CUT, realizado em 28 e 29 de março de 1992. O evento contou com a presença de 415 delegados, representando 57 sindicatos e cinco federações, e elegeu seu primeiro presidente: Ricardo Berzoini, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Logo após sua concepção, a CNB/CUT aprovou um plano de amplas mobilizações na sociedade, intervenções organizadas da categoria em questões como sistema financeiro, campanha nacional de sindicalização, divulgação do Contrato Coletivo Nacional de Trabalho, combate à interposição fraudulenta de mão de obra e demissões, ampliação do atendimento bancário para das 9h às 17h, reposição das perdas e reajuste mensal, segurança bancária e campanha junto à população e aos clientes contra as filas longas no atendimento (BICUDO, 2002, p. 15).

A partir desse momento, o cenário curitibano para os bancários toma novo fôlego. O movimento cutista organiza as principais manifestações na capital, consagrando na Campanha Salarial de 1992 a primeira Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos bancários válida para todo o país, categoria pioneira na unificação dos acordos coletivos.





Assembleia sobre a Campanha Salarial de 1992

As negociações daquele ano haviam iniciado de maneira diferente, acontecendo junto ao debate político a cerca do mandato de Fernando Collor, acusado de enriquecimento ilícito, e as manifestações de rua pró-impeachment.

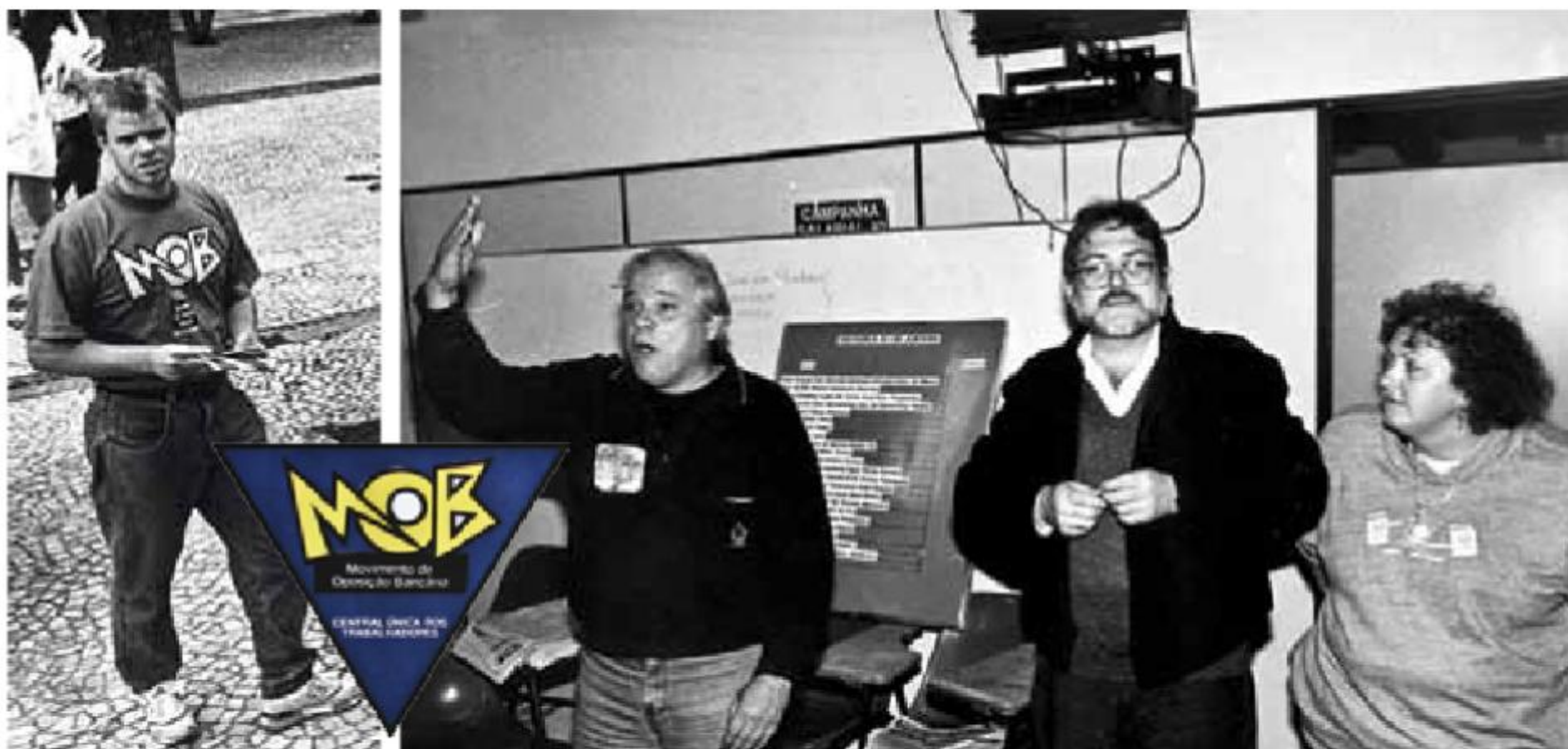
As mobilizações dos bancários eram mescladas por reclamações políticas e reivindicações salariais, em detrimento da decisão dos bancos em não prosseguir com as negociações enquanto não chegasse ao fim o processo de impeachment do presidente.

Foram criadas comissões de empregados por bancos, para a negociação com políticas de recursos humanos diferenciadas por região, cidade e necessidade. As conquistas compreenderam aumento real, ampliação do auxílio-creche para 83 meses, unificação do auxílio-alimentação, a instituição de um plano de medidas para segurança bancária e de uma comissão paritária de política global sobre AIDS.

A Convenção Coletiva de Trabalho de 1992 foi assinada por 120 sindicatos, sete federações e uma confederação, representando 85% da categoria. Ao final dessa campanha, chega também ao fim o mandato de Collor. O presidente renuncia ao cargo em 29 de setembro de 1992, momentos antes da destituição pelo Senado, e tem seus direitos suspensos por oito anos. Assume o vice, Itamar Franco<sup>5</sup>. Começa um novo momento para todos os brasileiros.

<sup>5</sup> Depois de nove meses frente à presidência, Itamar Franco nomeia três diretores na Caixa Econômica Federal ligados ao esquema Collor/PC: José Lindoso, Eugênio Alano de Freitas, Edgard D'Ávila. As nomeações causam muitos protestos da categoria e resultam em péssimas negociações.





## Oposição assume o Sindicato

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Curitiba e Região, que abrangia na ocasião 18 mil bancários, convoca eleições para os dias 1, 2 e 3 de junho de 1993. Três chapas concorreriam no pleito: Chapa 1, tendo como presidente o banestadense Roberto Antônio Von Der Osten; Chapa 2, com a tentativa de reeleição de Yara D'Amico e a Chapa 3, com Paulo José Zanetti.

Apoiados pela CNB e FETEC-PR e concorrendo à direção do Sindicato pela terceira vez, o movimento de oposição bancária finalmente assume o Sindicato, depois de uma polêmica eleição.

Um dos grandes momentos desse episódio se deu pela filiação de quase mil funcionários do Banestado Informática (BISA) ao Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, motivada pela incorporação do BISA ao Banco do Estado do Paraná. A diferença de votos que se deu entre as Chapas 1 e 2 no segundo turno foi justamente nessa única urna e garantiu a vitória de Von Der Osten, que iniciou sua gestão com planos de filiação à CUT e de instituir uma nova conduta de luta. Foram 4.876 votos, totalizando 48,74%.

Contudo, a nova diretoria encontra o Sindicato em péssimo estado administrativo. Segundo seus dirigentes, dívidas da antiga gestão de Yara D'Amico chegavam a todo instante. A situação se agravou quando







Roberto Von  
Der Osten

os advogados Nestor Malvezzi e Isaías Zela Filho, demitidos de forma inexplicável por Yara, entraram com ações trabalhistas na justiça. E ainda: ambos tinham estabilidade de emprego garantida por não serem optantes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e por terem sido contratados antes do Fundo existir e, ainda, por cláusula prevista no Acordo Coletivo de Trabalho de 1989, assinado entre o Sindicato e seus funcionários. Os gastos em sete anos de negociações e debates ficaram em R\$ 200 mil, além de R\$ 1,2 milhão acertado durante audiência realizada em 26 de outubro de 2000<sup>6</sup>.

Com os recursos financeiros escassos e sem nenhuma documentação dos últimos três anos, nem ao menos Atas das Reuniões, é dado início a uma reforma administrativa no Sindicato, com o assessoramento da SEEB/SP.

A nova gestão inicia projetos voltados à sociedade e à busca da cidadania, denominando a entidade como “Sindicato Cidadão”. Vários manifestos ainda no final desse ano revelam seu apoio a questões como o Passe Escolar, a Reforma Agrária e em favor das ocupações do Movimento Sem Terra.

Logo após tomar posse, em 12 de julho de 1993, a nova diretoria somou seus esforços à iniciativa de vários

Nova gestão  
investe em  
lazer dos  
bancários.



<sup>6</sup> Os advogados pleitearam a reintegração ao emprego, pagamento de todos os salários e direitos trabalhistas durante o tempo em que ficaram afastados do trabalho, direito aos lucros cessantes e indenização por perdas e danos morais.



outros estados que já tinham seus comitês da Campanha Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, idealizada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e também coordenada pelo bispo Dom Mauro Morelli. O objetivo principal da campanha era a execução de planos de distribuição de alimentos aos mais necessitados, ação que reúne nos dias de hoje mais de dois mil comitês em todo o Brasil.

E o Sindicato ultrapassou a visão assistencialista dessa campanha, e buscou conscientizar os bancários através de sua imprensa de que somente a doação de alimentos não daria fim à miséria e à fome, além de cobrar a realização de discussões que apontassem formas de mudanças estruturais na sociedade brasileira.

O SEEB Curitiba também incorporou práticas idealizadas pela Confederação Nacional dos Bancários (CNB/CUT) em questões de saúde, seguindo e divulgando informações da cartilha recém-lançada “A Saúde do Trabalho Bancário”. Esta ação originaria mais tarde, em 1995, a criação da Comissão Paritária de Saúde do Trabalho, e em 1997, da Comissão Nacional de Gênero, Raça e Orientação Sexual.

É também nesse ano que a SEEB/CTBA inicia campanha por Reajuste Mensal, motivada pela aceleração da inflação no período e pela nova política dos salários do governo Itamar Franco, que instaurou a Medida Provisória 340. A MP garantia novo reajuste para os salários, mas ainda permitia que estes caminhassem atrás da inflação de acordo com análise do DIEESE da época.

O projeto de Reajuste Mensal havia sido apresentado pelo deputado Paulo Paim em dezembro de 1992 e previa a redistribuição de renda, através de reajuste de 100% da inflação do mês anterior nos salários de todos os brasileiros.

Bancários em todo o país apoiaram Paim já no início de 1993. Foram promovidas campanhas de mensagens por fax, telefone e telegramas para que os parlamentares aprovassem o projeto com esse conteúdo. A CNB/CUT também coordenou abaixo-assinado, que circulou em todo o país, com a reivindicação. As mais de 140 mil assinaturas foram entregues ao presidente do Congresso à época, Adilson Mota (PDS).

Embora a grande mobilização, o projeto de lei foi vetado dia 31/7/1993 pelo presidente Itamar Franco com o argumento de que a sua implantação poderia desencadear ondas de demissões motivadas pela inviabilização de um grande número de pequenas empresas, grandemente dependentes do fator “trabalho”.

O SEEB lutou contra a implantação da IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira). A emenda foi derrubada pelo STF, sob a alegação de inconstitucionalidade. Mais tarde foi substituída pela CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) que vigorou até o ano de 2007.

### Sai liminar contra IPMF à Prefeitura de Curitiba

A Prefeitura de Curitiba obteve liminar favorável contra o pagamento do IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira). O juiz federal da 2ª Vara, Dirceu de Almeida Soares, aceitou a argumentação de que o imposto viola o princípio da isonomia tributária entre a União, estados e municípios.

Para o juiz, a emenda constitucional nº 395, que estabeleceu a cobrança do IPMF para estados e municípios, passou por cima do princípio isonomia tributária. Almeida Soares disse que a emenda nº 395 fere o fundamento básico da

organização do Estado brasileiro — o princípio da Federação — que determina que não haverá poder unitário, mas sim descentralizado, com governos federal, estadual e municipal autônomos.

No seu parecer, o juiz Dirceu de Almeida Soares disse, ainda, que a cobrança do IPMF não pode ser objeto de emenda constitucional porque atenta contra a forma federativa do Estado Brasileiro. E também porque Carta de 1988 será qualquer mudança que tenha a abolir a forma federativa do Estado brasileiro.

### Revogado artigo do IPMF que beneficiava bancos

Brasília — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, revogou ontem o artigo secreto e parágrafo único da portaria 287, que concedia tratamento diferenciado aos bancos no recolhimento do IPMF. A partir de hoje, os bancos terão que converter em UIR diariamente o IPMF. A decisão do governo foi anunciada ao líder do PDT na Câmara, deputado Luiz Salomão (RJ), pelo presidente Itamar Franco.

Salomão foi recebido à tarde pelo presidente do Palácio do Planalto e pediu a revogação do artigo.

“O ministro Fernando Henrique reconheceu que os bancos estão privilegiados”, disse Salomão.

O ministro Fernando Henrique chegou ao momento avaliado pela imprensa a saída do Palácio. No entanto, antes de chegar, anunciou por



Fernando Henrique: bancos eram privilegiados.

rádio: uma copia da portaria que assinou e que deve ser publicada no Diário Oficial do Brasil. O artigo secreto determinava que o IPMF, pago pelos bancos e outras instituições financeiras, fosse convertido em UIR somente no último dia útil do mês. Com isso, eles convertiam os créditos em UIR pela UIR mais alta, pagando menos do que deveriam.





Mesmo desamparados legalmente, os funcionários do Bamerindus são os únicos do país a conquistar o reajuste mensal linear durante a campanha salarial. O banco fecha acordo com o Sindicato de Curitiba e Região em outubro para reajuste até dezembro, representando uma grande vitória para a categoria.

É nesse período que a irreverência toma conta do Sindicato. Sem dinheiro para o patrocínio das campanhas salariais, o que ajudou os sindicalistas a mobilizarem os bancários em Curitiba e Região foi a criatividade. Até o caminhão de som havia sido vendido para arcar com as dívidas e gastos processuais das ações trabalhistas dos dois antigos advogados da entidade. Então, na Campanha Salarial de 1993 a estratégia foi construir uma pipoqueira de som e percorrer a Rua XV de Novembro e a Marechal Deodoro, reunindo bancários para as assembleias. Entre os assuntos discutidos estava o demonstrativo de crescimento dos maiores bancos do país: 50% acima da inflação, enquanto o salário dos bancários necessitava de reajuste de 62 a 124% para zerar as perdas com a inflação. Somente o transporte coletivo de Curitiba havia aumentado em 100% o preço das passagens em apenas um mês.

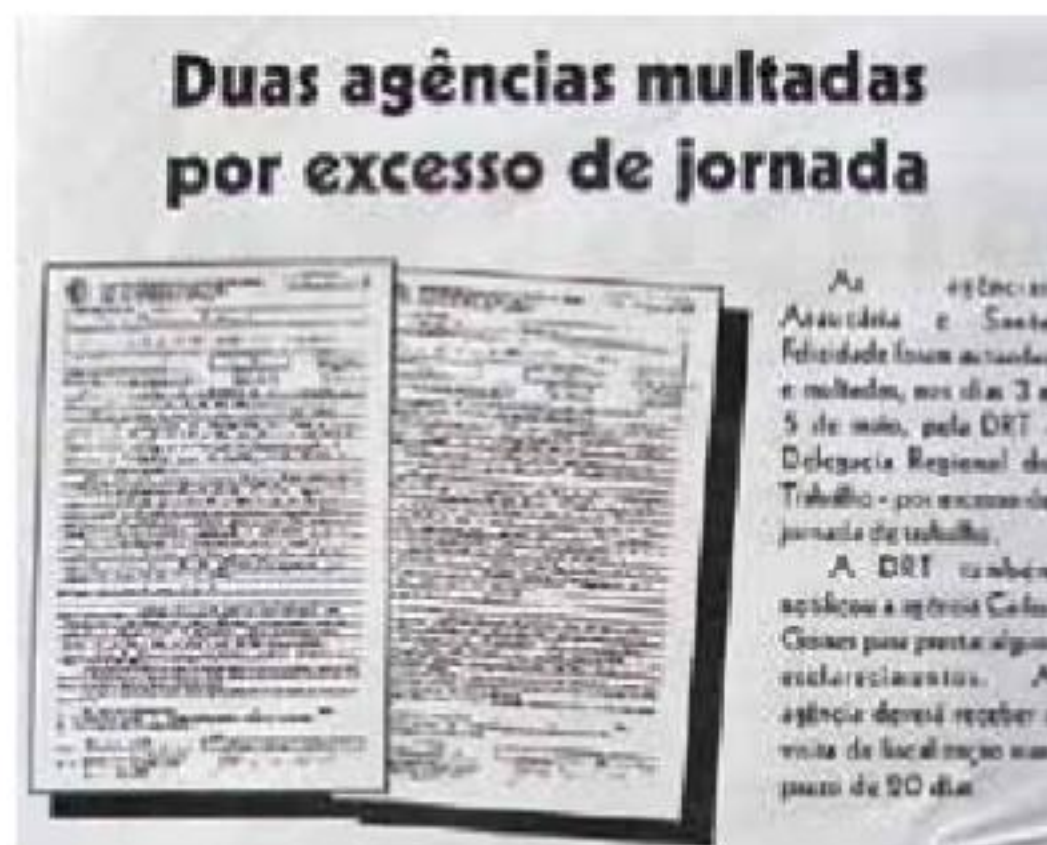
O Sindicato também reclamava das demissões de centenas de bancários, motivadas pela automação, e denunciava a exploração da mão de obra. Trabalho além do horário, pressão e estabelecimento de metas impossíveis de serem cumpridas feriam a legislação trabalhista. De 1992



a 1993, o Bamerindus demitiu 2.908 empregados e mesmo assim teve um aumento de quase 50% em seu lucro líquido contabilizado por agência, chegando a CR\$ 398,9 milhões. Por empregado, esta conta somava CR\$ 16,8 milhões.

O trabalho redobrado dos 32.489 funcionários daquele banco só começaria a mudar depois do posicionamento de luta do Sindicato, que inicia uma série de solicitações para fiscalização nos locais de trabalho de Curitiba e Região. Já fazia quase três anos que nenhuma verificação era solicitada à Delegacia Regional do Trabalho (DRT). A primeira empresa a ser convocada para uma mesa redonda foi o Banco Nacional S/A, agência Centro Cívico. Lá pelo menos 10 empregados não registravam o horário de trabalho há três meses. Não havia cartão ponto e não eram pagas horas extras.

A Campanha dos bancários termina com reajustes de 10 a 15% para a rede privada após greve estadual.



### Von Der Osten: Riso como arma contra os banqueiros

Roberto Von Der Osten é conhecido como Betão pelos amigos de militância e reconhecido na história do Sindicato como o seu primeiro presidente cutista. Foi na sua gestão (1993-1996) que se iniciaram as transformações profundas na visão de luta dos bancários de Curitiba e Região. União, irreverência e consciência social tornar-se-iam palavras-chaves deste período em diante.

Nascido em Bandeirantes, interior do Paraná, Beto veio para Curitiba ainda menino, onde se formou no Ensino Médio do CEFET-PR em 1970. Três anos depois entrou para o Banco do Estado do Paraná, trabalho que seguiria em paralelo aos estudos universitários. Na FAE formou-se em Economia em 1974, na UFPR em Desenho Industrial no ano de 1976 e pela PUC-PR finalizou Arquitetura e Urbanismo em 1977.

Em 1992, Von Der Osten criou o MOB (Movimento de Oposição Bancária), pelo qual liderou no mesmo ano as reivindicações dos funcionários do Banestado pelo cumprimento da lei de seis horas de trabalho.

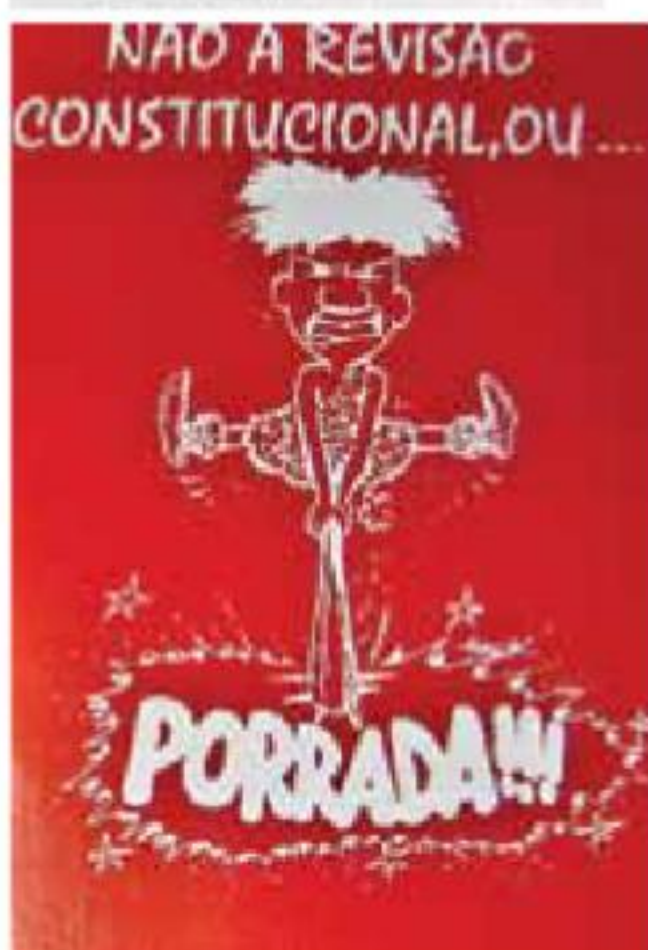
Durante os anos em que ele esteve à frente do Sindicato, os bancários puderam comemorar aumentos significativos nas campanhas salariais e outras conquistas como a inclusão de questões de orientação sexual na Convenção Coletiva de Trabalho e o pagamento pela primeira vez da Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

Em 1996, Beto assumiu a presidência da FETEC e no ano seguinte foi eleito em Congresso presidente da CUT-PR, onde permaneceu por mais duas gestões. Concorreu a deputado estadual em 2002 e a vereador em 2004.

Roberto Von Der Osten voltou à FETEC em 2006, assumindo a presidência interinamente. Em 2008 foi reeleito e em 2009 tornou-se secretário de finanças da Confederação Nacional dos Bancários, cargo em que permanece em 2012.







## Plano Real

Ao final de 1993, o Brasil se preparava para mais um programa de estabilização econômica, que desta vez se revelaria o mais eficaz e duradouro que todos os outros já tentados na história contemporânea do Brasil. O governo propôs e o congresso aprovou o Fundo Social de Emergência, que serviria de base para o Plano Real no ano seguinte. Houve o remanejamento de gastos do setor público e cortes em outros como da saúde e educação.

O Plano Real foi lançado provisoriamente em fevereiro de 1994 com a implantação da Unidade Real de Valor (URV). Com a medida do governo, os salários foram convertidos pela média dos quatro meses anteriores, enquanto os preços eram deixados livres. O novo pacote ganhou apoio dos banqueiros, que em troca ganharam a redução da carga tributária sobre o setor. Por sua vez, os trabalhadores protestavam com base na CLT, que garantia a irredutibilidade dos salários, mas os resultados foram somente perdas: até 25%<sup>7</sup> na ocasião.

Em Curitiba foi realizada dia 10 de março de 1994 uma caminhada bem humorada; que reuniu palhaços, engolidor de fogo, fanfarras e malabaristas de circo; com o objetivo de alertar a população da palhaçada que o governo estava fazendo com os trabalhadores. Mais de 30 mil informativos foram distribuídos. A CUT convocou greve nacional para 23 de março.

No mês de julho o governo introduz oficialmente no país uma nova moeda, o Real, apoiado fundamentalmente na taxa cambial. A conversão do Cruzeiro Real para Real foi feita no valor exato do dólar, fazendo a inflação recuar e os preços estabilizarem.

A medida trouxe maior poder de compra aos brasileiros, mas todos ainda estavam incertos de que o novo plano econômico daria certo e não retrocederia como os outros tantos implantados desde a década de 80. Assim, o assunto vira principal ponto de discussão nos sindicatos e entre os candidatos que disputariam as eleições para a Pre-

<sup>7</sup> Informações retiradas da Folha Bancária, de dezembro de 1994.





O Sindicato denominou o novo plano de "FHCirco".

sidência da República em outubro. Entre eles estavam Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso (FHC), ex-ministro da Fazenda de Itamar e visto por muitos como o principal responsável pelo êxito do novo plano econômico.

Para a oposição o novo plano não passava de uma estratégia eleitoral do governo. Lula defendia que a disparada dos juros fazia a dívida pública crescer, além do aumento nos impostos e da desaceleração da economia diminuir a competitividade do Brasil e aumentar sua dependência externa.

Mas, como a curto prazo o quadro econômico demonstrava avanços, Fernando Henrique Cardoso torna-se o candidato favorito nas eleições. Ele acaba vitorioso e leva o Plano Real como o ícone nas duas gestões que teria como presidente do país.

Logo depois de eleito, FHC deu início ao processo de reformas constitucionais, eliminando restrições à participação de capital estrangeiro em diversas atividades no Brasil e flexibilizando o monopólio estatal nas áreas do petróleo e das telecomunicações.

Começa aí a ditadura do poder econômico e a luta dos bancários a fim de garantir seus direitos constitucionais, condições dignas de trabalho, pela não exploração de mão de obra e para evitar o desemprego em meio a um país mais neoliberal do que nunca.







## A Realidade de FHC e as lutas dos bancários em 1994 e 1995

Na prática o Plano Real torna-se o vilão dos bancários. Em setembro, data base dos bancários, as perdas com a nova moeda chegariam a 119%. A Campanha Salarial dos bancários em 1994 teve como slogan: “Real: Só acredito tendo”, contra a posição do governo baseado no IPC-r que previa reposição de 11,87%. Através de muita luta, os bancários conquistaram 16%.

Para os bancos, essa nova realidade econômica também significou mudanças drásticas de conduta. Esses agora não contariam com seus ganhos obtidos através da inflação e seriam obrigados a mudar sua visão mercadológica, buscando novos mercados, taxando seus serviços e enxugando custos com a demissão de bancários.



“Houve a mudança psicológica em relação ao cliente. Com a inflação mais alta ou mais baixa, mas existente, cíclica, sempre o interesse dos bancos era ganhar com o floating. O resto era o resto. [...] Insistia com muitos bancos para que entregassem o floating para o cliente com clareza, em troca de cobrar tarifas pelos serviços prestados”, Mauricio Schulman, presidente da Febraban de 1995 a 1998.

A partir desse momento, os bancos começam a apostar na terceirização de mão de obra, a fim de reduzir gastos, dando início a uma triste realidade de exploração. Os trabalhadores terceirizados pelos ban-



cos, além de executarem atividades tipicamente bancárias, não teriam seus direitos assegurados como bancários, como piso salarial e jornada de trabalho de seis horas diárias. Com jornadas de 16 ou 17 horas por dia – muitos sem carteira assinada – esses trabalhadores integrariam o novo quadro funcional das instituições bancárias em todo o país.

Demissões e cortes de benefícios tornam-se frequentes no dia a dia dos bancários. Até o 13º salário os banqueiros estavam adulterando. O Sindicato iniciou na ocasião uma campanha engraçada, mas de bastante impacto social: “Banqueiro tira a mão do meu Peru”. Folders, camisetas e cartazes foram confeccionados e uma comitiva foi organizada a fim de percorrer as agências com um peru preso a uma coleira. Roberto Von Der Osten, presidente na época, lembra que a bagunça e a repercussão da campanha foram grandes.

Outras manifestações marcaram a vida do Plano Real e de suas consequências ao bolso dos trabalhadores. As greves Kinder Ovo são lembradas até hoje pelos sindicalistas. A tática consistia em fechar agências de surpresa, uma de cada vez, por período indeterminado. Em 1994, essas mobilizações em todo o país foram suficientes para preparar “o terreno” para as conquistas da Campanha Salarial, que incluíram o vale-alimentação para realização de compras em supermercados, complementando o vale-refeição, que já era um direito desde 1990.

Grandes assuntos tornam-se pauta de debates e negociações a partir desse período, como as questões de sexo e gênero, por exemplo. A participação da mulher bancária nos bancos é alvo de pesquisa do DIEESE e aponta um percentual de 42% a nível nacional, com aumento significativo em cargos de gerência, passando de 10% em 1986 para 24% em 1994, com a manutenção dos salários abaixo dos praticados com os homens.

As Lesões por Esforço Repetitivo (LER) também são alvo da mesma pesquisa que embasa forte campanha de conscientização e fiscalização do SEEB/CTBA. Sendo a principal doença que acomete o bancário, a LER atingia 78% das mulheres e 22% dos homens, devido às suas funções de digitadoras, caixas operadoras de terminal, telemarketing, áreas de processamento e compensação.

O Sindicato envolve-se e patrocina diversos movimentos de luta por igualdade racial. Além de ir às ruas em grandes manifestações, seu trabalho consistia em amparar judicialmente casos como do bancário Ivo Ferreira, que trabalhava na agência Curitiba no Banco Credireal de



**CAIA NA REAL**  
Preços disparados Salários congelados

Para constatar que o bancário está pagando menos não é preciso fazer muitos cálculos. Basta ir ao supermercado. O último compra muito menos do que comprava em setembro. A deflagração se deu, principalmente, de perdas com o Plano Real, com o aumento pela inflação, depois com a deflação em UFR e Real.

Vale o quadro feito pelo Dieese, demonstrando a queda comprada em setembro de setembro no Banco Real em setembro/93 e quanto compra agora.

| COMPRAVA EM SET./93                         | HOJE COMPRE | DIFERENÇA |
|---|-------------|-----------|
| 880 passagens de ônibus                     | 598         | 282       |
| 4.680 passos                                | 2657        | 2023      |
| 585 litros de leite                         | 460         | 125       |
| 85 quilos de café (preço médio de junho)    | 49          | 36        |
| 538 quilos de feijão (preço médio de junho) | 324         | 214       |
| 578 quilos de arroz (preço médio de junho)  | 414         | 156       |



## Liminar autoriza bancos a se expor aos assaltos

Os bancos que ainda não instalaram a porta de segurança e a câmara de vídeo nem puseram o policial nos postos 24h estão ganhando alguns dias, depois que foi concedida, na semana passada, liminar cassando a intimação dada aos gerentes de bancos pela Secretaria da Segurança Pública. A intimação previa multas e até fechamento da agência, caso a lei que obriga a implantação dos itens de segurança das agências bancárias não fosse cumprida.

Com a liminar, a secretaria não tem como fiscalizar as agências ou multar, até que o juiz se pronuncie. De acordo com a assessoria de imprensa da secretaria, o juiz pediu diversos documentos para analisar o caso, que ainda não tem data para ser revisto. Até lá a secretaria não tem como obrigar as agências a cumprir a lei.

Ontem aconteceu mais uma manifestação do Sindicato dos Bancários por causa desta vez foi fechada a Caixa Postal

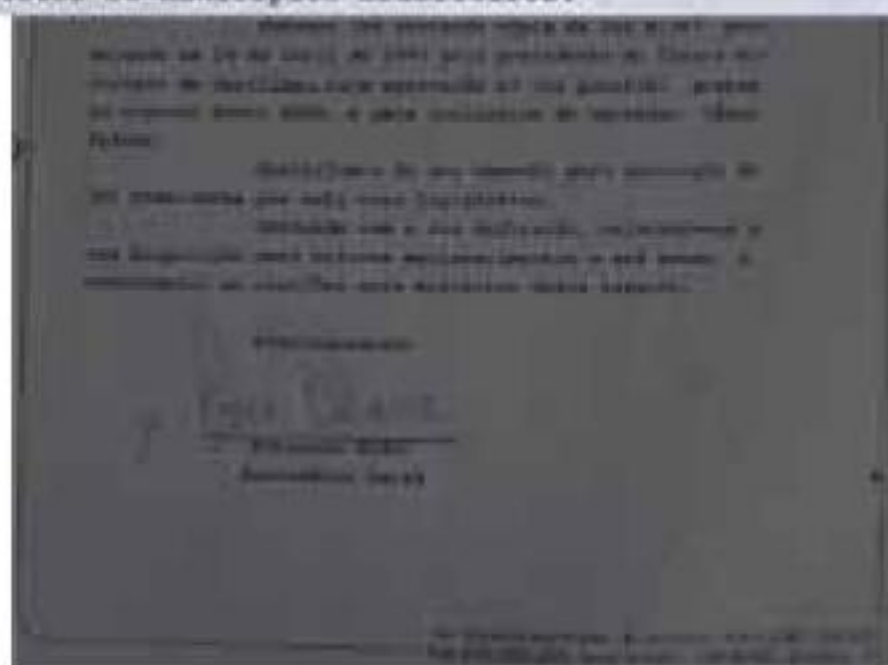
Shopping Mueller. Segundo o diretor do sindicato, Antônio Luiz Firmino, a gerência do banco prometeu instalar os equipamentos até o dia 30 deste mês.

Há quatro meses toda vez que acontece um assalto em Curitiba no dia seguinte a agência é fechada pelo sindicato. "Para nós agência assaltada é agência fechada", diz o diretor do sindicato, lembrando que os equipamentos de segurança não evitam o assalto, mas dificultam sua realização. Ele lembra que a primeira agência a ser fechada, do Banestado da Mateus Leme, foi assaltada três vezes num período de dois meses, enquanto a agência vizinha, da CEF, que possui os equipamentos, nunca foi assaltada.

Num levantamento realizado pelo sindicato, até julho deste ano, das 325 agências de Curitiba, apenas 99 possuíam, representando 30,46% das agências da



Neste sentido está existindo um espelho muito grande das diretorias dos Sindicatos Curitibas no que tange a existência de lei específica obrigando a instalação de Mecanismos de Segurança nas agências e postos de serviço dos bancos em todos os municípios brasileiros.



Bancários adotam o lema "Agência Assaltada é Agência Fechada".

nacional foram abono de 72% do salário mais pagamento de R\$ 200,00 a título de PLR, e 30% de reajuste nos salários, o que representou percentual 3,34% superior ao índice oficial do INPC/IBGE.

Minas Gerais e que foi demitido pelo fato de ser negro. O superintendente da região Sul na época afirmava "Não podemos admitir descendentes de japoneses, pretos, filhos de políticos e de oficiais da justiça na instituição. Os pretos devem ser tratados de maneira fria e escrava, pois quando são chefes querem nos pisar". Ivo ainda foi alvo de várias provocações do gerente geral da agência que dizia que ele "não tinha cor para ser gerente". Após esses fatos, Ivo procurou a chefia para explicações e o resultado foi rebaixamento de cargo seguido de demissão.

A segurança nos estabelecimentos bancários também é pauta presente nos diversos encontros sindicais. Pressionados pela população que exigia justiça na morte trágica da estudante Milena Bonfim no dia 3/4/1994, os vereadores de Curitiba aprovam o projeto de lei 8.397 que torna obrigatória a instalação de porta de segurança nas agências bancárias em todos os seus acessos destinados ao público, com especificações e providências a serem tomadas. Milena foi assinada por assaltantes à procura de veículo para fuga enquanto aguardava o semáforo abrir próximo a uma agência no Bamerindus.

Entretanto, muitos bancos ganham liminares na justiça desobrigando-os a instalar as portas eletrônicas, o que resultava em menos da metade das agências de Curitiba sem segurança, mesmo após dois anos da aprovação da lei. A luta do Sindicato também se concentraria aí.

A Participação nos Lucros e Resultados seria uma das principais conquistas dos bancários no ano de 1994. Apesar de ter sido criada na constituição de 1946; ainda no governo de Getúlio Vargas, e mantida pelos militares; na prática a lei dependia de regulamentação, em forma de lei complementar a ser aprovada pelo Congresso Nacional. Em dezembro, Itamar Franco regula a PLR através de Medida Provisória, que acaba por vir pela primeira vez aos bancários na Campanha Salarial de 1995.

Com o título "Meu Trabalho Vale Mais", a campanha garantiu a PLR somente para os bancos privados. As conquistas econômicas acertadas em acordo entre a Fenaban e a Confederação Na-



Os funcionários dos bancos públicos foram os que mais perderam nesse e nos anos que se seguiram devido ao direcionamento dado pelo governo federal à política de salários das instituições oficiais. Houve o congelamento dos salários e a Participação nos Lucros<sup>8</sup> seria obtida depois de muita luta e através dos chamados Abonos Salariais. Os bancários da CEF fizeram greve por 12 dias em todo o país em 1995, mas só conquistaram abono de R\$ 550,00, mais adicionais.

Nesse mesmo ano começa a funcionar no Sindicato o “S.O.S. Bancário”, com o intuito de apurar as denúncias da categoria sobre irregularidades que acontecem nos bancos. As horas extras são o tema central da Campanha Emergencial de fevereiro que lançou este desafio à equipe da entidade e que denunciava o cenário: 65% dos bancários faziam hora extra e não mais de 60% recebiam.

A PLR foi discutida pela primeira vez durante a greve de 1946. Os empregadores defendiam sua prática em contrapartida da desistência da categoria quanto ao Salário Profissional reivindicado.



*Financiários no Sindicato*

**Financiários no Sindicato**

por fim a questão do abandono dos financiários e trabalhadores em cooperativas de crédito. Vai sair neste ano, em Curitiba, o primeiro acordo coletivo para estes trabalhadores.

O Sindicato já conversou com os representantes dos patronais. Nos próximos dias, deve sair a convocação da primeira assembleia desse segmento para analisar e avaliar a pauta de reivindicação. Através desse acordo os financiários conquistarão novos avanços, como a regulamentação da jornada de trabalho de 6 horas e outros pontos do acordo coletivo dos bancários.

Sindicato assina primeiro acordo coletivo para os financiários em 1995.

## 1996: Sindicato mantém categoria unida

Final de 1995, início de 1996: com o prazo de seis meses para o final de seu mandato, a gestão de Roberto Von Der Osten promoveu um seminário sobre Planejamento Estratégico a fim de tentar manter os princípios de luta seguidos até o momento.

Entre as lutas do SEEB, estava a reintegração dos bancários demitidos pelo Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ). No período de dois anos que se seguiram, o BB demitiu perto de 50 mil empregados, acumulando prejuízos de R\$ 12 bilhões. No BNB houve quatro mil demissões.

O Sindicato também apoiou fortemente o Movimento Sem Terra e suas deliberações estaduais a cerca do até hoje lembrado Massacre de Carajás. Além de ser conhecido pe-

<sup>8</sup> Mais informações sobre a Política Salarial dos bancos Federais e Estaduais no subtítulo: A quebradeira dos bancos.





Depois

Antes

Depois de encontrar a chácara em péssimo estado de conservação, a gestão MOB tratou de investir no lazer dos bancários. Melhorou as instalações do local, com restauração da quadra de futebol, ampliação do salão de festas, calçamento, pintura, construção da ilha do lago e um restaurante no local. Também promoveu festas, colônia de férias e copa de futebol entre os bancários.

### Contribuição espontânea

Em 1996 o Sindicato entrou na justiça com o pedido de não desconto do Imposto Sindical aos associados, vitória que veio integralmente nos anos de 1997, 1999 e a partir de 2001. Em 1998 o pedido foi negado e os bancários sindicalizados tiveram que pagar 100% do imposto. Em 2000, o Imposto Sindical foi utilizado para pagar R\$ 1,2 milhão referente à ação judicial ganha pelos dois advogados demitidos injustamente na gestão de Yara D'Amico. Assim, o valor descontado é somente 40% do imposto, que é repassado às outras entidades.

las suas riquezas naturais e produtivas, entre elas o minério de ferro, o município de Eldorado dos Carajás ficou marcado na memória de todos os brasileiros depois do massacre da curva do S na rodovia PA 150, que causou a morte de dezenove sem-terra e mutilou outras dezenas durante uma desocupação no dia 17 de abril de 1996 pela polícia militar.

Mas, no centro de todos os debates estava a política neoliberal de FHC. O Sindicato participou nesse ano de diversas marchas organizadas pela CUT, entre elas a Greve Geral de 21 de junho, “O Brasil vai parar – para que todos trabalhem”, que reivindicava: emprego, salário, aposentadoria digna, reforma agrária e manutenção dos direitos sociais dos trabalhadores. Aproximadamente 12 milhões de trabalhadores paralisaram os serviços em todo o Brasil.

É nesse período que se intensifica a disputa entre a chapa encabeçada por Pedro Eugênio (Competência e Luta – CUT) e liderada por Yara D'Amico (apoiada pela Feeb e Contec), que volta a concorrer à presidência da entidade. Com ampla cobertura da mídia local, as chapas trocavam acusações e movimentavam a opinião pública.

De um lado a Chapa 1, de Pedro Eugênio, acusava a Chapa 2, de Yara, de ter causado um prejuízo de R\$ 650 mil<sup>9</sup> para o Sindicato durante a sua gestão de 1990 a 1993 e se propunha a manter os princípios do “Sindicato Cidadão”, atuando pelos bancários, e indo além, promovendo a integração com outras entidades a fim de dialogar e encontrar eixos comuns de ação em prol da sociedade como um todo. Yara se



defendia, acusando a situação de demagogia eleitoral e trazendo propostas voltadas à cultura, esporte e lazer e também à luta por meio de mobilizações e ações judiciais.

Vence em primeira votação Pedro Eugênio Beneduzzi Leite (CEF), com 5.565 votos (55,1%) contra 3.826 (37,9%) de Yara, que assume tendo como secretário geral Mesias da Silva (Bamerindus) e secretário de finanças Roberto Von Der Osten (Banestado).



### Pedro Eugênio: na mira contra a insegurança nos bancos

Pedro Eugênio entrou na Caixa Econômica Federal em agosto de 1982, ainda quando os funcionários do banco eram considerados economiários. Sua primeira participação no movimento foi justamente pelo direito à sindicalização destes profissionais e pela obtenção dos mesmos benefícios conquistados pelos bancários, inclusive seis horas de jornada diária sem redução salarial. Esta conquista veio na histórica greve de 1985, ocasião em que os funcionários da Caixa paralisaram suas atividades em todo o país.

Pedro disputou pela primeira vez a direção do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região em 1990, concorrendo como Conselheiro Fiscal. Em 1993 foi eleito diretor financeiro e em 1996 presidente, lutando fortemente em sua gestão pela segurança bancária com a implantação das portas com detectores de metal nos bancos.

Um dos grandes legados deixados por ele e que emociona quando lembrado foi a readmissão de trabalhadores que foram enxugados durante os penosos anos em que esteve à frente das decisões econômicas do país Fernando Henrique Cardoso. Ações judiciais e Acordos Coletivos de Trabalho ano a ano trouxeram novamente o emprego de centenas de bancários durante o triênio em que Pedro Eugênio presidiu o Sindicato.

Em 1999 foi eleito diretor administrativo da FENAE, passando a ser diretor financeiro em 2002, vice-presidente em 2005 e chegando à presidência em 2008.

<sup>9</sup> Este prejuízo chegaria a R\$ 2 milhões.



Em 1996, 53% dos bancários faziam horas extras e 33% trabalhavam com desvio de função.

Depois de tomar posse, no dia 22 de junho, a nova diretoria inicia uma séria de ações voltadas às agências desprotegidas, doenças profissionais e a fim de acabar com as demissões, que contabilizariam 128 mil de 1995 a 1997.

Uma das exigências da entidade é a ampliação do horário de atendimento nas agências, o que obrigatoriamente passaria pela criação de um novo turno de trabalho, e, conseqüentemente, novas contratações no setor. Segundo pesquisa do Instituto Datafolha encomendada pela Executiva Nacional dos Bancários, no período 57% dos empresários e 61% dos correntistas achavam que o banco deveria funcionar das 9 às 17 horas. Os clientes reclamavam quase que diariamente das enormes filas, que duravam em média 35 minutos para o atendimento do caixa normal e 10 para o caixa eletrônico.

A pesquisa Datafolha de 1996 foi a primeira investigação nacional de fôlego sobre a visão do trabalhador, da população e dos pequenos e médios empresários a respeito dos bancos e do trabalho do bancário, e revelou também que 53% dos bancários faziam horas extras e 33% trabalhavam com desvio de função.

Outra briga do Sindicato é contra o Programa Nacional de Desestatização, que pretendia privatizar 600 empresas, entre elas motéis, clubes, fábricas de talheres, chocolates e garrafas. Um dos grandes problemas aí é que eram vendidas com deságio de até 50% e que a Trevisan e Associados, empresa que avaliava e estipulava o valor das estatais a serem vendidas, era a mesma que prestava assessoria para quem queria comprar o que estava sendo desestatizado.



O Sindicato organizou muitos protestos contras as privatizações. Um deles foi contra a venda da Telebrás, em março de 1995.



Na Campanha Salarial de 1996 foi realizada a primeira greve desde a implantação do Plano Real. Foram nove dias de paralisação nos bancos privados e paralisação de 24 horas na CAIXA e no BB. Os trabalhadores nos bancos privados obtiveram 12% de reajuste nos pisos, apesar do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do período ser de 14,28%.

## A Quebradeira dos Bancos

Diversos bancos não conseguem se adaptar às novidades trazidas pelo Plano Real, entre elas o fim das receitas inflacionárias, e por isso entram em crise. A quebradeira parece geral e então o governo cria, em 1995, o PROER, Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, com o objetivo de socorrer as instituições. Instituído pela Medida Provisória 1179, em 3 de novembro de 1995, o programa previa a intervenção em bancos que ameaçassem gerar crise no sistema e na economia. Os recursos do PROER saíam dos depósitos compulsórios das instituições financeiras estocados no Banco Central (BACEN), que poderia conceder financiamento à reestruturação das instituições.

Em 11 de agosto de 1995, o Banco Central interveio no Econômico, o oitavo maior do país no ranking por patrimônio líquido. Três meses depois houve a intervenção no Banco Nacional, sexto maior do país, que acabou sendo incorporado pelo Unibanco, o que ocasionou o enxugamento de 10 mil funcionários.

Depois do PROER, dois outros programas foram criados: o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (Proef) e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes). Através do Proes, a União concedeu financiamento de longo prazo aos estados interessados em privatizar, liquidar ou transformar seus bancos em agências de fomento.

Entre as medidas ajustadas aos bancos oficiais estavam o congelamento dos salários dos bancários, que seriam realinhados depois de dois anos apenas.

No Paraná, os funcionários do Banestado não aceitaram as medidas e fizeram vigília por melhores salários. Com a ajuda dos sindicatos de Curitiba e Região, Londrina e Paranaíba, os banestadenses montaram um acampamento na sede do banco no bairro Santa Cândida a fim de avançar nas negociações e obter o mesmo reajuste negociado pela Fenaban em 1995. Ao final dos acontecimentos, o reajuste e a PLR foram substituídos por abonos nas campanhas salariais seguintes<sup>10</sup>.

**“O socorro governamental aos bancos privatizou os lucros e estatizou os prejuízos”**

Carlos Augusto Vidotto, assessor econômico da CNB/CUT em 1996.

**Nos bancos oficiais os salários foram congelados.**

<sup>10</sup> Para os funcionários do Bamerindus e Banestado, o SEEB garantiu duas vezes a Participação dos Lucros na Campanha de 1995. Além do PPR no Bamerindus e Abono no Banestado, eles tiveram que pagar a PLR da Fenaban.



Houve protestos também contra o Plano de Ação 97/98 lançado pelo Banestado no início de 1997, que previa entre diversas medidas corte de horas extras, de licença-prêmio e demissões de 2.641 funcionários. Como grande arma para pressionar os bancos a rever essas decisões, os banestadenses decidem fazer um pacto de jornada de seis horas. Formou-se então uma comissão paritária (três representantes do banco e três do movimento sindical) a fim de discutir, de modo democrático, uma alternativa ao Plano. Em março, é assinado um Termo Aditivo ao Acordo de Trabalho, que contemplava garantia de emprego por dois anos, único do país.



A Caixa Econômica Federal também passou por adequações. Em 1995 o banco inicia um “Programa de Reestruturação”, voltando a sua atuação para a área comercial. O projeto era seguido de três programas de demissão voluntária. O primeiro executado em 1996 com a saída de 5.900 empregados, o segundo em 2000 com 3.500, e o terceiro em 2001 com 2.500 pessoas.

A maioria dos bancos que participaram do programa fatalmente iria experimentar a privatização. O primeiro grande banco estadual do país, o Bando do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), foi adquirido pelo Itaú, após leilão em junho de 1997. A instituição foi comprada por 311,1 milhões de reais, mesmo sendo seu valor estimado em três bilhões, incluindo depósitos, cadernetas e outros ativos, além de 193 agências.

**Diferentemente do restante das 27 agências do BANERJ que estavam fora do estado do Rio, a de Curitiba manteve o emprego de todos os seus funcionários. Os cerca de 30 funcionários acamparam por mais de uma semana dentro da agência quando veio a notícia da privatização do banco. Depois de algum tempo o Sindicato ganha a ação judicial que manteve o emprego dos bancários, que ao final de tudo não foram aproveitados pelo Itaú, mas continuaram a receber salário, tíquete e outros benefícios até a aposentadoria.**

No mesmo ano, o Bamerindus<sup>11</sup>, banco privado de origem paranaense da família Andrade Vieira, é comprado pelo HSBC e pelo BACEN. O Bamerindus havia enfrentado dificuldades em 1994, entrando no mesmo ano para o PROER. Em 1997 veio a intervenção da instituição pelo Banco Central. A compra marcou a entrada do Hong Kong and Shanghai Banking Corporation (HSBC) no Brasil. Na época, o banco era o quinto maior do mundo, com operações em 78 países, administrando mais de 400 bilhões de dólares em ativos. Uma reportagem da *Veja* de 2/7/1997 afirmava que o HSBC possuía mais patrimônio do que os 50 maiores bancos brasileiros juntos.

Mesmo pego de surpresa pela notícia, o Sindicato dos Bancários organizara diversas

<sup>11</sup> O Banco Bamerindus do Brasil SA começou em 1951 com outra denominação: Banco Mercantil e Industrial do Paraná SA. Foi uma das maiores instituições bancárias da América do Sul entre 1970 e 1980, entrando em colapso nos anos 90.



mobilizações com o objetivo de evitar demissões. Depois de uma reunião agendada às pressas com o grupo de ingleses que iria assumir a instituição no Brasil, os dirigentes sindicais anunciavam a conquista: a nova direção do banco não iria demitir por 180 dias, além de se comprometer em manter a matriz em Curitiba, situação inédita para o estado.

Pouco mais tarde, a compra do Bamerindus ainda era motivo de protestos na entidade. Em agosto, os bancários distribuiriam bananas à população em frente ao HSBC a fim de conscientizar a população de que o Bamerindus havia sido vendido a preço de banana. A manifestação contou com a distribuição de 250 quilos da fruta,

que também alertava sobre o preço de banana que era o salário dos funcionários do HSBC/Bamerindus, mantido na última posição entre os 12 bancos privados em Curitiba. Ali, um escrevinte ganhava R\$ 489,95, enquanto os outros bancos pagavam em média R\$ 530,01.

O protesto foi repetido em frente à agência centro do Banco Meridional, com a distribuição de 80 quilos de bananas. O banco federal foi vendido ao Bozano Simonsen, hoje Santander, que reduziu em 50% o quadro funcional através do programa de demissão “voluntária”.

Ainda no ano de 1997 aconteceram as privatizações do estatal Credireal<sup>12</sup>, que foi vendido ao Banco de Crédito Nacional (BCN), demitindo 62% de seus empregados. O Produban, estatal de Alagoas, foi liquidado depois do escândalo que envolveu o governador do estado. Usineiros e empresários teriam retirado altos empréstimos por telefone, com aval do governador, em operações realizadas durante a madrugada. O Beron (Banco do Estado de Rondônia) teve o mesmo destino, seguido do Bemate, do Mato Grosso, que foi transformado em agência de fomento.

O Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE) seria vendido ao Itaú um ano depois, juntamente com o banco de origem mineira: Bandeirantes, que foi comprado pela Caixa Geral de Depósitos (CGD). No dia 17 de dezembro de 1998, o Sindicato de Curitiba e Região promoveu uma manifestação em frente à agência da instituição, localizada na esquina das ruas Marechal Deodoro e Marechal Floriano Peixoto, em protesto contra o fechamento de 20 agências pelo país e 700 demissões anunciadas pelo banco português CGD, que aconteceriam nos seis meses seguintes. Uma bacalhoada foi distribuída à população, para que os bancários



... para o salário mais alto para o escritório: R\$ 631,05, em seguida está o Sulra com R\$ 582,00; Meridional R\$ 549,18; Bradesco R\$ 509,59 e Sudameris R\$ 519,04. O Deutsche também paga o salário mais alto para o caixa: R\$ 1.135,94.

A data-base dos funcionários é no mês de setembro. A categoria reivindica reajuste de 2,5%. A pauta com todas as reivindicações dos bancários foi entregue no dia 7 de agosto para a Federação Nacional dos Bancos (Fenabanc), em São Paulo.

**Alto pelo Brasil**

O HSBC Bamerindus foi eleito o mais alto pagante no ranking dos bancários este ano. Ivete Ribeiro Lima justifica a escolha: “O governo federal, através do Programa de Estímulo e Reestruturação do Sistema Financeiro (Prest), injetou cerca de R\$ 5 bilhões para viabilizar a compra do Bamerindus pelo banco inglês. Esse dinheiro — disse ela — deveria ser aplicado pelo governo em outras áreas como saúde, educação e moradia”.

<sup>12</sup> O Credireal era uma empresa privada, fundada em 1889 na Zona da Mata Mineira. Em 1919 houve a sua encampação pelo Estado e a instituição tornou-se oficial.



tivessem a oportunidade de defender seus empregos e seus direitos perante a sociedade.

O Banespa seria vendido ao Santander em novembro de 2000, seis anos depois de sofrer intervenção pelo BACEN. Partidos de oposição ao governo e sindicalistas denunciavam a venda como um esquema para angariar verba para campanhas eleitorais e a quitação de dívidas contraídas pela má administração pública. Grandes mobilizações aconteceram em todo o país, especialmente em São Paulo e no ABC, mas também atingiram expressivamente Curitiba. A atuação do movimento sindical possibilitou a antecipação de benefícios para aposentadoria, reduziu os riscos de demissão e preservou os direitos já conquistados pelos trabalhadores da ativa.

Os bancários de Curitiba e Região experimentariam uma de suas maiores lutas durante o ano de 2000 para tentar impedir a venda do Banco do Estado do Paraná (Banestado). A instituição foi adquirida pelo Itaú em leilão por R\$ 1,6 bilhão<sup>13</sup>.

Enfim, o ajuste do sistema financeiro após o Plano Real (1994-2002) foi gigantesco. Na área do Proes, 10 instituições foram liquidadas, 17 privatizadas, 16 transformadas em agências de fomento, cinco saneadas. Na área privada sete foram vendidas e 43 sofreram liquidação<sup>14</sup>.

## Privatização do Banestado chega a CAE

**Foi junto com os documentos do BC a representação contra a venda do banco.**

Elisabete Castro

O projeto de privatização do Banestado foi encaminhado ontem pelo Banco Central à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. O presidente da Comissão, senador Pedro Piva (PSDB-SP), irá designar na próxima segunda-feira o relator da matéria que, conforme acordo interno, não pode ser assinado por três senadores paranaenses. A proposta prevê a concessão de um financiamento de R\$ 4,1 bilhões para o saneamento do banco, antes da venda.

A representação formulada pelos deputados estaduais de oposição contra o acordo assinado com o governo do Estado em março com o Banco Central, será anexado junto com a documentação do Banco Central para análise do relato. O prazo legal para a apresentação e votação do parecer do relato na CAE é de quinze dias, antes de ser submetido à apreciação do plenário.

O governo do Estado não deverá ter dificuldades para aprovar a proposta de privatização do banco. Desta vez, o senador Roberto Requião (PMDB) estará sozinho na trincheira de resistência. Além da composição majoritariamente governista da comissão - dos 27 membros, 20 pertencem a partidos aliados ao governo federal - Requião perdeu seu principal aliado na oposição à privatização do banco - o senador César Dias (PSDB).



Requião deve ser voz solitária no comissão contra a privatização do Banestado.

eleitoral deste ano no Paraná. Há meses de um mês. Outros estão no Palácio Iguaçu conversando com

### Deputados vão entregar as atas

Nesta segunda-feira às 18h os deputados estaduais e membros do PMDB, serão recebidos pelo presidente geral de Justiça Gilberto Guerra, para apresentarem a minuta de atas de reuniões da diretoria do Banco do Estado do Paraná, que foram publicadas em 188 páginas de Diário do Senado Federal de 16 de outubro passado, com um pedido formal de investigação pelo Ministério Público estadual, de crimes preparatórios e operações lesivas ao banco principalmente na área de Banestado Leasing. Estas atas já foram entregues ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público Federal, com solicitação reiterada de aprovação de um exame pré de denúncias contra os atuais diretores do banco.

que, na representação protocolada no Senado, pedem a realização de uma auditoria independente no banco. A alegação de oposição que o governo fazemos no momento do envio ao banco para fazer privatização do acordo com a apresentação oferecida ao Senado, e o governo do Paraná, resolve a situação, poderia sanar o banco com R\$ 4 bilhões.

A oposição acusa o governo de não ser calculado, ter cometido erros pesados e ter recebido votos de bancas. Segundo a reportagem dos diários, de acordo com oposição, implicaria a proibição dos senadores sobre a manutenção da do banco, que necessariamente li equipados pelo governo em R\$ 4 bilhões.

Em junho, quando o Banco

<sup>13</sup> Caderno Especial sobre o Banestado conta a história de luta dos bancários de Curitiba e Região contra a privatização do banco.

<sup>14</sup> Estatísticas do livro da FEBRABAN.

Jornal O Estado do Paraná  
14/11/1998



## 1997 – Grandes Mobilizações

Em janeiro de 1997, em Campina Grande do Sul, alguns animais apareceram mortos em circunstâncias misteriosas. Nos meses seguintes, várias outras ocorrências em municípios da região metropolitana foram registradas. Instalou-se na população dos lugares mais isolados do estado um medo generalizado de seres extraterrestres.

O SEEB Curitiba, aproveitando o acontecimento, preparou um protesto bem humorado com esse tema para marcar o Dia do Bancário, comemorado no dia 28 de agosto. No cruzamento da Rua XV com a Monsenhor Celso, dirigentes sindicais instalaram uma barraca onde afirmavam que haviam prendido três “chupa-cabras”. Dentro do quiosque estavam eles: dirigentes personalizados de Fernando Henrique Cardoso, governador Jaime Lerner e de banqueiro, com um charutão na mão; este último representando as tarifas abusivas que os bancos estavam cobrando dos clientes e os péssimos serviços oferecidos.

A brincadeira aconteceu também com o objetivo de chamar a atenção da população para as reivindicações da categoria, que dava início à Campanha Salarial de 1997. Os bancários pediam um reajuste de 23,82%, PLR de 25% e redução da jornada de trabalho de seis para cinco horas, possibilitando duas jornadas diárias e, assim, ampliando o número de postos de trabalho no Brasil.

Para a Campanha Salarial de 1997, a CNB/CUT, que agora reunia 95% dos 488 mil bancários do país, havia decidido em congresso sobre a distribuição de um levantamento antisocial aplicado pelos bancos, denominado “Mapa do Emprego Bancário no Brasil”. O estudo apontava números que acabaram por chocar a opinião pública, sendo divulgados na maioria dos jornais do país. As demissões de bancários contabilizavam nos quatro anos de governo de FHC 158 mil, sendo eliminados 174 postos de trabalho por dia. No Paraná este número somava 12 bancários/dia e em Curitiba cinco bancários/dia.

O comando nacional também havia descartado a possibilidade de uma grande greve envolvendo todos os bancos e optado pela realização de pequenas paralisações, que atrasariam o funcionamento das agências bancárias pelo país em pelo menos uma hora. A estratégia teve início em Curitiba com o fechamento do Unibanco, agência Carlos Gomes no centro, no dia 5 de setembro.

As mudanças econômicas no país não fizeram os bancos deixarem de lucrar. O primeiro semestre de 1997 foi fechado com percentuais altíssimos de lucro em todas as instituições. Os maiores bancos privados nacionais (Bradesco, Itaú, Unibanco, Real, Bamerindus, Safra, BCN, Mercantil de São Paulo, e Excel Econômico) acumularam lucro líquido de R\$ 2,2 bilhões. O BB volta a lucrar depois de sofrer intervenção do Banco Central: 287,7 milhões, mas com um enorme custo social: mais de cinco mil demissões e 33 agências fechadas em todo o país.





### Mais contratações

A redução da jornada de trabalho de seis para cinco horas e o aumento no horário de atendimento ao público, das 9 às 17 horas, resultariam em dois turnos de trabalho, possibilitando contratações no setor e maior qualidade no atendimento aos clientes.

Esta seria a solução para a onda de demissões que ocorriam desde a implantação do Plano Real. De dezembro de 1994 a dezembro de 1996 foram extintos 127,647 (20,43%) empregos no setor bancário.

Jornal O Estado do Paraná, 22/8/1997.



Gazeta do Povo,  
de 23/9/1997.

No dia 18/9, funcionários da Caixa Econômica Federal fecharam 18 agências no Paraná por cerca de uma hora em protesto por aumento de salário, sendo sete de Curitiba, cinco da região de Londrina, cinco da região de Arapoti e uma da área de Campo Mourão. A CEF havia concedido aumento somente aos gerentes, que variavam de 70% a 120%.

Nos últimos dois anos os bancários do Banco do Brasil também não tinham sido beneficiados por nenhum acordo coletivo. Em protesto, funcionários do banco e dirigentes sindicais realizaram uma mobilização diferente no final de setembro. Eles distribuíram 20 quilos de bolo à população, que continha a mensagem: “Dois anos sem Acordo Coletivo”. Os bancários pediam 10% de aumento referente ao ano de 1996, 11% de produtividade e 25% de PLR, além de 22,86% de reajuste de 1997.

Outra questão abordada na Campanha Salarial daquele ano era a da saúde e segurança no trabalho, que registravam índices altos de incidências de lesões por esforço repetitivo (LER), somando 2.964 casos de janeiro de 1996 a agosto de 1997.

Somente ao final de setembro a FEBRABAN apresentou proposta de 4% de reajuste + 60% de PLR a ser paga em fevereiro do ano seguinte, não podendo ultrapassar dois salários mínimos por funcionários. A CNB/CUT convocou assembleias em todo o país, mas estas não avançaram. Os funcionários das instituições bancárias privadas fixaram percentual de reajuste em 5%; os das públicas iniciaram manifestações contra a proposta de reajuste zero, paralisando uma agência por dia até negociação no mês de dezembro, quando conquistaram abonos. As grandes conquistas desse ano contemplaram assistência médica para demitidos e o auxílio para requalificação profissional e complemento salarial para trabalhadores bancários afastados por doenças ou acidente.

Nessa Campanha Salarial foi dado o pontapé inicial para a luta dos bancários contra a venda do Banestado, prevista nos planos do Estado.

Entre os impasses dessa chamada à privatização, era concluída a venda de outra estatal: a Vale do Rio Doce. Fundada por Getúlio Vargas em 1942, a companhia era desde a década de 70 a maior exportadora de minério de ferro do mundo. Diversas entidades como a CUT, OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), partidos e sindicatos, entre eles o SEEB de Curitiba e Região, encabeçaram manifestações, condenando a ação do governo. O Sindicato formou um comitê em defesa da Vale, mas a venda acabou sendo concretizada. A empresa foi vendida por R\$ 3,3 bilhões enquanto estudos mostravam que o patrimônio real da empresa valia mesmo mais de R\$ 10 bilhões<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Informações da Revista dos Bancários de agosto de 2007.





## 1998: Radicalização da política neoliberal

No início de 1998, os Titãs relançam seu clássico da década de 80 “Homem Primata”, que fazia referências à globalização e ao capitalismo selvagem da política direitista do país. Mais do que nunca o Brasil experimentava a política econômica do mais forte.

Os trabalhadores viriam muitos de seus direitos, conquistados através de lutas, esvaídos por emendas constitucionais. A criação do Banco de Horas (Lei 9.601/98) em janeiro flexibilizara a jornada de trabalho dando fim ao pagamento de horas extras. As horas trabalhadas a mais ou a menos agora seriam compensadas.

Outro exemplo é o dos servidores públicos, que teriam extinguidos os seus anuênios pela Lei 9.527. Os funcionários antigos seriam os únicos que continuariam a receber o aumento de 1% por ano trabalhado sobre seu salário base. Entretanto, a maioria dos bancários acaba vendendo esses adicionais por tempo de serviço aos bancos em campanhas feitas durante as intervenções resultantes do PROER.

Nesse ano, o país e o Paraná reelegem seus governantes, que acabam por endurecer o regime neoliberal com privatizações, reformas e medidas provisórias. Vence em primeiro turno para presidência da república Fernando Henrique Cardoso e para governador do estado Jaime Lerner.

O Sindicato entra nessa luta política para buscar um fim às privatizações e às demissões de bancários no Paraná. Durante a campanha eleitoral para o governo do estado, na qual dispu-

Sindicato Cidadão:  
Em 28 de junho a entidade  
colabora na organização da 2ª  
Parada Gay Paranaense.



# Agora, o alvo do MST é o Bradesco



Em Londrina, os sem-terra bloqueiam a agência do banco para o espalhão.

## Passeata interrompeu o depoimento de Prochet

Londrina (Paraná) - O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou ontem a passeata de protesto em frente à agência do Banco Bradesco em Londrina, a 150 quilômetros de Marilena. Um grupo de pessoas segurava a bandeira de Quilombo do Negro, o grupo e o nome do MST, que é o símbolo do movimento. Os manifestantes se reuniram no local onde o MST já possui uma agência. Ficaram na agência apenas o gerente e os funcionários. Os outros foram para o estacionamento de uma rua próxima ao banco e ali se reuniram para discutir o depoimento de Prochet.

**Passeata**  
No dia 10, o grupo de sem-terra chegou a Londrina e lá se reuniu para discutir o depoimento de Prochet. O grupo se reuniu no estacionamento de uma rua próxima ao banco e ali se reuniram para discutir o depoimento de Prochet.

de São Bento e São Agostinho, São Nicolau. O presidente do MST disse que Hugo Augusto deve ser afastado do cargo de diretor de trabalhadores, que está exercendo em seu município, e não uma participação de desocupação de terra.

**Depoimento**  
A manifestação do MST aconteceu no depoimento de presidente do SEEB (União Democrática Banerária), Marcos Prochet, no depoimento de Eduardo Maly. Marcos Prochet já estava detido na delegacia de Marilena, quando foi informado que o conselho de ministros vai recomendar a sua saída do cargo.

Prochet foi preso no dia 10, quando estava em Marilena, onde se reuniu com o grupo de sem-terra.

## Sem terra ocupam agência do banco, acusando-o de ajudar em desocupações

por Renato

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está ocupando a agência Bradesco de sua participação no leilão de terras em Marilena. O grupo chegou ao local no dia 7, durante a ação de ocupação em comemoração ao aniversário do MST. Os manifestantes do MST e do CUT (Central Única dos Trabalhadores) ocuparam, às 10h, o prédio da agência do banco no Estado de Curitiba. Os manifestantes e membros do Rio Missionário Celso, no centro da cidade, foram depois de mais de

O movimento do MST em Paraná, Roberto Figueira, acusou o Bradesco de ajudar a Fazenda Figueira, onde funcionaria uma empresa do grupo Osmar Marcia Agripino, para recomendar o afastamento de trabalhadores de ação contra os sem-terra. "Os sem-terra, que foram presos na Fazenda Figueira, trabalharam na propriedade e receberam R\$ 15 por dia pelo leilão", assegurou Figueira. O gerente geral da agência do Bradesco em Curitiba, Marcos Prochet, declarou que a manifestação é ilegal, pois a propriedade não pertence ao grupo Bradesco.

## Banco desmente afirmações



Manifestantes, no mercado de Curitiba, em frente à agência do Bradesco no espalhão.

Para o MST, porém, o que importa é o fato de que a Fazenda Figueira tenha sido comprada pelo grupo Osmar Marcia Agripino, para recomendar o afastamento de trabalhadores de ação contra os sem-terra.

Sugeriu-se que o MST vai pedir a desocupação da Fazenda Figueira para ser usada como fazenda agrícola. "Mesmo que não produzimos, é necessário usar esse campo de leilão para o grupo de sem-terra. O movimento do MST afirma que depois da ação eles

produziram, não se tem produzido nada desde a Fazenda Figueira. Isso não produz nada. Na ação de leilão, houve a presença de políticos, políticos e políticos", declarou Figueira. Segundo ele, o MST vai pedir a desocupação de terras para o grupo Osmar Marcia Agripino.

**Leilão**  
Por causa da posse da agência de Curitiba, o gerente geral, Marcos Prochet, disse que o banco está sendo usado para o MST. Osmar Marcia Agripino, que é presidente do Movimento Celso de Marilena,

para o grupo agrícola. "O que eles não podem fazer, não tem capacidade", declarou o gerente geral Prochet. Ele afirmou a possibilidade de compra pelo MST. "Eles não podem comprar, não são desocupados, não são desocupados, não são desocupados, não são desocupados."

O advogado Figueira afirmou que o banco não tem capacidade para comprar. "Eles não podem comprar, não são desocupados, não são desocupados, não são desocupados, não são desocupados."

## Manifestação em Londrina

Em fevereiro, a denúncia: fazendas do grupo Bradesco no Noroeste do estado estariam sendo utilizadas como esconderijo e para o treinamento de jagunços contratados por fazendeiros da região. Sete homens foram presos acusados de integrar o grupo que desocupou as fazendas Santo Ângelo e Boa Sorte, em Marilena, e de matar o agricultor Sebastião Camargo Filho. Protestos foram organizados pelo MST e CUT, com apoio do SEEB.

tavam Jaime Lerner (PFL) e Roberto Requião (PMDB), o SEEB assume compromisso com o candidato peemedebista para a não privatização do Banestado. Esta parecia a única saída para reversão do quadro de venda do Banco, anunciada pelo governo estadual no final de março. Os dirigentes montaram até comitê eleitoral em defesa de Lula e Requião, embora muitos bancários fossem contrários ao diálogo político dentro de uma entidade sindical.

Considerado político e eleitoreiro, o Sindicato organizou quatro dias antes das eleições um protesto contra o programa de privatização do Banestado em frente à sede administrativa do banco. A instituição previa estimular a "demissão voluntária" de 1,3 mil funcionários, já que o Acordo Coletivo garantia estabilidade até 1999. Quem optasse pela demissão iria receber 80% do salário por cada ano trabalhado na instituição.

O Sindicato também organizara um "Comitê em defesa do Banestado", que reunia partidos políticos, diversas entidades representativas da sociedade civil e parlamentares, entre eles o então senador Osmar Dias e o deputado estadual Ângelo Vanhoni. O Comitê iniciara um intenso trabalho na busca de apoio junto à sociedade, com a divulgação de suas ações via folders, participação constante na mídia local e organização de manifestações.

Paralelamente a essa atuação, estava uma das principais bandeiras erguidas na gestão de Pedro Eugênio Leite e que teve suas ações fortalecidas no ano de 1998. A questão da segurança bancária foi amplamente discutida e resultou em muitas



mobilizações na capital e nos 29 municípios circunvizinhos a Curitiba. Agências eram fechadas por tempo indeterminado até o compromisso do banco em instalar as portas giratórias com detectores de metal.

O Sindicato juntou-se ao Sindicato dos Vigilantes, à Fetec-PR e à CUT para fazer pressão junto às autoridades e aos banqueiros para que eles compreendessem a necessidade desses equipamentos e implantassem portas eletrônicas a fim de diminuir os assaltos às agências. Somente 60% dos estabelecimentos bancários da região cumpriam a lei até maio de 1998. Uma campanha espalhou vinte outdoors pela cidade com a mensagem: “Curitiba: 10 assaltos por mês este ano!. Sr. Cliente não reaja ao assalto. Reaja ao descaso dos bancos. Exija segurança!”. Foi organizado um fórum no Centro de Convenções Interpalace com a participação de representantes dos bancos, das Polícias Civil e Militar, do Sindicato e do governo do estado, com o intuito de cobrar dos bancos a instalação do mecanismo eletrônico. Nos primeiros cinco meses do ano, 49 bancos haviam sido assaltados em Curitiba, sendo sua maioria (80%) vítimas de quadrilhas de outros estados brasileiros.



**Sindicato fecha agência bancária**

Após de terrosos assaltos em meses de três meses, o Sindicato dos Bancários fecha a agência Banestado de Rua Mateus Leite, em Curitiba, exigindo que a direção do banco instale uma porta de segurança na entrada. O presidente do sindicato, Pedro Eugênio Leite, disse que a agência só vai ser aberta novamente quando o banco decidir instalar a porta de segurança.

O Banestado tentava com uma falha a instalação para a instalação das portas e, em dezembro, devido ao aumento das ocorrências de assaltos e pontos de atendimento, decidiram de acordo com o grupo de risco de cada um. Uma agência vizinha, da Caixa Econômica Federal (CEF), que possui a mesma estrutura, já possui a instalação.

O presidente do sindicato lamenta que há uma falha na instalação de uma agência que previne a instalação de portas e vários pontos de atendimento.

**Dupla assalta Banco do Brasil**

Dois delinquentes embarcaram em um taxi, aproximadamente às 15h30, com um motorista e um passageiro. Um roubo foi cometido durante o trajeto, com a retirada de um valor considerável.

Dois delinquentes embarcaram em um taxi, aproximadamente às 15h30, com um motorista e um passageiro. Um roubo foi cometido durante o trajeto, com a retirada de um valor considerável.



Também foram lançados 15 outdoors no aniversário de Curitiba de 1995.



### Bancários fazem protesto contra novas demissões

Os sindicatos de bancários de todo o país estão organizando um ato de protesto para amanhã por causa do anúncio de fechamento de agências do banco HSBC Bamerindus no Mato Grosso do Sul (MS) e também contra a ameaça de demissão no Banco Meridional, que foi privatizado e está sob o controle do Banco Bradesco. Em Curitiba, o Sindicato de Bancários faz os protestos na praça Alameda, convocando em frente à agência do HSBC do Palácio Avenida e a frente à agência centro do Meridional.

O fechamento de 53 agências do HSBC no MS irá acarretar a demissão de 900 bancários e se deve ao fim do contrato entre o banco e o governo daquele estado. Desde 1991, o banco desempenha o papel de banco oficial do Mato Grosso do Sul. A partir de fevereiro será o Banco do Brasil que irá exercer a função. Os sindicatos de bancários estão tentando reverter a situação.

"Ao romper o convênio com o HSBC, o governo não pensou na questão financeira e não levou em conta o problema de desemprego e até o impacto na economia do estado, que é essencialmente agrícola e dispõe de poucas empresas produtoras de serviços para mais 300 bancários que serão demitidos", comentou o secretário-geral do Sindicato dos Bancários de Curitiba, Messias da Silva.

Segundo ele, no ano passado foram demitidos 1.700 bancários no MS e hoje a situação tem 4.700 funcionários em todo o estado. "As demissões anunciadas pelo HSBC representam 6% da mão-de-obra bancária no estado. Se fosse em Curitiba, onde temos 15 mil bancários, isso representaria a demissão de 900 pessoas de uma única vez", Messias informou que em 907 foram 1.116 demissões em Curitiba.



Sindicato comemora um ano do HSBC no Brasil com bolo e protesto contra as demissões.

Foram muitos os protestos a cerca das demissões durante o ano de 1998. O SEEB promove manifestação em solidariedade aos bancários de Mato Grosso do Sul, que enfrentaram o fechamento de 53 agências do HSBC no estado, deixando 33 municípios sem o banco. Em janeiro, o governo sul-mato-grossense deu fim ao convênio com o HSBC-Bamerindus, transferindo os serviços para o Banco do Brasil. O motivo alegado eram as altas taxas bancárias cobradas pelo antigo banco oficial. A mudança resultou em pelo menos 300 demissões. Os dirigentes da Grande Curitiba temiam que acontecesse o mesmo com os bancários de sua região, pois o HSBC já havia fechado duas agências, uma no Shopping Popular, no centro do Capão Raso, e outra em Almirante Tamandaré, e mantinha a previsão de fechamento de mais duas agências. Depois das greves e mobilizações, houve a conquista de indenizações aos funcionários demitidos de MS, que se limitaram ao pagamento de meio salário por ano trabalhado, além dos direitos trabalhistas.

### Bancários protestam contra demissões no Meridional

Funcionários do Banco Meridional, recentemente privatizado e sob controle do Bradesco, Simonsen, estão lançando nos próximos dias uma campanha para denunciar à população a situação do funcionalismo dentro do banco. Apesar do Bradesco, Simonsen ter anunciado, na ocasião da privatização, que seriam abertas 178 novas agências, com a nova administração os funcionários vêm vivendo dias de constante terror, ameaçados por um processo de demissões e pela terceirização de serviços,

que também acarretará encargo de pessoal.

A sede do banco fica no Rio Grande do Sul, mas o movimento dos bancários é nacional. Na quarta-feira (dia 21), vários estados realizam as assembleias, nas quais os funcionários devem decidir fazer um abaixo-assinado pedindo a imediata suspensão das demissões, o qual será entregue à direção do banco. Para denunciar a situação à população nesta sexta serão realizados atos públicos em frente às agências do Meridional de diversas cidades.

Em julho, os bancários protestaram pela demissão de dois funcionários na agência BMD (Banco Mercantil de Descontos) de Curitiba e mais 100 nas agências de São Paulo. A proposta dos sindicalistas era evitar demissões até liquidação total do banco, que tinha o prazo de 60 a 90 dias. O BMD tinha o total de 33 agências, uma em Brasília,



uma em Curitiba e uma no Rio de Janeiro, sendo o restante em São Paulo.

Em setembro, a entidade inicia a Campanha Salarial que duraria três meses até que os bancários obtivessem pouco dos benefícios almejados. Entre as reivindicações estavam garantia no emprego, reajuste de 5,8% para repor as perdas ocorridas desde 1995, produtividade de 14,8%, 25% de PLR e manutenção na jornada de trabalho de seis horas diárias. A Fenaban oferecia abono linear de R\$ 700,00, sem reajuste salarial, com aumento da jornada de trabalho de seis para oito horas diárias, PLR de 5%, além do congelamento do anuênio no valor de R\$ 7,50.

Sem acordo, o Sindicato tenta mobilizar a categoria a fim de pressionar os bancos. Em outubro, é dado início ao fechamento das principais agências dos bancos privados em Curitiba, um em cada dia. No dia 21 é fechada a principal agência do Unibanco de Curitiba, localizada na Praça Carlos Gomes, e em outras seis cidades do estado – Londrina, Paranavaí, Umuarama, Campo Mourão, Cornélio Procópio e Guarapuava. Dia 23, o Sindicato fecha a agência Palácio Avenida do HSBC. Dia 24, seriam as agências do Bradesco e Itaú.

No dia 29, sindicalistas de todo o país reuniram-se em São Paulo, onde fecharam 27 agências e no dia 5 ocuparam a Fenaban.

A mobilização bancária conquistou para a rede privada o reajuste de 1,2% + R\$ 700,00, além de derrubar a jornada de oito horas e o fim do anuênio. Para o BB, CEF e Banestado, as negociações perduraram até o ano seguinte.

A Campanha Salarial também reivindicou a implantação do Programa de Prevenção, Tratamento e Readaptação às LER/DORT. A LER já era considerada epidemia no Brasil, sendo a categoria bancária a mais atingida. Dados da Secretaria de Estado da Saúde mostravam que 33% da classe de Curitiba e Região Metropolitana sofria desse mal, o que representava cerca de 5.610 funcionários. Esse benefício caracterizou-se como uma das principais conquistas de 1998, já que, apesar das lutas, os bancos federais tiveram reajuste zero e abono no lugar de aumento.

O ano encerra com a adesão dos bancários de Curitiba e Região ao movimento nacional criado pela CUT “Demitiu Parou”, que começou

## Sindicato fecha agência do Unibanco

Paulo Grein

Especial para a Folha

O Sindicato dos Bancários de Curitiba promoveu ontem uma paralisação na agência do Unibanco da Praça Carlos Gomes, no centro da cidade. Dirigentes do sindicato permaeceram em frente ao prédio durante todo o expediente. Segundo o presidente do sindicato, Pedro Eugênio Leite, a paralisação surpresa foi uma advertência para pressionar os banqueiros a avançarem na contraproposta às reivindicações da categoria, em campanha salarial há 50 dias.

A paralisação surpresa foi promovida simultaneamente em todo o País, nas cidades com sindicatos autistas, sempre em agências do Unibanco. No Paraná, o protesto aconteceu em Londrina, Paranavaí, Umuarama, Campo Mourão, Cornélio Procópio e Guarapuava. Os bancários, cuja data-base é 1º de setembro, reivindicam reajuste de 5,8%, referente a perdas salariais desde 1995, produtividade de 14,8% - média de crescimento do setor, segundo o sindicato -, participação nos lucros para todos, garantia de emprego, gratificação semestral e auxílio educação, entre outros itens. A contraproposta dos bancos é de reajuste zero, pagamento de abono de R\$ 700,00 para todos, participação nos lucros de 80% mais R\$ 300,00 fixos, incorporação de dois anuênios aos salários com corte desse benefício e regulari-



Bancários ficaram em frente à agência durante todo o dia: exigência de nova contraproposta dos banqueiros

zação da jornada de 8 horas.

Segundo o presidente do sindicato, a proposta foi recusada pela categoria em todo o país. No primeiro semestre de 98 todos os bancos tiveram lucro maior do que o registrado no mesmo período do ano passado e os trabalhadores querem participar desse crescimento”, afirmou.

Na semana passada, o sindicato pediu uma nova rodada de negociações, mas a Federação Nacional dos Bancos só voltará a negociar após a definição do novo plano econômico. Se as negociações não forem retomadas, o sindicato prevê nova paralisação na sexta-feira, em um dos quatro bancos que fazem parte da mesa de negociações da Federação

Nacional dos Bancos: Bradesco, Itaú, Unibanco e HSBC. No dia 28 de outubro o sindicato ameaça fazer uma grande paralisação em um grande centro do país, provavelmente Curitiba, Belo Horizonte, Rio de Janeiro ou São Paulo. Ninguém na assessoria de imprensa do Unibanco foi encontrado para comentar a paralisação.

### Sem filas

Em 1998, a cidade de Dourados (MS) sanciona lei limitando em 15 minutos o tempo de espera nas filas. Em Curitiba esta regra só valeria a partir de 2001 com a Lei Municipal nº 10.283, de outubro de 2001, que determina que o máximo que um cliente pode esperar em uma fila em banco é 20 minutos, ou 30 minutos em vésperas ou após feriados prolongados.



**A Campanha Salarial de 1998 conquistou a implantação do Programa de Prevenção, Tratamento e Readaptação às LER/DOT nos bancos.**

após o encerramento da Campanha Salarial. O SEEB também participa de outros movimentos sociais, como a famosa greve dos professores estaduais. Oito pessoas fizeram greve de fome durante sete dias até que Jaime Lerner aceitasse restabelecer o repasse das mensalidades sindicais ao Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Paraná (APP – Sindicato).

Essa greve teve amplo apoio do Sindicato dos Bancários, que além das manifestações, esteve presente na reunião que negociou a solução para o caso. A proposta do governo era realizar todos os anos uma pesquisa entre os professores para verificar quem queria permanecer filiado ao Sindicato. O Sindicato nunca aceitou, porque isso significaria concordar com a tutela do estado sobre o Sindicato. Segundo a APP, o

objetivo real do governo era enfraquecer a entidade para facilitar as medidas de privatização do ensino.

O Sindicato também comprou a briga pela não privatização da Copel, anunciada em dezembro de 1998 pelo governo estadual. O governo encaminhara projeto à Assembleia Legislativa para a privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), mesmo não se tratando de uma empresa deficitária, mas que ao contrário, vinha apresentando superávits extraordinários. Em 1997 fechou o ano com lucro líquido de R\$ 302,6 milhões e R\$ 180,6 milhões somente nos primeiros seis meses de 1998.



## 1999: Bancários da rede pública vão à luta

Os bancários do setor público parecem não acreditar que os seus salários manter-se-iam inalterados mesmo depois de ganharem uma ação de cumprimento na Justiça do Trabalho reinvidicando o mesmo reajuste salarial que os funcionários de bancos privados receberam em 1997 e 1998, sendo 5% e 1,2% respectivamente. Manifestações e fechamento de diversas agências são realizados por todo o país nos primeiros meses do ano como forma de pressionar o banco a dar continuidade à Campanha Salarial de 1998. Os banestadenses organizam uma greve que é suspensa com acordo: eles conquistam reajuste de 6,26% a partir de março e abono de R\$ 1.000,00 e R\$ 700,00 pelas perdas salariais de fevereiro de 1997 a fevereiro de 1999, além de correção do anuênio para R\$ 12,59.

Outra luta organizada pelo Sindicato foi para o repasse dos mesmos benefícios aos



3,5 mil aposentados do Banestado. Somente em Curitiba eram 1.500 inativos, que manteriam segundo o regulamento de plano e benefícios do Funbep (Fundo de Pensões da Classe) equiparação no reajuste salarial dos bancários da ativa.

Em maio de 1999 acontecem as eleições para a diretoria do Sindicato. Unificados na visão cutista, os bancários de Curitiba e região elegem José Daniel Farias através de uma eleição com chapa única, que contemplava uma equipe vinda do antigo Mo-

**Fusões e incorporações realizadas desde o surgimento do Real formam o quadro do sistema bancário nesse período. Grupos estrangeiros detinham 60% do patrimônio dos 10 maiores bancos que operavam no Brasil.**



Em 1999 continua a briga por portas de segurança nas agências

### Sindicato Cidadão mais forte do que nunca

José Daniel Farias, o Jacaré, esteve à frente do SEEB Curitiba de 1999 a 2002, mas a sua participação no movimento sindical começou três décadas antes.

Ele entrou no Bamerindus ainda nos anos 70 para trabalhar no setor de Processamento de Dados e lá foi um dos responsáveis pela criação do Sindicato da categoria, o SINDPD Paraná. A entidade é tida como uma das formadoras da CUT no estado e de outros sindicatos de diversas categorias.

Nos anos 80, Jacaré entrou na BISA (Banestado S/A Informática), onde liderou diversas greves unificadas com os bancários, entre elas a de 1989 que durou 13 dias.

Durante a incorporação da BISA pelo Banco do Estado do Paraná, ocasião que todos os seus trabalhadores passariam a ser funcionários do banco estadual, José Daniel lutou pela filiação dos trabalhadores ao Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região. A sindicalização de mil dos 1.200 funcionários levou o Movimento de Oposição Bancária (MOB) à vitória nas eleições de 1993. A participação ativa no movimento sindical resultou em sua demissão no início da década de 90. "Fiquei um ano e oito meses com o contrato suspenso, até que em uma negociação retornei ao trabalho. Eles perseguiram todos os dirigentes", conta.

De 1993 a 1999, Jacaré fez parte da executiva da CUT e tornou esta experiência o diferencial do Sindicato quando assumiu a presidência. Ali externou o papel social da entidade quando liderou lutas políticas, como, por exemplo, pela conquista do passe escolar e contra a corrupção.

José Daniel também liderou a luta contra a privatização do Banestado e pela manutenção dos direitos dos seus funcionários. O movimento de conscientização em defesa do banco serviu como escudo em defesa de outro patrimônio público: a Copel, que entrou em processo de privatização em 2001 e fracassou graças à pressão popular.

O modo como conduziu o SEEB reflete até hoje na direção sindical dos bancários na capital paranaense. A saúde se tornou luta diária dentro dos bancos e o incentivo que deu à cultura e ao lazer conduziu anos depois a criação de um espaço cultural à categoria.







Lançamento estadual da Cartilha  
"Os Bancos e Você".



Marcha contra o governo FHC no PR

vimento de Oposição Bancária (MOB) criado em 1992 e novos dirigentes que já tinham histórico de lutas em outros movimentos sociais.

José Daniel havia sido diretor do Banestado S/A Informática (BISA) e um dos criadores do SINDPD Paraná (Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados do Estado do Paraná), além de ter representado os bancários na executiva da CUT de 1993 a 1999. Estava com ele uma comitiva de 12 secretários que trabalhariam, dentre as propostas da nova gestão, para aumentar a resistência às demissões, combater a flexibilização de direitos e recuperar o poder de compra dos salários da categoria.

O Sindicato segue a estratégia do comando nacional e investe também no diálogo com os consumidores. É lançada a cartilha "Os Bancos e Você – Conheça seus Direitos de Consumidor", com mensagens de combate às tarifas altas, filas e discriminação aos clientes com menor poder aquisitivo.

Há a participação dos bancários em protesto contra o governo FHC, intitulado "Marcha dos 100 mil em Brasília", que reuniu entidades da sociedade civil, sindicatos e partidos da oposição. No Paraná também há manifestações paralelas com a participação da entidade, a exemplo da Marcha pelo Brasil no estado realizada um ano antes e organizada pela CUT-PR, onde trabalhadores de seis municípios marcharam até Ponta Grossa e pelo caminho iam fechando pedágios, entregando panfletos, doando sangue e plantando árvores.

Em 1999 acontece também a luta dos bancários pela não privatização do Banco Del Paraná, braço financeiro do Banestado no Paraguai. Criado em 1980 e portando um patrimônio líquido de R\$ 15 milhões, o Del Paraná acabou sendo vendido ao Itaú mesmo obtendo lucro de três milhões no ano anterior. A transação fazia parte do processo de privatização do Banestado.

Na Campanha Salarial de 1999 houve greve parcial dos bancários em todo o país, em resposta à proposta apresentada pela Fenaban durante negociações, de reajuste de 4%





O transporte de funcionários em helicópteros a fim de evitar os piquetes é prática comum de vários bancos até os dias de hoje.

e fim do anuênio. Os bancários reivindicavam reajuste de 5,79% mais 4,58% para reposição de perdas durante o Plano Real. Também protestavam contra a série de demissões que a categoria vinha enfrentando. Vários estados promoveram paralisações relâmpagos de até cinco horas, o que provocou a prisão de dirigentes e muita confusão.

Em São Paulo, funcionários do Santander param quatro dias (1 a 4/10) em protesto contra a demissão de 370 funcionários. Havia informações de que o banco pretendia desligar até mil trabalhadores e os grevistas exigiam garantia de emprego. A empresa alugou três helicópteros para levar os funcionários para dentro do centro administrativo do banco. Dois assessores do Sindicato infiltraram-se entre os trabalhadores transportados, para fazer o piquete no local de trabalho, onde 100 funcionários estavam em atividade. Em 4/10, dirigentes do Sindicato e policiais militares entraram em confronto. Na mesma data, cerca de 100 bancários, de três agências do Santander em Campinas e de Americana, também se juntaram à paralisação. Na região de Campi-

**No dia 28 de agosto de 1999, o Sindicato organizou um Ato Público no centro de Curitiba em comemoração ao aniversário de 20 anos da Lei da Anistia e também em homenagem ao escritor e poeta Paulo Leminski. O artista era um dos perseguidos pela ditadura militar pelas ideias que defendia contra o regime.**



Frente ao desemprego gerado pelo capital neoliberal excludente e globalizado, a CUT cria no final da década de 90 a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS. O objetivo era criar alternativas e ferramentas para o desenvolvimento de políticas públicas de geração de trabalho e renda.

nas já haviam sido demitidos oito trabalhadores e, de acordo com o Sindicato, a ordem era dispensar dois por dia. O Santander informou que os desligamentos faziam parte de uma operação para manter a competitividade e eficiência do banco no mercado financeiro. Na mesma data, a paralisação foi suspensa, pois a empresa acabou concordando em negociar as demissões com o Sindicato no dia seguinte. Além disso, comprometeu-se a não demitir mais ninguém e pagar os dias parados. O Santander foi autuado pela Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo por ter convocado funcionários para trabalhar nos dias 2 e 3 de outubro – fim de semana (DIESSE, 1999).

No Rio de Janeiro, trabalhadores paralisaram as atividades de 150 agências do centro da cidade no dia 22 de outubro. O movimento contou com a participação de 1.600 sindicalistas de todo o país e reuniu 15 mil grevistas. À tarde, os bancários engrossaram a passeata convocada pela CUT para convidar a população a participar do “Dia Nacional de Paralisação e Protesto”, marcado para 10/11. O Banco Real determinou a seus funcionários que chegassem de madrugada para não serem abordados pelos piquetes.

Em dezembro foi a vez dos bancários da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil entrarem em greve. Foram dois dias (15 e 16) de paralisação, que reuniu mais de oito mil trabalhadores em diversos estados. Eles reivindicavam o mesmo índice de reajuste salarial concedido aos funcionários dos bancos privados – 5,5% –, entre outros pontos, como PLR, manutenção das cláusulas sociais e instalação de pontos eletrônicos, para evitar os crescentes conflitos com as empresas por conta do controle de horas extras. A CNB calculava que, desde 1995, os bancos privados haviam pago 61,45% de reajuste, contra 25% no BB e 22,15% na Caixa. O Paraná não fez greve, pois as diretorias da CEF e do BB orientaram os gerentes a participar das assembleias que colocaram em pauta a questão, para votar contra a paralisação. O mesmo ocorreu na Bahia, Ceará, Pará, Piauí e Espírito Santo. Ao final do movimento grevista, a decisão judicial manteve a política de reajuste zero nos bancos federais e, no caso específico do BB e da CEF, fixou um abono líquido de R\$ 1.900,00 (DIESSE, 1999).

O Sindicato articula-se para lutar fortemente contra as privatizações anunciadas do Banestado e Banespa para o primeiro ano do novo milênio.

**“Eles vieram maciçamente. Temos os memorandos internos para comprovar a repressão da diretoria da Caixa”**

José Daniel Farias ao Jornal Gazeta do Povo de 15/12/1999.





**CADERNO ESPECIAL  
BANESTADO**







O Banco do Estado do Paraná foi privatizado em outubro de 2000 sob o descontentamento popular, depois de muita luta dos bancários e políticos contra a medida do então governador Jaime Lerner. O que um dia foi uma instituição propulsora do desenvolvimento do estado teve um fim dramático e essa história ficou arquivada na memória dos dirigentes que hoje buscam fazer desta lembrança a resistência para lutas futuras.

O Sindicato dos Bancários articulou ações em prol dos funcionários e da valorização do Banestado desde os primeiros indícios de privatização, isso em 1991. Dois anos depois os rumores aumentaram e a entidade, já nas mãos do MOB-CUT, desenvolveu diversas ações em defesa do banco.

Nessa época o Banestado ainda era bastante lucrativo e mostrava-se como um dos maiores fomentadores da economia paranaense. No final de 1994, o lucro líquido do banco havia sido de R\$ 45,9 milhões, contando 392 agências, 240 postos e 13.274 empregados. Mais de 90% de suas agências estavam no Paraná, contabilizando 362. Muitas delas representavam a única alternativa bancária em pequenos municípios, como Ibaiti, Venceslau Brás, Marechal Cândido Rondon e Palmas<sup>1</sup>. Segundo levantamentos do próprio banco, 884.852 paranaenses contavam apenas com a presença do Banestado em suas localidades em 1999. A oferta de crédito e a criação de condições ideais na área financeira<sup>2</sup> impulsionavam o crescimento desses locais e conseqüentemente o estado desenvolvia-se por igual.

Ainda em 1995, continuou dando lucro, finalizando o ano com ganhos de R\$ 40,2 milhões.

Porém, em 1996, com a substituição da diretoria executiva do banco, ocorreram diversos problemas operacionais na instituição, ainda que sua credibilidade no mercado permanecesse sólida. Houve denúncias de prejuízos e de corrupção decorrentes principalmente da gestão na Banestado Leasing, empresa do conglomerado Banestado, que emitiu durante o ano de 1996 cerca de R\$ 276 milhões em debêntures<sup>3</sup>, com intermediação da Corretora Boa Safra, de Fausto Solano Pereira, pagando juros e comissão de intermediação em valores muito acima dos praticados no mercado à época. Segundo depois se apurou, essas operações eram em grande parte fraudulentas e realizadas com o conhecimento dos gestores e do diretor da Banestado Leasing, Osvaldo Magalhães dos Santos Filho, que foi posteriormente

Jaime Lerner, em entrevista ao *Jornal do Estado* no dia 19/4/1998 lembrou que desde o início do seu mandato em 1994 já tinha a intenção de privatizar o banco, mesmo com um lucro superior a 45 milhões naquele ano. "Quando assumimos o banco estava com profundas dificuldades e o Banco Central até falou em intervenção, mas nós conseguimos contornar a situação".

<sup>1</sup> Dos 399 municípios do Paraná, 71 não contavam com qualquer tipo de atendimento bancário, enquanto outras 130 cidades só tinham o Banestado.

Dados da *Cartilha Banestado Banco Público*, de julho de 2000.

<sup>2</sup> Em 1995, cerca de 90% dos créditos oferecidos ao setor público (prefeituras, empresas públicas, convênios municipais, etc.) eram feitos pelos bancos públicos. O setor financeiro privado não confiava ao setor público seus créditos.

Texto *Banestado e o Paraná*, de Roberto Von Der Osten, 1995.

<sup>3</sup> Debêntures são valores mobiliários representativos de empréstimo que uma companhia faz junto a terceiros e que assegura a seus detentores direito contra a emissora.



O ex-diretor da Banestado Leasing, Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, morreu de maneira misteriosa dias após ter sido responsabilizado em CPI por um desfalque de R\$ 600 milhões na instituição. Santos bateu seu automóvel frontalmente com um caminhão na BR 277 em 1998, o que deixou seu corpo irreconhecível.

Em reportagem, o *Jornal Hora do Povo* de agosto de 2003 relatou que no laudo de Curitiba o cadáver tinha cabelos grisalhos e 1,74 de altura. Osvaldo tinha cabelos pretos e 1,62.

Não foram realizados os exames de impressão digital, arcada dentária e material genético e, sequer, foram tiradas fotos do morto ou do acidente. Mais ainda: a folha que continha o laudo do IML de Ponta Grossa, pela primeira vez na história, foi arrancada do livro. No meio de tantos indícios de que a sua morte foi forjada, apareceu também a denúncia que o caseiro da chácara de Osvaldo havia sumido no mesmo dia do acidente.

Entre os poucos veículos de comunicação que acompanharam o caso após as denúncias, o *Jornal O Estado do Paraná*, de 23/1/2004, citava os resultados finais da exumação realizada pelo Instituto Geral de Perícias do Rio Grande do Sul. Foi confirmado que o corpo enterrado era mesmo de Osvaldo Magalhães. Mas ainda há quem duvide desse final.

<sup>4</sup> Informações do *Jornal Folha Bancária* de 08/6/2000.

<sup>5</sup> Este valor chegou a R\$ 4,750 bilhões, devido à aplicação da taxa Selic (que remunera títulos públicos) sobre o valor durante o tempo que demorou para ser liberado pelo Banco Central. Ao final do processo de saneamento autoridades confirmavam o valor de R\$ 5,1 bilhões.

*Gazeta do Povo*, 5/8/2000.

Frente às denúncias de corrupção, Sindicato reivindica CPI nos Bancos.

afastado e indiciado.

Nesse período, o número de funcionários foi drasticamente reduzido para 5.402, e 15 agências mais 67 postos foram fechados<sup>4</sup>.

O Sindicato manteve-se na defesa dos direitos desses trabalhadores e pela garantia de emprego aos banestadenses, além de brigar por reajustes nos salários que se mantiveram congelados até 1999. As lutas garantiram abonos no lugar dos reajustes e da PLR.

No Banestado as dívidas só aumentavam e em dezembro de 1997 previa-se que, sem privatização, seria necessário R\$ 1,876 bilhão para sanear o banco.

Em março de 1998, o governo estadual decide, juntamente com o Banco Central, privatizar o Banestado. Para muitos a determinação tinha cunho ideológico e partidário e representava o fortalecimento do sistema neoliberal no Brasil. Lerner ainda anunciava a necessidade de R\$ 4,1 bilhões<sup>5</sup> para o saneamento do banco. Desse valor, R\$ 3,75 bilhões seriam concedidos pelo BC com prazo de trinta anos para pagamento e juros de 6% ao ano (ao final do prazo este valor chegaria a R\$ 15 bilhões). O Estado também teria que comprar do Banestado os chamados títulos podres, que foram emitidos pelos estados de Alagoas, Pernambuco e Santa Catarina e pelas cidades de Guarulhos e Osasco, no

**“Onze anos depois, o Paraná já pagou oito bilhões e ainda deve R\$ 8,9 bilhões”.**

Deputado Luiz Carlos Hauly, 2011.





final da década de 90. Para isso, utilizaria ativos da Copel, pouco mais de 48% de suas ações, como garantia do pagamento.

O valor evoluiu de R\$ 1,876 bilhão para R\$ 4,1 bilhões em apenas quatro meses. O Secretário da Fazenda, Giovanni Gionédís, apresentava sua defesa frente às acusações da oposição na qual justificava o aumento do empréstimo em decorrência do crescimento da inadimplência, juros e problemas com a Banestado Leasing. A oposição falava que Jaime Lerner estava arrecadando dinheiro para melhorar a performance do final de seu governo. O deputado estadual Ângelo Vanhoni denunciava que o governo havia promovido um aumento artificial do déficit do banco em pelo menos R\$ 1 bilhão.

A aprovação da lei pela Assembleia Legislativa que autorizava a negociação junto ao BC para a cessão de crédito veio em junho. No mesmo mês, dia 31, Gionédís assinava em Brasília um acordo para privatização do Banestado, que previa o prazo de um ano para total saneamento.

Juntamente com esse anúncio, vem o de que haveria um corte de 50% no funcionalismo do Banestado, medida que foi recebida pelos bancários com muita indignação e protestos. A partir daí houve a inclusão do assunto na Campanha Salarial dos Bancários, com a minuta



### Vitória

Em 2005 o governo conseguiu uma liminar que suspendeu o contrato que dava ao Itaú 48,29% das ações da Copel. Elas haviam sido dadas como garantia de pagamento de títulos públicos comprados pelo Banestado sete anos antes.

Para encerrar a dívida, Jaime Lerner negociou com o Itaú o pagamento de 30 parcelas mensais de R\$ 15,3 milhões. Em 2002, Roberto Requião assumiu o governo e considerou os papéis nulos, recusando-se a pagar os R\$ 456 milhões devidos. Frente à postura de Requião, a Secretaria do Tesouro Nacional aplicou multa ao Estado de R\$ 6 milhões mensais em 2003.

Quatro anos depois foi dada entrada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado em um projeto que previa o fim da multa, e que só foi aprovado em 28 de abril de 2010. O Estado recebeu de volta R\$ 260 milhões referente às multas pagas desde 2005, mas ao todo perdeu R\$ 1,156 bilhão em repasses e punições nos 10 primeiros anos desde a privatização.

*Gazeta do Povo, 3/5/2010, p. 13, Diário Popular, 29/4/2010, O Estado do Paraná, 29/5/2010, p. 3 e Revista dos Bancários, nov. 2010.*



Evolução da dívida do Banestado: Veja a tabela do que aumentou de dezembro de 1997 a 31 de março de 1998, segundo Gionédís.

*Gazeta do Povo, 23/6/1998.*

## Evolução do valor de saneamento

|                                    |                  |
|------------------------------------|------------------|
| Valor total estimado em dez/97     | R\$ 1,876 bilhão |
| Inadimplência/Leasing              | R\$ 404 milhões  |
| Títulos públicos                   | R\$ 350 milhões  |
| Correção entre julho/97 e março/98 | R\$ 123 milhões  |
| Reajuste patrimônio líquido        | R\$ 478 milhões  |
| Plano de Demissões Voluntárias     | R\$ 100 milhões  |
| Fundo de Pensão (Funbep)           | R\$ 547 milhões  |
| Diferença/carteira de fomento      | R\$ 222 milhões  |
| Total                              | R\$ 4,1 bilhão   |

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda





O Comitê União em Defesa do Banestado era formado pelas entidades:  
 AB – Associação Banestado  
 AFAB – Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado  
 FEEB – Federação dos Bancários do Paraná  
 FETEC – Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito  
 GRAZUL – Clube e Investimentos Gralha Azul  
 SINDICATOS DE BANCÁRIOS de: Apucarana, Arapoti, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Cornélio Procopio, Curitiba, Foz do Iguaçu, Goioerê, Guarapuava, Londrina, Maringá, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa, Telêmaco Borba, Toledo, Umuarama e União da Vitória.

de garantia de emprego frente às possíveis demissões. Mesmo assim, o banco opta por estimular a “demissão voluntária” de 1,3 mil funcionários, já que o Acordo Coletivo garantia estabilidade até 1999. Quem optasse pela demissão iria receber 80% do salário por cada ano trabalhado na instituição.

A resistência aumenta e o Sindicato articula a criação de um comitê “União em Defesa do Banestado”, que reunia partidos políticos, diversas entidades representativas da sociedade civil e parlamentares, entre eles o então senador Osmar Dias e o deputado estadual Ângelo Vanhoni.

O comitê articula seu ingresso na disputa eleitoral entre Jaime Lerner (PFL) e Roberto Requião (PMDB) naquele mesmo ano. Requião defendia a não privatização do Banestado e havia assinado um compromisso com os sindicalistas para reverter a venda. Foram organizadas manifestações contra demissões no banco com dirigentes que também levavam em suas faixas e camisetas o número e o slogan do candidato.

Entretanto, com a reeleição de Jaime Lerner, foi dada continuidade ao processo de privatização do banco.

No final de 1998 aumentam os protestos que pediam a apuração das denúncias de possíveis irregularidades cometidas pelos então diretores do banco. Notícias veiculadas na imprensa nacional informavam sobre a lavagem de 30 bilhões de reais do Banestado. A oposição e o Sindicato acusavam o governo de ter provocado a quebra do banco. Em novembro, o Ministério Público Estadual protocola o pedido de investigações, principalmente na área do Banestado Leasing. São apuradas irregularidades envolvendo quase 500 pessoas e abertos 70 inquéritos apenas no período.



As acusações afastam a direção do banco e quem assume a presidência em janeiro de 1999 é o ex-ministro da Previdência Reinhold Stephanes, que dá início ao processo de saneamento do banco.

A primeira ação de Stephanes foi saldar os empréstimos interbancários com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil que geravam déficits milionários ao banco. Houve também a definição do fechamento de diversas agências e a venda do Banco Del Paraná (braço paraguaio do Banestado).

Um programa de demissões voluntárias (PDV) foi implantado com o valor total de R\$ 127 milhões, a fim de demitir 1,7 mil funcionários e mais 479 aposentados que continuavam trabalhando. O Sindicato protesta, afirmando que a solução somente iria engrossar a fileira dos desempregados no estado, pois a maioria dos trabalhadores possuía mais de 40 anos e enfrentariam o preconceito na hora de se realocar no mercado de trabalho<sup>6</sup>.

Com as medidas de saneamento, o Banestado volta a lucrar. No primeiro semestre do ano 2000, o banco registrou uma lucratividade de R\$ 20 milhões, valor que representava rentabilidade sobre seu patrimônio líquido de 9,22%.

**“Muitos bancários perderam seus empregos e não conseguiram se realocar no mercado de trabalho, passando a viver de subempregos”**

Márcio Kieller, dirigente sindical.

## 0 ano decisivo

O ano de 2000 começa com muita mobilização frente à privatização do Banestado. Em abril de 2000, o Movimento Reage Brasil, que nasceu para lutar contra a venda da Vale do Rio Doce, retomou a luta contra esse processo no país. O movimento foi lançado no Paraná no dia 17 de junho de 2000 e reunia entidades da sociedade civil, sindicais, estudantis e partidos políticos que decidiram defender as empresas paranaenses como o Banestado, Copel e Sanepar, além da Petrobras.

Entre as ações principais, estavam: a de esclarecer aos banestadenses e à sociedade em geral sobre as consequências das privatizações; sensibilizar parlamentares sobre a manutenção do banco público e viabilizar pesquisa com a sociedade para aferir o interesse dos paranaenses na venda da instituição.

### Banestado Banco Público



A cartilha “Banestado Banco Público” foi lançada pelo movimento “União em Defesa do Banestado” no dia 3 de agosto de 2000. A publicação conta a história do banco e sua importância para o desenvolvimento socioeconômico do Paraná.

O lucro do Banestado poderia ter fechado em R\$ 168 milhões se parte dele, R\$ 148 milhões, não tivesse sido destinada a cobrir o déficit no Funbep (Fundo de Pensões Multipatrocinado). Este valor deveria ser pago com os recursos do saneamento, mas foi pago com o lucro do Banestado nos primeiros seis meses de 2000.

Os valores foram apresentados em matéria do *Jornal do Estado*, de 30/8/2000.

<sup>6</sup> Os funcionários demitidos recebiam 80% do salário por ano trabalhado, mais R\$ 400 para ressarcimento de gastos com requalificação, R\$ 720 em ticket-alimentação e um ano de assistência médica gratuita extensiva aos familiares.





O Movimento Reage Brasil era contra as privatizações da Petrobras, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, dos Correios, da Copel e da Sanepar.

### Não à privatização!

Pesquisa realizada entre os funcionários do banco revelou que 62,1% eram contra a privatização, 30,9% eram favoráveis e 7% não sabiam ou não quiseram responder. Entre os aposentados, a resistência era maior: 83% eram contra, pois tinham medo de perder os benefícios do Funbep. Foram entrevistados 563 funcionários, sendo 163 aposentados, entre os dias 13 e 16 de junho de 2000.

<sup>7</sup> O projeto de Lei 233/00 estabeleceu obrigações e benesses ao banco adquirente do Banestado e dispensou a Assembleia Legislativa de publicação e votação de sua redação final.

O Sindicato publica diversas edições de seu *Jornal Folha Bancária* trazendo a privatização como assunto principal e aposta na mídia estadual para divulgar suas propostas e reivindicações.

No dia 13 de setembro, a entidade programa o Dia de Luta para marcar a entrega dos abaixo-assinados à Procuradoria Geral da República. O documento foi entregue com aproximadamente 70 mil assinaturas, recolhidas pelos sindicatos cutistas de todo o estado, junto a funcionários e clientes.

A oposição e o movimento sindical tenta adquirir mais força através do adiamento do leilão e da execução de seu processo administrativo. O Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região propõe 10 emendas ao projeto de lei 233/00<sup>7</sup>, estabelecendo responsabilidades ao banco comprador. Uma delas sugeriu a manutenção das tarifas nos valores inferiores aos cobrados pelos bancos privados; e a manutenção dos investimentos sociais do banco, ou seja, para pequenos agricultores, microempresários e em investimentos com a habitação.

O movimento sindical também conseguiu aprovar na Câmara Municipal de Curitiba uma moção de repúdio contra a privatização, com adesão de todos os parlamentares presentes.

Mas nada foi suficiente para impedir a privatização.





SEEB protocola pedido de investigação criminal na Procuradoria do Ministério Público.



Sindicato colhe assinaturas contra a venda do Banestado.

Então, mais uma manifestação é organizada pelo SEEB Curitiba e Região, desta vez no dia 30/8 durante a abertura da Sala de Dados do Banestado, local onde informações gerenciais do Banestado eram disponibilizadas aos bancos interessados e pré-qualificados ao leilão: Bradesco, Itaú, Unibanco, ABN Amro Real e Santander. Os representantes do movimento sindical foram impedidos de entrar por agentes de segurança do governo, o que causou grande tumulto na ocasião. O presidente do Sindicato, José Daniel, foi detido e teve que responder a processo por danos ao patrimônio público, acusado de ter quebrado o vidro da porta de entrada da Sala de Dados.

O Sindicato também entra na Justiça Federal com uma série de ações a fim de acabar com o leilão do Banestado, questionando o valor fixado de R\$ 434 milhões e as ações da Copel que foram dadas como garantia pelo governo do Estado. Entretanto, todas elas não conseguiram suspender a venda do banco paranaense. O Sindicato e a Associação dos funcionários do banco diziam<sup>8</sup> que no momento da avaliação não foi considerado o cálculo com relação aos 10% dos depósitos à vista (R\$ 430 milhões), 5% dos depósitos a prazo (R\$ 1,750 bilhão), 5% dos depósitos e, caderneta de poupança (R\$ 1,430 milhão) e o patrimônio líquido (R\$ 454 milhões). Levando-se em conta apenas esses quesitos o valor mínimo do Banestado alcançaria R\$ 650 milhões<sup>9</sup>.

Sem avanços frente à privatização, os funcionários do Banestado focam sua luta na negociação de seus direitos. Entretanto, um ambiente

**“Boa parte dos empréstimos do Banestado foi quitada por muito menos que a metade de seu valor. Valores de R\$ 100 mil foram pagos por 10 ou 15 mil, a fim de receber de maneira rápida as dívidas do banco em vias de privatização”,**

Márcio Kieller

<sup>8</sup> Sindicato entrou com ação popular na Justiça Federal com o apoio de três senadores do Paraná: Álvaro Dias (PSDB), Osmar Dias (PSDB) e Roberto Requião (PMDB).

<sup>9</sup> Informações do Jornal *Gazeta do Povo*, 3/10/2000, p. 23.



## Preço do Banestado é confirmado em R\$ 434 mi

Cinco instituições financeiras devem disputar a compra do banco



Presidente do Sindicato dos Bancários, José Daniel Farias.

## Entidades vão tentar impedir leilão



O presidente do Sindicato dos Bancários, José Daniel Farias, foi detido durante a abertura da sala de dados do Banestado.

*Gazeta do Povo - 31/08/00 - p. 26 - Economia*

# Tumulto na abertura da sala de dados

### Sindicalistas quebraram porta de vidro, na tentativa de entrar no local

**A ABERTURA DA SALA DE DADOS, LOCALIZADA na Rua Presidente Farias, 431, no centro de Curitiba, para os cinco bancos interessados em adquirir o Banestado, foi marcada ontem por grande tumulto. O presidente do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região Metropolitana, José Daniel Farias, foi detido e levado até o 1.º Distrito Policial.**

Ele queria entrar no local e acabou quebrando o vidro de uma porta. Liberado posteriormente, continuará respondendo a inquérito por danos ao patrimônio público.

De acordo com a assessoria da Secretaria da Fazenda, as informações constantes na sala de dados sobre o Banestado estão disponíveis apenas para os bancos pré-qualificados ao leilão - Bradesco, Itaú, Unibanco, ABN Amro Real e Santander.

No primeiro dia de funcionamento da sala de dados, 70 técnicos representantes das instituições financeiras pré-qualificadas ao leilão de privatização do Banestado compareceram ao

local em busca de um informações sobre o banco. Eles receberam um CD-Room contendo informações não sigilosas e tiveram acesso a todos os tipos de dados, que não são de conhecimento público. Itaú e Unibanco, independentemente do acesso que terão as salas de dados, instalaram escritórios especiais em Curitiba, para melhor analisar as informações.

A Secretaria de Segurança foi encarregada pelo governo do estado a dar total cobertura para que não haja mais nenhum incidente no local onde funcionam as cinco salas de dados.

O presidente do Banestado, Reinaldo Stephanes, está muito

preocupado para que a imagem do banco não seja prejudicada e fez um apelo ontem neste sentido aos sindicalistas.

O Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região está programando a coleta de 64 mil assinaturas para apresentar uma emenda popular à Assembleia Legislativa, pedindo a realização de um plebiscito sobre o destino do banco.

O sindicato conseguiu uma liminar na 3.ª Vara da Fazenda Pública para que fosse publicado um edital de protesto judicial, alertando os interessados sobre os direitos dos funcionários, principalmente com relação ao fundo de pensão e ao plano de saúde.

No primeiro dia do data room 70 técnicos representantes de instituições bancárias compareceram em busca de informações sobre o banco e tiveram acesso a informações que não eram do conhecimento público, afirmou o Jornal Gazeta do Povo, de 31/8/2000. Itaú e Unibanco instalaram escritórios especiais em Curitiba somente para analisar esses dados.





Banco impede distribuição de jornal dos funcionários.

de horror instala-se dentro das agências, com o cerceamento à informação dos funcionários (com a proibição da distribuição do Jornal Contra-Cheque e da circulação do Jornal da Conselheira) e ameaças de demissão.

O único jeito para avançar em suas reivindicações é a greve. Os banestadenses pararam durante treze dias, de 5 a 17 de outubro. A paralisação fechou quase 100% das agências na busca de estabilidade no emprego por 18 meses após a venda do banco, manutenção da sede administrativa no bairro Santa Cândida, garantia de que as agências não seriam fechadas e manutenção do Fundo de Pensão e Plano de Saúde até 2002, além de reajuste salarial e pagamento das horas extras.

Na sexta-feira, dia 6 de outubro, Stephanes anuncia que iria descontar os dias parados do salário dos funcionários grevistas a partir da segunda-feira (9). Mesmo assim a greve dura até o dia 17. A greve também continuou após liminar da justiça que considerou a paralisação abusiva e impôs multa de R\$ 25 mil por entidade sindical pelo não cumprimento da decisão. Foram mais quatro dias de protestos desde a decisão. Há tempos não se via uma mobilização de massa tão forte.



# Greve do Banestado pára 21 agências em Curitiba

Cerca de 2,5 mil bancários aderiram ao movimento que é contrário à privatização

**André Bartololi**

A greve dos funcionários do Banestado parou 21 das 24 agências de Curitiba, sob o comando de Associação de Bancários-Curitiba-Integrados, no Avenida Marçal Davelos, e Associação Curitiba de Bancários-Curitiba, na Rua Marçal Galvão, sob o comando do Sincio Córdia, com atuação no bloco da Distribuição de serviços de informática, que funcionam com 20% da capacidade normal.

No Estado todo, o movimento conseguiu a adesão de mais ou de 4.500 funcionários que atuam em 27 agências de Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com o que representa uma adesão de 70%. O movimento conseguiu agências de outros e alguns teve o adesão restrito aos bancos.

Segundo o presidente do Sindicato dos Bancários de Curitiba, José Daniel Farias, trabalhadores agências são empresas que fazem os serviços em geral. O banco tem 27 agências em Paraná, sendo 160 no Paraná e um total de 1.500 funcionários.

No início do movimento de greve foram pela presidente do banco, Rosalinda Siqueira, e pelos agências Marçal Davelos e Marçal Galvão e outros. Em todos os setores, a mobilização não foi de adesão ao público.

Farias disse que todos as agências de Curitiba devem parar hoje e amanhã do início da manhã. Alguns agências de Curitiba pararam, sob o comando do Sincio Córdia, por falta de adesão dos funcionários.

Por aderir em algumas de segundo dia de greve, o Banestado pretende realizar um movimento com os Bancos 24 Horas e Rede Sudoeste. Atualmente em bancos, estaduais, e Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. A adesão de empresas do Banestado refere-se que, desde então, os clientes podem solicitar a conta e fazer pagamentos.

Também estão disponíveis os serviços automáticos que podem ser usados para o pagamento de depósitos, previamente, funcionários públicos e de empresas privadas que não são funcionários do banco. No final do mês de agosto, o sindicato estava trabalhando em acordo com o banco para obter as agências de Curitiba de 10 horas, especialmente, para atender os aposentados.

Sucessos dizem que o banco não pretende aceitar os movimentos. Os projetos de greve de agosto ainda não foram estabilizados. "Este movimento não vai ajudar em nada, vai atrapalhar a imagem do banco, porque pode prejudicar o cliente, o funcionário e a instituição", afirmou ele no início da greve de greve no Congresso Nacional em Santa Clotilde.

Farias disse que não há possibilidade de dar garantia de emprego porque o banco aderiu em greve. "O que seria produzido e a apresentação dos dados não ter garantia de emprego", afirmou.

Apesar de aderir ao movimento, Curitiba, e Polícia Militar e registros policiais são considerados com a greve. A adesão de empresas de PM são que não aderiram ao movimento para aderir a greve.



Mobilização dos funcionários de Banestado no agêncio de 15 de Novembro com o Monsenhor Celso ao lado para o...

# Greve do Banestado atinge SP e SC

**Previsão do Sindicato dos Bancários é que hoje todas as agências de capital vão parar**

**Cláudio Pente**



Funcionários de Banestado protestam frente à agência Avenida em Curitiba.

A greve dos funcionários do Banestado contra o projeto de privatização do banco que estava sendo apresentado no mês de agosto, começou a sexta-feira, 20, com o fechamento de agências em Curitiba de Curitiba, São Paulo e Santa Catarina. No capital, 30 das 35 agências foram fechadas em Curitiba, com exceção parcial centro. O dia teve atendimento, os serviços foram feitos em Curitiba e Santa Catarina. Na capital, 30 das 35 agências foram fechadas em Curitiba, com exceção parcial centro. O dia teve atendimento, os serviços foram feitos em Curitiba e Santa Catarina.

**Ação no TC pede suspensão do leilão**

O Conselho de Controle de Atividades Bancárias (CCAB) decidiu hoje suspender o leilão de venda do Banco do Brasil. O presidente do conselho, José Daniel Farias, disse que a medida foi tomada porque o projeto de privatização do banco não tem a aprovação do Senado. O projeto de lei que cria o Banco do Brasil é considerado "inconstitucional" pelo Conselho. O presidente do conselho, José Daniel Farias, disse que a medida foi tomada porque o projeto de privatização do banco não tem a aprovação do Senado. O projeto de lei que cria o Banco do Brasil é considerado "inconstitucional" pelo Conselho. O presidente do conselho, José Daniel Farias, disse que a medida foi tomada porque o projeto de privatização do banco não tem a aprovação do Senado. O projeto de lei que cria o Banco do Brasil é considerado "inconstitucional" pelo Conselho.

**Movimento se intensifica no interior**

Em Curitiba, o movimento se intensificou com a adesão de agências de Curitiba, Londrina e Curitiba Príncipe e de alguns estados vizinhos. A greve de agosto a mobilização dos funcionários com a adesão de agências de Curitiba, Londrina e Curitiba Príncipe e de alguns estados vizinhos. A greve de agosto a mobilização dos funcionários com a adesão de agências de Curitiba, Londrina e Curitiba Príncipe e de alguns estados vizinhos. A greve de agosto a mobilização dos funcionários com a adesão de agências de Curitiba, Londrina e Curitiba Príncipe e de alguns estados vizinhos.

# Sindicato diz que greve continua na segunda

**Para presidente da entidade, direito dos clientes está sendo respeitado**



Farias: nova assembleia.

O presidente do Sindicato dos Bancários de Curitiba, José Daniel Farias, garantiu ontem que apesar da decisão da Justiça, a greve dos funcionários do Banestado continuará na próxima segunda-feira. Uma nova assembleia dos funcionários será realizada pela manhã para definir as ações do dia.

Farias disse que até o final da tarde de ontem não havia indicação de qualquer negociação e que de forma alguma a greve é alternativa, tendo em vista que os serviços essenciais, no caso a compensação de cheques, estão sendo feitos normalmente desde o início da greve e que funcionários e clientes do banco jamais foram impedidos de entrar nas agências ou ocupar seus postos de trabalho. Ele lembrou que todos os meios eletrônicos funcionaram normalmente nestes dias de greve e que os gerentes também podem executar suas tarefas, em...

tando prejuízos aos clientes. A greve dos funcionários do Banestado pede a estabilidade do emprego por 18 meses após a privatização e continuidade do plano de saúde do fundo de pensão, o não fechamento de agências e a manutenção de tarifas bancárias reduzidas. O banco propôs imediatamente o emprego por seis meses, proposta que foi rejeitada pelos funcionários.

|                |        |
|----------------|--------|
| 15 de Novembro | Itaipó |
| Marçal Davelos | Itaipó |
| Marçal Galvão  | Itaipó |
| Marçal Galvão  | Itaipó |
| Marçal Galvão  | Itaipó |
| Marçal Galvão  | Itaipó |
| Marçal Galvão  | Itaipó |
| Marçal Galvão  | Itaipó |
| Marçal Galvão  | Itaipó |
| Marçal Galvão  | Itaipó |
| Marçal Galvão  | Itaipó |
| Marçal Galvão  | Itaipó |
| Marçal Galvão  | Itaipó |
| Marçal Galvão  | Itaipó |
| Marçal Galvão  | Itaipó |
| Marçal Galvão  | Itaipó |









Polícia Militar fecha a Marechal Deodoro para impedir que manifestantes se aproximem do local do leilão

## O leilão

Chega o dia do leilão, 17 de outubro, agendado para acontecer na Bolsa de Valores do Paraná. A cena parecia as da época de ditadura: um efetivo de 200 policiais militares fazia a segurança do local, que reuniu funcionários, sindicalistas e estudantes em protesto contra a privatização. Eles exibiam notas de R\$ 1 e R\$ 10,00 e cantavam o Hino Nacional.

O final dessa história parece terminar, quando exatamente dois minutos antes do início do leilão, previsto para as 10 horas, é entregue uma liminar em ação popular encaminhada pelo deputado federal Dr. Rosinha (PT), determinando a suspensão da venda, sob a alegação de que o preço mínimo do banco para o leilão era muito baixo.

Mas, o drama estava longe de um final feliz. Exatamente uma hora depois, às 10h58, o secretário Giovani Gionédis recebia um telefonema comunicando que o desembargador Sydney Zappa havia cassado a liminar por entender que a suspensão do leilão traria prejuízos ao erário público.

Três bancos estavam credenciados para participar no leilão: Unibanco, Itaú e Bradesco. O Bradesco ofereceu R\$ 710 milhões, o Unibanco R\$ 1,250 bilhão e o Itaú R\$ 1,515 bilhão. Então, como as duas ofertas

### Itaú adquire vantagens na compra do Banestado

1. O Itaú dispôs de R\$ 41,740 bilhões em Créditos Tributários, que acabou por deduzir dos impostos nos anos seguintes.
2. O Banestado foi vendido com R\$ 3,6 bilhões disponíveis para ser aplicado da forma que conviesse ao Itaú.
3. O Itaú recebeu junto com o Banestado um estoque de R\$ 1,387 bilhão em operações já registradas como prejuízo, assumidos pelo governo do Estado, que poderiam ser transformados em receitas pelo novo banco.
4. O Itaú dispôs também pelo prazo de cinco anos das contas do governo do Estado, recebendo ainda remuneração por esse serviço.



# Banestado vândido com ágio de 302,8% ao Itaú

1ª Edição do Jornal - 08/10/00 - p. 1



- Presidente do BC, Arminio Fraga, considera a venda "espetacular".
- Dinheiro será usado pelo governo para abater dívida com a União.
- Itaú vai manter a marca Banestado e a sede do banco em Curitiba.
- Valor do ágio é o maior já alcançado em privatizações no Brasil.

O Banestado foi vendido para o Banco Itaú, ontem, por R\$ 1,625 bilhão, em leilão ocorrido na Bolsa de Valores do Paraná, em Curitiba. Uma liminar concedida às 10h atrasou o processo de privatização, mas não impediu o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Octávio Zappa, casou-a, sob a alegação de que haveria prejuízo ao erário público. Com a autorização judicial e em uma sessão pública, proferida na sede do DVPR, o leilão aconteceu em 15 minutos e seu resultado foi considerado "espetacular", como definiu o presidente do Banco Central, Arminio Fraga. Sobre o preço mínimo de R\$ 403,41 milhões houve um ágio de 302,81%, o maior já alcançado em privatizações. O Itaú venceu a proposta do Bradesco, que ofereceu R\$ 710 milhões, e no lance em vice-viz foi superado o Unibanco, que chegou a R\$ 1,580 bilhão. O Itaú tomou posse do Banestado dia 24 de outubro e garante que seu processo ocorrerá na sede do banco, continuará em Curitiba. Com a aquisição, o Itaú sobe a posição de segundo lugar no ranking dos bancos privados brasileiros. O alto valor do ágio permitirá ao governo do Paraná abater 20% da dívida total com a União, antes em R\$ 1 bilhão. Páginas 2, 11 e

*De secretário estadual da Fazenda, Giovanni Gomide, o superintendente do DVPR, Amador Loureiro e a diretoria do Itaú bancos e mercados. Banestado deixa de ser estatal.*

## Ação popular contra a venda do Banestado

Liminar que questiona o valor estipulado como preço mínimo e quer suspender a transação



**União confirma interesse**

União confirma interesse em adquirir o Banestado, segundo o ministro da Fazenda, Antonio Carlos de Aguiar. O ministro afirmou que o governo federal não se opõe à venda do banco paranaense para o Itaú, desde que o preço mínimo seja mantido. Ele também mencionou que o governo está avaliando a possibilidade de adquirir uma participação no banco.

maiores tiveram uma diferença inferior a 20%, houve uma nova rodada e ao final dos lances, o Itaú comprou o Banestado. O banco paulista pagou R\$ 1,625 bilhão, com um ágio de 302,81%, o maior já registrado na história das privatizações de empresas no Brasil. O valor foi de R\$ 1,221 bilhão acima do lance mínimo estabelecido de R\$ 403,41 milhões.

O valor arrecadado pelo Estado com a venda foi integralmente repassado à União, abatendo somente 20% da dívida contraída com o saneamento do Banestado, não deixando reservas para investimentos na área social, como havia prometido o governador Jaime Lerner. Do empréstimo, até abril de 2010, o Paraná havia quitado R\$ 6 bi e ainda devia R\$ 9 bi.

Alguns dias depois do leilão, no dia 25/10/2000, uma liminar concedida pelo desembargador Octávio Valeixo, do Tribunal de Justiça do Paraná, suspendeu os efeitos da venda do Banestado. Entretanto, a liminar somente impediu o cumprimento da solenidade marcada para acontecer no Palácio Iguaçu onde a diretoria do Itaú assumiria oficialmente o conglomerado. O governo e o Banco Central disseram em nota oficial que a liminar não tinha nenhum efeito prático sobre o leilão, pois a operação já havia





**É lamentável presenciar uma tentativa de demissões em massa financiada com dinheiro público, já que o processo de 'saneamento' e posterior privatização foi bancada pelo governo, que ainda pode dar a Copel de brinde nesta brincadeira".**

José Daniel, para o Jornal *Contra-Cheque*, de 21/12/2000.



<sup>10</sup> No dia 17/12/2002, seis mil balões foram soltos em frente à agência Itaú na Rua XV de Novembro para simbolizar as seis mil demissões que ocorreram no antigo Banestado após a sua privatização.

sido compensada. No dia seguinte, o ministro Paulo Costa Leite, presidente do Superior Tribunal de Justiça, deferiu o pedido da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, permitindo a continuidade no processo de privatização do Banestado, afirmando novamente que o cancelamento traria consequências ruins ao erário público.

A ação continuou em trâmite na justiça.

## Demissões

Durante o processo de privatização do Banestado não houve nenhuma intervenção do governo federal ou estadual que impedisse as demissões em massa. O Banco Central, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Almir Pazzianoto e o secretário da Fazenda do Paraná Giovani Gionédis somente recomendaram verbalmente ao Itaú a manutenção de sete mil funcionários pelo prazo mínimo de cinco anos. Contudo, nenhum documento foi assinado, onde o banco se comprometesse com esta ação.

Um dia após o leilão, o ministro havia declarado que conhecia o Dr. Olavo Setúbal (presidente do Itaú) e que conversaria com ele pessoalmente para que não houvesse demissões<sup>10</sup>, não sendo necessário colocar isso por escrito.

No dia seguinte, o Itaú anuncia o fechamento de 30 agências pelo interior, em regiões tidas pelo Banco Central como deficitárias, resultando em 100 demissões. Cerca de cinco meses depois seriam mais mil demitidos.

O Sindicato promove então uma série de mobilizações a fim de conter as demissões e garantir os direitos dos trabalhadores. Os funcionários remanescentes do Banestado tiveram também seu ATS (Adicional por Tempo de Serviço) reduzido e suas horas extras tiveram que ser compensadas quando passaram ao sistema do Itaú.

O Banestado teve a primeira greve após a privatização em protesto contra as demissões pelo Itaú no dia 14 de dezembro: a agência Westphalen foi fechada. No dia seguinte, a primeira agência a entrar em funcionamento na história do banco (em 28 de novembro de 1928), situada na Rua XV de Novembro, também parou.

O Sindicato denunciava as medidas administrativas impopulares do Itaú desde a compra do Banestado, como a extinção de setores, ausência de comunicação, seleção de pessoal com "perfil" Itaú e transferência invo-





No dia 20/2/2001 o Sindicato lançou o placar das demissões que o Itaú vinha promovendo no Banestado. Ele foi instalado na frente da agência XV de Novembro e era atualizado semanalmente com o número de funcionários demitidos. Em fevereiro de 2001 já contabilizavam-se 569 demissões.

luntária para agências fora de Curitiba e Região Metropolitana. Setores inteiros já haviam sido comunicados que deveriam optar pela transferência

Com o início de demissões pelo Programa de Demissões Voluntárias (PDV) em fevereiro de 2001, que provisionava três mil demissões, são intensificados os protestos. O Sindicato aparece na mídia denunciando que as demissões, em sua maioria, eram de funcionários com mais de 15 anos de vínculo com o Banestado (a idade dos demitidos era em média 40 anos). Alguns ainda eram portadores de doenças profissionais e outros estavam prestes a se aposentar.

Da mesma maneira que foram esquecidas as promessas do governo e da diretoria do Itaú de não demitir os funcionários do Banestado, acabou sendo esquecido também o compromisso do Itaú em manter o nome do Banestado em suas agências por cinco anos. Somente 126 das 376 agências mantiveram o marca até dezembro de 2001. As outras 250 já estavam com o visual novo, entre elas as principais do antigo banco.

Nesse período a média de demissões dos funcionários do Banestado chegava de 10 a 15 por dia<sup>11</sup>. Dos oito mil funcionários do banco existentes na época da privatização, em 2010 restavam somente 1,6 mil trabalhando no Itaú.

**“O banco demitiu indiscriminadamente, de forma arbitrária e ilegal. Entre os cortes, o Itaú demitiu ilegalmente um sindicalista (José Otávio, diretor do Sindicato dos Bancários de Londrina) e um integrante da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes/CIPA (Enio Ramos) eleito pelos trabalhadores, os quais tinham estabilidade no emprego, além de funcionários em pré-aposentadoria e inúmeros funcionários com Lesões de Esforço Repetitivo (LER)”**

José Daniel Farias.



<sup>11</sup> Informação dada em entrevista por José Daniel Farias, em 19/7/2010.



## Mau negócio para o Paraná

Além de proporcionar assistência jurídica, o Sindicato ajudou os demitidos do Banestado a buscar um outro emprego ou a montar o seu próprio negócio, de acordo com a vontade de cada um. No dia 23/3/2001 foi organizado o Seminário “Complexos Cooperativos Solidários – uma saída coletiva de geração de trabalho e renda para os demitidos banestadenses”.



Clientes reclamam do atendimento depois da privatização. Cliente queima talão de cheque em protesto.

<sup>12</sup> Dados da Cartilha Banestado Banco Público, que reuniu balanços realizados no ano de 1999 pela FEBRABAN, FETEC/PR, BANESTADO e DIESSE.

Para os paranaenses o negócio também não foi muito bom. O Banestado era um dos principais financiadores de imóveis habitacionais do estado até a venda para o Itaú, principalmente para a classe média baixa. Para se ter uma ideia, em 1999 o Banestado tinha investido R\$ 1,1 bilhão em financiamento habitacional e R\$ 44,2 milhões na agricultura<sup>12</sup>.

Em novembro de 2001, pouco mais de um ano depois da privatização, a carteira não operava mais. Só era possível financiar no Itaú 45% do imóvel, enquanto o Banestado financiava 90%.

Essa alteração levou as construtoras a elitizar os produtos, disputando o mercado no topo da pirâmide enquanto a demanda estava na base.

O governo dizia que compensaria a oferta de crédito à população com a criação de uma agência de fomento econômico.

Entretanto, a Lei Estadual 12.201, de 25/6/98, autorizava o Estado a contratar apenas R\$ 100 milhões em financiamento para criar a agência de desenvolvimento. Somente o Banestado, em depósitos, tinha captado R\$ 3,78 bilhões em março de 2000 e estava presente em 80% do estado do Paraná. No seu balanço de março de 2000 o banco era responsável pelo repasse de R\$ 303 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e emprestava ao setor privado R\$ 1,513 bilhão.

Microcréditos seriam concentrados no também criado Banco do Emprego.

## Corrupção

O Sindicato organizou desde o início das apurações de irregularidades no Banestado diversos protestos envolvendo bancários e a população curitibana. No dia 1º de maio de 2000, o SEEB, o Fórum por Terra, Trabalho, Cidadania e Soberania e ainda a Pastoral Operária realizaram um ato público em frente à Catedral da cidade e caminhada até a Praça Nossa Senhora da Salete, em frente ao palácio do governo. No caminho, munidos de vassouras, baldes e escovas, os manifestantes lavaram os prédios de instituições acusadas de envolvimento em casos de corrupção e imoralidade. A primeira parada foi na agência 19 de Dezembro do Banestado.

Em 2003, o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região lançou





Gustavo Erwin Kuss



Gustavo Erwin Kuss



### Esquema antiético após a venda

“A diretora de fiscalização do BC, Tereza Grossi, foi agraciada posteriormente com um assento no Conselho de Administração do Banco Itaú e, Pedro Malan, então Ministro da Fazenda e controlador da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), também recebeu como presente um cargo no Conselho de Administração do Unibanco. Tirem suas próprias conclusões”.

Marisa Stedile.

manifesto pedindo a criação de uma “Comissão Parlamentar de Inquérito” (CPI) na Assembleia Legislativa para investigar a remessa ilegal de recursos para o exterior, através da agência do Banestado em Nova York. O dinheiro era enviado para fora do país pelas contas CC-5 e de lá iam para os paraísos fiscais.

Desde 1999 existia uma proposta de criação de uma CPI do Banestado na Assembleia Legislativa. A comissão foi aberta somente em junho de 2003, depois que a bancada de oposição conseguiu as assinaturas necessárias para o requerimento. A CPI depois se transformou em CPMI, contendo 16 deputados e 16 senadores.

Uma Força Tarefa rastreou as remessas ilegais de dinheiro e em função disso bloqueou centenas de milhões de reais em bens, no Brasil e no exterior. Foram denunciadas 684 pessoas e 97 condenadas até 2007.

Em 2009 contabilizava-se US\$ 124 bilhões em evasões para o exterior, sendo que somente US\$ 10 bilhões retornaram aos cofres públicos nessa época.

Os esquemas de desvio e lavagem de dinheiro ainda envolviam políticos famosos do PSDB, como comprovaria em novembro de 2011 o jornalista Amauri Ribeiro Junior com o livro “A Privatária Tucana”.

A obra contém resultados de uma pesquisa de mais de 10 anos baseada em documentos sobre o esquema de corrupção envolvendo as privatizações na Era FHC. O homem por trás de tudo isso era Ricardo Sérgio de Oliveira, tesoureiro das campanhas eleitorais de José Serra e Fernando Henrique Cardoso (PSDB) A ele cabia tornar possível as privatizações em troca de propina das empresas arrematadoras, claro que “em nome dos tucanos” (RIBEIRO, 2001, p. 71). Aconteceu na venda da Vale do Rio Doce, aconteceu na Telebrás, e em tantas outras. No Banco do Estado do Paraná não poderia ter sido diferente.

Além da propina, ficaram comprovados na CPMI do Ba-

- A Tele Norte Leste foi adquirida pela empresa Infinity Trading de Tasso Jereissati (PSDB-CE), que passou a controlar a telefonia em 16 estados.
- A propina recebida pelo PSDB na venda da Vale do Rio Doce foi de R\$ 15 milhões.
- O primo de José Serra (PSDB), Gregório Marín Preciado, adquiriu três estatais de energia elétrica: a Coelba, da Bahia; a Cosern, do Rio Grande do Norte; e a Celpe, de Pernambuco.

RIBEIRO, 2011



# Bancários defendem CPI do Banestado

O Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região Metropolitana lançou na quinta-feira manifesto pedindo a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa para investigar a remessa ilegal de recursos para o exterior, através da agência do Banco do Estado do Paraná (Banestado) em Nova York. O dinheiro era enviado para fora do país através das contas CC-5.

Normalmente passavam pela agência do Banestado em Nova York e de lá seguiam para paraísos fiscais. "A repercussão da

cação não é suficiente para aplacar a impunidade. Os US\$ 30 bilhões desviados para contas laranjas seriam fundamentais para a implementação de um projeto de redução das desigualdades sociais do País", argumenta a presidente da instituição, Marisa Stedile.

Segundo ela, o volume de recursos desviados demonstra o "descalabro em que se encontra a administração pública no Brasil, e indica que governos encobrem as fraudes e, em geral, são beneficiários delas". A sindicalista critica o Banco Central, que não teria exercido seu papel

pode se isentar da cumplicidade com as "atrocidades cometidas contra a Nação".

O sindicato considera que o resultado da privatização do Banestado foi desastroso para a sociedade. "O Itaú recebeu um banco totalmente saneado, isento de qualquer ônus, com uma rede de 376 agências e com mais de 550 mil clientes. De presente, ganhou ações da Copel no valor de mais de R\$ 500 milhões e as contas do governo do Estado por cinco anos. Em agradecimento ao Estado do Paraná, por todas as vantagens recebidas, o Itaú demitiu mais de 7 mil trabalhadores

Segundo artigo do sindicato, os 550 mil clientes que Itaú herdou do Banestado significam um movimento de mais R\$ 12 bilhões por ano. "Somente uma CPI será capaz de desvendar os segredos que envolvem as negociatas patrocinadas pelo governo de Jaime Lerner (PFL), que remontam emissão de debêntures da Banestado Leasing e à compra de precatórios de estados falidos causadoras de enormes prejuízos ao povo paranaense e devem, certamente, fazer parte do esquema de remessa ilegal de recursos ao exterior", conclui o sindicalista.

nestado desvio e lavagem de dinheiro, além de movimentação de dinheiro proveniente do contrabando de diamantes do país. A conexão entre esse agravo com o dinheiro público e as vitórias eleitorais do PSDB em todas as campanhas desde 1994 são claras. Até mesmo a flexibilização<sup>13</sup> das regras para estimular a entrada de capital estrangeiro do país promovida por Fernando Henrique sob alegação de desenvolvimento foram fundamentadas nessas transações.

Esses são somente alguns episódios desta história, que certamente ainda resguarda surpresas a serem reveladas.

<sup>13</sup> O Anexo 4 da lei que estimula a atração de capital estrangeiro ao Brasil mantém o anonimato dos responsáveis pelos fundos estrangeiros que investem no país.

A Privatária Tucana, p. 89.

## Saúde em risco

Uma das lutas do Sindicato durante os anos do saneamento foi para garantir o direito dos funcionários do Banestado a um Plano de Saúde digno.

Com a preparação para a privatização, a diretoria cortava custos a fim de tornar o banco mais atrativo aos compradores. E foi o cuidado com a saúde de seus funcionários que sofreu um desses cortes.

Os empregados, aposentados e dependentes do Banestado tinham direito a um plano pelo qual pagavam 30%. Ao banco cabia custear 70% de toda a sua utilização. O funcionário ainda tinha o direito de transformar este pagamento num valor mensal através do Seguro Fator Moderador.

Em 1998 isso muda e o banco passa a cobrar dos usuários 100% do valor das consultas e 50% dos procedimentos médicos. Depois de muita resistência, negociações e mudanças, o plano estabeleceu coparticipação de todos os empregados em 75% do valor das consultas, de 50% (limitado ao no máximo R\$ 100,00) nos exames e procedimentos ambulatoriais e de 30% (limitado ao no máximo R\$ 500,00) nas internações hospitalares.









Capítulo 6  
**Bancários no  
novo milênio**







O início do terceiro milênio traz aos bancários de Curitiba e Região algumas perspectivas inéditas quanto às relações de trabalho e à construção de uma nova sociedade, mais democrática e participativa. A luta encorajada pelo Sindicato contra a privatização do Banestado desde os anos 90 e intensificada no ano 2000 foi um exemplo disso. Ela ensinou lições preciosas ao povo paranaense, renovou suas esperanças e evidenciou o poder da população em mudar a realidade quando a venda da Copel foi interrompida um ano depois.

Durante o ano 2000, as lutas da entidade giraram em torno do combate à exploração de mão de obra, na exigência de maior segurança nas agências e na busca constante pela igualdade de oportunidades. Esse tema foi lançado oficialmente pela executiva nacional dos bancários e seu debate foi incentivado nos locais de trabalho, através de encontros e por meio de uma cartilha distribuída em todo o país, com informações sobre a discriminação sexista e racial no ambiente de trabalho e na vida em geral.

É nesse ano também que o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região tem ativa participação na luta pela não privatização do Banco do Estado de São Paulo (Banespa). Já no início do mês de janeiro, os bancários da capital mobilizaram-se através de reuniões com a única agência do banco na capital, situada na Rua Marechal Deodoro, e no dia 13 retardaram a abertura do local em uma hora. A partir daí aconteceram mais manifestações e paralisações até a venda do Banespa para o Santander, concretizada no dia 20 de novembro. O leilão havia sido adiado por várias vezes em decorrência de liminares concedidas em ações abertas pelo Sindicato de São Paulo. Por meio de toda essa mobilização, o movimento sindical conseguiu garantir a antecipação de benefícios para aposentadorias, reduziu os riscos de demissão e preservou os direitos conquistados anteriormente pelos trabalhadores da ativa.

Em março, foi a vez do banco HSBC ser alvo de protestos. Diversas paralisações e manifestações<sup>1</sup> foram promovidas em cerca de 30 municípios do Paraná e de outros estados durante a “comemoração” dos três anos do banco no Brasil. Houve a distribuição de um bolo à população de Curitiba em frente à agência HSBC Palácio Avenida com a mensagem “Três anos HSBC. Comemorar o quê?”. Segundo os sindicalistas, não havia nada o que festejar. A qualidade de vida dos funcionários da instituição havia piorado de maneira drástica. As exigências do banco estavam interferindo na vida pessoal dos funcionários, que além de trabalhar aci-



O Sindicato participa do Carnaval de Curitiba, com o Bloco Revolucionário Balança Povo que o de Cima Cai, que teve como lema: Brasil, outros 500. No ano seguinte, em 2001, o lema seria Um outro Paraná é Possível, tendo como alvo do protesto os seis anos de governo Lerner: crime organizado, violência no campo, corrupção, privatizações e desmonte do serviço público. O movimento sindical começou a participar do carnaval, não oficialmente, em 1995, quando os bancários levaram para a avenida o bloco Aviso Prévio, que voltou a cair no samba em 1996 e 1997. Em 1998 o Aviso Prévio deu lugar ao Balança Povo que o de Cima Cai, com o objetivo de ampliar a participação dos sindicatos. Em 1999, o mesmo bloco denunciou a subserviência do governo FHC ao FMI.



Ato contra a privatização do Banespa no dia 13/1/2000

<sup>1</sup> As ações e reivindicações feitas durante o aniversário do HSBC foram definidas durante o Seminário Nacional dos Dirigentes Sindicais do HSBC, realizado em Curitiba em 29 de fevereiro e 1º de março, com a presença de 86 delegados de todo o país.





O HSBC adquiriu o Bamerindus em 26 de março de 1997 e no período de três anos lucrou R\$ 390 milhões. Também demitiu 9.282 bancários, incluindo aqueles que foram mandados embora enquanto o Banco Central preparava o Bamerindus para a venda.

ma da jornada dentro das agências, eram obrigados a sair vendendo produtos do HSBC durante as horas de folga e nos finais de semana. Só assim conseguiam cumprir as metas, que se tornavam cada vez maiores e impossíveis de atingir. Na época houve relatos inacreditáveis, como o de um funcionário que mesmo de licença médica por ter fraturado a perna saía para vender com a mulher dirigindo o carro. O banco também havia reajustado o Seguro Saúde dos funcionários em até 250%.

No dia 12 de abril, cerca de 200 bancários do HSBC de todo o Brasil estiveram em Curitiba, em um protesto nacional unificado, que paralisou 10 agências da cidade,

apesar das pressões contrárias da diretoria do banco. Os ingleses tentaram de tudo: primeiro condicionaram as negociações à abertura das agências a partir das 14 horas. Sem resultados, chamaram a polícia. A PM chegou arrancando várias faixas e agrediu uma sindicalista, deixando-a com hematomas no braço. Mesmo assim, o movimento resistiu e manteve a greve.

Dois dias depois houve a entrega da pauta de reivindicações à diretoria do banco, e no dia 26 do mesmo mês o Sindicato finalmente sentou à mesa para a negociação, quando garantiu Bolsa Educação e Seguro Saúde em condições mais favoráveis. O HSBC liberou mais R\$ 1 milhão

Protesto no Palácio Avenida no dia 12 de abril de 2000.



PM foi chamada para impedir greve.





para custear cerca de 500 bolsas de estudo naquele ano, centralizando as concessões no departamento de Recursos Humanos. Para o ano seguinte haveria a ampliação deste número em 200 bolsas, transferindo o processo para as unidades.



Funcionários e sindicalistas fazem vigília em frente ao HSBC da Vila Hauer no dia 26/4/2000.

Paralelamente aos embates com a diretoria do HSBC, os banestenses entraram em greve nos dias 27 e 28 de março e renovaram o Acordo Coletivo de Trabalho até fevereiro de 2001, com a garantia de não extinção de horas extras. O banco insistia na compensação das horas, mesmo sem acordo formal com o Sindicato, item que atingia quase 50% do quadro. O acordo<sup>2</sup> também garantiu o pagamento semestral da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). No segundo dia de greve, as paralisações contabilizaram 21 agências de um total de 35 existentes na capital, além de outras 14 cidades do interior.

Os funcionários do Bradesco também tentavam negociar algumas cláusulas sociais específicas, entre elas mais emprego, direito aos 30 dias de férias, prevenção contra a LER e auxílio-educação, já que o banco obrigava os funcionários a terem curso superior, mas não pagava o suficiente. As reivindicações colidiram com a intransigência dos banqueiros e paralisações foram realizadas em todo o país no dia 10 de maio. Em Curitiba, a paralisação aconteceu na agência Portão, na Avenida República Argentina.



No ano 2000 o dia 29 de fevereiro passou a ser lembrado como o Dia Internacional de Consciência sobre a LER (Lesões por Esforços Repetitivos DORT). A ideia de estabelecer uma data para discutir a LER começou de um grupo de voluntários canadenses. O dia 29 não foi escolhido por acaso, mas sim por se tratar da única data do calendário que não se repete, diferentemente da LER. Assim, em anos não bissextos, a data é lembrada em 28 de fevereiro.

Na ocasião, o Sindicato montou uma tenda no centro de Curitiba, onde orientava a população, distribuía panfletos e explicava sobre os riscos de se adquirir a doença. O slogan da campanha de conscientização era "Porque o trabalho não deve doer". O Sindicato também iniciou nesse ano a oferta de sessões de acupuntura para lesionados em sua sede.

<sup>2</sup> Uma das lutas do Sindicato durante o ano 2000 foi pelo pagamento das horas extras dos bancários, visto a lei 9.601 de 1998. A lei permite que as horas extras trabalhadas pelo empregado em um dia, em vez de pagas, sejam compensadas com a diminuição de sua jornada em um outro dia. Mas para que essa compensação seja válida, o banco deve obedecer algumas regras, estabelecidas em lei e pela Constituição Federal. O banco não pode estabelecer a compensação sem que haja um acordo formal com a participação do Sindicato, através de Convenção Coletiva ou Acordo de Trabalho. Também prevê que o número de horas compensadas não pode ultrapassar a soma da própria jornada semanal legal do trabalhador no período máximo de um ano, e, ainda, que a jornada diária não pode exceder o limite máximo de 10 horas diárias.





No dia 18 de setembro foi ao ar pela primeira vez o programa TV Ban, feito pelo Sindicato. Ele era veiculado todas as terças (15h30) e quintas (22h30) no Canal Comunitário (14 NET e 63 TVA) e nas segundas às 20h30 na TV Objetiva (canal 75, cabo TVA). O programa trazia informações de interesse dos bancários, como a Campanha Salarial, e dedicava parte de seu tempo a debates fervorosos como a luta em defesa do Banestado.

Entretanto, a maioria das reivindicações da categoria somente iria ser debatida efetivamente durante a Campanha Salarial 2000/2001<sup>3</sup>, definida durante a II Conferência Nacional dos Trabalhadores do Sistema Financeiro. O evento foi realizado nos dias 1 e 2 de julho em São Paulo, com a presença de 237 delegados que delimitaram o reajuste salarial a ser reivindicado em 9,21%.

Para os bancos públicos esse percentual seria diferente. Os funcionários do Banestado pediam 9,21% de reajuste salarial mais aumento real em 19,96% e 3% de proteção salarial. Para os funcionários da Caixa o reajuste reivindicado ficou em 68,51%, percentual necessário para repor as perdas acumuladas desde 1º de julho de 1994, data da implantação do Plano Real. Para o Banco do Brasil, o reajuste ficou em 58,13%, conforme definido no XI Congresso Nacional dos Funcionários do BB entre 28 e 30 de julho. Do percentual, 19,96% correspondiam ao aumento real, a título de valor adicionado resultante do crescimento do sistema financeiro na participação no PIB. O restante referia-se à reposição salarial definida para a categoria, mais os reajustes concedidos pela Fenaban de 1996 a 1999, período em que o banco manteve os salários dos funcionários congelados.

No dia 5 de setembro foi agendada a primeira rodada de negociação com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), em São Paulo. Os banqueiros contrapuseram um reajuste de apenas 5%, além de propor o fim do anuênio para os bancários que ingressassem no emprego, dando indenização a quem já recebia a benefício. Eles ainda recusaram-se a discutir garantia de emprego, auxílio-educação e segurança bancária. A proposta não foi aceita.

<sup>3</sup> Os funcionários das Cooperativas de Crédito e Financeiros também incorporaram a luta por reajustes. Os financeiros pediam piso de R\$ 779,00 mais reposição da inflação desde junho/1999, além do reajuste nos demais benefícios. Os empregados das Cooperativas brigavam por abono salarial equivalente aos três anos em que não tiveram correção dos salários e benefícios, mais reajuste de 14,99% relativo ao período de junho/1997 a maio/2000.

Marisa Stedile discursa na II Conferência Nacional







Paralisação surpresa no Bradesco em 13/9/2000.



A Campanha então se fortalece em Curitiba com paralisações surpresa em diversos bancos: Bradesco nos dias 13 e 22/9, Itaú em 18/9, ABN/Real em 26/9, CGD/Bandeirantes em 5/10 e CGC Bandeirantes e Unibanco, ambos no centro da cidade, Marechal Deodoro em 8/10, além dos 13 dias de greve no Banestado<sup>4</sup>.

As manifestações também ressaltaram os protestos dos bancários frente às denúncias feitas pela mídia envolvendo desvio de dinheiro público em bancos federais. Reportagem publicada pelo Jornal Folha de São Paulo nos dias 26 e 27/6 relatava que os diretores do Banco do Brasil, inclusive o presidente Paolo Zaghen e o diretor de Recursos Humanos Leandro Martin Alves, estavam engordando seus salários nomeando-se uns aos outros conselheiros de empresas coligadas do BB ou nas quais a Caixa da Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) tinha participação acionária. A denúncia envolvia 60 executivos que haviam sido nomeados para conselhos de empresas em que a Previ tinha ações. Enquanto isso, os funcionários do banco federal não recebiam reajuste salarial há cinco anos. A direção do BB negava o reajuste e impunha uma PLR que penalizava quase a totalidade dos empregados para beneficiar algumas poucas dezenas de administradores.

O mesmo acontecia na Caixa Econômica Federal. A Revista Época publicara em sua edição de agosto que o governo federal havia, através de auditoria, descoberto um rombo de U\$ 120 milhões nas contas da Funcef (Fundo de Pensão da Caixa Econômica Federal), envolvendo os

<sup>4</sup> Funcionários do Banestado fizeram greve de 5 a 17 de outubro para garantir estabilidade no emprego e outros benefícios em ocasião da privatização do banco.



nomes dos empresários Ricardo Mansur e Pedro Paulo de Souza. Enquanto isso, os funcionários do banco também estavam sem reajuste há cinco anos. Em 2001 as suspeitas iriam se somar as de enriquecimento ilícito do ex-presidente da Funcef José Fernando de Almeida, que teria usado o dinheiro da entidade para elevar seu patrimônio de cerca de R\$ 400 mil para R\$ 5 milhões.

As falcatruas não paravam por aí. Outra reportagem da Folha de São Paulo trazia a informação de que o Instituto de Ciência Bancária, administrado pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), pagava a viagem de ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Supremo Tribunal Federal (STF) e de diversos juizes trabalhistas para eventos que discutiam o direito do trabalho em hotéis e resorts caríssimos. Os bancos, segundo o Jornal Folha Bancária de 18/7/2000, eram as empresas que mais enfrentavam ações na justiça, em todas as instâncias.

Ainda mais fortalecidos em um senso comum de justiça e de restabelecer seus direitos, os bancários reuniram-se em assembleia no dia 9 de novembro a fim de deflagrar greve por tempo indeterminado. Com a decisão, a Fenaban voltou a negociar com a categoria; dessa vez com a apresentação de uma proposta digna, que foi aceita pelos bancários. Depois de dois meses em campanha, os sindicatos da CUT, que representam 90% da categoria, fecharam acordo com reajuste de 7,2% e PLR de 80% + R\$ 450,00, tíquete-refeição de R\$ 9,18, cheque-alimentação de R\$ 145,00, auxílio-creche de R\$ 113,00.

A Campanha Salarial também foi encerrada para os funcionários do Banco do Brasil, mas com reajuste bem abaixo do desejado. Eles receberam reposição de 1,7% e abono linear de R\$ 2.500,00.

Na Caixa Econômica Federal, os bancários continuaram na luta por benefícios. Em Curitiba, 25 agências foram fechadas no dia 10 de novembro e no dia 18 sindicalistas de todo o país paralisaram a matriz do banco em Brasília. Diversas lideranças foram presas depois que a empresa resolveu chamar a polícia, atitude que se repetiu em Curitiba no dia 25 durante uma manifestação pacífica. O presidente do Sindicato José Daniel e o diretor financeiro Ivo Luska foram detidos.

A campanha da CEF finalizou com reajuste zero, mas com alguns avanços em relação ao pagamento de horas extras. O banco comprometeu-se a pagar o trabalho extra e concedeu abono de R\$ 1.200,00.

A Comissão Executiva dos Empregados (CEE – Caixa), com o apoio do Sindicato, iniciou desde então diversas tentativas para chegar a um

### ATS em xeque

Uma das propostas da Fenaban durante a Campanha Salarial de 2000/2001 era extinguir o direito para os novos contratados e indenizar em R\$ 1.100,00 os trabalhadores que optassem pelo fim dele. Para os sindicatos, a opção pela indenização significava a venda de um direito histórico da categoria e acarretava perdas perto de R\$ 1.000,00 em um prazo de três anos, conforme estudos do Dieese. Para a conclusão da Convenção Coletiva de Trabalho, a categoria decidiu resolver a questão em plebiscito no mês de dezembro que iria reunir 206 mil bancários.



bom termo na Campanha Salarial 2000/2001. Na véspera do Natal, o SEEB promoveu um dia diferente em frente ao prédio da Caixa (localizado na Praça Carlos Gomes) e na agência Zacarias. Cigano, pai de santo, magos e feiticeiros participaram durante toda a manhã de uma manifestação onde tentavam reverter a má sorte dos funcionários. Diretores distribuíram um panfleto denunciando também a discriminação do banco no atendimento a clientes e convidando-os a brigarem pelos seus direitos. A luta por melhores salários arrastou-se até março de 2001, terminando sem grandes resultados.



## FGTS

O Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região mobiliza-se frente à briga nacional para garantir a correção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em ocasião das perdas com os planos Verão (1989) e Collor I (1990). Em 31 de agosto de 2000, o Superior Tribunal Federal (STF) dá ganho de causa aos trabalhadores, que receberiam mais de R\$ 40 bilhões.

A luta estende-se por mais um ano, quando seria decidida a maneira de quitação desse resíduo pelo governo. A CUT apresenta proposta de que o pagamento da dívida deveria ser feito de forma imediata aos cidadãos de menor renda e aos demais em um prazo máximo de três anos. Entretanto, o governo fecha acordo com a Força Sindical para pagamento em parcelas semestrais que só viriam a cessar em 2006, sem pagamento de juros. E ainda a adesão dos trabalhadores ao acordo seria mediante ao cancelamento das ações judiciais que muitos deles tinham em andamento.

## 2001: um outro mundo é possível

O ano começa com a participação do Sindicato no Fórum Social Mundial<sup>5</sup>, promovido pela primeira vez por movimentos progressistas de vários países com a finalidade de lutar pelo desenvolvimento humano e contra a globalização neoliberal, discutida anualmente no Fórum Econômico Mundial de Davos na Suíça, desde 1971.

O encontro, que reuniu dez mil pessoas representando 120 países, aconteceu entre os dias 25 e 30 de janeiro, em Porto Alegre, com a realização de mesas-redondas, conferências e oficinas, cujos debates giraram em torno de temas como democracia, ética e solidariedade entre os povos, privilegiando a participação popular e a implementação de políticas públicas de inclusão social com participações de mo-

<sup>5</sup> O 1º Fórum Social Mundial contou com:

- 4.702 delegados
- 2.570 nacionais
- 1.509 de 117 países
- 764 veículos de comunicação, sendo 442 nacionais e 322 de 52 países
- 104 painelistas de 36 países
- 165 convidados
- 51 tradutores





Jornada Nacional em Defesa da Vida e das Liberdades Democráticas promovida pelo Fórum de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania e Soberania no dia 2 de junho de 2000.

vimentos sociais, empresários, acadêmicos, religiosos, entidades da sociedade civil e ONGs.

O SEEB de Curitiba e Região, juntamente com outras entidades paranaenses representadas pelo Fórum de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania e Soberania, distribuíram um dossiê durante o evento, denunciando Jaime Lerner pela violência no campo, desmonte do serviço público e o envolvimento de setores do governo no crime organizado. O mesmo Fórum levou 20 mil pessoas à Brasília para exigir uma CPI das denúncias que envolviam o governo federal.

Em inúmeros outros momentos os sindicalistas organizaram manifestações a fim de cobrar providências e informar a população sobre a onda de corrupção do governo. Em 19 de maio houve o lançamento do Varal da Corrupção, contendo matérias de jornais e revistas que relatavam os escândalos de desvio de recursos públicos por políticos. Estavam lá o governador Jaime Lerner, acusado de comandar um esquema de escuta telefônica no Palácio Iguaçu durante a campanha eleitoral em 1998 quando venceu Roberto Requião, Cássio Taniguchi e o Caixa dois, Antônio Belinatti, ex-prefeito de Londrina acusado de desviar 250 milhões de reais, entre outros.

Entre os temas defendidos pelo Sindicato em 2001, verificamos a demissão como o mais forte. A entidade inicia o ano organizando manifestações e paralisações em agências do Banestado/Itaú. Poucos meses depois da privatização, no dia 26 janeiro, já se somavam mais de 100 demitidos, fora os setores terceirizados (telefonia, limpeza, vigilância, etc.). Em fevereiro, a média de demitidos chegou a 20 bancários por dia.

A ampliação do movimento veio com a insistência do Itaú em implantar o banco



de horas e conceder uma indenização pelo fim das horas extras aos funcionários remanescentes do Banestado, que na verdade significaria redução salarial e, portanto, uma prática inconstitucional. O Sindicato responde com diversas manifestações, que são barradas pelo Itaú por meio de Interditos Proibitórios concedidos pela justiça.

O Bradesco é alvo dos mesmos protestos no início de 2001. Somente nos três primeiros meses do ano dois mil bancários foram demitidos. Calculava-se que a eliminação era de no mínimo 10% nos postos de trabalho com a terceirização do autoatendimento, nos malotes e BDN (Banco Dia e Noite). A direção do banco jogava a culpa pelos cortes sobre as costas dos gerentes, que estariam dispensando somente os funcionários que não tinham bom desempenho profissional<sup>6</sup>.

Outra prioridade dos bancários era a já histórica luta pela segurança nas agências. Muitos bancos ainda resistiam em não seguir a lei, preferindo arcar com multas altíssimas a investir na segurança dos clientes e de seus funcionários. O Bradesco era o banco que mais resistia à colocação de portas giratórias detectoras de metal em suas unidades no ano de 2001. De um total de 2.207 agências, apenas 500 tinham o equipamento.

O debate sobre assédio sexual também marcou o ano de 2001, com o lançamento em março de uma campanha de prevenção. Uma cartilha da Confederação Nacional dos Bancários (CNB) foi apresentada pela bancária Marisa Stedile na Câmara Municipal de Curitiba através de uma sessão especial promovida pela então vereadora Dra. Clair (PT). A publicação esclarecia a diferença do assédio e da paquera, seus limites, o que fazer e quem procurar em caso de agressão. Alguns dias depois do lançamento da cartilha, o Congresso aprovou a lei que tipifica o assédio sexual<sup>7</sup> como crime.

A Campanha Salarial 2001/2002 teve seus rumos traçados pela III Conferência Nacional dos Bancários, realizada entre 13 e 15 de julho em Brasília. Cerca de 400 delegados de todo o país definiram as reivindicações: barrar a terceirização e ampliar a representação do ramo financeiro; igualdade de oportunidades e ampliação da vigência do contrato coletivo para dois anos. Os índices para reajuste salarial foram posteriormente calculados: 20,46% (privados), 70,71% (Caixa) e 64,03% (BB).

Um dos principais pontos reivindicados também era a inclusão dos bancos federais, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, nas negociações com a Fenaban.

Interdito Proibitório é um tipo de ação usada para assegurar a posse do imóvel ao seu proprietário. Os banqueiros dizem que as agências são de sua propriedade e que não podem usá-las como gostariam porque os bancários, representados pelo Sindicato, impedem a entrada de clientes e empregados que não querem aderir à greve. A Justiça Estadual concede liminar que proíbe piquetes e outras manifestações a 50 metros de cada agência. Este recurso tornou-se bastante utilizado nos anos seguintes por diversos bancos sendo eles privados ou públicos.

<sup>6</sup> Informação da Publicação Nacional da Comissão de Empresa dos Funcionários do Bradesco (Raios), junho 2001.

<sup>7</sup> Informações da Revista da Fetec – Retrospectiva, 2001.



### VITÓRIA DOS BANCÁRIOS DA CAIXA

Em julho, o juiz Alexandre de Azevedo Silva, da 8ª Vara do Trabalho do Distrito Federal, proferiu sentença proibindo o banco de contratar trabalhadores por empresas terceirizadas em todo o Brasil. O juiz entendeu que houve fraude na contratação de mão de obra para trabalho tipicamente bancário. A Caixa teve prazo de 90 dias para rescindir o contrato com as prestadoras de serviços e ficou proibida de fazer novas contratações de terceirizados.

No dia 25 de setembro o Sindicato lançou o Jornal do Cliente, que trazia informações sobre as tarifas abusivas dos bancos, as condições de exploração dos bancários, os riscos da terceirização e da falta de segurança nas agências. Várias edições foram publicadas.



Outro tema intenso da Campanha foi a terceirização. Empresas contratavam funcionários para fazerem o serviço do bancário com salários de R\$ 400,00, bem abaixo do piso da categoria, o que resultava em prejuízo não somente para os bancários, mas também para os clientes. Uma reportagem da Folha de São Paulo na edição de abril de 2001<sup>8</sup> trouxe a denúncia de que o sigilo bancário estava sendo prejudicado devido à queda na qualidade dos serviços. O jornal confirmava ser possível obter através de um trabalhador terceirizado até mesmo informações como a renda mensal, o CPF, a identidade e o telefone do cliente. Jornalistas tiveram acesso a dados cadastrais da apresentadora Xuxa Meneghel, do ex-piloto Nelson Piquet e de outras personalidades. Conseguiram também cópia de cheques de vários correntistas. Na Caixa Econômica os terceirizados chegavam a 46% do quadro.

A Campanha Salarial foi lançada no dia 28 de agosto com manifestações nos principais centros financeiros do país. Em São Paulo e Rio de Janeiro os sindicalistas distribuíram bolo. O Rio contou ainda com a encenação de dois artistas, um com pernas de pau, simbolizando o lucro dos banqueiros, e outro um anão, demonstrando o arrocho do salário. Florianópolis trabalhou o mote da campanha “reascender a esperança” com apresentações de bailarinas e violinistas dentro de várias agências da cidade.

Em Curitiba, o Sindicato começou batendo de frente com falta de segurança. A agência Marechal do Unibanco ficou fechada durante toda a manhã. “Só saímos daqui com o compromisso da instalação das portas giratórias”, dizia o presidente José Daniel na ocasião. Com a ameaça de a paralisação persistir, a direção da empresa comprometeu-se a instalar o equipamento.



Greve, 28/8/2001

<sup>8</sup> Informação reproduzida pela Folha Bancária, de 10/4/2001, p. 2.



Houve mobilização constante, com fechamentos e retardamento na abertura de agências e unidades de diversos bancos até dia 24 de setembro, quando a Fenaban apresentou sua contraproposta: somente 4% de reajuste e PLR de 80% sobre os salários mais R\$ 468,00 fixos, com limite de R\$ 3.640,00.

A resposta dos bancários vem com a organização de uma greve nacional no dia 26 de setembro, que em Curitiba fechou 24 agências do centro. Em outubro diversas agências da Região Metropolitana foram fechadas: São José dos Pinhais seis agências no dia 10/10; Campo Largo cinco agências no dia 25/10; além do Centro Administrativo do HSBC no Xaxim que trabalhavam 600 funcionários (23/10) e o Centro de Processamento do HSBC na América Latina, o CPD Kennedy, que trabalhavam cerca de 1.300 funcionários (24/10).

A segunda proposta da Fenaban veio depois de mais de 40 dias e outras muitas paralisações. O reajuste de 5,5% mais abono de R\$ 1.100,00, PLR de 80% mais R\$ 500,00 fixos, com limite de R\$ 3,8 mil, foi aprovado em assembleia no dia 6 de novembro.

Depois de muita luta e de engolir um reajuste de até 150% apenas para os diretores e executivos e zero para demais empregados, os funcionários do Banco do Brasil aprovaram a segunda proposta apresentada pelo banco de reajuste de 2% mais abono de R\$ 1.000,00, vale-tíquete de R\$ 9,40, auxílio-creche de R\$ 110,00; além de uma conquista inédita: a implantação da cesta-alimentação de R\$ 60,00.

Os funcionários da CEF não aceitaram o acordo fechado com a Contec e continuaram na Campanha Salarial. Este acordo foi denunciado como inconstitucional, pois retirava benefícios específicos: reduzia o auxílio-doença deixando somente o que prevê a lei e o adicional noturno de 50% para 20%, representando redução nos salários. A luta terminou sem aumento e outros benefícios.



### Lei das filas

A Câmara de Vereadores de Curitiba aprovou no dia 19 de setembro de 2001 o Projeto de Lei que estipula um tempo máximo de espera para atendimento ao público nas agências bancárias de Curitiba. O projeto de lei do vereador Tadeu Veneri, rejeitado na Câmara em outubro de 1999, foi reapresentado em 2001, dessa vez com a assinatura dos vereadores Tadeu Veneri, Ney Leprevost, Alexandre Curi, Fábio Camargo, Pastor Valdemir, Antonio Bueno e Reinhold Stephanes Jr.

O tempo de espera na fila não pode ultrapassar 20 minutos (dias normais) e 30 minutos (vésperas de feriados, pós-feriados e dias de pagamento dos servidores municipais, estaduais e federais).



Nos dias 5 e 6 de abril, o Sindicato participou de protesto contra a política da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. O principal objetivo da manifestação, que aconteceu em Buenos Aires, era criticar a dominação dos Estados Unidos sobre a América Latina. Um Seminário discutiu ações para impedir a ALCA.







Maniferação conta os grampos no HSBC Palácio Avenida no dia 12/6/2001.

## HSBC espiona Sindicato

Em 2001 o Sindicato descobre um esquema de grampos e espionagem feito pelo HSBC em todas as atividades da entidade, envolvendo seus diretores, funcionários e até familiares dos sindicalistas.

O HSBC havia instalado escutas telefônicas e mantido um departamento de inteligência com policiais militares e até um coronel norte-americano: o ex-combatente na guerra do Vietnã Lewis Keith foi chamado para chefiar o setor. Houve também a contratação do coronel da reserva do Exército Lício Pereira de Freitas, e da empresa Control Risc, por ele dirigida. O esquema contou ainda com a ajuda de funcionários públicos da área de segurança do Estado, incluindo Polícia Federal e Polícia Civil, entre eles 12 delegados, além da Receita Federal. O banco solicitou também fichas do cadastro civil e antecedentes de sindicalistas junto ao Instituto de Identificação do Estado<sup>9</sup>.

A descoberta do esquema aconteceu em maio, quando o sargento da Polícia Militar, Jorge Luiz Martins<sup>10</sup>, entrou com uma ação trabalhista na justiça contra o banco e anexou papéis secretos da instituição. Apesar de pertencer aos quadros da PM, Martins

<sup>9</sup> Informações retiradas de matéria publicada no Informativo dos Funcionários do HSBC, no dia 27/7/2001, p. 4 e 5.

<sup>10</sup> Ainda em 2000, Martins foi demitido da Polícia Militar do Paraná por manter emprego na iniciativa privada, o que é proibido. No relatório 21/97, assinado pelo ex-sargento, acumulam-se dados sobre ocorrências criminais e judiciais envolvendo os dirigentes do Sindicato e informações sobre seus cônjuges.



trabalhava para o Serviço de Inteligência do HSBC. Os advogados de Martins levaram a ação aos conhecimentos do Banco Central (BC), que acabou por informar o Sindicato dos Bancários do caso. A entidade sindical solicitou imediatamente uma cópia dos documentos ao BC.

Frente à terrível descoberta, o Sindicato ingressou com ação na 20ª Vara Cível de Curitiba pedindo indenização por danos morais e entregou dossiê à CPI da Telefonia na Assembleia Legislativa, que apurava escutas telefônicas clandestinas, contendo provas da operação. Entre elas havia um bilhete escrito à mão por Jorge Luiz, em papel com o antigo logotipo do “Bamerindus”, endereçado ao chefe do departamento jurídico do banco, que dizia: “Dr. Machado, conforme orientação do dr. Floriano, encaminho relatório do Sindicato dos Bancários para vosso conhecimento. Jorge Luiz Martins”. No mesmo bilhete, dr. Machado assina e reenvia o papel a outro advogado do setor, “dr. Gilson”. O documento também trazia a assinatura de Lewis Keith.

Deputados e a Confederação Nacional dos Bancários (CNB) pediram investigação do HSBC pela Câmara e Polícia Federal, além de terem feito denúncias na CIOSL (Confederação Internacional de Organização de Sindicatos Livres), OIT (Organização Internacional do Trabalho) e Consulado da Inglaterra<sup>11</sup>.

Entretanto, no dia 18 de junho o desembargador Osíris Fontoura suspendeu os trabalhos da CPI por 90 dias. Os bancários protestaram, fechando dia 22 a agência Centro Cívico do HSBC e organizando uma mobilização em frente ao Tribunal de Justiça. O policial à paisana Waldir Antunes – da assessoria militar do TJ – acompanhado de outros PMS, foi ao caminhão de som do Sindicato e destruiu o cabo do microfone. Os bancários providenciaram outro microfone e cercaram o caminhão até que José Daniel terminasse o discurso.

Recomeçados os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia, Jorge Luiz Martins foi chamado a depor e confirmou que o banco realizou escutas telefônicas em ramais instalados na entidade sindical em Curitiba. Ele contou também que em caso de greve a Polícia Militar era mobilizada imediatamente. “As fotos do movimento eram encaminhadas ao departamento jurídico, e existiam dossiês sobre o Sindicato dos Bancários”<sup>12</sup>. Martins ainda confirmou que o HSBC dispunha de uma verba mensal de R\$ 15 mil para consertos de viaturas utilizadas pelas polícias Civil e Militar.

O caso ainda tramita na justiça.



José Daniel entrega dossiê dos grampos à CPI da Telefonia.

<sup>11</sup> Folha Bancária, de 6/6/2001, p. 1.

<sup>12</sup> Informações e depoimentos relatados pelo Jornal Folha Bancária, de 13/9/2001.





## A Copel é Nossa!

A privatização do setor elétrico brasileiro também fez parte da transição econômica do Brasil, que transferiu diversas funções antes consideradas de responsabilidade do Estado para a iniciativa privada. No país esse processo começou em 1995 com a Excelsa, companhia de eletricidade do Espírito Santo, e seguiu com a Light no Rio de Janeiro<sup>13</sup>.

Privatizar uma empresa que gerasse prejuízos era até que justificável para alguns, mas nunca a solução para os movimentos de esquerda. Entretanto, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) havia lucrado R\$ 430 milhões no ano 2000, 40% a mais do lucro líquido obtido no ano anterior, e mesmo assim o governo do estado do Paraná anunciava sua venda em janeiro de 2001.

Debaixo de duras críticas da oposição, o governador Jaime Lerner chegou a admitir que “a decisão de vender a Copel não era do Estado, mas do governo do Brasil e já tinha sido tomada há alguns anos”.

Diante desses fatos, a população paranaense mobiliza-se. “A Copel é Nossa” era

<sup>13</sup> De origem canadense, a Light começou a atuar no Brasil no começo do século XX. A empresa foi estatizada pelo governo do Rio de Janeiro durante a ditadura militar e passou a pertencer à Eletrobras criada em 1962. Com a privatização, a Light passou a pertencer a três empresas diferentes, sendo a CEMIG sua maior acionista.



o lema do Fórum Popular Contra a Venda da Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) lançado oficialmente no dia 15 de março e que chegou a reunir cerca de 400 entidades paranaenses (entre elas o SEEB Curitiba e Região), além de parlamentares, personalidades e partidos políticos.

A intenção do Fórum Popular era conscientizar a população sobre as consequências da privatização e revogar a lei que autorizava a venda da Companhia. Para isso foram coletadas mais de 120 mil assinaturas em todo o estado, que foram entregues durante um ato público realizado no dia 11 de junho e que reuniu mais de dez mil pessoas em frente ao Palácio Iguazu. Enquanto parlamentares discursavam, uma comitiva do Fórum

**Em outubro a população participou de plebiscito sobre a venda da Copel, em que cerca de 98% dos votantes disseram NÃO à privatização.**

entrou na Assembleia Legislativa do Paraná e protocolou um Projeto de Iniciativa Popular contra a Venda da Copel que previa a realização de um plebiscito caso o governo persistisse em sua deliberação.

No dia 14 de agosto, os deputados do Paraná reuniram-se para votar o projeto, em uma das sessões mais fervorosas da história. Sindicalistas e estudantes faziam vigília em frente à assembleia e em muitas ocasiões houve confronto com a polícia de choque. Parlamentares aliados ao governo desligaram os microfones da oposição causando confusão. Houve agressão entre deputados.

O projeto de suspensão da venda por 90 dias, de autoria do deputa-



Manifestantes derrubam grade e ocupam plenário da Assembleia Legislativa para impedir leilão no dia 15 de agosto de 2001.

### Deputados são subornados

O chefe da Casa Civil do governo Jaime Lerner, ex-ministro Alcení Guerra, admitiu pela imprensa que o "Palácio Iguazu barganhou com os parlamentares apoio à venda da Copel". Para ele, que inclusive foi acusado de corrupção no governo Collor, "é uma prática normal trocar cargos por votos". Outra denúncia partiu do colunista Cláudio Humberto, publicada em diversos jornais do país, apontando que "um voto a favor da venda da Copel na Assembleia Legislativa do Paraná pode chegar a R\$ 1,5 milhão".

Folha Bancária, de 10/4/2001.



O SEEB/Curitiba lançou no dia 4 de abril o Placar da Copel: um painel móvel que circulava pela cidade contendo o nome dos 54 deputados estaduais e suas respectivas posições em relação à privatização da empresa.





PM impede entrada de oposição na AL

**“A privatização acabou não saindo graças à pressão popular, e o governo Lerner foi obrigado a cancelar o leilão”**

Eustáquio Moreira,  
dirigente sindical.

<sup>14</sup>A mídia denunciava que o governo queria vender a Copel para cobrir um rombo de mais de R\$ 500 milhões nos cofres públicos. É que no processo de privatização do Banestado, o governo havia se comprometido a pagar os títulos precatórios podres do banco paranaense, que chegaram a R\$ 654 milhões. O estado de Pernambuco pagou sua parte e ainda restavam R\$ 530 milhões para pagamento em março de 2002. A menos de uma semana do prazo para o pagamento expirar, uma decisão judicial anulou cláusulas contratuais que deixavam mais que a metade da Copel como caução da dívida (70 bilhões de suas 86 bilhões de ações).

Gazeta do Povo, dias 15/12/2001 e 28/3/2002.

do Divanir Braz Palma, chegou a ser votado na madrugada do dia 15. A votação chegou ao resultado de 26 a 26, sendo desempatada pelo presidente da Casa, Hermas Brandão, que ficou do lado do governo e arquivou o projeto. A sessão foi interrompida, já no meio da manhã, quando estudantes e sindicalistas entraram em massa na Assembleia, que a essa altura já estava repleta de policiais. Eles expulsaram todos, momento em que muitos manifestantes foram agredidos. O dirigente bancário Elias Jordão foi atingido na cabeça e encaminhado ao atendimento do Siate. A sessão só foi retomada no dia 20 de agosto, com a Assembleia fortemente cercada pela PM e sem a presença da população, que aguardava na Praça.

Assim, o governo derrubou o projeto de iniciativa popular contra a venda da estatal e agendou o seu leilão para o mês de outubro.

Entretanto, o processo de privatização da Copel acaba sendo adiado e em dezembro é suspenso pelo Tribunal Regional Federal sob a alegação de estar carregado de vícios formais, entre eles a possível fraude na avaliação do valor mínimo da empresa. No mês seguinte, Jaime Lerner anuncia o cancelamento da venda, justificado nas mudanças promovidas pelo governo federal na política energética do Brasil<sup>14</sup>. Ele alega também que fatores internacionais como a crise na Argentina e o atentado terrorista contra os Estados Unidos ocorrido no dia 11 de setembro de 2001 teriam afastado os investidores.

Para muitos essa decisão foi resultado da pressão popular contra as privatizações.

## 2002 marca mudanças históricas

O ano começa com as eleições que iriam renovar as lideranças sindicais dos bancários de Curitiba e Região. Duas chapas disputariam a direção da entidade: a Chapa 1 “Muito Mais Sindicato”, encabeçada por Marisa Stedile, bancária do Banestado e que na ocasião era secretária de Imprensa da Fetec; e a Chapa 2 “Com você”, que tinha como candidato à presidência Messias da Silva (HSBC).

Com uma pequena diferença de votos, o pleito estendeu-se para um segundo turno, sendo vencido pela Chapa 1, que atingiu 54,39% dos votos válidos contra 44,05% da Chapa 2.

Marisa Stedile era funcionária do Banestado/Itaú e já participara das





Chapa 1 – “Muito Mais Sindicato” entrega sua inscrição para participar das eleições.

lutas dos bancários há bastante tempo. Foi presidente da FETEC de 1997 a dezembro de 1999, quando solicitou seu afastamento para assumir suas funções como Conselheira eleita pelos trabalhadores no Banco do Estado do Paraná. Ela demonstrou muita garra na defesa pelos direitos dos funcionários do banco na época da privatização, o que acabou lhe rendendo credibilidade e respeito pela categoria para assumir o Sindicato de Curitiba.

Marisa inicia a sua gestão com um viés social focado fortemente nas mulheres. Com uma mulher também frente à Confederação Nacional dos Bancários (CNB/CUT), Fernanda Carísio, a pauta de negociações com a Fenaban passa a receber a inclusão de temas que diziam respeito aos di-



Marisa toma posse do Sindicato dos Bancários em solenidade na Câmara Municipal de Curitiba, no dia 22 de junho. Cerca de 300 pessoas, entre lideranças nacionais e locais, além de militantes e bancários da base, estiveram presentes e acompanharam o discurso da presidente eleita. Marisa disse que os desafios a serem superados seriam a manutenção e ampliação de empregos existentes no setor, participação nos lucros e resultados, auxílio-educação, fim das terceirizações de serviços bancários, igualdade de oportunidades e democratização nas relações entre patrões e empregados.



A segunda edição do Fórum Social Mundial reuniu 50 mil pessoas em Porto Alegre (RS) entre os dias 31 de janeiro e 5 de fevereiro. O Sindicato participa da organização, junto à CNB, da Conferência “Com crédito para o desenvolvimento social, um outro mundo é possível”, com o objetivo de discutir a importância do papel do crédito e como ele poderia ser utilizado para diminuir as desigualdades sociais, transformando a realidade de muitos países.



## Lazer

Cerca de 500 bancários e familiares estiveram presentes na Festa Julina do Sindicato em agosto de 2002. Quem esteve presente pode saborear um buffet com direito a porco no rolete, além de quentão, pinhão, pipoca, milho verde. Brinquedos armados pelo gramado garantiram a diversão das crianças.



reitos sociais e à maternidade, além da constante busca pela igualdade de oportunidades a fim de ultrapassar as barreiras da discriminação sexual. As mulheres, embora representassem 41,4% da população economicamente ativa (segundo dados do IBGE de 1999), ganhavam abaixo da remuneração dos homens. No SEEB Curitiba há a criação da nova Secretaria de Igualdades de Oportunidades, com a função de promover mudanças nas relações de trabalho que sustentem diferenças entre gêneros e raças, orientação sexual e portadores de deficiência especiais.

A entidade segue denunciando mais abusos do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Sob a justificativa de modernizar as relações de trabalho, o governo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 5483/2001, que previa alterações no artigo 618 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o qual permitia que todos os direitos previstos na CLT – como descanso semanal remunerado, 13º salário, tempo e adicional de férias, licença-maternidade e paternidade, entre outros – não fossem mais obrigatórios, mas sim objeto de negociação entre patrões e empregados.

## A presidente dos aumentos reais

A história de Marisa Stedile é capaz de traduzir a retomada das lutas e dos direitos dos trabalhadores no Paraná. Ela nasceu em Toledo, interior do estado, e lá já participava do movimento sindical bancário. Ajudou a fundar o Sindicato da cidade em 1986, numa época de transição política onde todas as classes estavam quebrando o estigma de repressão da ditadura militar.

Depois, veio fazer história na FETEC-PR em Curitiba, logo nos primeiros anos da entidade. Ali foi secretária de imprensa e depois a primeira presidente mulher. Na Federação, Marisa instalou a comissão de gênero, raça e orientação sexual a fim de debater as desigualdades que os bancários enfrentavam. Foi responsável por discussões que colocavam em primeiro plano a participação da mulher no movimento sindical e questões que impediam seu envolvimento com as mobilizações rumo a conquistas de direitos. Para isso, incentivou a sindicalização delas, discutiu a paternidade responsável, que seria a divisão das tarefas domésticas e o cuidado com os filhos, e criou campanhas para que as mulheres persistissem em todos os seus objetivos.



Ainda na FETEC, organizou a resistência junto a todos os sindicatos paranaenses contra a privatização do Banestado, trabalho que a levou à presidência do Sindicato dos Bancários de Curitiba nas gestões 2002-2005 e 2005-2008.

Seu mandato no Sindicato acompanhou os avanços sociais do governo de Lula, que criou uma secretaria especial para a mulher e outra de igualdade social. No Sindicato foram realizadas campanhas sobre relações compartilhadas, participação das mulheres na política, assédio sexual – tipificado por lei como crime em 2001, e houve a criação de uma imprensa forte com revistas e jornais periódicos que informavam e formavam os bancários para a luta. Foi nas mãos de Marisa Stedile que o Sindicato dos Bancários voltou a vivenciar um de seus melhores momentos. A mobilização cresceu e houve a retomada das grandes greves: a primeira depois de mais de uma década aconteceu em 2004 e durou 29 dias. Avanços também na PLR, vale-alimentação, licença-maternidade, saúde e política salarial nos bancos públicos e privados, contemplando principalmente aumento real, marcaram as suas gestões.





### PLEBISCITO NACIONAL DA ALCA

No dia 10 de setembro de 2002 o Sindicato realizou a apuração dos votos dados pela categoria no plebiscito que avaliou a implantação da Área de Livre Comércio das Américas. No total quase duas mil pessoas participaram. 1.909 disseram NÃO contra 64 SIM, 18 votos brancos e 3 nulos.

O Projeto chegou ao Senado Federal em abril de 2002 onde enfrentou a resistência da oposição. O texto foi retirado de tramitação a pedido do presidente Lula um ano depois. Uma vitória para todos os trabalhadores.

Em junho começaram os debates frente à Campanha Salarial 2002/2003, que adota o lema “Juntos, Conquistar e Mudar”, com referência à luta pela instituição de uma mesa única de negociação com os setores privado e público. É que os empregados da Caixa e do Banco do Brasil decidiram por unanimidade: desautorizar a Contec a negociar e formar acordo em nome dos empregados, bem como entrar com ações jurídicas.

Durante a IV Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro os bancários decidiram reivindicar um reajuste de 13,39% nos bancos privados, enquanto o índice para o Banco do Brasil seria de 19,27% e para a Caixa de 19,62%. Se fosse calculado o resíduo inflacionário desde julho 1994 (último reajuste desses bancos) a reivindicação subiria para 95,11% no BB e 107,08% na CEF.

Entre as reivindicações estavam também a garantia de emprego, ampliação do horário de atendimento das 9h às 17h com dois turnos de trabalhos para os bancários e jornada de 25 horas semanais.

O tema passou a ser discutido na Câmara Federal com o Projeto de Lei de autoria do deputado Paulo Rocha (PT/PA), que reduzia a jornada de trabalho dos bancários de seis para cinco horas diárias. Segundo a CNB, a redução da jornada poderia garantir melhores condições de saúde e de qualidade de vida, conseqüentemente diminuindo a pressão psicológica pela qual passavam os bancários, os casos de LER e, acima de tudo, aumentando substancialmente o número de empregos na categoria. Para Fernanda Carísio, presidente da CNB, se fossem respeitadas as seis horas dos bancários e abolidas as horas extras seria possível criar mais 60 mil empregos na categoria<sup>15</sup>.

Os bancários entregam minuta de reivindicações à Fenaban em 18 de julho e já no

<sup>15</sup> Opinião retratada no Jornal Folha Bancária, de 3/7/2002.



mesmo dia começam a pipocar manifestações e atos públicos em diversas cidades do país.

Os banqueiros mostram-se intransigentes às propostas dos bancários, apresentando seu índice de reajuste somente na quarta rodada de negociações, além de ameaçarem acabar com a jornada de 6 horas e recusarem-se a tratar de assuntos como garantia de emprego. Reajuste de 6% mais abono de R\$ 1.150,00 e PLR de 80% mais R\$ 530,00 foi a proposta feita pela Fenaban e rejeitada na mesma reunião pela Executiva por considerar o índice insuficiente para zerar a inflação do período.

Foram necessárias mais de oito horas de reunião na quinta rodada de negociação para os banqueiros apresentarem uma nova contraproposta e que dessa vez seria aceita por bancários de todo o país. A rede privada teria reajuste de 7% mais PLR de R\$ 550,00 + 80% e abono de R\$ 1.200,00 com teto de R\$ 4.100,00. A reposição disfarçada com o abono significava um reajuste extra de 15,44% para escriturários e 10,92% para caixas, índice que superava o do Dieese (7,45%) e do INPC-IBGE (9,08%).

A Campanha Salarial continuaria nos bancos públicos mesmo depois de muita luta.

Na Caixa Econômica Federal os funcionários já haviam paralisado as atividades em diversas unidades de todo o Brasil, por pelo menos uma hora, no dia 31 de julho, intitulado como Dia Nacional de Protesto na Caixa. Em Curitiba o protesto aconteceu no dia 5 de agosto: a sede da Carlos Gomes ficou parada durante uma hora. No dia 13 ocorreram mais paralisações. Em Curitiba: o Sindicato realizou atividades de protesto em dois locais: no edifício sede I que permaneceu fechado até às 10 horas e na agência Marechal Deodoro, com paralisação parcial até meio-dia. Os empregados ainda deflagraram nacionalmente a campanha: “Nossa meta é o reajuste”. Com isso, de 5 a 9 de agosto foi suspen-



O protesto aconteceu no dia 26 em frente à agência centro do BB no Rio de Janeiro.



sa a venda de produtos e serviços como resposta à provocação da diretoria da Caixa, que concedeu reajuste de até 77,5% para os altos escalões, enquanto os empregados não recebiam reajuste há oito anos, e ainda sofriam com a pressão pelo cumprimento de metas exorbitantes, prática de assédio moral e uma crescente extrapolação na jornada, gerando problemas físicos (LER) e psicológicos (estresse).

No Banco do Brasil os protestos alcançaram proporções ainda maiores. Centenas de trabalhadores e sindicalistas do mundo todo protestaram em solidariedade aos funcionários do banco durante a Conferência Mundial UNI Finanças<sup>16</sup>, realizada entre os dias 25 e 27 de agosto no Rio de Janeiro. Bancários de diferentes nacionalidades, ao todo 55 países, cobraram o fim do congelamento salarial na empresa, que já havia sido denunciado à OIT por desrespeito às leis trabalhistas do país.

<sup>16</sup> O assunto principal do encontro foram os problemas gerados pelas fusões, aquisições e privatizações. Houve a defesa da globalização da luta sindical.

No Banco do Brasil houve vitória. O acordo coletivo 2002/2003 foi aprovado por 60% dos empregados e previa 5% de reajuste, abono de 90% do salário, com piso de R\$ 1.200,00, cesta-alimentação de R\$ 120,00, auxílio-refeição de R\$ 10,36 e auxílio-creche de R\$ 127,67.

Já para os funcionários da Caixa, as chances de obter reajustes iguais ao da Fenaban só seriam possíveis com a derrubada do governo FHC. Por isso, eles foram convidados pelo Sindicato a participarem ativamente da Campanha Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República, inclusive como parte do processo de mobilização para conquistarem um acordo melhor com o banco.

A orientação vinha da Confederação Nacional dos Bancários (CNB) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que apoiaram a candidatura de Lula através de debates com sua base. Claro que o envolvimento dos sindicalistas também partia do fato do PT ir ao encontro dos interesses dos trabalhadores e da maioria da população, que ansiava por mudanças, principalmente







Lula durante a campanha em Curitiba



Folha Bancária ressalta a vitória de Lula.

nos sentidos da estagnação, desemprego e fome.

No Paraná houve também a defesa de Roberto Requião para governador, com uma aliança entre PT e PMDB. Requião venceu as eleições em 2002 e permaneceu no cargo por duas gestões.

Para o sindicalismo, a vitória de Lula representava mais que a garantia de avanços econômicos à classe trabalhadora, mas também abria caminho para a conquista da autonomia sindical e para as reais mudanças nas relações de trabalho no país.

Assim, no dia 27 de outubro de 2002, dia do aniversário de Lula, todos os brasileiros foram presenteados com a vitória da democracia. Com Luiz Inácio Lula da Silva na presidência, nasce a esperança de um novo rumo para o Brasil.

Com um líder sindical à frente do país, foram retomadas as mobilizações duramente reprimidas durante a era FHC. A esperança renasce para os bancários, principalmente dos bancos públicos.

Os funcionários da Caixa ainda teriam que engolir até o final do ano, claro que com demonstrações de sua indignação, o acordo fir-



Eleições 2002 contaram com candidatos bancários para deputados estadual e federal.



mado entre a Contec<sup>17</sup> e o banco, trazendo benefícios somente a ela mesma. Além da liberação de 45 empregados do banco para o exercício de cargos na entidade sindical, a Contec garantiu aumento no desconto assistencial. Em 2001, o desconto havia sido de R\$ 28,00. Em 2002 o valor pulou para R\$ 35,00, representando um aumento de 25%, enquanto o aumento negociado para os salários foi de apenas 5%.

Diante dessas condições, os funcionários da Caixa<sup>18</sup> retomam a Campanha Salarial 2002/2003 somente após a posse de Lula. A luta foi vitoriosa e garantiu a extinção da RH008 (demissão sem justa causa), uma das medidas da empresa que fazia parte do processo de desmonte rumo à sua privatização.



### Sindicato adere ao Fome Zero

O Sindicato se engaja nas políticas sociais anunciadas pelo novo governo, a fim de combater de imediato a miséria. O Sindicato fez uma mobilização em torno do Fome Zero, com duas bancas de arrecadação, uma no centro da cidade e outra itinerante em frente as maiores concentrações de bancários. Essa campanha teve uma grande participação das mulheres que doaram quase 200 quilos de alimentos à ONG “Casa do Pai”, que abrigava crianças em situação de risco. Houve ainda a promoção, na Semana de 8 a 14 de março, da campanha “Mulheres têm fome” – para comemorar o Dia da Mulher – com a venda de camisetas, distribuição de cartões e um brinde em formato de espelho de bolsa para as bancárias.

A entidade debateu fortemente também as reformas da previdência, trabalhista e sindical promovidas durante o primeiro mandato de Lula.

<sup>17</sup> Em janeiro de 2003 o Sindicato obteve liminar obrigando o Banco do Brasil a devolver a todos os empregados da base de Curitiba e Região Metropolitana, associados ou não da entidade, o “desconto assistencial” de R\$ 35,00 cobrado pela Contec. Em Assembleia no dia 27 de novembro de 2002 os funcionários haviam desautorizado qualquer desconto assistencial, em favor da Contec ou para qualquer outra entidade.

<sup>18</sup> A Campanha Salarial na Caixa garantiu a cesta-alimentação para os funcionários, mas com um valor inferior ao pago aos demais bancos. O benefício só foi igualado com o da Fenaban em 2005.





23/4/2003

## A luta contra as demissões continua

Final de 2002. Banqueiros e patrões não se intimidam frente à vitória de um governo popular e continuam a explorar os trabalhadores e a demitir. Em plena época de Natal o HSBC dispensou 170 funcionários em todo o Brasil. Em Curitiba uma árvore de Natal foi colocada em frente à agência do Palácio Avenida no dia 16 de dezembro. Ela foi enfeitada com crachás trazendo o nome dos bancários demitidos na cidade<sup>19</sup>.

Sindicalistas viram o ano lutando para garantir o emprego e os direitos dos bancários. Nos primeiros dias de janeiro de 2003, o Bradesco anunciou a compra da filial brasileira do Banco Bilbao Vizcaya Argentina S.A. (BBVA) por R\$ 2,630 bilhões, alargando sua vantagem sobre os outros bancos e se mantendo na posição de maior banco privado do país. O SEEB Curitiba seguiu seus trabalhos a fim de evitar possíveis cortes.

No Itaú também houve demissões: o anúncio previa até 10% nos seus 48 mil empregados. Sindicatos de todo o país responderam com paralisações. No dia 23 de abril, bancários de Curitiba protestaram em frente à agência XV de Novembro do banco, retardando a sua abertura.

O assunto ganhou força na Campanha Salarial<sup>20</sup> 2003/2004 e seguiu até o final do ano, com uma campanha nacional contra demissões intitulada “Demissão tem cara. Responsabilidade social se faz com emprego”. No dia do seu lançamento, 11 de dezembro, o Sindicato organizou uma manifestação que tomou conta do centro de Curitiba com a encenação de um Papai Noel simbolizando o emprego e uma pessoa vestida de morte, em uma alusão ao desemprego, em frente a

### Novidade:

Em maio, o BB anuncia três mil vagas de emprego através da criação de um Call Center em São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba.

<sup>19</sup>No dia 22 de maio bancários reuniram-se em assembleia e criaram a Cooperativa de Crédito Mútuo dos Trabalhadores do Sistema Financeiro de Curitiba e Região (Coopcrefi), para atender todos os empregados do sistema financeiro, além de aposentados, pais, cônjuges e filhos dos cooperados. O objetivo era garantir aos associados rentabilidade acima do mercado em seus investimentos e juros reduzidos em caso de empréstimos.

<sup>20</sup>No dia 8 de agosto, os diretores do Sindicato e da Fetec/PR fizeram um protesto na Rua XV de Novembro contra a política de recursos humanos cobrando a responsabilidade social dos bancos.





Manifestação contra o desemprego no Unibanco no dia 22/3/2004.

Paralisação de um dia inteiro contra as demissões no Centro Administrativo do HSBC Kennedy no dia 2/6/2004.

três agências, sendo duas do Bradesco e uma do HSBC. Nos dois meses antes do Natal (outubro e novembro) o Grupo Bradesco demitiu cerca de três mil funcionários no país. Só em Curitiba foram 38 bancários.

No dia 18 de dezembro os bancários cruzam os braços em todo o país e protestam nas agências dos bancos que estavam promovendo demissões por causa das fusões e aquisições. Em Curitiba, os bancos escolhidos foram o Bradesco (Monsenhor Celso) e o HSBC (Marechal Deodoro).

A escolha do HSBC foi motivada pelo clima de terror que os seus funcionários vinham vivenciando. Só no 1º semestre de 2003, o banco demitiu 188 trabalhadores e outros 42 foram levados a pedir demissão. A dispensa dos funcionários estava ligada a outro grave problema que vinha acontecendo no banco: Assédio Moral. Enquanto isso a rainha Elizabeth II, da Inglaterra, concedeu ao presidente do HSBC Brasil, Michael Geoghegan, o título honorífico de "Commander of the British Empire", em reconhecimento aos "serviços prestados em prol dos negócios britânicos no Brasil". Os bancários denunciavam que produzir a exclusão social, demitindo pais de família, parecia fazer parte dos negócios ingleses no Brasil.

A categoria bancária chegou a ser composta por mais de 800 mil profissionais no início dos anos 90, contra 380 mil em 2003 (70% em bancos privados). Em Curitiba, do



início de 2003 até 10 de dezembro, o Sindicato havia homologado 933 rescisões, sendo 646 demissões sem justa causa, nove por justa causa, 277 pedidos de demissão, 44 aposentadorias, quatro desligamentos em PDVs e três falecimentos.

O assunto segue sendo debatido e no dia 16 de fevereiro de 2004 a CNB/CUT lança a segunda fase da Campanha Nacional “Demissão tem cara” com o slogan “Não façam um Carnaval de Demissões”. O movimento sindical repetiu em dezembro de 2004 o protesto em todo o país, visto a continuidade das demissões, que contabilizaram naquele ano 10 mil em todo o país.

## Campanha de 2003 retoma grandes greves

A Campanha Salarial 2003/2004 marca a retomada das grandes greves e da mobilização do funcionalismo público, que vinha amedrontado acatando os abonos e sofrendo com as perdas salariais.

Em um ano em que os 15 maiores bancos obtiveram lucro de mais de R\$ 14 bilhões (DIESSSE), a categoria decide por uma campanha unificada, tendo como tema principal o assédio moral. O assunto ganhou uma edição especial do Jornal Folha Bancária, além de grande repercussão na mídia. Outros assuntos formaram o eixo da campanha: mais emprego aliado à redução da jornada e à criação de dois turnos, reposição das perdas, organização no local de trabalho, por juros menores e não à independência do Banco Central.

O índice de reajuste reivindicado ficou em 21,58% para bancos privados e



“A venda do Banestado foi uma queima de arquivo do governo Lerner”, afirmou o procurador Luiz Francisco de Souza em 2003.





Manifestação contra Assédio Moral no HSBC Xaxim no dia 28/5/2003.

23,90% para BB e CEF.

A Fenaban responde com um índice de 9%, sendo acatado pelo movimento bancário como provocação. Então, ao invés de comemorar, a categoria aproveitou a sua data (28/8) para dar a largada às mobilizações nacionalmente. Em São Paulo houve paralisação na região do Centro Velho da cidade durante todo o dia. No Paraná, todos os sindicatos de bancários filiados à CUT realizaram manifestações e paralisações em agências do Itaú. O Sindicato de Curitiba aproveitou a data para denunciar o escândalo da privatização do Banestado, exibindo faixas nos principais cruzamentos da cidade. Em frente à agência XV de Novembro foi queimado um arquivo em alusão à frase do procurador Luiz Francisco de Souza de que a venda do Banestado foi uma “queima de arquivo” do governo Lerner. Também foram paralisadas agências do Bradesco, Santander, BBV e ABN/Real, além de duas do Itaú até o meio-dia.

Depois de seis rodadas de negociação e nenhum avanço, o Sindica-

**Foram mais de dois meses de Campanha, manifestações em todas as partes do Brasil e paralisações em 62 agências bancárias em Curitiba. A Convenção Coletiva Nacional garantiu 12,6% de reajuste mais R\$ 1.500,00 de abono.**





Em votação, funcionários da Caixa aceitam proposta e voltam ao trabalho depois de uma greve que durou uma semana.

to intensifica as paralisações. Foram seis grandes manifestações, com a paralisação de 36 agências do Centro, Centro Cívico e Juvevê, entre os dias 4 e 17 de setembro. No último dia, 14 agências do centro financeiro da cidade fecharam: Bradesco, Real, Sudameris, Santander, BCN, BMG, Banrisul, HSBC e Caixa Econômica Federal e quatro do Unibanco.

No dia 24 de setembro, o Sindicato dos Bancários distribuiu cachorro-quente à população no calçadão da Rua XV de Novembro, em frente ao Palácio Avenida do HSBC, para protestar contra a cachorrada que os banqueiros estavam aprontando nessa Campanha Salarial, oferecendo abono em troca do zeramento da inflação. A proposta havia chegado ao índice de 10% de reajuste com abono de R\$ 1.320,00. Além disso, a entidade denunciava que nos últimos três anos o lucro dos 11 maiores bancos do Brasil havia crescido 122%.

No dia seguinte, o Sindicato levou a manifestação para os bairros do Portão e Novo Mundo, em que bancários de 14 agências decidiram manter a paralisação durante o dia todo.

Com a ameaça de greve nacional de 24 horas para o dia 2 de outubro, os banqueiros recuaram e aumentaram sua proposta para 12,6%, com abono único de 1.500,00 e PLR de 80% do salário mais valor fixo de R\$ 650,00 (aumento de 18,18%). Houve também reajuste de 22,15% no auxílio-alimentação.

Nos bancos públicos a luta continuou, envolvendo as direções sindicais, lideranças e em especial todo o funcionalismo, que não teve medo de ir às ruas e aderiu à greve.

Os funcionários do Banco do Brasil pararam nos dias 15 e 16 de outubro em 16 estados, sendo 40 agências só em Curitiba. A greve durou dois dias com conquista de aumento igual ao da Fenaban para todos os bancários, inclusive VR para os comissionados, mas com PLR de 40% do salário mais valor fixo de R\$ 325,00. O movimento em Brasília mobilizou 80% dos funcionários. Em São Paulo o índice chegou a 70%, no Rio 90%.

Na Caixa a greve<sup>21</sup> estendeu-se por seis dias (de 16 a 21/10), e atingiu quase 100% de paralisação em praticamente todas as capitais do país, além de ter se alastrado para o interior. A vitória garantiu a equiparação com a Fenaban, mas principalmente representou a retomada do ímpeto de luta dos empregados da Caixa, após anos de opressão no período FHC.

<sup>21</sup> Bolsa de Estudo na Caixa: Em agosto de 2003 o banco implantou um programa na área de educação corporativa. Foram oferecidas mil vagas em todo o país.



## Sedes são revitalizadas em 2003

Em 2003 o Sindicato realizou uma ampla reforma na sede centro, desde a troca de telhas, pintura, reestruturou as instalações elétricas e telefônicas, readequou os espaços internos e adquiriu novos equipamentos e móveis ergonômicos. Foram oito meses de trabalho. A reforma permitiu um melhor aproveitamento da sede, assegurando um bom atendimento aos bancários que procuram a entidade. A sede campestre também passou por reformas



A chácara serve de espaço para campeonatos como o de Futebol Suíço e o Torneio Máster de Futebol, além, é claro, de ser a sede das festas juninas, do Dia das Crianças e do tradicional Porco no Rolete no Dia dos Bancários.



Final do Torneio Máster na chácara.



Futebol Suíço 2003.

## Comunicação Forte

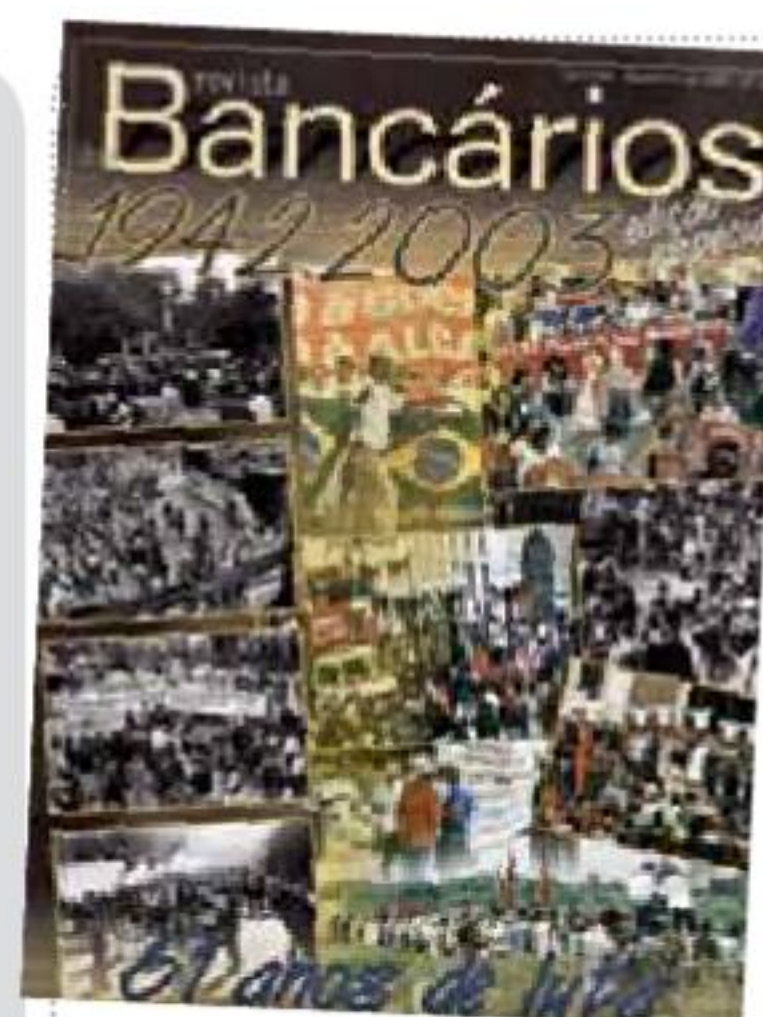
O Sindicato dos Bancários, desde os primeiros anos, investiu nos jornais para comunicar-se com a sua base. No início era apenas uma folha que noticiava as assembleias, convocando os trabalhadores para a greve.

No final da década de 60, este veículo ganhou mais páginas e um formato novo. Passou a se chamar Jornal dos Bancários e anos depois Unidade Bancária.

Contudo, foi na década de 90, na gestão cutista, que o Jornal aprimorou-se. Com material de melhor qualidade e levando também conteúdos sociais, o veículo remeteu seu nome ao de origem. A Folha Bancária começou a ser distribuída pessoalmente em todos os locais de trabalho. Muitos relatos dão conta de que, principalmente nos anos da ditadura, os jornais eram distribuídos às escondidas para evitar apreensões e outras situações piores.

Em 2003, o Sindicato lança a Revista dos Bancários, com conteúdos mais aprofundados sobre cidadania, emprego, economia, saúde, direito do trabalho, etc. A Revista tornou-se referência nacional no movimento sindical, sendo inclusive inscrita na Biblioteca Nacional.

É nessa época também que a entidade lança seu site e cria um boletim eletrônico semanal. O site chegou a registrar durante as últimas campanhas salariais picos de 100 mil acessos em finais de semana.



1ª edição da Revista dos Bancários





## 2004: Aumento Real Já!

**“A unificação da campanha dos bancos públicos e privados é uma bandeira histórica dos bancários e sempre foi reivindicada. Ela aumentou nossas forças para a conquista de respeito e dignidade”**

Marisa Stedile

Diante do crescimento do PIB brasileiro em 5,18% e do lucro dos bancos, os bancários iniciam o ano de 2004 imbuídos em garantir a retomada do poder de compra de seus salários, repondo a inflação e obtendo aumento real.

No entanto, para que isso acontecesse era preciso construir uma Campanha Salarial diferente das que aconteciam desde os anos 90, frente às mudanças operacionais ocorridas nos bancos e ao momento político do país com a eleição de Lula à presidência. Era preciso pressionar os banqueiros que já contavam com as facilidades advindas da informatização e da popularização dos serviços pela internet para atendimento aos clientes e principalmente que vinham acostumados com a ajuda do governo em casos de greve.

Durante a VI Conferência Nacional dos Bancários, que definiria as reivindicações da Campanha Salarial 2004/2005, foram levantadas três propostas, sendo que uma pedia reposição da inflação mais produtividade, outra defendia a inclusão das perdas passadas. Por fim, houve consenso e o índice ficou em 25% sem abono salarial, que seria incorporado à PLR, ficando em um salário mais valor fixo de R\$ 1.200,00. O



reajuste era composto pela inflação do período, de 7%, e aumento real de 18%.

O abono salarial trazia prejuízos em longo prazo aos salários dos bancários, defendiam os sindicalistas. “Abono é sinônimo de arrocho salarial, já que o salário futuro não será incorporado com o índice real da inflação, sem contar que não incidem sobre outros benefícios”, dizia a presidente Marisa Stedile.

Intitulada “A Hora é Agora”, a Campanha também tinha como prioridade a formação de uma mesa única de negociação com bancos públicos e privados, além da manutenção da cláusula do ano anterior que ampliava o horário de atendimento e do reforço ao tema Igualdade de oportunidades<sup>22</sup>.

A terceirização foi assunto trabalhado pelo Sindicato desde o início do ano e tema chave na Campanha Salarial. O Brasil possuía na ocasião 400 mil bancários, mas a metade deste número trabalhava à margem dos direitos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria.

O recém-inaugurado Call Center do Banco do Brasil em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba) era a esperança de emprego para muitos bancários demitidos, mas contava com 661 funcionários terceirizados e apenas 280 bancários, em uma proporção exatamente contrária à prometida ao movimento sindical antes da instalação da unidade em 2003. Lá o salário de uma atendente não passava de R\$ 320,00, com seis horas de trabalho, no mínimo de segunda a sábado. A média de demissões era de 20 empregados por semana<sup>23</sup>.

Já o HSBC vinha contratando promotoras de vendas assim como outros bancos contratavam pessoas com nomes diferentes para exercer a função do bancário. O movimento sindical defendia o enquadramento desses profissionais, assegurando todos os direitos que os bancários conquistaram ao longo de sua história e com manifestações vinha tentando barrar o procedimento, solicitando também fiscalização do Ministério Público (MP).

Na Caixa Econômica Federal houve vitória do movimento: um acordo com o MP em junho de 2004 determinou a realização de concurso público para preencher as vagas ocupadas até o momento por terceirizados. O alvo das irregularidades concentrava-se nos serviços de digitação, tecnologia e retaguarda de agências. A previsão é que seriam empossados 8,8 mil candidatos aprovados em concurso.

### Marcha à Brasília consegue aumento do salário mínimo

Três mil sindicalistas participaram da Marcha rumo à Brasília pelo “Salário Mínimo Digno, Correção da Tabela de Imposto de Renda e Valorização dos Serviços Públicos”. Como consequência da mobilização, o salário mínimo foi reajustado em R\$ 300,00 e a tabela do Imposto de Renda (IR) seria reajustada em 10%. “A Marcha unificou os trabalhadores de diversas regiões do país e de todas as centrais sindicais”, avaliou na ocasião o dirigente sindical José Donizetti. Em 2006 seriam mais de 20 mil sindicalistas de todo o país, ligados às sete Centrais Sindicais, a marchar pela terceira vez, o que determinou um salário de R\$ 380,00 para 2007. As Centrais delinearam junto ao governo uma política de valorização do salário mínimo até 2023 e assinaram protocolo para correção da tabela e das deduções do IR em 4,5% até 2010. O reajuste beneficiou 40 milhões de trabalhadores.



<sup>22</sup> O Encontro Nacional da Mulher Bancária, que aconteceu no dia 4 de julho em São Paulo, debateu formas de fortalecer a pauta de Igualdade de Oportunidades. Nesse sentido, foi feita a inclusão de uma cláusula na minuta da Campanha Salarial 2004, cobrando a responsabilidade social dos bancos.

<sup>23</sup> Dados da Revista Bancári@s edição 03





O Sindicato literalmente lançou a Campanha Salarial 2004 no dia 19 de agosto.

No dia 26 de julho o Sindicato realizou a primeira paralisação da Campanha Salarial 2004/2005. Seis agências do centro, sendo duas do Bradesco, duas do Itaú, uma do ABN Amro e uma do Santander, permaneceram fechadas até o meio-dia.



Sindicato recebe interdito do BB minutos antes da passeata programada no dia 23/9/2004.

No “Dia Nacional de Luta” dos Bancários, 19/8, o Sindicato escolheu o Centro Administrativo do HSBC, as agências do Banco do Brasil (Tiradentes) e CEF (Carlos Gomes) para promover a paralisação, sendo que essas unidades contavam com departamentos essenciais para o pleno funcionamento das empresas. Foram paralisadas mais 27 agências de vários bancos na região central da cidade. No total mais de quatro mil bancários aderiram à greve, que durou todo o dia.

Na tentativa de conter as manifestações, o HSBC e o Bradesco entraram com pedido de Interdito Proibitório na justiça, determinando ao Sindicato que mantivesse distância mínima de 50 metros do estabelecimento bancário. Mas, como este recurso já vinha sendo utilizado por esses bancos, a medida não surpreendeu os bancários. A surpresa veio mesmo quando as diretorias do Banco do Brasil e da Caixa Econômica



recorreram a esta estratégia para impedir a mobilização de seu funcionalismo. Nem mesmo durante os oito anos do governo FHC esses dois bancos públicos procuraram o Judiciário. Se desobedecesse, a entidade ficaria sujeita a multas que variavam de R\$ 10 mil a R\$ 500 mil.

A tentativa esvaziava a mobilização por um lado e fortalecia por outro. Grande parte dos bancários manteve-se firme e continuou os protestos. No dia 25, cerca de 10 mil bancários pararam 120 agências da Avenida Paulista, em São Paulo. Isso fez com que a Fenaban apresentasse uma segunda contraproposta, que trazia melhorias na PLR além de reajustes entre 8,5% e R\$ 30,00 para quem ganhava até 1.500,00 (reajuste de 12,77%).

Entretanto, a proposta não foi recebida com unanimidade. Para os bancários da rede privada, ela significava aumento real de salários. Mas para os empregados dos bancos federais, o momento político do Brasil não podia ser desperdiçado. E foi assim que no dia 14 de setembro assembleias de bancários de todo o país rejeitaram a proposta patronal e decidiram deflagrar greve.

A greve começou no dia 15 com adesão de quatro capitais (São



Grandes assembleias na frente de diversas agências decidiam diariamente se os bancários iriam ou não continuar em greve. Foto tirada em frente à agência da Caixa Econômica da Praça Carlos Gomes no dia 17/9/2004.





Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis e Brasília). Três dias depois já eram 16 capitais paradas.

Frente à mobilização, a Fenaban fechou as portas da negociação e os bancos recorreram à pressão para funcionar. Em São Paulo, o Unibanco, HSBC e ABN Real ligavam para o telefone celular de seus funcionários para que fossem chamados antes do horário de trabalho. Os bancos também obrigavam os empregados a trabalharem depois do horário, além de deslocar bancários de um local de trabalho para outro. O Unibanco chegou ao cúmulo de destruir 10 metros de uma cerca no Centro Administrativo, para driblar os dirigentes sindicais.

Os bancários mantiveram-se firmes na greve, com a realização de assembleias diárias, mobilizando até 12.600 bancários, o correspondente a 56% da categoria, no Paraná.

O Sindicato cobrava do governo federal o retorno das negociações com a Fenaban. Houve até a convocação de uma reunião pelo Tribunal Superior do Trabalho com o objetivo de buscar uma solução ao impasse, mas só a Executiva dos Bancários compareceu.



Assembleia no Clube Thalia encerra greve dos bancários.

Depois de 27 dias em greve, a Contec, apesar de representar apenas 5% dos bancários do país, entrou com pedido de dissídio coletivo no TST relativo aos trabalhadores do BB e CEF, desmantelando todo o movimento. A confederação desconsiderou todo o processo de negociação que vinha sendo feito entre os representantes legítimos da categoria; os sindicatos, representados pela CNB/CUT e a Fenaban;

além de não atender o desejo de unidade da categoria, reivindicada tanto nos bancos públicos quanto nos bancos privados.

O que a Contec fez, além de prejudicar os bancários do BB e CEF, foi trazer prejuízos para todo o movimento nacional, que se manteve em greve por mais dois dias apenas.

No último dia de paralisação, 13/10, o Sindicato repetiu a prática do ano de 2003 e voltou a denunciar a cachorrada que os banqueiros vinham



aprontando através da distribuição de cachorros-quentes à população. O local escolhido foi a esquina das ruas XV de Novembro e Monsenhor Celso, principalmente porque ali estavam situadas as agências de dois dos maiores bancos brasileiros e os que mais impediam avanços nas negociações: Bradesco e Itaú<sup>24</sup>.

Os funcionários do BB e CEF voltaram ao trabalho depois de rejeitar a decisão do dissídio, mas somente com atendimento a clientes, sem venda de produtos. O julgamento manteve reajuste de 8,5% sobre os salários e um abono de R\$ 1.000,00, mas retirou a cesta-alimentação, que já havia sido acertada na última rodada de negociação. 50% dos dias parados deveriam ser compensados e a outra metade seria paga pela empresa.

No dia 23 e 24, assembleias do BB e CEF, respectivamente, aprovam uma proposta melhorada dos banqueiros.

Para os privados, as negociações que começaram em junho só iriam terminar em novembro. A proposta apresentada dia 28/10 pela Fenaban e aprovada dias depois garantiu reajuste de 8,5% sobre os salários e demais verbas, cesta-alimentação extra de R\$ 700,00 mais PLR de 80% do salário mais R\$ 705,00.

A Convenção Coletiva garantiu o zeramento da inflação e aumento real para os salários e benefícios de 1,69% a 5,69% pelo INPC/IBGE. Além desses ganhos, a mobilização resultou no encorajamento da categoria e na maior greve da história do Sindicato até então. A última grande greve havia acontecido em 1946, quando 40 mil bancários pararam por 19 dias. Em 2004 houve a adesão de mais de 200 mil bancários de 27 capitais e centenas de cidades do interior pararam durante 29 dias. Em Curitiba foram fechadas 361 agências.



No dia do julgamento do dissídio, o Sindicato fez um protesto, com a cremação dos presidentes da Caixa e do BB.

<sup>24</sup> O Itaú registrou em 2003 o maior lucro já registrado por um banco no Brasil: R\$ 3,152 bilhões. Desde 1996 o lucro do banco cresceu 422% e a PLR paga aos funcionários sofreu variação de apenas 130%. Folha Bancária, de 27/2/2004.





### Cartilha LER/DORT

O Sindicato lançou no dia 27 de fevereiro de 2004 o "Manual de Saúde, Segurança e Prevenção do Trabalho Bancário", como parte das atividades referentes ao Dia Internacional de Conscientização das LER/DORT, em 29/2. A publicação abordava os principais riscos do trabalho bancário e as doenças ocupacionais mais características, além de detalhar métodos de prevenção.



Sindicato entregou a cartilha em todas as agências bancárias



### Trabalhadores contra a ALCA

Representantes do Sindicato participaram da reunião da V Cúpula Sindical do Mercosul realizada em Montevideu, no Uruguai. O evento reuniu as centrais sindicais da Argentina, Brasil, Uruguai, Chile e Paraguai com o objetivo de defender a integração do continente e enfrentar o imperialismo dos Estados Unidos e a implantação da ALCA. Os resultados do encontro foram entregues aos presidentes dos países do Mercosul.

### Reforma Sindical

Com o governo Lula a Reforma tomou impulso. Ela que estava em discussão há bastante tempo, desde os anos 70. Em julho de 2003 há a criação do Fórum Nacional do Trabalho, que reuniu representantes do governo, dos patrões e dos trabalhadores. Os debates e negociações culminaram em um relatório apresentado em abril de 2004, que serviu de base para a proposta do governo Lula. O ex-presidente do Sindicato na gestão 1993/1996 Roberto Von der Osten integrou o Fórum.





### Por mais segurança

A segurança é tema presente há muito tempo no Sindicato. E em 2004 não é diferente. No dia 27 de janeiro, a falta de uma porta giratória com detector de metal na agência Juvevê do Bradesco facilitou a tentativa de assalto na unidade, que resultou em três pessoas feridas e na morte da cliente Ana Cristina dos Santos, de 25 anos, no dia 30 de janeiro, três dias após ser baleada no assalto. Além do caso em Curitiba, em apenas duas semanas, outras três mortes foram registradas em assaltos a banco em Salvador (BA), em Limeira (no interior de São Paulo) e no município de Caçulândia, em Rondônia.

Apesar da lei, 53 agências da capital continuaram sem o dispositivo, sendo 29 do Bradesco. Das 48 agências do banco, houve a instalação de portas em apenas 19. No Unibanco, nenhuma agência tinha a porta, mesmo após o banco ter se comprometido de que o faria.

Em março, Curitiba foi sede do 2º Seminário Nacional sobre Segurança Bancária, organizado pela CNB, envolvendo bancários, vigilantes, banqueiros, empresários, polícias Federal e Militar, além de autoridades políticas.



### Mulher

No mês de março a mulher toma destaque nas manifestações. Uma caminhada na Rua XV contra a violência e a pobreza foi promovida pelo Sindicato, que também deu seu apoio ao projeto que reivindicava o direito à aposentadoria das donas de casa.

Uma palestra sobre "O valor e a apropriação do trabalho da mulher", por Cláudio Dedecca, também marcou o Dia Internacional das Mulheres de 2004.





## A Luta Não Para

“É preciso olhar para o nosso futuro para defender o nosso presente”, foi com estas palavras que Marisa Stedile foi reconduzida à presidência da entidade para o triênio 2005/2008<sup>25</sup>.

As mudanças na sociedade prosseguiram a passos largos e era preciso acompanhar essa evolução, propondo novas estratégias a fim de garantir mais avanços à categoria.

O mundo julgava o ex-ditador iraquiano Saddam Hussein, que seria enforcado um ano depois. Na Espanha houve a aprovação do casamento homossexual e da adoção de crianças por esses casais, tornando o país o terceiro do mundo a autorizar a união após a Bélgica e a Holanda.

O momento parece ser mesmo o das mulheres, que mais uma vez vencem o preconceito. A conservadora alemã Angela Merkel, 51, é eleita chanceler pela Câmara de Deputados, tornando-se a primeira mulher a dirigir a Alemanha. Um ano depois, a socialista Michelle Bachelet receberia a faixa presidencial do Chile, que foi passada pela primeira vez a uma mulher.

Em Curitiba, Marisa iria comprovar nas urnas que as propostas da atual gestão e da CUT para os trabalhadores de todo o país eram as mais adequadas para garantir as mudanças necessárias ao movimento sindical bancário. O pleito elegeu-a com 94,47% dos votos, reiterando o alto índice de aprovação pela categoria.

A nova diretoria foi empossada em 21 de junho na Câmara Municipal de Curitiba e apresentou mais de 60% de renovação. O primeiro compromisso da nova gestão “A Luta Não Pode Parar” era lutar por contratações no sistema financeiro, fortalecendo as ações que já vinham sendo realizadas desde o início do ano<sup>26</sup>.

Com o objetivo de aumentar os lucros em 10%, o HSBC havia anunciado dia 19 de janeiro a abertura de 20 agências localizadas em *shoppings centers* aos sábados (das 10h às 14h), de março até o Dia das Mães. Tratava-se de um projeto que deveria abranger agências de Curitiba, Bahia, Brasília, Belém, Rio de Janeiro e São Paulo, mas que não reverteria em mais contratações.

<sup>25</sup> Sindicato realiza planejamento político e estratégico da entidade, com o objetivo de concluir claramente a missão, seus valores, princípios e compromissos fundamentais.

<sup>26</sup> O Sindicato participou das discussões sobre a instauração de um salário mínimo diferenciado no estado do Paraná, além de ajuizar ação para a suspensão da tarifa básica de telefonia, em nome de todos os seus associados.



Assim que soube do projeto, a CNB e o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região enviaram ofício ao presidente do HSBC no Brasil, Emilson Alonso, declarando que a decisão unilateral do banco era entendida como descaso pelas entidades sindicais, além de revestir em ilegalidade. O banco vinha desde 2004 trabalhando com um horário estendido de funcionamento (três horas além das seis horas) em 164 agências no país. A meta seria chegar a cerca de 200 agências até março de 2005, decisão que foi enfrentada pelos sindicalistas.

O Sindicato dá então a largada para a Campanha Salarial 2005/2006, motivado pelo balanço positivo das negociações salariais ocorridas no primeiro semestre. De cada 10 acordos fechados, oito resultaram em reajuste real, ou seja, acima da inflação acumulada em 12 meses.

O índice de reajuste definido pela VII Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro ficou em 11,77% para todos, bancos públicos e privados, e composto de 5,69% da inflação projetada pelo ICV-Dieese mais 5,75% de aumento real. O percentual de aumento real, no entanto, não era aleatório, mas era igual ao maior aumento real concedido pelos banqueiros na Campanha 2004/2005.

Os bancários também delinearão um novo formato para a PLR, que seria composta por um salário e um valor fixo (R\$ 788,00 corrigido pelo índice de 11,77%) e mais 5% do lucro líquido do banco, distribuído de forma linear.

Uma série de outras reivindicações estavam inclusas na minuta entregue à Fenaban, como o aumento no auxílio-creche/babá de R\$ 155,98 para R\$ 300,00 (salário mínimo), a sua cobertura para todos os filhos até seis anos e nove meses e a disseminação do auxílio-educação para todos, com percentual de auxílio progressivo com o decorrer do curso, além da 13ª cesta-alimentação de R\$ 782,39.

O SEEB inicia suas ações em agosto através de diversos outdoors espalhados por Curitiba e Região, denunciando o lucro abusivo dos bancos, que somente no primeiro semestre do ano fechou em R\$ 9,42 bilhões nos 13 bancos. No dia 6 de setembro, o protesto repetiu-se com manifestações nas principais capitais do país.

Daí em diante algumas paralisações pegaram os banqueiros de surpresa, mas não foram suficientes para arrancar deles uma contraproposta digna. Após muitas rodadas de negociação, a Fenaban ofereceu apenas 4% de reajuste (inferior à inflação de 5,7%).

### Escândalo no BB é denunciado por bancários

O início do ano de 2005 um grande escândalo abalou Curitiba. Três advogados, incluindo o presidente da subseção de Curitiba e Região Metropolitana da OAB, foram presos por suspeita de integrar uma quadrilha que fraudava documentos para tentar receber no Banco do Brasil o pagamento de títulos e dívida pública da Petrobras e da Eletrobras. Segundo a investigação, as ações poderiam movimentar mais de R\$ 2 bilhões. A operação Big Brother (referência às iniciais do banco) da Polícia Federal que investigou o caso também prendeu diversas pessoas em todo o Brasil por suposto envolvimento no esquema. O golpe foi desbaratado devido às denúncias de dois gerentes do banco que ficaram sabendo do esquema. O Sindicato homenageou a ética e a coragem desses bancários em matéria paga na *Gazeta do Povo*.

No dia 14/9 cinco agências de bancos privados foram fechadas no centro da cidade. No dia seguinte foram cinco somente do HSBC. No dia 16/9 a agência central do BB localizada na Praça Tiradentes foi paralisada até às 10 horas. Uma passeata no dia 21/9 tomou as ruas de Curitiba e iniciou a ofensiva contra a cara de pau dos banqueiros.



“Nós recebemos torpedo anônimo com a informação do local exato das provas do cárcere privado, que era um alçapão que havia no bloco dois na Vila Hauer, nos banheiros masculino e feminino. A força tarefa do Ministério fez fiscalização e encontrou o local fechado com cadeado. Então, o fiscal logo acionou um chaveiro que destrancou os cadeados e ali foram encontrados travesseiros, edredons, roupa de cama, etc. E tudo foi tirado de lá de cima, fotografado e foi lavrado o auto da infração. Este foi um fato muito lamentável”

Marisa Stedile

<sup>27</sup> Os abusos do HSBC foram denunciados à ONU. A ação ocorreu no dia 16/12, durante reunião, em Florianópolis, com a representante específica para a Defesa dos Direitos Humanos da ONU, Hina Jilane, que estava de passagem pelo Brasil.



Dia 28 de setembro, bancários promoveram uma paralisação nacional de advertência, mas que não reverteu em nenhum avanço. O jeito então foi partir para a greve por tempo indeterminado, que foi iniciada dia 6 de outubro.

Desde o primeiro dia de greve, o movimento sindical sofreu com a truculência dos bancos, que tentavam cercar esse direito com interditos proibitórios. Em Curitiba, o grupo inglês HSBC foi o que mais deu dor de cabeça aos sindicalistas. O banco contratou ônibus e até helicópteros para contornar a comissão de esclarecimento sobre a greve, além de convocar a polícia para coibir o trabalho de adesão ao movimento. Isso gerou diversos conflitos em frente a agências e centros administrativos. Como se isso não bastasse, o Sindicato, ao lado da Delegacia Regional do Trabalho, constatou que o HSBC<sup>27</sup> mantinha diversos funcionários em cárcere privado na Central Administrativa da Vila Hauer. Os fiscais encontraram colchões escondidos no local, usados para o pernoite dos bancários. Isso permitia que eles trabalhassem “normalmente” sem a passagem pela portaria do banco em que estavam representantes do Sindicato.







No último dia de greve, o HSBC acionou a Polícia Militar para reprimir uma manifestação legítima (e amparada por uma liminar que caçava o interdito proibitório) em frente ao Palácio Avenida. O diretor Roberto Von der Osten foi agredido moral e fisicamente pela PM enquanto convocava os funcionários da agência para participarem de uma assembleia. Em seguida foi algemado e preso, sendo liberado horas depois.

Em outros estados o “troféu da vergonha” foi para o Bradesco, que chamou o batalhão de choque da PM em São Paulo, Minas Gerais e em muitas outras localidades.

A greve, que durou cinco dias, resultou em uma proposta melhor dos banqueiros: 6% de reajuste sobre os salários de agosto mais abono único de R\$ 1.700,00, com







O Sindicato apresenta ao Ministro do Planejamento Paulo Bernardo o documento "Banco Público e Gestão de Pessoas", que garantiu a discussão e implementação da representação de trabalhadores na direção do bancos, através de processos eleitorais diretos, com DIREP (Caixa) e GAREF (BB).



<sup>28</sup> Informações da Revista Bancários de dezembro de 2006.

pagamento até 10 dias úteis da data de assinatura da CCT e PLR de 80% sobre o salário mais R\$ 800,00, com limite de R\$ 5.310,00.

O Banco do Brasil assinou nesse ano pela primeira vez a Convenção Coletiva Nacional, deixando um aditivo para as cláusulas específicas. Na Caixa Econômica houve um aumento real em média 1,8% além do conquistado pela categoria, solução de problemas no PCS/PCC, além da possibilidade de inclusão de companheiros do mesmo sexo no plano de saúde.

## Pela isonomia e PLR justa

As experiências acumuladas nos últimos anos pelo movimento sindical serviram para estender os benefícios da categoria em 2006, com destaque para a ampliação da PLR e avanços na equiparação salarial, sobretudo nos bancos públicos.

É que o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) impôs medidas que retiraram direitos e benefícios dos funcionários contratados pelos bancos federais a partir de 1995, como a licença-prêmio e o anuênio, gerando assim duas classes distintas: os "antigos", com todos os direitos e benefícios que foram conquistados em décadas de lutas, e os "novos", que apesar de executar o mesmo trabalho possuíam piores condições de trabalho e remuneração.

O problema também se agravou com a onda de terceirizações em diversas instituições, com a criação de novos cargos que levavam as mesmas funções dos bancários, mas recebiam outra denominação.

A busca por isonomia salarial, portanto, ultrapassava a barreira da categoria bancária e envolvia diretamente outras diversas categorias do sistema financeiro (promotores de vendas, securitários, especialistas em tecnologia da informação, funcionários de bolsas de valores, entre outros). Elas permaneciam à margem da Convenção Coletiva Nacional dos Bancários e todas as suas conquistas. Sindicatos chegaram a apontar que em diversas empresas terceirizadas existiam "formas de trabalho análogas à escravidão"<sup>28</sup>.

O ano começa com a discussão de todas essas práticas em uma grande Assembleia em Curitiba durante o mês de janeiro, que acaba por criar a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (Contraf-CUT). Ampliar conquistas e incluir esses trabalhadores nas negociações sindicais torna-se o principal objetivo da entidade,



que passa a representar o SEEB – Curitiba e outros demais sindicatos.

Foi através da Contraf-CUT e desses debates que o Comando Nacional dos Bancários ratificou a estratégia adotada nos últimos anos: uma campanha nacional unificada entre trabalhadores de bancos públicos e privados, com a intensificação da luta por questões específicas em cada banco<sup>29</sup>.

A prioridade, além do aumento real, seria dada às cláusulas de saúde, combate ao assédio moral, isonomia, melhorias na segurança bancária, prevenção e reabilitação ocupacional. Com a indicação: “Unidos, conquistamos mais”, a Campanha Salarial 2006/2007 foi contra as metas abusivas.

Definidas as reivindicações (7,05% de aumento real mais a inflação do período, PLR com a distribuição de 5% do lucro líquido do banco em forma linear, além de parte fixa de R\$ 1.500,00 e mais um salário), os dirigentes partem para as negociações.

Na primeira rodada com a Fenaban, seu representante, Magnus Apóstólico, chegou a declarar “Não é porque os bancários tiveram aumento real nos últimos anos que terão também agora”. A proposta apresentada foi índice zero para aquele ano com renovação da convenção por dois anos. A resposta foi imediata, com grandes protestos a âmbito nacional. O lucro líquido global do setor havia crescido 48,7% no primeiro trimestre de 2006 em relação ao mesmo período do ano de 2005 e a intransigência dos banqueiros iria ser denunciada à sociedade<sup>30</sup>.

No dia 24 de agosto, Dia Nacional de Luta, foram realizados atos de protesto em todo o país. Em Curitiba foram paralisadas nove agências no bairro Portão. No dia seguinte, o Sindicato realizou uma grande manifestação pública com a distribuição do Jornal do Cliente para bancários e a população. O agito contou com banda de música, faixas denunciando os banqueiros com dizeres “Índice 0 é palhaçada” e “Bancário não é palhaço! Queremos aumento Já!”, além de manifestantes com nariz de palhaço.

No Dia do Bancário, o SEEB atrasou o início do expediente no Centro Administrativo no Centro Administrativo Kennedy do banco HSBC. Os portões só foram abertos às 11 horas, após a realização de uma Assembleia.

Sem avanços, os bancários iniciaram greve por tempo indeterminado no dia 5 de outubro. A paralisação envolveu inicialmente 190 mil bancários em todo o país, e intensificou-se a partir do segundo dia útil de greve, mesmo com o uso de interditos proibitórios e pela pressão



No dia 11 de setembro foi noticiada em diversos veículos de comunicação a viagem de 16 ministros e 31 desembargadores de sete estados, para a ilha de Comandatuba durante o feriado da Pátria, no mês de setembro. O objetivo do encontro era explicar aos magistrados o funcionamento do sistema de crédito bancário como fator de desenvolvimento econômico. Foi gasto aproximadamente R\$ 182 mil com passagens aéreas, hospedagem, transporte e outras mordomias. A agenda dos magistrados ocupava somente quatro horas diárias, geralmente com exposições que começavam por volta das 16h e iam até às 20h. Logo depois das reuniões os juizes e ministros eram embalados por shows ou distraídos em passeios. O domingo foi livre. Todos os participantes puderam conhecer outros lugares com seus acompanhantes, que em média foi um por participante.

Um evento semelhante, pago mais uma vez pela Fenaban, aconteceu também em maio de 2007 em um dos mais luxuosos hotéis de Natal (RN).

<sup>29</sup> Marisa Stedile concorre ao cargo de deputada estadual pelo PT em 2006.

<sup>30</sup> Uma série de manifestações ocorreu, sobretudo com paralisações no Unibanco (16/7, 9/8 e 17/8) e no HSBC (16/8).



## Responsabilidade Social

O Sindicato assinou em 2006 um convênio com a prefeitura de Pinhais visando o combate ao trabalho infantil no bairro Guarituba, em que está localizada a sede campestre da entidade. As instalações da chácara foram cedidas durante os dias de semana para o “Projeto Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil”, que promove atividades de reforço escolar, atendimento psicológico, inserção por meio do esporte, etc.



Mais de 1,2 mil bancários e terceiros da Central de Atendimento do Banco do Brasil em São José dos Pinhais cruzaram os braços no dia 23 de novembro, em protesto contra o assédio moral e a prática antisindical que estava sendo cometida pelo banco. Durante a Campanha Salarial uma bancária, dirigente sindical não liberada, foi descomissionada e sofreu drástica perda salarial. A atitude de retaliação do banco que assediou e perseguiu a funcionária revoltou a categoria e foi o estopim da manifestação que teve amplo apoio dos trabalhadores da central.

exercida pelos banqueiros. Um gerente do banco Bradesco chegou a atropelar um dirigente sindical em frente à agência da Marechal Deodoro com a Monsenhor Celso, quando se opunha ao movimento grevista e tentava obrigar a abertura da agência.

Assembleias lotadas definiam diariamente os caminhos da Campanha em Curitiba, afirmando as deliberações do Comando Nacional. No dia 10 de outubro, a Fenaban viu-se obrigada a melhorar sua proposta, concedendo reajuste de 3,5%, PLR de 80% do salário, mais R\$ 828 acrescidos de um valor adicional variável, entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00, referente ao crescimento do lucro de cada banco e que seria pago em março de 2007, após divulgação dos balanços de 2006.

A Campanha Salarial 2006 é então encerrada no dia 18 de outubro com a assinatura da Convenção Coletiva Nacional da categoria bancária pelo Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos.

Os funcionários de cada banco, porém, buscariam a partir desse momento soluções para questões específicas, como no HSBC com a isonomia no PCS (Plano de Cargos e Salários), Banco do Brasil e Caixa com a implantação do PCC/PCS e respeito à jornada de seis horas.

No Banco do Brasil houve avanços na PLR, com aumento na parte variável de 88% para 95% do valor de referência. O banco manteve os R\$ 412,00 da parcela fixa e distribuição linear de 4% do lucro líquido, o que daria R\$ 1.814,49 para cada funcionário. A Caixa Econômica Federal também avançou, concedendo PLR extraordinária aos funcio-



nários. Houve conquistas também no Plano de Cargos Comissionados (PCC), com a criação de cinco faixas salariais horizontais para todos os cargos em comissão de natureza técnica e de assessoramento, além de extinguir o Cargo em Comissão de Gerente Júnior, o que garantiu para esses profissionais equiparação salarial. Além disso, 30% dos empregados da carreira técnica de cada agência ou unidade seriam promovidos por meio de processo de pontuação.

O ano encerra-se positivo para os bancários, com a reeleição de Lula e a verificação de aumento no número de contratações no setor na ordem de 5%, motivado pela expansão do crédito ao consumidor, reabertura de agências e a retomada das contratações nos bancos públicos.

No Banco do Brasil, por exemplo, o quadro de funcionários foi ampliado em quatro mil, chegando ao número de 86.500 funcionários, além de serem efetivados cerca de cinco mil funcionários que atuavam como caixa executivo substituto, por mais de dois anos e de forma ininterrupta. Programa odontológico, desburocratização da licença-saúde, isenção de tarifas bancárias e anuidades incluindo aposentados e pensionistas e redução de taxas de juros, foram alguns dos avanços que os funcionários do BB conquistaram no primeiro mandato de Lula.

### Em prol dos consumidores

O Superior Tribunal Federal decidiu em 2006 que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) aplica-se aos bancos. A decisão foi tomada após quatro anos de debates no tribunal, derrubando uma Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelos banqueiros pedindo que os serviços bancários fossem excluídos do CDC.

### A irreverência permanece como marca histórica do SEEB Curitiba

No Itaú, a ator Chameguinho vestiu-se de diabo e fez encenação mostrando como era infernal a vida do trabalhador do banco. No HSBC, um protesto contra demissões em plena época de Natal impressionou a população: a entidade compôs um coral que ficou em frente à agência Palácio Avenida cantando músicas de Natal, mas com letras associadas à situação da demissão, tristeza e dificuldades. O banco tem como tradição promover a apresentação anual de um coral natalino, tentando convencer a sociedade de que é uma instituição que pensa nas crianças.





## 2007: Novas conquistas e novos anseios

### VITÓRIA CONTRA DEMISSÕES DO HSBC

Em abril de 2007 mobilizações em todo o país envolvendo sindicalistas e funcionários do HSBC romperam com a atitude terrorista do banco frente a seu “descarte” periódico de funcionários. Foram quase 400 demissões em todo o país, o que provocou protestos nas principais capitais brasileiras. Somente em Curitiba aconteceram três atos: no dia 17 os bancários fecharam seis grandes agências do banco, dia 23 houve paralisação no HSBC Palácio Avenida e na manhã seguinte uma manifestação em frente ao HSBC na Vila Hauer contou com a presença de dirigentes sindicais de diversas partes do Brasil. Como consequência dos protestos, o banco voltou atrás e realizou 41 reintegrações no Brasil, sete em Curitiba, além de se comprometer em suspender seu processo de demissões.

Alinhado ao histórico de vitórias de uma entidade sindical forte e atuante, o Sindicato de Curitiba e Região inicia o ano a caminho de mais uma conquista. Em maio foi realizado na capital paranaense o III Seminário Nacional de Segurança Bancária com mais de 160 pessoas provenientes de diversas partes do país.

O encontro elaborou um documento com 25 resoluções e reivindicações que foram entregues ao Ministro da Justiça Tarso Genro, com o objetivo de apontar emendas ao Projeto de Lei que normatizaria a segurança privada em todo o território nacional ainda naquele ano.

A nova lei contemplou a inclusão de algumas cláusulas de segurança reivindicadas pelo movimento sindical por quase duas décadas, como a obrigatoriedade do uso de portas de segurança com detector de metais e equipamentos de captação e gravação de imagens que identifiquem qualquer pessoa que tenha acesso aos bancos<sup>31</sup>.

Uma coisa sempre foi certa para o sindicalismo bancário: só com muita luta e debate é possível proporcionar mudanças reais para a categoria. E às vezes elas estendem-se por diversos anos, como tantas já descritas. Exemplo disso é a tão reivindicada isonomia para funcioná-

<sup>31</sup> Dentre as soluções apontadas no documento e que continuariam sendo reivindicadas pelo SEEB estavam: a criação de uma central de monitoramento de vídeo em tempo real integrada com as polícias civil e militar e a Secretaria de Segurança Pública, a fim de possibilitar a rápida troca de informações para o combate ao crime.







No dia 8 de março, o Sindicato participou da Marcha Mundial das Mulheres, que reuniu diversas entidades na Praça Santos Andrade e seguiu pelo calçadão da Rua XV de Novembro.



Mulher e Saúde continuam sendo foco de ações de conscientização no Sindicato. Dia 28 de fevereiro foi lançada a Campanha "Pare! Dê um tempo para sua saúde!", com distribuição de folders explicativos em diversas agências.

rios de bancos públicos. Em fevereiro de 2007 o deputado federal Daniel Almeida (PCdoB-BA) colocou novamente em discussão em Brasília o Projeto de Lei de sua autoria (PL 6.259/05), que estende aos novos funcionários os mesmos direitos dos empregados antigos. A proposição havia sido arquivada em 2006 e sofreria novo arquivamento em janeiro de 2011. Um mês depois, o PL volta para a mesa e um novo relator é indicado: dep. André Vargas, do PT-PR.

A isonomia foi tema de muitos debates do Sindicato e esteve presente como uma das principais reivindicações também da Campanha Salarial de 2007, caracterizando-se na indicação de um novo Plano de Cargos e Salários para a categoria baseado no salário mínimo calculado pelo Dieese.

A Campanha 2007/2008 buscava novas conquistas e o aumento real nos salários. Na minuta de reivindicações estavam novidades como uma regulamentação para a remuneração variável (pagamento baseado nos recursos arrecadados com a venda de seguros, cartões, empréstimos financeiros, tarifas e serviços); além dos já tratados 14º salário e 13ª cesta-alimentação.

O índice para reajuste havia sido definido durante a IX Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro ocorrida em São Pau-



A Caixa entra com força na Campanha Salarial 2007 a fim de garantir também a formulação de um novo Plano de Cargos e Salários (PCS) e Plano de Cargos Comissionados (PCC), aumento nas contratações, tíquete e cesta para aposentados. As reivindicações foram aceitas pela Caixa depois de uma greve que durou cinco dias úteis.





Conferência Estadual 2007 define prioridades locais.

lo nos dias 27 a 31/7: 10,3%, sendo 5,5% de aumento real. A Participação nos Lucros e Resultados (PLR) seria de dois salários brutos mais R\$ 3.500,0 de parcela fixa, com regra limitada a 15% do lucro líquido do banco.

Depois de quase um mês que foi entregue a minuta à Fenaban e sem receber a oferta de nenhuma contraproposta, os bancários iniciam nacionalmente sua ofensiva a fim de garantir seus objetivos. Nos dias 3, 4 e 5 de setembro eles visitariam 15 agências e centros administrativos, mobilizando mais de 6 mil bancários.

Os protestos foram intensificados ao longo de setembro, sobretudo depois da quarta rodada de negociação, quando os banqueiros limitaram-se a indicar o repasse de reajuste salarial à PLR, mesmo lucrando no primeiro semestre 20% a mais do que o mesmo período de 2006.

Diante do insulto, bancários suspenderam a negociação, entrando no dia 18 de setembro em estado de greve e votando pela realização de greve de advertência por 24 horas.

A Fenaban tentou impedir a paralisação com a oferta de 4,82% de índice, que não contemplava aumento real. A atitude pareceu caçoar dos trabalhadores que cruzaram os braços dia 28 de setembro. Em Curitiba e Região foram fechados seis centros administrativos e 70 agências, envolvendo mais de oito mil bancários.



Assembleia no dia 18/9/2007 decretou estado de greve frente à intransigência dos banqueiros.





Os bancários finalizam a Campanha com reajuste de 6% (4,82% de INPC + 1,13% de ganho real) e com uma conquista histórica: a 13ª cesta-alimentação no valor de R\$ 252,36, representando um incremento de 2,28% no piso salarial da categoria; além da PLR básica de 80% do salário bruto + R\$ 878,00 e PLR adicional de 8% da variação do lucro entre 2007 e 2006, indo de 1.200,00 a 1.800,00.

Entretanto, os funcionários da CEF continuariam lutando por questões específicas. Como a negociação com a direção do banco não demonstrava avanços, os trabalhadores iniciaram greve por tempo indeterminado no dia 3 de outubro.

Cerca de 80% das agências da Caixa no país foram fechadas, total ou parcialmente, segundo dados da Contraf. Em Curitiba, mais de 2,4 mil trabalhadores deixaram de trabalhar com a convicção de que mereciam uma proposta mais atraente do governo federal. Todas as sedes administrativas e 37 agências da capital ficaram fechadas durante sete dias. Na Região Metropolitana, a adesão também foi geral, apenas uma das onze agências não aderiu ao movimento grevista.

A direção da Caixa acabou por ajuizar dissídio coletivo no dia 8, forçando uma resolução para o impasse. No dia seguinte a greve cessou com conquistas valorosas aos funcionários do banco, que se comprometeu a contratar 3.000 novos empregados ainda naquele ano e a realizar concurso público em março de 2008; a formular um novo PCS com datas de implantação e unificação de carreiras; e de distribuir cerca de oito mil bolsas de estudos (graduação e idiomas).

Quanto à reivindicação de uma maior Participação nos Lucros e Resultados, a CEF propôs R\$ 4,1 mil para empregados sem cargo de comissão e de R\$ 4.362,84 para os comissionados.



**Campanha Salarial 2007/2008  
garantiu a 13ª cesta-alimentação  
para bancários**





Inauguração do Espaço contou com a apresentação do Grêmio Recreativo, Desportivo e Cultural São Vicente.



## Sindicato compra nova sede

Uma nova opção de lazer, esporte, formação sindical e de debate político dos bancários foi inaugurada pelo Sindicato de Curitiba e Região no dia 26 de outubro de 2007.

Idealizado no ano de 2004, o Espaço Cultural e Esportivo da entidade demorou três anos para reunir todos os apontamentos dos dirigentes e da base, transformar-se em projeto e tomar corpo em uma obra de revitalização de um imóvel adquirido em junho de 2006, no bairro Rebouças em Curitiba.

Ainda em 2006 houve a elaboração de um projeto arquitetônico e em 12 de janeiro de 2007 foi dada a largada para a fase de execução da obra. Os recursos para a iniciativa foram obtidos com o saneamento das finanças da entidade e parte do imposto sindical.

Uma das importantes funções do novo espaço confirmou-se antes mesmo de sua inauguração, quando sediou assembleias numerosas e decisivas da Campanha Salarial 2007/2008, possibilitando a organização dos trabalhadores para a tomada



O fim do Imposto Sindical é reivindicação antiga dos bancários.

**“O Sindicato, assim como a CUT, é contra o imposto sindical. Os trabalhadores é que devem ser responsáveis pelas lutas que o Sindicato encabeça através do reconhecimento de sua representatividade com a filiação. A arrecadação para aqueles que não são filiados aos Sindicatos, mas se beneficiam das conquistas seria através de taxas negociais”,**

Marcio Kieller, dirigente sindical, concorreu à presidência da CUT em 2012.





Assembleia da CEF em 20/10/2007.



de decisões em prol da categoria.

Entre os principais atrativos esportivos do espaço – que possui 1.500 metros quadrados – estão a sala de yoga, academia de ginástica e quadra poliesportiva. O local conta ainda com auditório, restaurante com internet wi-fi e uma estrutura para pequenas apresentações, em que os bancários podem se encontrar no final do dia como forma de entretenimento e socialização.



O Sindicato dos Bancários foi às ruas colher assinaturas para a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salários. A participação foi essencial para retomar os debates em torno da Proposta de Emenda Constitucional 231/95, de autoria do deputado Inácio Arruda (PC do B-PE), que se seguiriam nos anos seguintes.

Segundo estimativas do Dieese/PR em 2008, a mudança poderia criar até 2,2 milhões de novos empregos no país e aumentaria o custo da folha de pagamento das empresas em apenas 1,99%. Além disso, a medida proporciona maior qualidade de vida aos trabalhadores, que ficam menos expostos a lesões e stress.



## 2008: Nova diretoria X Crise Mundial

A crise internacional marcou o ano de 2008. Essa conjuntura econômica foi desencadeada nos Estados Unidos em decorrência da quebra de grandes bancos, que vinham seguindo uma política de oferta de créditos imobiliários de risco.

Em meados de setembro, o auge do colapso atinge o Brasil, mas fica longe de abater fortemente sua economia, devido ao sistema que o governo federal vinha seguindo desde a eleição de Lula em 2002. O fortalecimento no Mercosul e a conquista de parceiros comerciais como a África e a China fizeram o Brasil independe de potenciais como EUA e Europa, e ser um dos poucos países a sentir menos consequências da crise.

As estatísticas demonstrariam um expressivo crescimento no lucro dos bancos naquele ano, principalmente os públicos. O aumento da carteira de crédito do Banco do Brasil, por exemplo, impulsionaria a instituição a fechar o ano com 74% de lucro com relação ao ano de 2007, estabelecendo o recorde de R\$ 8,8 bilhões<sup>32</sup>.

Enquanto os bancos lucravam, alguns impactos inevitáveis da crise como o aumento da inflação, em decorrência do aumento nos preços dos produtos, faziam parecer que a crise havia chegado apenas aos trabalhadores.

Os bancários lutariam em sua Campanha Salarial 2008/2009 para mudar essa realidade, incorporando mais esse tema em sua luta por

**“O Brasil foi o último país a entrar na crise e o primeiro a sair. Argumentávamos isso com a imprensa nacional, que sempre perguntava se não estávamos no caminho errado, pois no mundo o sistema financeiro estava quebrando e aqui estávamos em greve. E sempre eu respondia: o país está bem, a economia está excelente, as expectativas são ótimas, o Brasil vive um novo momento. Foi difícil aguentar a imprensa, mas resistimos e fechamos o ano com excelente resultado”**

Otávio Dias.

<sup>32</sup> Informações divulgadas no Boletim Seu Estilo, publicação dirigida aos clientes do Banco do Brasil Estilo, abril de 2009.



melhores salários e dando continuidade ao debate sobre a remuneração variável, proposta que consistia em dividir a lucratividade dos bancos em decorrência do alcance de resultados da empresa, do setor ou trabalhador individualmente.

A Campanha Salarial dos bancários desse ano seria dirigida em Curitiba e Região por um Sindicato renovado, com nova diretoria executiva e geral e novos conselheiros fiscais. Dentro de um projeto de continuidade das gestões anteriores, assumiu a presidência Otávio Dias, do Bradesco, tendo como secretário geral Carlos Alberto Kanak, do HSBC, e secretário de finanças Antônio Luiz Fermino, da CEF.

Otávio Dias havia sido secretário de finanças do SEEB por seis anos e um dos responsáveis pelos grandes projetos da entidade, realizados durante a gestão de Marisa Stedile (2002-2005 e 2005-2008), como a aquisição da sede esportiva, a revitalização da sede campestre e por iniciar a publicação de balancetes mensalmente nos meios de comunicação dos bancários, estabelecendo um diálogo transparente sobre a arrecadação e possibilitando avanços significativos para a categoria.

### Números

O lucro dos cinco maiores bancos do país em 2007 havia atingido o índice de 36,7%.

A quantidade de contas-correntes subiu de 71,5 milhões em 2001 para 102,6 milhões em 2006. O número de cartões de crédito dobrou nesse mesmo período, passando de 38 milhões para 79 milhões.

*Revista dos Bancários, de fevereiro de 2008.*

## OTAVIO DIAS: IMPULSO À ADESÃO DOS BANCÁRIOS AO MOVIMENTO SINDICAL

Otávio Dias nasceu em Palmeira d'Oeste (SP), cidade onde também ingressou para a categoria bancária. Lá trabalhou no Banco Econômico, sendo transferido para outras diversas cidades depois de 1985. Por onde passou pôde absorver o melhor que o movimento sindical lhe dava. Em São Paulo, berço do movimento operário no país, adquiriu a ousadia necessária para mobilizar a categoria. Nas cidades do Rio Grande do Sul em que esteve aprendeu a ter pulso firme como os trabalhadores gaúchos no momento de enfrentar seus patrões.

Em 1989 chegou a Curitiba e não demorou em ser requisitado para representar a categoria. Foi dirigente do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região em 1996 e no ano 2000 Secretário de Finanças da FETEC-PR. Ali imprimiu suas características e inovou a maneira de trabalhar com os recursos financeiros da entidade. Iniciou uma administração transparente, com publicação dos balanços mensais, ação que adotou também no SEEB quando foi conduzido ao mesmo cargo em 2002.

Como secretário de finanças do Sindicato, Otávio Dias proporcionou avanços significativos para a categoria, como melhorias na sede campestre, construção de um espaço cultural e esportivo dos bancários e garantiu a devolução do imposto sindical aos trabalhadores.

O reconhecimento dessas realizações aconteceu com a indicação de seu nome à presidência da entidade em 2008, desafio que aceitou com prontidão. Otávio Dias começava marcar a história do Sindicato como o presidente das grandes greves e o único com quase 100% de aprovação.

A adesão em Curitiba cresceu, a ponto de superar em diversas ocasiões a média nacional de paralisação. De acordo com Otávio, a construção deste marco só foi possível por meio de um trabalho com a base, com visitas constantes a todas as agências e departamentos. "Isso constrói o diferencial no momento que se convoca os trabalhadores para a greve. A adesão da campanha salarial 2010-2011 vai ficar na história desta entidade. No cenário da greve tínhamos interditos proibitórios no Itaú, Santander e HSBC e mesmo assim os bancários cruzaram os braços maciçamente. O trabalhador entendeu que este recurso legal proíbe a ação do Sindicato, mas não do trabalhador de manifestar a sua indignação".

Em 2011, Otávio Dias foi reconduzido ao cargo de presidente para o triênio 2011-2014 durante eleição que registrou a maior participação de bancários em toda a história da entidade. Eles o elegeram novamente com 97% dos votos. Já nos primeiros meses de sua nova gestão, Otávio liderou a maior greve desde 1985 em termos de mobilização.



Otávio discursa na posse da nova diretoria de 2008-2011.



**“Fiz parte do conselho fiscal durante o período em que a conta do Sindicato ficou bloqueada judicialmente em decorrência do processo ganho pelos advogados demitidos injustamente na gestão de Yara D’Amico, 1990-1993. Foram anos difíceis, mas conseguimos superar isso e ainda realizar feitos grandiosos para a categoria, como investir no lazer e entretenimento da categoria e garantir aumento real todos os anos”**

Otávio Dias.

Os avanços promovidos por Otávio Dias foram reconhecidos pela base durante as eleições daquele ano. A gestão “Quem luta Conquista” obteve 96,76% de aprovação no pleito realizado em abril e tomou posse dia 21 de junho, no Espaço Cultural e Esportivo da Categoria, ocasião em que reforçou o discurso de aumentar o número de associados. Curitiba possuía 17 mil bancários e apenas 7.200 eram sindicalizados. Só assim o Sindicato se fortaleceria ainda mais a fim de lutar pelos interesses dos bancários. Motivação para a filiação da base não deixava de existir. Nesse mesmo ano, o movimento sindical obteve avanços na temática igualdade de oportunidades e diversidade no mundo do trabalho. Após muita pressão dos trabalhadores, a FEBRABAN aplicou em todo o país o Mapa da Diversidade.

A reivindicação era antiga. A Fenaban vinha opondo-se à discussão do assunto nas mesas de negociação desde as últimas duas décadas, alegando não possuir dados mensuráveis. Em 2001, essa resistência levou a Confederação dos Bancários a promover junto ao Dieese uma pesquisa “O rosto dos bancários – mapa de gênero e raça do setor bancário brasileiro”, que revelou diversas contradições e discriminações de raça e gênero do setor. Então, a partir de 2001 o movimento conseguiu a inclusão da cláusula na Convenção Coletiva de Trabalho, assegurando uma comissão bipartite para desenvolver campanhas de conscientização e ações contra a discriminação, mas não avançou mais.

O mapa de 2008 contou com a participação de 16 bancos e revelou



Modificar essa ocorrência histórica era uma luta constante do Sindicato e alvo da organização de encontros e debates, principalmente em datas comemorativas, como o Dia da Mulher. No dia 6 de março de 2008, o Sindicato promoveu o seminário “Mulher, Gênero e Previdência”, com a intenção de municiá-las para que promovessem em seus espaços de atuação avanços em prol da igualdade de oportunidades na sociedade brasileira. O encontro contou com a presença da patrona do feminismo no Brasil e autora de 35 livros Rose Marie Muraro; Luci Choinacki, então presidente do PT-SC; da advogada Mirian Gonçalves, além da economista do Dieese Denise Gentil e Gleisi Hoffmann, então presidente do PT-PR.



que os negros representavam apenas 13,5% dos bancários de todo o país e recebiam próximo da metade do salário dos brancos. Nos bancos enquanto brancos recebiam em média R\$ 986,00, os negros tinham rendimentos médios de apenas R\$ 502,00.

O relatório da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) trouxe também a informação de que a discriminação também passava por questões de gênero e apontava que embora a metade da categoria bancária fosse composta por mulheres, apenas 11% dos cargos estratégicos eram ocupados por elas.

Os sindicalistas que estariam à frente do Sindicato no triênio 2008-2011 iriam trabalhar para mudar essa realidade.

Outro foco de luta da nova diretoria seria a intensificação da resistência em relação às metas abusivas impostas pelos bancos por entender que isto traria uma maior qualidade de vida aos bancários, motivando-os e criando um ambiente saudável de trabalho.

Esse foi um dos tópicos defendidos pelos sindicalistas curitibanos na X Conferência Nacional entre 25 e 27 de julho, em que se definiu a minuta de reivindicações para a Campanha Salarial 2008. As novidades no documento apontavam que as metas deveriam ser definidas pela agência ou departamento com a participação dos trabalhadores. Os Planos de Cargos e Salários (PCS) receberiam atenção especial dessa vez. Eles teriam sido apontados como um dos principais fatores de frustração e desmotivação dos profissionais.

A falta de perspectiva de ascensão profissional atrelada à pressão por metas eram dois fatores que desencadeavam a alta rotatividade do setor. Segundo dados apresentados pelo Dieese na Conferência, de janeiro de 2007 até maio de 2008, quase 45% dos bancários que solicitaram seu desligamento dos bancos tinham menos de 30 anos. Do total dos bancários desligados no período, apenas 8% foi por aposentadoria. Além disso, 46,36% dos desligados tinham no máximo três anos de vínculo de emprego.

Com a nova reivindicação, todos os bancários servir-se-iam de somente um PCS com 1% de reajuste a cada ano de trabalho. Após cinco anos, o reajuste seria de 2%. O banco ficaria obrigado a promover o bancário pelo menos um nível a cada cinco anos.

Uma nova proposta referente à contratação da remuneração total previa a distribuição de 5% da receita de prestação de serviços de forma igualitária entre todos os bancários, após publicação do balancete trimestral. Além disso, 10% de toda a produção da agência deveria ser distribuída entre os trabalhadores da unidade.

Os trabalhadores também estabeleceram o percentual de 13,23% de reajuste a ser reivindicado, sendo 5% de aumento real e o restante de reposição da inflação. Eles também foram contra a extrapolação da jornada, por garantia de emprego e por mais contratações<sup>33</sup>.

<sup>33</sup> A economia brasileira estava em plena atividade e fecharia 2008 com a geração de 1,45 milhão de empregos formais, índice 5% superior a 2007, que fechou em 5,82%. Entretanto, para os bancários esse parecia um espetáculo a parte. O emprego no setor bancário em 2007 teve um saldo entre admissões e demissões de apenas 11.170 vagas, representando um crescimento de quase três pontos percentuais abaixo da média nacional. O número de bancários no Brasil contabilizava 450.211. Dado divulgado dia 17 de janeiro pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As informações eram do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que apontavam os trabalhadores contratados pela CLT do ano de 2007.



Durante todos os dias da greve, quatro Centros Administrativos do HSBC permaneceram sem expediente. Esta foi a maior greve no HSBC desde o início das atividades do banco no país.



A Campanha Salarial de 2008 foi uma das mais fortes da história do Sindicato. Os bancários mais uma vez enfrentaram a intransigência dos banqueiros no momento das negociações econômicas e entraram em greve.

Uma greve de advertência precedeu as negociações que culminaram em uma paralisação de 15 dias. No dia 30 de setembro, 8,5 mil bancários pararam por 24 horas, fechando 143 agências e oito sedes administrativas na capital e Região Metropolitana. No Paraná aproximadamente 11 mil bancários cruzaram os braços.

No dia 8 de outubro, bancários de todo o país entraram em greve por tempo indeterminado para melhorar a proposta vergonhosa da Fenaban de apenas 0,3% de aumento real.

O movimento grevista contou com o apoio massivo da categoria e superou os prognósticos quanto ao apoio de bancários da rede privada. interditos proibitórios foram negados e instituições como o HSBC tentaram impedir a paralisação dos seus funcionários de diversas maneiras. O banco inglês chegou a alterar o horário de entrada e saída dos

A grande mobilização dos trabalhadores, inclusive dos bancos privados, fechou 233 agências de Curitiba, destas, 133 de bancos privados e 12 centros administrativos.

trabalhadores para burlar a greve, mas o juiz Roberto de Oliveira, da 10ª Vara de Trabalho de Curitiba, determinou em ação civil pública que o banco não poderia, durante a Campanha Salarial, alterar os horários dos trabalhadores. O Sindicato ingressou com a ação após receber







contínuas denúncias de que o banco estava antecipando o horário de início do expediente, especialmente das sedes administrativas, para três ou quatro horas da madrugada. O banco também instalou geladeiras lotadas de lasanhas para que os funcionários não precisassem deixar o trabalho para realizar as refeições e houve denúncias de bancários convocados para dormir no local de trabalho.

A truculência dos banqueiros não parou por aí e não foi só vivenciada em Curitiba. No dia 9, os bancários que estavam no CAT Itaú, em São Paulo, foram intimidados pelos policiais do 8º batalhão da PM 6ª Cia. Um fotógrafo que trabalhava para o Sindicato foi ameaçado. A brutalidade foi vista também em outras sedes dos bancos Itaú e Real em São Paulo. Na mesma cidade, no dia 21 de outubro, o Unibanco colocou dezenas de seguranças particulares armados em frente à sua unidade na Praça do Patriarca. Os seguranças tinham claramente a intenção de constranger os trabalhadores que haviam aderido à greve.

Em Porto Alegre, os bancários foram vítimas de uma ação truculenta da Brigada Militar no dia 16 de outubro, em uma agência no Banrisul no centro da capital gaúcha. Os trabalhadores receberam golpes de cassetete e a Brigada reabriu a agência usando força. Em Curitiba, o Bradesco chamou a polícia em diversas agências, mas nenhuma ocorrência mais grave aconteceu.

O fim da greve chegou com a proposta da Fenaban de aumento de 10%<sup>34</sup> para os trabalhadores com salários até R\$ 2.500,00 e 8,15% para aqueles que ganham acima de 2.500,00. Aproximadamente 1,4 mil bancários aprovaram os índices em uma das maiores assembleias da história da categoria em Curitiba.

A vitória representou um ganho acima da inflação de 3% e atingiu 57% da categoria. Para outra parcela da categoria, houve aumento real de 1%. A PLR ficou em 90% + R\$ 966,00 e parcela adicional de R\$ 1.980,00 com cálculo baseado no lucro líquido do banco de 2007 para 2008.

<sup>34</sup> O índice de 8,15% foi aplicado ao vale-refeição e alimentação, auxílio-creche e demais verbas, exceto para a PLR que foi corrigida em 10%.





Banco do Brasil completou 200 anos em plena greve nacional dos bancários.

As cláusulas específicas da Caixa Econômica Federal contemplaram conquistas como o desenvolvimento de um novo Plano de Funções Comissionadas e contratação de 3.100 novos empregados. No Banco do Brasil um adicional distribuiu linearmente entre os funcionários R\$ 120 milhões como bônus ao programa de metas que foi implantado em decorrência da comemoração ao aniversário de 200 anos da instituição, valor que ficou em torno de R\$ 1.300,00.

O ano terminou com o anúncio da fusão dos bancos Itaú e Unibanco<sup>35</sup>, transformando o conglomerado (Itaú Unibanco Holding S.A) no maior banco do hemisfério sul, com um total de ativos em

mais de R\$ 575 bilhões. “Nosso lema será ‘demitiu, parou’. Não vamos permitir que qualquer demissão passe em branco. O movimento sindical irá fiscalizar para que os banqueiros cumpram o que afirmam para a sociedade”, destacavam os dirigentes sindicais na ocasião frente aos discursos do presidente do Itaú, Roberto Setúbal, de que as agências seriam apenas somadas já que possuíam um alto nível de rentabilidade.

A mesma mensagem valia para os bancos Santander e Real<sup>36</sup> que haviam anunciado sua fusão no final do mês de julho, não prevendo demissões. Como em um jogo de cartomantes em que nem sempre as previsões são certas, o Sindicato resolveu apostar nas manifestações a fim de garantir os empregos dos bancários. Nos dias 10 e 11 de dezembro de 2008, a entidade promoveu manifestações contra as demissões.

<sup>35</sup> No dia 20 de novembro de 2008 o Banco do Brasil comprou o banco de São Paulo, Nossa Caixa. A negociação foi concluída por R\$ 5,386 bilhões e constituiu-se em uma estratégia de negócio para que o banco federal pudesse retomar a liderança de mercado perdida após a aquisição do Unibanco pelo Itaú.

<sup>36</sup> No dia 15 de janeiro de 2009 o Santander-Real anunciou a dispensa de 400 funcionários. O movimento bancário fechou agências em protesto por todo o país.





## 2009: Emprego, renda e direitos

A crise mundial perdurava. No primeiro mês do ano de 2009, os participantes do Fórum Econômico realizado em Davos admitiram não existir soluções plausíveis ao problema. Em paralelo ao evento, a 9ª edição do Fórum Social Mundial encontrava a resposta certa para o enfrentamento do sistema financeiro internacional: não deixar a crise afetar os trabalhadores. E os sindicalistas bancários estavam lá, defendendo o aumento real e melhorias na regra e no pagamento da Participação nos Lucros e Resultados.

A reivindicação era justa, afinal não era possível identificar em que a então conjuntura econômica havia afetado os bancos. Com base nas informações divulgadas pelo Banco Central<sup>37</sup>, as 50 maiores instituições financeiras que operavam no Brasil apresentavam um lucro líquido somado de R\$ 7,596 bilhões no primeiro trimestre de 2009. O Bradesco e o Santander lucrariam juntos no primeiro semestre daquele ano mais de R\$ 4 bilhões.

Banqueiros insistiam em argumentos vazios para diminuir seus custos e lucrar ainda mais. A incoerência deles levou a população de Curitiba e Região, além de diversas cidades do interior, a enfrentar já no início do ano uma greve forte que atingiu 65%<sup>38</sup> das agências bancárias ainda em seu segundo dia. Mas dessa vez os atores principais dessa luta foram os vigilantes, que apoiados pelos bancários, queriam melhorias salariais.

Após intensa negociação, que se arrastou por quase quatro meses, esses trabalhadores decretaram no dia 2 de fevereiro greve por tempo indeterminado a fim de garantir: 7% de reposição e 5% de aumento real,



**Apesar da instabilidade, no primeiro semestre de 2009, o sistema financeiro faturou R\$ 19 bi e mais de 15 mil bancários perderam seus empregos.**

Dados do Dieese.



<sup>37</sup> Dados divulgados na Revista Bancários de junho/julho de 2009.

<sup>38</sup> Percentual divulgado pelo Jornal Gazeta do Povo, de 3/2/2009.

Dirigentes sindicais do HSBC de todo o país reuniram-se em Curitiba entre os dias 2 e 4 de junho. Mais de 80 bancários debateram estratégias de mobilizações com a intenção de melhorar as condições de trabalho no banco inglês. Na manhã do dia 3, o HSBC Palácio Avenida foi palco de um protesto contra a postura que o banco estava adotando em relação aos seus funcionários e clientes. Durante o encontro, houve a criação de uma campanha nacional de valorização com o lema "Contratações já, PCS e basta de demissões".





elevação do adicional do risco de vida e do vale-refeição, e uma hora de intervalo já que vários deles trabalhavam até 12 horas sem descanso. Os bancos ficaram quase uma semana fechados e a mobilização reverteu-se em ganhos significativos à categoria.

Dentre as lutas diárias dos bancários, uma marcou 2009 pelo seu ineditismo. Nesse ano, o mundo inteiro vivenciou uma de suas maiores pandemias. O surto partiu de um vírus variante da gripe suína (H1N1) e atingiu o Brasil em meados de abril.

O Sindicato colocou-se em alerta e lutou pela saúde dos bancários e da população desde o início.

Além de alertar os trabalhadores para a prevenção em seus veículos de comunicação, a entidade entrou com liminar judicial para que os bancos tomassem medidas preventivas. Os bancos foram obrigados a disponibilizar máscaras e álcool gel 70% a todos os trabalhadores, terceiros e clientes, além de limitar o número de usuários dentro das agências. A determinação levou as filas dos bancos para as ruas, diminuindo o risco de transmissão do vírus. Caso fosse descumprida a lei, seria aplicada multa diária de R\$ 1.000,00<sup>39</sup>.

Em meio a esse trabalho, o Sindicato não deixou de dar a atenção merecida à outra questão crucial para o bem-estar dos bancários da Grande Curitiba: a segurança. A fiscalização era uma constante dos dirigentes e os diversos protestos levavam os bancos a instalar mecanismos de segurança em suas agências e ao pagamento de multas pesadas pelo descumprimento da lei. Em 2009, os bancos brasileiros foram punidos com multas de R\$ 4,462 milhões. O campeão foi o Banco do Brasil, condenado a pagar multa de R\$ 1,285 milhão, seguido pelo Bradesco (R\$ 923 mil) e Itaú (R\$ 564 mil). As infrações mais comuns eram ausência de plano de segurança (52% do total), alarme inoperante (22%) e falta de vigilante (16%).

As atividades para exigência de segurança incorporaram a discussão sobre as prioridades da Campanha Salarial 2009/2010.

E era mesmo dessa maneira que eram construídas as principais reivindicações

<sup>39</sup> Dia do Bancário adiado: A Festa dos Bancários realizada em agosto com o tradicional porco no rolete foi adiada em virtude da Gripe A. A Sede Campesre recebeu no dia 20 de novembro cerca de 400 bancários, familiares e convidados.



presentes durante as campanhas salariais desde os primeiros anos do novo milênio.

“Nossa campanha salarial começa a ser organizada já no início do ano, quando iniciamos a pesquisa para saber o que o bancário quer numa campanha salarial. Vamos de agência em agência, promovemos debates, há os encontros estadual e regional, o congresso nacional do Banco do Brasil e da Caixa, e por fim a Conferência Nacional dos Bancários, em que aprovamos a minuta de reivindicações. Aí entramos no processo negocial”, esclarece Otávio Dias.



Foi em um desses momentos promovidos pelo Sindicato que o tema Previdência Complementar destacou-se como uma das reivindicações da Campanha Salarial 2009/2010. Nas comemorações do Dia Internacional da Mulher houve a realização do “II Seminário Mulher, Gênero e Previdência: o desafio continua”, em que a economista Denise Gentil apresentou uma palestra sobre previdência e o projeto de reforma tributária do governo em discussão naquele momento.

Remuneração digna e garantia de emprego também se tornariam eixos da Campanha Salarial. A alta rotatividade empregatícia nos bancos levava a Contraf/CUT, junto ao Diesse, à realização de uma pesquisa sobre essa realidade. O estudo revelou que os bancos utilizavam-se desse artifício para diminuir a média salarial dos bancários, tornando-os “peças descartáveis” na busca incessante por lucros. A remuneração média dos contratados nos primeiros três meses de 2009 era 54,45% inferior à média dos desligados no mesmo período. Os desligados recebiam remuneração média de R\$ 3.939,84. Já os contratados tinham remuneração média de R\$ 1.794,46. Em taxas semestrais este índice chegava a 46,82%.

O lançamento oficial da Campanha Salarial 2009 aconteceu no dia 14 de agosto, na Boca Maldita, centro de Curitiba. Os bancários saíram às ruas acompanhando a passeata da Jornada Nacional de Lutas, que reunia demais entidades e centrais sindicais, movimentos sociais e populares e o MST. A intenção dos bancários era de se posicionar ao lado dos movimentos popular e social na defesa dos direitos dos trabalhadores. A alteração da jornada semanal<sup>40</sup> dos trabalhadores de 44 para 40 horas sem a redução de salários era uma das principais bandeiras da manifestação.

Desde a entrega da minuta de reivindicações aos bancos, o Sindicato realizou atos diários nas principais agências bancárias da cidade como forma de informar sobre as

A 11ª Conferência Nacional, realizada entre os dias 17 e 19 de julho em São Paulo, definiu o índice a ser reivindicado: 10% de reajuste, além de PLR de três salários mais R\$ 3.850,00.

O bancário Ubiratan Pedrosa, ou Bira do Banco, assumiu em janeiro de 2009 uma importante função no cenário político do Paraná. O funcionário do Bamerindus/HSBC elegeu-se vereador na Câmara de São José dos Pinhais. Bira teve uma forte atuação sindical desde 2004.

<sup>40</sup>Prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 231/95, a mudança na jornada de 44 para 40 horas semanais traria vantagens sociais e econômicas para todos os brasileiros, gerando mais emprego e maior qualidade de vida ao trabalhador. Entretanto, a medida encontra resistência nos parlamentares que representam o empresariado e ainda tramita no Congresso Nacional.





reivindicações e o andamento das negociações. Até a primeira quinzena de setembro, 30 agências já tinham sido visitadas. Entretanto, as manifestações só conseguiram arrancar uma proposta da Fenaban após a quarta rodada de negociação: índice que apenas repunha a inflação, de 4,5%, e uma PLR rebaixada em relação à anterior.

Sem apresentar demonstrações prévias de mobilização como advertência aos banqueiros, os bancários decretam greve por tempo indeterminado no dia 24 de setembro. Em seu primeiro dia, 144 agências e 10 centros administrativos ficaram sem expediente em Curitiba e Região. Em todo o país este número chegou a 2.880 agências paralisadas.

Interditos proibitórios e atos ilícitos estiveram presentes no enfrentamento com os banqueiros. Contudo, algumas decisões judiciais favoreceram o movimento grevista. O Sindicato conseguiu, ainda no terceiro dia útil de greve, um recurso que acabou com os efeitos do dispositivo jurídico conquistado pelo Itaú. Santander e Real não conseguiram uma decisão favorável nem em primeira instância.

Com a queda do interdito, o Itaú então procurou reprimir a greve em Curitiba utilizando força policial e pressionando os trabalhadores a comparecer ao trabalho após às 16h. Essas ações não foram suficientes para conter a mobilização, que fechou 68 das 88 agências do banco, além de todas as 25 agências do Unibanco.

O Bradesco beneficiou-se do interdito em várias cidades brasileiras. Em Curitiba, a punição chegava a R\$ 90 mil por agência/dia. Mas a medida não se estendeu à Região



Metropolitana, pois o Sindicato recorreu da decisão.

Caixa Econômica e HSBC surpreenderam. O banco federal contratou seguranças para permanecer de guarda diante dos prédios administrativos. Depois conseguiu interdito proibitório, com punição de R\$ 50 mil. Na tentativa de burlar a greve, o HSBC alugou uma frota de táxi aéreo para transportar os trabalhadores de helicóptero para dentro das sedes e obrigá-los a trabalhar.

Mas a greve manteve-se forte durante 15 dias e arrancou dos banqueiros uma proposta digna. A categoria conquistou 6% de reajuste (1,56% de aumento real), a melhor PLR<sup>41</sup> desde a sua implantação em 1995 e ampliação da licença-maternidade para 180 dias.

Os funcionários da Caixa permaneceram parados por mais 13 dias, até receberem nova proposta do banco em questões específicas no dia 20 de outubro. Um dia depois, os trabalhadores encerraram o movimento grevista que chegou a completar 28 dias. Aumento no número de contratações e bônus de R\$ 700,00 formaram o resultado positivo da greve.

Nos bancos públicos, as conquistas asseguraram a abertura de 15 mil novos postos de trabalho no BB e Caixa no ano de 2010, a inclusão pela primeira vez no programa de reabilitação profissional, instalação de comitês de ética para combater o assédio no BB e Caixa, avanços nas cláusulas sociais como igualdade de oportunidades, o reconhecimento dos direitos legais nas relações homoafetivas e a reativação das comissões para discutir saúde e segurança bancária (Sindicato dos Bancários de Dourados, 2005, p. 59).

A greve foi encerrada com 7.200 agências de bancos públicos e privados em 26 estados e Distrito Federal sem expediente, quase 60% de privados.



O Banco do Brasil é a primeira instituição financeira a atender a reivindicação do movimento e ampliar a licença-maternidade. A conquista foi assegurada em negociação feita no dia 27 de março de 2009. A ampliação foi uma das principais reivindicações da Campanha 2008.



Na Caixa, bancários realizam ato simbólico e incineram a imagem da presidente do banco Maria Fernanda.



Demais bancos receberam "A Porta do Inferno", montada pelos sindicalistas. A tática levantou polêmica e foi destaque na mídia local.

<sup>41</sup> A regra básica da PLR passou a ser de 90% do salário mais R\$ 1.024, com teto de R\$ 6.680. O valor podia ser majorado até que fosse distribuído pelo menos 5% do lucro líquido, podendo chegar a 2,2 salários, com teto de R\$ 14.696. Os bancários também receberam um novo adicional de 2% do lucro líquido com teto de R\$ 2.100, distribuídos de forma linear, sem depender do crescimento do lucro e sem desconto nos programas próprios de renda variável. Esta mudança representou um ganho de R\$ 433 milhões em 2009, uma vez que a maioria dos bancários não receberia essa parcela se fosse mantida a regra anterior.



## 2010: Presente político e futuro sindical

A luta tem que ser globalizada. Esta foi a conclusão que chegaram representantes de 84 organizações sindicais do ramo financeiro, vindos de 55 países, durante a 1ª Conferência Mundial UNI Finanças realizada no Rio de Janeiro sete anos antes. Em 2010, o debate caminhava para a sua terceira edição, com o acúmulo de experiências a cerca dos problemas gerados pelas fusões, aquisições e privatizações, como as demissões e o excesso de trabalho.

A discussão vinha bem de antes. Com o comando do bancário Edgar Rocha Costa, que presidiu a IAPB na década de 60, a classe chegou a discutir o assunto em 1953 durante uma reunião sindical mundial que se realizou em Viena.

As discussões pretendiam interferir no paradigma capitalista e globalizar a luta sindical para acabar com o histórico de exploração das instituições financeiras com presença em vários países.

Lisboa foi palco dessas discussões que culminaram em repúdio à terceirização e à pressão por vendas. O Sindicato esteve presente no encontro e paralelamente participou de um encontro em São Paulo sobre o mesmo tema. Os dirigentes da entidade reuniram-se em São Paulo de 17 a 19 de março com sindicalistas de diversos países para discutir a criação de um acordo global a fim de assegurar os mesmos direitos para os trabalhadores de bancos internacionais em todo o mundo.

Enquanto os bancos discursavam a fim de enfraquecer o argumento da categoria de luta global, as negociações específicas de cada banco avançavam a passos largos em Curitiba e Região. Melhorias no PPR e no auxílio-educação no Santander, no Plano de Saúde e Aposentadoria Complementar no Itaú, PCS e PCC com mais vantagens na Caixa, aumento da bolsa educacional e plano odontológico no HSBC, etc. Isso fazia aumentar a expectativa de grandes conquistas durante a Campanha Salarial e mobilizava ainda mais a categoria.

Cansados de sobrepôr a atividade profissional a outras dimensões de sua vida, bancários levantaram-se maciçamente contra os banqueiros para exigir melhores condições de trabalho, fazendo da Campanha Salarial 2010/2011 uma das maiores de toda a história sindical.

A Campanha começou cedo, com encontros estaduais e nacionais que

### JURÍDICO

Outra conquista importante dos bancários nesse momento foi a vitória de ações judiciais que garantiram aos bancários da Caixa e Banestado indenização de mais de R\$ 130 milhões. As ações tratavam das perdas de direitos durante a reestruturação da Caixa e repasse de benefícios aos trabalhadores no Banestado.





proporcionaram o debate necessário para a construção democrática da minuta de reivindicações da categoria. Sua homologação veio durante a 12ª Conferência Nacional dos Bancários, realizada de 23 a 25 de julho, no Rio de Janeiro. O mote “Outro banco é preciso: pessoas em primeiro lugar” foi utilizado para expressar o descontentamento de milhares de bancários obrigados a trabalhar em péssimas instalações, que adoeciam por conta do assédio moral e da pressão por cumprimento de metas. Os pontos centrais da pauta seriam reajuste salarial de 11%, PLR de três salários base mais R\$ 4 mil, PCS para todos, preservação e ampliação do emprego, o fim das metas abusivas e combate ao assédio moral, mais saúde, segurança e promoção da igualdade de oportunidades.

Durante o encontro, os representantes dos trabalhadores também discutiram o futuro político do país, uma vez que em 2010 aconteceriam as eleições presidenciais. Mais uma vez a opção foi dar o apoio ao candidato para a sucessão de Lula, Dilma Rousseff, que representaria a continuidade das políticas de inclusão social, geração de empregos e respeito aos trabalhadores. José Serra (PSDB) seria seu principal oponente, representando a volta do neoliberalismo da Era FHC.

Localmente, o Sindicato de Curitiba e Região assumiu uma postura forte na defesa de alguns candidatos às eleições 2010, principalmente em ocasião do momento político do Paraná após denúncias envolvendo a Assembleia Legislativa do Estado. Em março, o



O assédio moral é o principal responsável pelo afastamento dos bancários de seus trabalhos. Eles são obrigados a cumprir metas impossíveis e acabam humilhados e deprimidos quando não as atingem. Um dos bancos que mais assedia é o HSBC, alvo de diversos protestos em 2010.



Sindicalistas participam de protestos dia 31 de março.





Jornal Gazeta do Povo e a RPCTV produziram uma série de reportagens que revelaram um esquema de corrupção na casa que teria desviado desde o ano de 2002 pelo menos R\$ 200 milhões através de laranjas, além de manter funcionários fantasmas<sup>42</sup>.

A militância partidária do SEEB daria seu apoio a Osmar Dias (PDT), que possuía aliança com o Partido dos Trabalhadores de Dilma. Foram defendidos para deputado estadual o ex-bancário Tadeu Veneri e deputado federal, Roni Barbosa, presidente da CUT-PR, ambos do PT. A Campanha Salarial mais uma vez caminharia junta a ações voltadas para defender esses nomes na tentativa de semear frutos na política paranaense que revertessem em benefícios futuros aos movimentos sociais e sindicais.

No dia 19 de agosto, bancários de Curitiba lançaram a Campanha Salarial com uma passeata pelo centro da cidade. O Sindicato seguiu fazendo manifestações em diversas agências de Curitiba e Região até arrancarem uma contraproposta dos banqueiros, isso já na quarta rodada de negociação. A Fenaban ofereceu 4,29% de reajuste e ainda pediu a manutenção da regra da PLR do ano de 2009. Em assembleia, mais de 1.200 bancários rejeitaram o índice e decretaram greve por tempo indeterminado a partir do dia 29 de setembro.

Munidos de interditos proibitórios e de manobras para impedir seus empregados de aderirem à paralisação, banqueiros decidiram enfrentar o movimento. Em São Paulo, diversos bancos convocaram os bancários a antecipar o expediente para as 3h30

<sup>42</sup> Três principais diretores da Assembleia, Abib Miguel, Cláudio Marques da Silva e José Ary Nassiff, foram presos e tiveram os bens bloqueados pela justiça. Em menos de um ano a casa demitiu 700 funcionários e reduziu R\$ 5 milhões somente em salários. Gazeta do Povo, de 5/9/2011.





A quarta rodada de negociação ofereceu 4,29% de reajuste contra a reivindicação de 11%. A resposta dos bancários foi greve por tempo indeterminado.



Manifestação em frente à Caixa Econômica agência Carlos Gomes no Dia Nacional de Lutas, 21/9/2010.

da madrugada, fretando-os com táxis. Em Curitiba uma vitória. A prática já considerada tradicional do HSBC de transportar empregados por helicópteros para os centros administrativos Xaxim foi impedida pela justiça sob multa de R\$ 50 mil por voo. A justiça considerou plausível a denúncia do Sindicato que os helicópteros eram utilizados para evitar piquetes dos grevistas, e também considerou que as viagens não asseguravam condições de segurança adequadas aos seus funcionários.

Os bancos Itaú-Unibanco, HSBC e Bradesco conseguiram interditos na justiça e chegaram a funcionar, mas precariamente. O movimento era forte e chegou a fechar já em seu primeiro dia de greve 235 agências e os 12 maiores centros administrativos de Curitiba. Ao todo foram 14.450 bancários mobilizados.

A cada dia crescia a adesão dos bancários. No segundo dia o número de agências paralisadas subiu para 259. No sétimo dia de greve, 100% das agências da CEF e BB estavam fechadas.

O movimento grevista seguiu por 15 dias e foi um dos maiores da história sindical bancária do país, além de resultar em uma das melhores negociações do período. Foram mais de 8.200 agências paralisadas em todo o Brasil, 65% delas em bancos privados. No Paraná, cerca de 18 mil bancários cruzaram os braços, sendo 14 mil em Curitiba e Região.

O acordo apreciou valorização dos pisos de 16,33%, ganho real de 3,08%, inclusão na Convenção Coletiva de Trabalho, pela primeira vez, de mecanismos para combater a falta de segurança nas agências, em



Mesmo impedido pela justiça, o HSBC arriscou.





que ficou definido ao bancário atendimento médico ou psicológico logo após o assalto, possibilidade de realocação para outra agência ao bancário vítima de sequestro e apresentação semestral de estatísticas nacionais sobre assaltos ou ataques.

A discussão sobre assédio moral no trabalho teve desfecho histórico nessa campanha. Bandeira antiga do movimento, a prática assediadora tornou-se ao longo dos anos a maior dificuldade que os bancários deparam-se diariamente em seu ambiente de trabalho. A afirmação partiu de uma pesquisa realizada pela Contraf-CUT em junho de 2010, que trouxe a comprovação de que os bancários são uma das principais categorias vítimas do adoecimento mental devido ao alto nível de exigência por produtividade (metas abusivas) que geram o assédio moral e outros tipos de violência nos locais de trabalho, a “violência organizacional”. O Acordo Coletivo de Trabalho pela primeira vez iria assegurar o combate a esse mal, com a prevenção de conflitos no ambiente de trabalho: valorizando todos os empregados, promovendo o respeito à diversidade, à cooperação e ao trabalho em equipe; conscientizando os empregados sobre a necessidade de construção de um ambiente de trabalho saudável e promovendo valores éticos e legais. Entre as cláusulas do acordo, está a que diz respeito ao encaminhamento e à solução das questões suscitadas, estipulando o prazo de 10 dias úteis para apresentação da reclamação pelo Sindicato ao banco, que tem até 60 dias corridos para apurar o caso e prestar esclarecimentos.



O primeiro acordo específico sobre assédio moral foi assinado em reunião no dia 26 de janeiro de 2011. A nova cláusula previa a instituição de um Protocolo de Prevenção de Conflitos no Ambiente de Trabalho. Os primeiros bancos a aderirem foram Itaú, Citibank, Safra, Votorantim e Bic Banco.

O acordo do Banco do Brasil foi aprovado por uma pequena diferença de votos, mas apresentou avanços significativos, além da valorização do piso. Um novo Plano de Carreira e Remuneração (PCR), direcionado a cargos comissionados, seria criado, tendo 25 níveis, do M1 ao M25, com incorporação de R\$ 88,59 ao salário por nível, já com os 25% da gratificação variável.





Campanha por um novo PFG e Isonomia na Caixa foi lançada em 27 de janeiro de 2010.

Para os funcionários da Caixa Econômica Federal houve valorização dos pisos e PLR Social, em que cada trabalhador recebeu 2% do lucro líquido do banco divididos pelo número total de funcionários, PLR extraordinária de 4% distribuídos linearmente, além da regra básica da Fenaban.

Na Caixa também seria feito um novo Plano de Funções Gratificadas (PFG)<sup>43</sup>, exigência dos sindicalistas reforçada em Campanha durante o ano todo, esta que também reivindicava a equiparação de direitos e benefícios dos funcionários contratados a partir de 1998.

O ano termina positivo para o movimento sindical a nível nacional, com a vitória de Dilma Rousseff, eleita a primeira mulher presidente do Brasil (com 56,05% dos votos válidos, contra 43,95% de José Serra). Ela assume com promessas de consolidar as obras transformadas do presidente Lula, promover mudanças na legislação para avançar na democracia, garantir a estabilidade de preços e proporcionar um desenvolvimento sustentável ao país.

No Paraná, os sindicalistas recebem a notícia de eleição de Beto Richa a governador com apreensão, devido principalmente ao choque de gestão prometido por ele durante a campanha. As possíveis interferências da Polícia Militar nas manifestações dos trabalhadores, privatizações e depreciação dos direitos dos trabalhadores preocupava os sindicatos.



Lula encerra seu mandato na presidência da república com 87% de aprovação. Para o movimento sindical bancário, Lula representou a retomada das conquistas por melhores condições de trabalho e a manutenção dos direitos adquiridos.

<sup>43</sup> O PFG (Plano de Funções Gratificadas) substituiu o PCC (Plano de Cargos Comissionados) em 2010.





Muito se avançou em todos os anos de luta do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região pela implantação de mecanismos de proteção aos cidadãos nas agências bancárias. Exigida com fortes manifestações desde a década de 90, a segurança bancária apresentou ganhos significativos, como a Lei dos Biombos (2008) e a que proíbe o uso de celular dentro das agências (2010). Ambas coíbem a ação de criminosos que monitoram vítimas potenciais que estejam sacando dinheiro, as famosas “saidinhas de banco”.

Em 2010 o Sindicato continuou sua peregrinação em busca de mais resultados positivos nesse tema. No dia 25 de maio, a entidade participou do 1º Simpósio de Segurança Pública X Privada que aconteceu no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná e reuniu os responsáveis pelos principais órgãos de segurança do estado e município.

As discussões sobre o assunto culminaram em mais fiscalização em cumprimento de leis já operantes em Curitiba e em um projeto apresentado em dezembro pelo Sindicato dos Bancários e dos Vigilantes na Câmara Municipal de Curitiba. O texto obriga os bancos à realização de mudanças estruturais em suas agências, como por exemplo, no local das portas com detectores de metais para proteger também os caixas eletrônicos e o monitoramento por câmeras em tempo real integradas com a polícia.



Os números de demitidos no ano de 2010 levaram os dirigentes do Sindicato a repetir uma estratégia antiga de protesto. Eles vestiram-se de anjos e cantaram paródias com alusão às apresentações de canções natalinas que o banco realiza em Curitiba todo final de ano. De janeiro a dezembro, 285 bancários foram despedidos sem justa causa e outros 251 pediram demissão por não suportar as péssimas condições de trabalho do HSBC.



## A maior greve dos últimos 20 anos

Em 2011 bandeiras revolucionárias e históricas do movimento sindical ainda ocupavam eixos centrais em debates e instituíaam a combatividade dos bancários. Era preciso tornar realidade o que a Convenção Coletiva de Trabalho determinava, como por exemplo, fazer cumprir a jornada diária de seis horas e acabar com a exploração.

A cobiça dos banqueiros em reter lucros estratosféricos continuava a assombrar o ambiente de trabalho da categoria, que sofria com assédio e corte de despesas. Enquanto altos executivos de bancos como o Bradesco possuíam rendimentos anuais na base de R\$ 10 milhões (dados declarados à Comissão de Valores Imobiliários), o salário dos bancários diminuía a cada dia. As instituições financeiras aproveitavam-se da rotatividade nas empresas para aumentar a rentabilidade e explorar ainda mais seus funcionários.

Uma pesquisa realizada pela Contraf-CUT e pelo Dieese comprovou exatamente isso: em 2010 os bancos desligaram 33.418 bancários com salários médios de R\$ 3.504,78, e contrataram 57.450 trabalhadores, com ganho mensal de R\$ 2.187,86, provocando uma redução remuneratória de 37,57% em todo o país.

Em Curitiba, a base procurava um meio de reverter essas perdas e avançar em busca de novas conquistas, propostas que iam ao encontro do que estava sendo realizado na sua entidade sindical e o que se propunha para os anos que estavam por vir. Por isso, reelegeu seus representantes durante processo eleitoral no mês de abril. O pleito, realizado entre os dias 26 e 28, foi inédito em toda a história da entidade. Dos 7.184 bancários aptos a votar, votaram 5.457, totalizando uma participação de 76%. A chapa “Seguir Conquistando”, encabeçada pelo então presidente Otávio Dias, obteve ampla aprovação da categoria: 97% dos votos.







A direção do Sindicato é reeleita por mais três anos 2011-2014, na Gestão "Seguir Conquistando".

O Sindicato de Curitiba e Região partiria então para um calendário de atividades a fim de formalizar as reivindicações da categoria em uma minuta a ser apresentada durante a Conferência Nacional.

A participação da entidade em discussões sociais também norteou o trabalho dos sindicalistas. Em maio, eles participaram da Reforma Política e Eleitoral promovida pelo governo federal. Uma audiência pública foi realizada na Assembleia Legislativa do Paraná no dia 27 de maio para discutir o assunto e levantar propostas ao texto.



Outro assunto que vinha sendo tratado de maneira enfática desde o início do ano era segurança. No dia 11 de julho, o Sindicato apresentou à sociedade a 1ª Pesquisa Nacional de Ataques a Bancos<sup>44</sup>. Os registros davam conta de 838 ataques em todo o país, sendo 301 assaltos às agências abertas ao público e 537 arrombamentos a caixas eletrônicos. Somente no Paraná foram 56 casos, o terceiro maior número de ataques.

<sup>44</sup> A pesquisa era baseada em dados da Secretaria de Segurança Pública com colaboração do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, Contraf-CUT, Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Confederação dos Vigilantes (CNTV).

No dia 14 de abril o Sindicato participou de uma audiência pública sobre Segurança na Câmara Municipal de Curitiba.







Outra luta travada pela entidade foi contra os desmandos de instituições públicas que deveriam servir à população, e, no entanto, deliberavam contra a categoria bancária. Primeiramente o Banco Central amplia e legitima as atividades dos correspondentes bancários através das resoluções 3954 e 3959<sup>45</sup>. Depois o Banco do Brasil anuncia a ampliação de sua rede de atendimento por operações do Banco Postal, feito por agências dos Correios. Os Bancos Postais não seguiam as mesmas regras de segurança que os bancos, expondo clientes e funcionários a riscos maiores que nas agências.

A partir daí protestos pela extinção desses serviços aconteceriam por todo o país. No dia 16 de agosto diversas cidades realizaram simultaneamente uma manifestação em frente às sedes do Banco Central de sua localidade, para pressionar pela derrubada das resoluções referentes aos correspondentes. A consequência fatídica para a categoria bancária é a precarização, que acontece quando esses outros trabalhadores desempenham as mesmas atividades dos bancários, mas não possuem os mesmos direitos e benefícios, ganhando na maioria das vezes a metade de seu salário.

As distorções salariais em ocasião de desvio de funções também afetavam a Central de Atendimento do Banco do Brasil (CABB) em São José dos Pinhais, levando seus funcionários a realizarem o “I Encontro CABB”, que aconteceu no Espaço Cultural dos Bancários no dia 16 de abril. Reivindicações foram apontadas e a proposta de uma ação judicial foi debatida.

<sup>45</sup> Os correspondentes bancários surgiram na época da ditadura militar a fim de solucionar a falta de agências em cidades distantes dos grandes centros. Entretanto nos últimos anos o BC publicou resoluções que admitem aos correspondentes exercer as mesmas funções dos bancários. Assim, os bancos preferem investir nesses novos profissionais nas cidades pequenas e abrir mais agências nas grandes, com o objetivo de atender as classes mais rentáveis a eles. De acordo com o IBGE, de 2000 a 2010 o número de correspondentes aumentou 1.103%, pulando de 13.731 para 165.228.





Em 2011 o Sindicato comemorou duas datas importantes para a categoria de uma maneira diferente. O II Ciclo de Debates (o 1º aconteceu em 2010) teve como tema principal a força da mulher (Dia Internacional da Mulher em 8 de março), mas tratou também de relembrar o Dia Internacional de Combate e Conscientização às vítimas de LER/DORT (28 de fevereiro). Foram três dias de palestras sobre saúde, oficinas de beleza e exibição de filmes.



Mobilizações também aconteceram fortemente frente às demissões do Itaú/Unibanco, que apesar do lucro campeão de R\$ 13 bi em 2010 despediu desde 2009, ano da aquisição do Unibanco, 378 bancários na base do Sindicato. No dia 19 de julho, Dia Nacional de Lutas do Itaú/Unibanco, ocorreram manifestações no Brasil inteiro. No Paraná, os trabalhadores fecharam 21 agências, oito delas só em Curitiba.

O depoimento de funcionários da SDIS, Superintendência de Desenvolvimento Industrializado de Sistemas, na edição de agosto da Revista da entidade choca. O departamento foi formado pela antiga equipe de Tecnologia da Informação do Banestado, privatizado no ano 2000. Na época, a área era composta por cerca de 500 funcionários. Após a privatização, o número foi reduzido para 200 analistas. Com o tombamento dos sistemas, sobraram apenas 54 pessoas em 2011.

Segundo um dos entrevistados, o clima de terror era uma constante. Durante o mês de maio os trabalhadores foram avisados da súbita extinção do setor, mas nenhuma solução que contemplasse o anseio dos trabalhadores foi cogitada. Muitos de seus colegas foram afastados por adoecimento ou estavam utilizando medicamentos tarja preta. O reconhecimento dessa equipe inexistia apesar da área ter sido considerada referência nacional por permitir que todas as agências trabalhassem on-





-line – com suas bases de saldos atualizados em tempo real, mesmo em transições interagências. Contudo, 90% dos responsáveis por criar esse sistema inovador, e que é utilizado por praticamente todos os bancos do Brasil, foram descartados<sup>46</sup>.

Desrespeito, demissões e crise temperaram a luta por Emprego Decente, lema adotado na Campanha Salarial 2011/2012.

A 13ª Conferência Nacional dos Bancários, realizada de 29 a 31 de julho em São Paulo, também decidiu por um reajuste de 12,8% (5% de aumento real) mais PLR de três salários mais R\$ 4.500,00, e pelo do Dieese de R\$ 2.297,51.

Dia 17 de agosto, sindicalistas e bancários saíram às ruas vestidos com camisetas da Campanha e munidos de faixas, cartazes com dizeres “Chega de Demissões e Rotatividade”, “Por mais Saúde e Segurança”, “Pela redução de juros e tarifas”, entre outros. A mobilização começou em frente ao HSBC Palácio Avenida e seguiu para outras agências do centro de Curitiba.

As negociações mantiveram-se emperradas pela Fenaban, que se negava a discutir melhorias no emprego bancário. Um índice foi apresentado somente na quarta rodada, de 7,8% de reajuste, sendo somente 0,37% de aumento real.

**ADOTE UMA AGÊNCIA**  
Nessas conquistas depende de você!

Quero adotar uma agência e participar da Campanha Nacional dos Bancários 2011:

Nome: \_\_\_\_\_

Banco em que trabalha\*: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

Agência Adotada\*: \_\_\_\_\_

\* Identifique o banco e a filial em que se localiza

<sup>46</sup> Em 2012, o setor foi extinto.



Bancários de todo o país decidiram então entrar em greve por tempo indeterminado a partir de 27 de setembro depois de receber mais uma oferta dos banqueiros. A proposta, considerada uma brincadeira de mau gosto, contemplaria somente mais 0,2% de reajuste, além de manter a PLR nos mesmos moldes de 2010, acrescida de reajuste de 8% na parcela fixa.

No primeiro dia de greve 114 agências amanheceram fechadas em Curitiba. Algumas estratégias foram utilizadas por entidades sindicais em diversos estados para fortalecer as paralisações. Em Curitiba e Região houve o lançamento da campanha “Adote uma agência”, em que cada bancário escolhia uma agência e se responsabilizava por ela, ajudando o Sindicato a convencer os demais trabalhadores a aderirem ao movimento.

A Campanha revelou-se um sucesso na capital e trouxe o resultado de 289 agências fechadas no 10º dia de greve. Ao final de 18 dias de greve eram 310 agências fechadas.



A criatividade correu solta durante a Campanha Salarial 2011. No dia 3 de outubro, em protesto ao interdito proibitório concedido pela Justiça do Trabalho ao Bradesco, bancários em greve assaram sardinha em frente a uma agência, no centro de Curitiba. A iguaria foi distribuída para a população que transitava no local.



Uma coisa era certa nessa Campanha Salarial: os bancários estavam mais conscientes e próximos do Sindicato. Isso assegurou grandes vitórias no combate às práticas antissindicais durante a greve.

Além dos interditos negados ao Santander, Itaú e Banco do Brasil, denúncias eram feitas constantemente à entidade, que tomava todas as providências perante os fatos. A pressão para obrigar os funcionários a furar a greve acontecia de diversas maneiras. Funcionários do Itaú chegaram a ser escondidos no cofre da agência Pinheirinho. No Banco do Brasil, agência Hugo Lange, os empregados utilizaram os banheiros para impedir a abordagem dos sindicalistas. Houve ainda ameaças de desconto dos dias parados no BB, além da transferência de funcionários de um departamento para outro dentro do shopping Palladium; o transporte via helicóptero no HSBC; e coação no Bradesco, em que os empregados foram obrigados a assinarem atas notariais que depunham contra os demais trabalhadores. Já na Caixa, foram dois casos notórios: alguns funcionários estavam sendo “convidados” a voltar ao trabalho em um hotel de Curitiba, pela gerente da filial de Risco de Crédito; outros eram instruídos a dar andamento em análises de crédito habitacional, sendo transferidos para a agência Jardim das Américas.

Apesar de todos esses acontecimentos e da truculência da guarda municipal em diversas ocasiões, a adesão dos bancários e o apoio da população foram surpreendentes.

Foi com muita criatividade e humor que o Sindicato conquistou o reconhecimento da legitimidade da greve por grande parte dos curitibanos. Com a campanha “Adote uma agência”, bancários foram disponibilizados a informar a população de que sua reivindicação era justa e que os culpados da história eram os banqueiros. Uma manifestação com direito a repentista também teve o mesmo intuito. O ato, realizado na manhã do dia 5 de outubro, começou em frente ao Bradesco da Rua Monsenhor Celso, esquina com a Rua XV de Novembro, e seguiu em direção ao HSBC do Palácio Avenida.

Manifestação com repentista marcou a greve dos bancários de 2011.







Depois de um longo período de silêncio, os banqueiros chamaram os bancários para negociar. Dezoito dias haviam passado e o movimento já havia fechado a conta como a maior greve dos últimos 20 anos. A pressão acaba por reverter em um reajuste de 9% nos salários, proposta que é aceita em assembleia no dia 16 de outubro. A ocasião lotou a Sede Esportiva do Sindicato, reunindo mais de 1,5 mil trabalhadores.

Com a decisão, todos os trabalhadores do país encerraram a greve contabilizando 21 dias de paralisação, 9.254 agências e vários centros administrativos fechados em todo o país.

Foram garantidos também: valorização nos pisos de 9% a 12%; 90% mais R\$ 1.400,00 de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e parcela adicional de 2% do lucro líquido do banco; fim da exposição de rankings individuais como forma de combater o assédio moral e a disputa entre colegas de trabalho; proibição do transporte de numerário realizado por bancários, para aumentar a segurança; entre outros itens.

O ano terminou com a participação do Sindicato na importante luta contra o Projeto de Lei 915 enviado à Assembleia Legislativa pelo governo do estado. O projeto previa a terceirização de serviços públicos, como a saúde, cultura, meio ambiente, agricultura e abastecimento. Esses seriam repassados às chamadas Organizações Sociais (OSs). Visto como uma nova modalidade de privatização pelo movimento sindical em todo o país, a proposta acaba por receber críticas ferrenhas.

O PL havia sido encaminhado às pressas para a Assembleia e teve menos de duas semanas para ser apreciado pelos deputados até entrar em votação no dia 5 de dezembro. Dirigentes bancários estiveram presentes, juntamente com diversas outras entidades e movimentos sociais e populares que lotaram as galerias da casa a fim de impedir a aprovação.

A sessão foi tumultuada e teve que ser interrompida várias vezes. Es-





tudantes e sindicalistas gritaram frases de ordem como “não, não, não à privatização!” e cantaram o Hino da Independência do Brasil. Os deputados contra o veto não conseguiram defender o projeto de lei, recebendo vaias dos manifestantes. O deputado estadual Valdir Rossoni (PSDB), presidente da Assembleia, decidiu suspender a sessão por duas horas depois que estudantes e sindicalistas invadiram o plenário principal. O projeto foi rasgado e jogado no rosto do deputado Reinhold Stephanes (PMDB).

A sessão foi transferida para o plenarinho e teve o acesso aos cidadãos negado. Por volta das 21 horas, depois que os manifestantes deixaram a casa, os deputados voltaram ao plenário principal e retomaram os trabalhos que foram até a madrugada.

Apesar dos protestos, o projeto foi aprovado. O Sindicato agora integra o Movimento Contra a Privatização no Paraná e tenta reverter a decisão.

## SEEB: 80 anos fazendo história

Com o olhar lançado para a comemoração de seus 80 anos, o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região reflete sobre os passos que dá rumo à verdadeira mudança na vida da categoria. É tempo de comemorar os avanços conquistados e incorporar o ânimo das vitórias passadas em projetos futuros.

Marcada para acontecer em Curitiba de 20 a 22 de julho, a 14ª Conferência Nacional dos Bancários coroa a entidade aniversariante e a coloca desde os primeiros dias de 2012 em um processo de preparação. Encontros e mesas temáticas ajudariam a entidade a delimitar as possíveis soluções aos problemas enfrentados pela categoria.

As metas abusivas, o assédio moral e seus malefícios à saúde dos bancários não poderiam deixar de estarem presentes nesse novo processo. Apesar das conquistas dos últimos anos, constantemente era possível esbarrar em depoimentos de profissionais prejudicados pela ganância dos banqueiros. No Banco do Brasil, por exemplo, o rendimento dos gerentes era medido de hora em hora, através de mensagens no celular. Cerca de 30% dos funcionários do banco admitiram serem vítimas de assédio moral e pouco menos (28,5%) desse percentual utilizavam ansiolíticos para enfrentar a dura jornada diária de trabalho.

O registro em livro desses fatos encerram com chave de ouro o período de 80 anos da entidade. Uma história que passou pelos mais diferentes momentos políticos e econômicos; de um governo populista como o de Vargas à repressão da Ditadura Militar, da abertura política na década de 80 e as diversas tentativas econômicas para conter a inflação do período aos desafios de uma política neoliberal na década de 90, de um governo petista que abriu as portas para a retomada de conquistas pelos trabalhadores a um cenário local neoliberal que acaba por retomar a briga do Sindicato e dos movimentos sociais contra as privatizações.

Várias foram as conquistas e diversas as frustrações ao longo desta história. Mas uma coisa é certa: os bancários nunca deixaram de lutar. Essas lutas foram aqui resgatadas, enumeradas e detalhadas para que possam embasar novas lutas, entusiasmar seus militantes e impulsionar novas vitórias.



## Sindicato não para



Peças de teatro e um cartão de prevenção com dicas práticas para combater a LER/DOT marcaram os trabalhos da entidade no Dia Internacional de Combate e Conscientização às vítimas da doença.



O Sindicato manifestou sua solidariedade ao povo palestino em março. O ato pediu a criação do estado da Palestina e o fim da violência na região.



A entidade participou das discussões nacionais a respeito da ratificação da Convenção 87 na OIT, que trata da Liberdade e Autonomia Sindical. Sindicalistas foram às ruas perguntar aos trabalhadores se eles aprovam ou não o desconto do imposto sindical nos seus salários.



O Sindicato reivindicou a implantação da Comissão da Verdade para saber o que de fato aconteceu com os desaparecidos da época da ditadura.



# MULHERES

## Conquistas das Mulheres no novo milênio

Em 2000 o assunto Igualdades é oficialmente lançado pela executiva nacional e seu debate é ampliado nos locais de trabalho. A Cartilha “Igualdades de Oportunidade – Todo mundo sai ganhando com a adoção de novas práticas”, contendo informações estatísticas do quadro da mulher no mundo do trabalho, foi distribuída em todo o país. A publicação também trazia textos sobre a discriminação sexista e racial no ambiente de trabalho e na vida em geral. Conforme a cartilha, a participação das mulheres no setor bancário havia aumentado de 36% em 1986 para 43% em 1996.

A segunda etapa desse projeto contemplou o tema Assédio Sexual<sup>47</sup> no Trabalho.

Em 2002 toma posse da entidade mais uma mulher: Marisa Stedile, que inicia sua gestão com inúmeras propostas para as mulheres. Nesse mesmo ano, a pauta de negociações com a Fenaban passa a receber a inclusão de temas que diziam respeito aos direitos sociais e à maternidade, além da constante busca pela Igualdade de Oportunidades a fim de ultrapassar o bloqueio da discriminação sexual.

A realidade de violência e exclusão finalmente estava mudando para as mulheres brasileiras. Na política, os progressos mantêm a mesma dinâmica e em 2003, no primeiro dia de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a

“Existe esse equívoco dentro dos movimentos, que é pensar os direitos da mulher com base nos direitos da maternidade. Quando se fala dos direitos da mulher geralmente se vê esses direitos associados aos filhos, às crianças, então, na verdade, não são direitos da mulher, são direitos sociais, que dão cobertura à infância, e para ter essa cobertura da infância precisa ter mais a presença materna e paterna”.

Marisa Stedile

<sup>47</sup> Em maio de 2001 a legislação brasileira passou a tratar o assédio sexual como crime, previsto no artigo 216-A do Código Penal Brasileiro.



Secretaria de Política<sup>48</sup> para as Mulheres (SPM), com o objetivo de desenvolver ações conjuntas com todos os ministérios e secretarias especiais, tendo como desafio a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania.

Em 2009, bancárias conquistam a ampliação da licença-maternidade<sup>49</sup> para 180 dias na Convenção Coletiva de Trabalho. Diversas manifestações depois deste acontecimento fariam pressão para que os bancos praticassem a nova resolução. No ano seguinte a luta foi vitoriosa no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. Em 2011 foi a vez dos quatro grandes bancos privados do país, Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e HSBC, aderiram ao Programa Empresa Cidadã, implementando a ampliação da licença-maternidade de 120 para 180 dias.

A licença-maternidade é uma das principais conquistas da mulher trabalhadora.

Ela foi conquistada pelas trabalhadoras brasileiras na Constituição de 1934, quando tinha duração de 84 dias. Na constituição de 1988, teve uma ampliação para 120 dias.

A lei 10.421, de 15 de abril de 2002, estendeu para as mães adotivas este direito, o que foi um avanço, não apenas para as mulheres que se tornam mães desta forma, mas especialmente para as crianças, que possuem pelo Estatuto da Criança e do Adolescente o direito a uma família e é essencial a proximidade da mãe trabalhadora nesses primeiros momentos de inserção e adaptação.

Em 2008 uma nova lei amplia para 180 dias a licença para empresas que aderirem ao Programa Empresa Cidadã. O empregador que aderir ao Programa deve pagar os dois meses adicionais do salário da trabalhadora, que depois serão deduzidos do Imposto de Renda.

<sup>48</sup> A SPM foi criada através da Medida Provisória 103 (convertida em lei).

<sup>49</sup> As mulheres ganham um forte aliado contra a violência. No dia 7 de agosto de 2006 foi sancionada a Lei Maria da Penha, prevendo rigor nas punições das agressões contra a mulher quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar. Em 2011, a implantação dessa legislação previa parte dos investimentos de um orçamento de R\$ 1 bilhão do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher.



## Agradecimentos

Não poderíamos deixar de registrar as diversas pessoas que nos auxiliaram na elaboração deste livro. Foi com muito carinho que dirigentes e ex-dirigentes reservaram horas de seu tempo para nos contar a sua trajetória sindical, nos emocionaram diversas vezes e nos trouxeram grandes contribuições em documentos, às vezes até pessoais, para somar e elucidar dúvidas do processo de remontagem da história desta entidade. Fica aqui também o nosso agradecimento especial ao Sr. Nillo Izidoro Biazetto, que nos deixou no início de 2012. Mesmo debilitado, aos 89 anos, fez questão em nos receber e contar a sua história e a de outros grandes personagens que passaram pelo Sindicato nas primeiras duas décadas desde a sua fundação.

Estão aqui descritos os nomes de todos os entrevistados, dos profissionais envolvidos com o projeto, instituições que com muita paciência nos auxiliaram na busca documental e diretores envolvidos na comissão organizadora deste livro.

Muito obrigado.

### Entrevistados

Ângelo Vanhoni  
Antonio Batista  
Antônio Zaramniak  
Athos Freceiro  
Carlos Zaina  
Cláudio Ribeiro  
Edvirgens de Oliveira  
Fernando Tristão Fernandes  
José Daniel Farias  
José Francisco Fumagalli  
Luiz Salvador  
Luiz Carlos Betnhausen  
Luiz Carlos Saldanha de Almeida  
Marcos Sadok  
Marisa Stedile  
Moacir Visinoni  
Nillo Izidoro Bizetto  
Otávio Dias

Paulo Bracarense Costa  
Paulo José Zanetti  
Pedro Eugênio Leite  
Roberto Von Der Osten  
Sérgio Athayde  
Tadeu Veneri  
Victor Horácio da Costa  
Wilson Previde  
Yara D'Amico

### Comissão do livro

Anderson Leandro da Silva da Quem TV  
Antônio Luiz Fermino  
Carlos Alberto Kanak  
Gustavo Basso Zandona  
Josiéli A. Spenassatto  
Junior Cesar Dias  
Lucas Camilo dos Santos

Márcio Kieller  
Marisa Stedile  
Sirlei Fernandes  
Otávio Dias  
Patrícia Stedile  
Renata Ortega

### Instituições

· Arquivo Público do Paraná (DOPS)  
· Biblioteca Pública do Paraná, seção de microfilmagem  
· Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná (FEEB/PR)  
· Ministério Público do Trabalho (MTE)





Comemoração dos 79 anos do Sindicato reuniu dirigentes e ex-dirigentes no Espaço Cultural e Esportivo dos Bancários em Julho de 2011.



## Fontes Bibliográficas

- ACENA, Pablo Martín. **1857-2007: Banco Santander 150 anos de história.** São Paulo, 2007.
- ALMANAQUE ABRIL. São Paulo: Editora Abril, 2000.
- ALONÇO, Paulo S. C. **O sistema bancário e sua distribuição no território brasileiro.** FEBRABAN, 2009.
- ANGELO, Ivan. **FEBRABAN: 40 anos de participação.** São Paulo: DBA Editora, 2007.
- BARBOSA, José Wilson; ALMEIDA, Tobias; Almeida; FRITSCH, Isabella Fritsch. **Bancários BH e Região: 75 anos.** Sindicato dos Bancários de BH e Região, 2007.
- BICUDO, Meire Susana; ALEXANDRE, Francisco. **Dez Anos de Lutas, Conquistas e Sonhos.** São Paulo: CNB, 2002.
- BLASS, Leila Maria da Silva. **Estamos em Greve: imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários,** 1985. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- CARVALHO, Márcia. **70 anos de história: resgatando o passado para fortalecer as lutas presentes e futuras.** Caxias do Sul: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, 2003.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Caderno de Formação da CUT de São Paulo: A Exploração Capitalista.** São Paulo: CUT, 1987.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Rumo à Organicidade e a uma nova cultura sindical.** Florianópolis: CUT, 1996.
- COMITÊ NACIONAL LULA BISOL. **Revista Brasil Urgente: Lula Presidente.** São Paulo, 1/1/1989.
- DIEESE. **Greves em 1999.** Disponível em <[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)>. Acesso em: Abril de 2011.
- FNU CUT. **A Federação Nacional dos Urbanitários.** 2007. Disponível em: <[www2.cut.org.br/content/view/9863/170](http://www2.cut.org.br/content/view/9863/170)>. Acesso em: 22/10/2010.
- JINKINGS, Nise. **O Mister de Fazer Dinheiro.** São Paulo: Boitempo, 1995.
- KAREPOVS, David. **A luta dos bancários: Lutas e conquistas 1923-1993.** São Paulo: Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, 1994.
- KIELLER, Márcio; CODATO, Adriano. **Velhos Vermelhos: História e memória dos dirigentes comunistas no Paraná.** Curitiba: Editora UFPR, 2008.
- MAGALHÃES, Alexandre. **Sindicato dos Metalúrgicos Betim, Igarapé e São Joaquim de Bicas,** 2006.
- MARIANI, Bernardo. **Fernando Fernandes: 50 anos de advocacia.** Rio de Janeiro, 2009.
- MEDICI, Ademir. **Memórias: Químicos do ABC – 70 Anos – Retratos da História.** São Bernardo: ABCD Maior, 2008.



- NASCIMENTO, Noel. **A Revolução do Brasil**. Curitiba: Torre de papel, 2005.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia. IAPB e SINDICATO: Duas estruturas interligadas. **Revista de Sociologia e Política**, 1999. Disponível em: <[www.redalyc.uaemex.mx/pdf/238/23801311.pdf](http://www.redalyc.uaemex.mx/pdf/238/23801311.pdf)>. Acesso em: 28/11/2010.
- RIBEIRO, Amaury Jr. **A Privataria Tucana**. São Paulo: Geração Editorial, 2011.
- SALOMÃO, Roberto Elias. **Os ano heróicos: O Partido dos Trabalhadores do Paraná do Nascimento até 1990**. PT, 2010.
- SANTOS, Luis Antônio dos Santos. **Almanaque Dieese, 50 anos fazendo história: Ciência de Classe: há 50 anos a Serviço do trabalhador**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2007.
- SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAMPINHAS E REGIÃO. **1985-2005: 20 Anos de mobilização nacional dos Bancários**. Campinas, 2005.
- SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE DOURADOS E REGIÃO. **1985-2005 – 30 Anos: Uma história de lutas**. Dourados, 2005.
- SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE MARINGÁ E REGIÃO. **A saga dos bancários e sua importância no contexto político**. Maringá, 2001.
- SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ABC. **50 Anos de História**. São Paulo, 2009.
- SINDICATO DOS METALURGICOS DE BETIM, IGARAPÉ E SÃO JOAQUIM DAS BICAS. **30 Anos – 1976-2006**. Betim: Rona Editora, 2006.
- SINDICATO DOS PETROLEIROS PR/SC. **Sindipetro Paraná e Santa Catarina: 45 Anos de Luta em Defesa do Trabalhador Petroleiro**. Curitiba, 2008.
- STEIKE, Adriane Lemos. **O Sindicalismo no Brasil**. Disponível em <[www.sintet.ufu.br/sindicalismo.htm#O sindicalismo no Brasil](http://www.sintet.ufu.br/sindicalismo.htm#O%20sindicalismo%20no%20Brasil)>. Acesso em: /10/2010.
- URBAN, Teresa. **1968: Ditadura Abaixo**. Curitiba: Arte & Letra Editora, 2008.
- VALENTE, Ivan. Discurso realizado na Câmara dos Deputados no dia 16/7/2008. Sessão 173.2.53.0 DCD 17/7/2008. p. 66463. Disponível em: <[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)>.
- VARGAS, Túlio. **Breve História do Banestado: 1928-1996**. Curitiba: Banestado, 1996.



## Fontes Documentais

Cartilha Comemorativa do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro lançada no ano de 2000.

Documentos do DOPS, Arquivo Público do Paraná: fichas, pastas individuais, recortes de jornais, cartas, folhetos.

Documentos do Ministério Público do Trabalho.

Entrevista transcrita de Armando Ziller disponível no arquivo documental do Sindicato dos Bancários de BH e Região.

Entrevistas com dirigentes e ex-dirigentes do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região.

Jornais da FEEB-PR.

Livro de Registro dos Atos e das Sessões de Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região.

Panfletos e Jornais do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região.

Periódicos antigos preservados pela Biblioteca Pública do Paraná, disponíveis na seção de microfilmagem.







## Lista de siglas

|  |   |
|--|---|
| <b>AIB</b> – Ação Integralista Brasileira  | <b>CLT</b> – Consolidação das Leis Trabalhistas   |
| <b>AL</b> – Aliança Liberal  | <b>CNB</b> – Confederação Nacional dos Bancários  |
| <b>ALCA</b> – Área de Livre Comércio das Américas                                | <b>CNBB</b> – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil                                     |
| <b>ANL</b> – Aliança Nacional Libertadora  | <b>CNPS</b> – Conselho Nacional de Política Salarial  |
| <b>AP</b> – Ação Popular   | <b>COATS-CT</b> – Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores Sindicalizados de Curitiba     |
| <b>APCEFs</b> – Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal                 | <b>CONTEC</b> – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito              |
| <b>APP-Sindicato</b> – Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Paraná | <b>CONTRAF</b> – Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro                 |
| <b>ARENA</b> – Aliança Renovadora Nacional                                       | <b>COOBAN</b> – Cooperativa de Consumo dos Bancários de Curitiba                            |
| <b>ATS</b> – Adicional por Tempo de Serviço                                      | <b>COPEL</b> – Companhia Paranaense de Energia Elétrica                                     |
| <b>BACEN</b> – Banco Central   | <b>CPD</b> – Centro de Processamento de Dados   |
| <b>BADEP</b> – Banco de Desenvolvimento do Paraná                                | <b>CPI</b> – Comissão Parlamentar de Inquérito  |
| <b>BANERJ</b> – Banco do Estado do Rio de Janeiro                                | <b>CPMI</b> – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito                                       |
| <b>BANESTADO</b> – Banco do Estado do Paraná                                     | <b>CREDIREAL</b> – Bando de Crédito Real de Minas Gerais                                    |
| <b>BB</b> – Banco do Brasil  | <b>CUT</b> – Central Única dos Trabalhadores  |
| <b>BBVA</b> – Banco Bilbao Vizcaya Argentina                                     | <b>DCE</b> – Diretório Central dos Estudantes   |
| <b>BC</b> – Banco Central  | <b>DIEESE</b> – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos        |
| <b>BCN</b> – Banco de Crédito Nacional   | <b>DIP</b> – Departamento de Imprensa e Propaganda  |
| <b>BDN</b> – Banco Dia e Noite   | <b>DNB</b> – Departamento Nacional dos Bancários  |
| <b>BEMAT</b> – Banco do Estado do Mato Grosso                                    | <b>DOPS</b> – Delegacia de Ordem Política e Social  |
| <b>BEMGE</b> – Banco do Estado de Minas Gerais                                   | <b>DRT</b> – Delegacia Regional do Trabalho   |
| <b>BERON</b> – Banco do Estado de Rondônia                                       | <b>FEB</b> – Força Expedicionária Brasileira  |
| <b>BISA</b> – Banestado Informática  | <b>FEBRABAN</b> – Federação Brasileira de Bancos  |
| <b>BMD</b> – Banco Mercantil de Descontos  | <b>FEEB/PR</b> – Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Paraná |
| <b>BNB</b> – Banco do Nordeste do Brasil   | <b>FENABAN</b> – Federação Nacional dos Bancos  |
| <b>BNDS</b> – Banco Nacional de Desenvolvimento                                  | <b>FETEC/PR</b> – Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Estado do Paraná    |
| <b>BRADESCO</b> – Banco Brasileiro de Descontos                                  | <b>FGTS</b> – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  |
| <b>BRDE</b> – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul                   | <b>FHC</b> – Fernando Henrique Cardoso  |
| <b>CABB</b> – Central de Atendimento do Banco do Brasil                          | <b>FUNBEP</b> – Fundo de Beneficência aos Funcionários do Banco do Estado do Paraná         |
| <b>CCT</b> – Contrato Coletivo de Trabalho                                       | <b>FUNCEF</b> – Fundo de Pensão   |
| <b>CDC</b> – Código de Defesa do Consumidor                                      |   |
| <b>CEE/Caixa</b> – Comissão Executiva dos Empregados da Caixa Econômica Federal  |   |
| <b>CEF</b> – Caixa Econômica Federal   |   |
| <b>CGD</b> – Caixa Geral de Depósitos  |   |
| <b>CGT</b> – Comando Geral dos Trabalhadores                                     |   |
| <b>CIOSL</b> – Confederação Internacional de Organização de Sindicatos Livres    |   |



da Caixa Econômica Federal  
**HSBC** – Hong Kong and Shanghai Banking Corporation  
**IAPB** – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**INAMPS** – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social  
**INCO** – Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina  
**INPC** – Índice Nacional de Preços ao Consumidor  
**INPS** – Instituto Nacional de Previdência Social  
**IPMs** – Inquéritos Policiais Militares  
**JK** – Juscelino Kubitschek  
**JUC** – Juventude Universitária Católica  
**LER** – Lesões por Esforço Repetitivo  
**MDB** – Movimento Democrático Brasileiro  
**MOB** – Movimento de Oposição Bancária  
**MTE** – Ministério do Trabalho  
**OAB** – Ordem dos Advogados do Brasil  
**OIT** – Organização Internacional do Trabalho  
**OSs** – Organizações Sociais  
**PEBE** – Programa Especial de Bolsas de Estudo  
**PCB** – Partido Comunista Brasileiro  
**PCC** – Plano de Cargos Comissionados  
**PCdoB** – Partido Comunista do Brasil  
**PCR** – Plano de Carreira e Remuneração  
**PCS** – Plano de Cargos e Salários  
**PDS** – Partido Democrático Social  
**PDV** – Programa de Demissões Voluntárias  
**PFG** – Plano de Funções Gratificadas  
**PLR** – Participação nos Lucros e Resultados

**PREVI** – Caixa da Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil  
**PRM** – Partido Republicano Mineiro  
**PRODUBAN** – Banco do Estado de Alagoas S/A-PRODUBAN  
**PROEF** – Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais  
**PROER** – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional  
**PROES** – Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária  
**PRP** – Partido Republicano Paulista  
**PSD** – Partido Social Democrático  
**PSP** – Partido Social Progressista  
**PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro  
**RPC** – Rede Paranaense de Comunicação  
**SDIS** – Superintendência de Desenvolvimento Industrializado de Sistemas  
**SINDPD Paraná** – Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados do Estado do Paraná  
**STF** – Superior Tribunal Federal  
**SUMOC** – Superintendência da Moeda e do Crédito  
**TST** – Tribunal Superior do Trabalho  
**UDN** – União Democrática Nacional  
**UEEs** – Uniões Estaduais dos Estudantes  
**UJC** – União da Juventude Comunista  
**UNE** – União Nacional dos Estudantes  
**UNIBANCO** – União de Bancos Brasileiros  
**UPE** – União Paranaense dos Estudantes  
**UPES** – União Paranaense dos Estudantes Secundaristas  
**URV** – Unidade Real de Valor





## Gestão Seguir Conquistando 2011 - 2014

### Diretoria Executiva

Otávio Dias  
Antonio Luiz Fermino  
Carlos Alberto Kanak  
Kelson Moraes Matos  
André C. B. Machado  
Genésio Cardoso  
Cristiane Zacarias  
Karla Cristine Huning  
Ana Maria Fideli Marques  
Marcio M. Kieller  
Genivaldo A. Moreira  
Ana Luiza Smolka Lima  
Pablo Sergio M. Ruiz Diaz  
Lilian de C. Graboski  
Junior Cesar Dias

Presidente  
Secretário Geral  
Secretário de Finanças  
Secretário de O. e S. Administrativo  
Secretário de Imprensa e Comunicação  
Secretário de Formação Sindical  
Secretária de Igualdade e da Diversidade  
Secretária de Assuntos Jurídicos  
Secretária de Saúde e Condições de Trabalho  
Secretário de P. Sind. e Mov. Sociais  
Secretário de Esportes e Lazer  
Secretária de Cultura  
Secretário de Políticas Sociais  
Secretária do Ramo  
Secretário de Mob. e Org. de Base

Bradesco  
Caixa  
HSBC  
Bradesco  
Banco do Brasil  
Caixa  
HSBC  
Bradesco  
Itaú  
Itaú  
HSBC  
Banco do Brasil  
Banco do Brasil  
Santander  
Itaú



## Diretoria Geral

Ademir Vidolin (Bradesco)  
Alessandro Greco Garcia (BB)  
Ana Paula Araújo Busato (BB)  
Anselmo Vitelbe Farias (Itaú)  
Armando Antonio Luiz Dibax (Itaú)  
Audrea Louback (HSBC)  
Carlos Francisco Liparotti Deflon (Caixa)  
Claudemir Souza do Amaral (Santander)  
Claudi Ayres Naizer (HSBC)  
Clovis Alberto Martins (HSBC)  
Darci Borges Saldanha (Itaú)  
Davidson Luis Zanette Xavier (BB)  
Débora Penteado Zamboni (Caixa)  
Denívia Lima Barreto (HSBC)  
Edison José dos Santos (HSBC)  
Edivaldo Celso Rossetto (HSBC)  
Eustáquio Moreira dos Santos (Itaú)  
Gerson Laerte da Silva Vieira (BB)  
Herman Felix da Silva (Caixa)  
João Paulo Pierozan (Caixa)  
Jorge Antonio de Lima (HSBC)  
José Carlos Vieira de Jesus (HSBC)  
José Carneiro Ferreira (HSBC)  
Karin Tavares (Santander)  
Nilceia Aparecida Nascimento (Bradesco)  
Orlando Narloch (HSBC)  
Rodrigo Pilati Pancotte (BB)  
Sélio de Souza Germano (Itaú)  
Sidney Sato (Itaú)  
Sonia Regina Sperandio Boz (Caixa)  
Tarcizo Pimentel Junior (HSBC)  
Ubiratan Pedroso (HSBC)  
Valdir Lau da Silva (HSBC)  
Vanderleia de Paula (HSBC)  
Vandira Martins de Oliveira (Itaú)







ISBN 978-85-65806-00-8



9 788565 806008